

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Nilza Duarte Aleixo de Oliveira

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA
SOCIAL E EMPREENDEDORISMO COLETIVO EM
RELACIONAMENTOS INTERCOOPERATIVOS: SISTEMA
CREDITAG E COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE
RONDÔNIA**

**Porto Alegre
2013**

Nilza Duarte Aleixo de Oliveira

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA
SOCIAL E EMPREENDEDORISMO COLETIVO EM
RELACIONAMENTOS INTERCOOPERATIVOS: SISTEMA
CREDITAG E COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE
RONDÔNIA**

**Tese de doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em Administração.**

Orientadora: Profa. Dra. Tania Nunes da Silva

**Porto Alegre
2013**

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Nilza Duarte Aleixo de
Desenvolvimento Sustentável, Inovação, Tecnologia
Social e Empreendedorismo Coletivo em
Relacionamentos Intercooperativos: Sistema CREDITAG
e Cooperativas de Produção Agrícola de Rondônia / Nilza
Duarte Aleixo de Oliveira. -- 2013.
279 f.

Orientador: Tania Nunes da Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de
Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2013.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2.
Empreendedorismo Coletivo. 3. Intercooperação. 4.
Tecnologia Social. 5. Inovação Social. I. Silva,
Tania Nunes da , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nilza Duarte Aleixo de Oliveira

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA
SOCIAL E EMPREENDEDORISMO COLETIVO EM
RELACIONAMENTOS INTERCOOPERATIVOS: SISTEMA
CREDITAG E COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE
RONDÔNIA**

**Tese de doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em Administração.**

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Vania de Fátima Barros Estivalet - UFSM

Profa. Dra. Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga - UFSM

Prof. Dr. Eugenio Ávila Pedrozo – UFRGS

Orientadora - Profa. Dra. Tania Nunes da Silva - UFRGS

DEDICATÓRIA

*Aos Carlos da minha vida. Carlos Alberto,
meu marido e Carlos Júnior, meu lindo filho.
Aos meus pais, Milton e Tereza*

AGRADECIMENTOS

Durante os quatro anos de trabalho de construção da tese recebi contribuições e o apoio de muitas pessoas, as quais ficarão para sempre em minha memória. Aqui, quero registrá-las como forma de gratidão.

Mas, antes de tudo, quero agradecer a Deus, o Senhor da minha vida, Onipotente e Misericórdioso, meu alicerce, onde sempre fui buscar e encontrei força, confiança e energia.

Começo, então, agradecendo à profa. Dra. Mariluce Paes de Souza e ao Prof. Dr. Theophilo Alves Souza Filho, proponentes do projeto DINTER UNIR/UFRGS, por meio do qual tive a oportunidade de participar da seleção e ingressar no PPGA/UFRGS e concluir mais uma etapa de minha formação acadêmica.

À profa. Dra. Tania Nunes da Silva, pela motivação e orientação competente, mas, sobretudo, pela simplicidade e generosidade ao compartilhar comigo seus conhecimentos, pelo aprendizado, compreensão e amizade e por acreditar sempre na conclusão com sucesso desse projeto.

Ao prof. Dr. Eugenio Ávila Pedrozo, com quem muito aprendi, pela compreensão, apoio e amizade.

Aos professores do PPGA, pelos conhecimentos e experiências compartilhadas, que muito acrescentaram para meu crescimento pessoal e profissional.

À Lourdinha, pelo apoio e contribuições estatísticas, mas, sobretudo, pela amizade construída.

Aos meus pais, por estarem sempre comigo, pelo carinho e compreensão.

Ao meu marido e filho, sem palavras para agradecer. Obrigada por tudo...

Aos meus irmãos Andréia, Josefa e Antônio, sempre presentes em minha vida.

Às Amigas Suzenir e Janilene pelo apoio, incentivo e solidariedade nos momentos de angústia, mas também pelas alegrias, risos, troca de ideias e momentos de descontração.

Aos colegas do DINTER, pelos ótimos momentos que passamos juntos.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

À Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, pelo aporte financeiro ao projeto DINTER, investindo no desenvolvimento do Estado de Rondônia.

À Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Aos empreendimentos participantes da pesquisa: Cooperativas de Crédito do Sistema CREDITAG de Rondônia e Cooperativas de produção COOPLEAGRI, COOPERCACOAL, COOPERANDREAZZA e COOAPROLIM. Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR dos municípios de Cacoal, Ministro Andreazza, Ji-paraná, Rolim de Moura e Presidente Médici e FETAGRO.

Agradecimento especial ao presidente do Sistema CREDITAG/RO, Sr. Sandro Souza da Silva; analista de gestão, Sr. Sérgio Souza da Silva; e presidentes das cooperativas de crédito e de produção, pelas informações disponibilizadas e por sempre gentilmente me atenderem.

RESUMO

OLIVEIRA, N. D. A. Desenvolvimento sustentável, inovação, tecnologia social e empreendedorismo coletivo, em relacionamentos intercooperativos: Sistema CREDITAG e cooperativas de produção agrícola de Rondônia. Porto Alegre, 2013. 279 fls. **Tese de Doutorado (Administração)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As iniciativas econômicas locais de caráter coletivo representam para os segmentos sociais de baixa renda, uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar determinada realidade, um caminho viável e promotor de desenvolvimento econômico e social. O surgimento desses empreendimentos tem como principal estímulo, a emergência de combater o desemprego, baixa renda e as privações decorrentes. O CREDITAG - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária, no Estado de Rondônia é uma dessas iniciativas, formada por agricultores familiares, para que possam ter acesso a crédito, financiamentos dos meios de produção e insumos, já que, nem o Estado e nem as empresas, oferecem soluções às suas necessidades, pelo menos no médio prazo. E, como estratégia de fortalecimento, as cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG em Rondônia, incorporam em seu quadro de cooperados, quatro cooperativas de produção, com o propósito de fortalecer os dois ramos cooperativistas, por meio da intercooperação, o que pode favorecer os cooperados, no tocante a tecnologia, novos produtos e serviços, redução de custos, mais canais de comercialização, dentre outros. Essa relação de intercooperação constituiu-se no objeto de análise da presente tese, cuja proposição central exposta é que para a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, os benefícios gerados por esses modelos organizacionais, devem superar o assistencialismo e promover a inclusão social e produtiva, fortalecendo os indivíduos para a autonomia. Neste sentido, a questão de pesquisa apresentada foi a seguinte: a relação de intercooperação, entre sistema CREDITAG e suas associadas, cooperativas de produção agrícola, está promovendo, de forma sustentável, empreendedorismo coletivo, inovação social e tecnologia social? A partir da definição da questão de pesquisa, definiu-se o objetivo geral, que consiste em: elaborar um *framework* que permita verificar a existência de desenvolvimento sustentável, empreendedorismo coletivo, inovação social e tecnologias sociais, na relação de intercooperação entre sistema CREDITAG e suas associadas, cooperativas de produção agrícola, de Rondônia. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo-explicativo, utilizando-se o método de estudo de campo. A questão de pesquisa e os objetivos foram abordados, sob um enfoque qualitativo e quantitativo. A coleta de dados, na etapa qualitativa deu-se por meio de entrevista informal e em profundidade e, na etapa quantitativa, procedeu-se a aplicação de questionários. Participaram da pesquisa: 95 cooperados, 6 parceiros e 11 gestores das cooperativas de crédito e de produção e do Sistema CREDITAG/base/RO. Os resultados demonstram que a relação de intercooperação, se faz acompanhar de boas médias de concordância para a presença do empreendedorismo, tecnologias sociais e inovação, com destaque para a inovação social. A relação de intercooperação pode ser tratada como uma inovação social que contribui para melhoria da qualidade de vida dos produtores, para o fortalecimento das organizações integrantes e para o Desenvolvimento Sustentável. Apesar das fragilidades identificadas, limites históricos e estruturais, a relação de intercooperação apresenta potencial para proporcionar a inclusão social, produtiva e bancária, contribuir para o equacionamento de problemas de ordem econômica, financeira e social dos cooperados, geração de empregos e renda e para o desenvolvimento das comunidades locais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Intercooperação, Inovação Social, Tecnologia Social, Empreendedorismo Coletivo.

ABSTRACT

The local economic initiatives of collective character are to represent the low-income segments of society, an important strategic option that can transform or modify certain realities, it's a viable path and promoter of economic and social development. The emergence of these enterprises has as its main stimulus, the emergency to combat unemployment, low income and deprivation arising. The CREDITAG – The System of Rural Credit Cooperatives of the Agriculture Family and Economic Solidarity in the State of Rondônia, is one such initiative, formed by Agriculture families, so they can have access to credit, financing by means of production and inputs, since neither the state nor the companies offer solutions to their needs, at least in the medium term. And, as a strategy for strengthening the cooperative credit system CREDITAG in Rondônia, they incorporate in its framework for cooperative members, four production cooperatives, in order to strengthen the two cooperative branches, through inter-cooperation, which can promote the cooperative with regard to technology, new products and services, cost savings, more marketing channels, among others. This inter-cooperation relationship constituted the object of analysis of this thesis, whose central proposition is exposed to the prospect of sustainable development; the benefits generated by these organizational models must overcome welfare and promote social inclusion and production, strengthening individuals for independence. In this regard, the research question presented was as follows: Is the intercooperation relationship between the CREDITAG system and its associated agricultural cooperatives promoting a sustainable, collective entrepreneurship, social innovation and social technology? From the definition of the research question, we defined the overall goal, which is: to develop a framework to verify the existence of sustainable development, collective entrepreneurship, social innovation and social technologies, the intercooperation relationship between the CREDITAG system and its agricultural cooperative associates, Rondônia. This is an exploratory, descriptive, explicative study, using the method of field study. The research question and objectives were covered under a qualitative and quantitative approach. The data collection in the qualitative stage took place through an in depth informal interview, and in the quantitative stage, it proceeded with questionnaires. The participants were: 95 members, 6 partners and 11 managers of the credit unions and Production System CREDITAG / base / RO. The results show that the ratio of inter-cooperation is accompanied by good means of agreement for the presence of entrepreneurship, technology and social innovation, highlighting social innovation. The inter-cooperation relationship can be treated as a social innovation that contributes to improving the quality of life of the farmers, to strengthen organizations and members for Sustainable Development. Despite the weaknesses identified, structure and historical boundaries, the inter-cooperation relationship has potential to provide social inclusion, production and banking contribute to the solving of problems of the economic, financial and social members, generating jobs and income for the development of local communities.

Keywords: Sustainable Development, Inter-cooperation, Social Innovation, Social Technology, Collective Entrepreneurship.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1	Desenho da tese.....	25
Quadro 1	Características das dimensões do Desenvolvimento Sustentável.....	40
Figura 2	Triângulo 3-D da sustentabilidade.....	41
Figura 3	Elementos e triângulo do Desenvolvimento Sustentável.....	42
Quadro 2	Síntese teórica sobre Desenvolvimento Sustentável.....	44
Figura 4	Fundamentos teóricos de relacionamentos interorganizacionais.....	46
Quadro 3	Síntese teórica sobre relacionamentos interorganizacionais.....	50
Quadro 4	Síntese teórica sobre o princípio da intercooperação.....	53
Figura 5	Síntese das principais inovações no domínio das práticas de gestão de pessoas.....	60
Quadro 5	Explicação do sucesso com inovação tecnológica e inovação social.....	65
Quadro 6	Inovação econômico-tecnológica e inovação social.....	65
Quadro 7	Alguns tipos de inovações sociais.....	70
Quadro 8	Síntese dos instrumentos nacionais de apoio à inovação.....	71
Quadro 9	Síntese dos sete tipos de inovação.....	74
Quadro 10	O que faz a TC ser diferente da TS.....	84
Quadro 11	Tecnologias sociais desenvolvidas em diversas regiões do Brasil.....	89
Quadro 12	Síntese teórica sobre tecnologias sociais.....	90
Quadro 13	Tipologia das formas de empreendedorismo.....	92
Quadro 14	Características de empreendedores bem sucedidos.....	93
Quadro 15	Denominações das organizações do terceiro setor.....	99
Quadro 16	Diferenças entre empreendedor tradicional e empreendedor social.....	101
Figura 6	Categorias de abordagem do empreendedorismo coletivo.....	103
Quadro 17	Síntese teórica do empreendedorismo individual, social e coletivo.....	114
Figura 7	Entidades de representação do cooperativismo.....	117
Quadro 18	Síntese teórica sobre o Modelo de Gestão Cooperativo.....	122
Quadro 19	Principais diferenças entre cooperativas de crédito e bancos.....	127
Figura 8	Logotipo do SICOOB.....	130
Figura 9	Regiões atendidas pelo SICOOB.....	130
Figura 10	Logotipo do SICREDI.....	130
Figura 11	Regiões atendidas pelo SICREDI.....	130
Figura 12	Logotipo do UNICRED.....	131
Figura 13	Regiões atendidas pelo UNICRED.....	131
Figura 14	Logotipo do CECRED.....	132
Figura 15	Regiões atendidas pelo CECRED.....	132
Figura 16	Logotipo CONFESOL.....	133
Figura 17	Regiões atendidas pela CONFESOL.....	133
Quadro 20	Relação de cooperativas do Estado de Rondônia.....	136
Quadro 21	Pressupostos básicos comuns entre Desenvolvimento Sustentável, inovação social, tecnologia social e empreendedorismo coletivo	137
Figura 18	<i>Framework</i> da proposição teórica.....	139
Figura 19	Planejamento e execução da pesquisa.....	141
Quadro 22	Abrangência do CREDITAG no Estado de Rondônia.....	145
Quadro 23	Quadro de cooperados das CREDITAGs do Estado de Rondônia.....	145
Quadro 24	Informações das cooperativas de produção.....	146
Quadro 25	Empreendimentos e participantes da pesquisa.....	146
Quadro 26	Síntese da etapa qualitativa da pesquisa.....	150

Quadro 27	Relação dos construtos teóricos com os objetivos propostos.....	152
Quadro 28	Síntese da etapa quantitativa da pesquisa.....	155
Quadro 29	Processo de triangulação de dados e técnicas de análise dos resultados.....	157
Quadro 30	Coefficiente Alfa de Cronbach da pesquisa.....	158
Quadro 31	Estrutura do CREDITAG/RO.....	165
Figura 20	Municípios de abrangência do Sistema CREDITAG em Rondônia.....	166
Quadro 32	Informações das CREDITAGs do Estado de Rondônia.....	168
Figura 21	Evolução das unidades de atendimento e quadro social.....	169
Figura 22	Evolução do Sistema CREDITAG em Rondônia(capital social e operações de crédito).....	169
Figura 23	Distribuição da carteira de empréstimo CREDITAG/RO.....	170
Figura 24	Evolução das sobras e perdas.....	171
Quadro 33	Outras informações relativas ao exercício 2012.....	172
Quadro 34	Contextualização da cooperativa de produção COOPERCACOAL.....	173
Quadro 35	Contextualização da cooperativa de produção COOPERANDREAZZA.....	175
Quadro 36	Contextualização da cooperativa de produção COOPLEAGRI.....	176
Quadro 37	Contextualização da cooperativa de produção COOAPROLIM.....	177
Quadro 38	Presença do empreendedorismo na relação de intercooperação.....	188
Figura 25	Processo de inovação na relação de intercooperação.....	197
Quadro 39	Presença de inovação social na relação de intercooperação.....	198
Figura 26	Organograma da Base CREDITAG/RO.....	200
Figura 27	Especificidades dos sistemas produtivos dos cooperados da relação de intercooperação.....	208
Figura 28	Diferenças de percepção entre cooperativas identificadas no teste ANOVA.....	214
Figura 29	Teste T empreendedorismo x inovação.....	218
Figura 30	Teste T tecnologia social x inovação.....	218
Figura 31	Teste T motivos x benefícios da intercooperação.....	219
Figura 32	Estrutura da relação de intercooperação estudada.....	223
Quadro 40	Dimensões do Desenvolvimento Sustentável presentes na relação de intercooperação.....	225
Quadro 41	Síntese dos resultados da pesquisa para o empreendedorismo, inovação social e tecnologia social.....	226
Figura 33	<i>Framework</i> integrando proposição teórica e objeto de estudo.....	227

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Regras práticas sobre a dimensão do Coeficiente Alfa de Cronbach.	158
Tabela 2	Comparativo de taxa de juros CREDITAG/RO x outros bancos.....	170
Tabela 3	Economia dos cooperados realizando operações no CREDITAG/RO.....	171
Tabela 4	Participantes da pesquisa.....	178
Tabela 5	Distribuição dos participantes por escolaridade.....	179
Tabela 6	Distribuição dos participantes por idade.....	180
Tabela 7	Distribuição dos participantes por sexo.....	180
Tabela 8	Tempo de participação no CREDITAG/RO.....	180
Tabela 9	Distribuição dos participantes nas cooperativas de produção.....	181
Tabela 10	Distribuição do tempo de participação nas cooperativas de produção.....	181
Tabela 11	Média de concordância em relação ao empreendedorismo individual na relação de intercooperação.....	183
Tabela 12	Média de concordância em relação ao empreendedorismo social na relação de intercooperação.....	184
Tabela 13	Média de concordância em relação ao empreendedorismo coletivo na relação de intercooperação.....	186
Tabela 14	Inovação em produto presente na relação de intercooperação.....	189
Tabela 15	Inovação em processo presente na relação de intercooperação.....	190
Tabela 16	Inovação em <i>marketing</i> presente na relação de intercooperação.....	191
Tabela 17	Inovação organizacional presente na relação de intercooperação.....	192
Tabela 18	Inovação interorganizacional presente na relação de intercooperação.....	193
Tabela 19	Inovação ambiental presente na relação de intercooperação.....	194
Tabela 20	Inovação social presente na relação de intercooperação.....	195
Tabela 21	Tecnologias sociais desenvolvidas na relação de intercooperação.....	199
Tabela 22	Benefícios proporcionados pelas tecnologias sociais.....	201
Tabela 23	Percepção sobre as tecnologias sociais.....	202
Tabela 24	Motivos para a intercooperação.....	204
Tabela 25	Benefícios proporcionados com a intercooperação.....	205
Tabela 26	Necessidade de apoio e incentivo aos empreendimentos coletivos..	206
Tabela 27	Relacionamento na intercooperação – percepção de dirigentes e parceiros.....	206
Tabela 28	Relacionamento na intercooperação – percepção dos cooperados.....	207
Tabela 29	Teste de comparação de médias ANOVA.....	213
Tabela 30	Incentivo para investimento nos sistemas produtivos x planos para melhorar a produção.....	219
Tabela 31	Apoio a projetos produção orgânica ou agroecológica x utilização de defensivos agrícolas.....	220
Tabela 32	Escolaridade segundo o recebimento de assistência técnica.....	220

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ANOVA – Análise de variância

ASA – Articulação do Semi-Árido Brasileiro

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

C & T – Ciência e Tecnologia

CAPES – Centro de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior

CE - Comissão Européia

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNC – Confederação Nacional do Comércio

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CREDITAG – Sistema de cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária

CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade

DS – Desenvolvimento Sustentável

EECM – Estação Experimental de Combustíveis e Minérios

EID – Estratégia Internacional de Desenvolvimento

FAPESP – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo

FBB – Fundação Banco do Brasil

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

IAG – Grupo de Assessoria Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IEBTs – Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

INT – Instituto Nacional de Tecnologia

ITS – Instituto de Tecnologia Social

MBC – Movimento Brasil Competitivo

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCB/RO - Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Rondônia
OECD – *Organisation de Coopération et de Développement Économiques*
ONGs - Organizações Não-Governamentais
ONU – Organizações das Nações Unidas
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
P & D – Pesquisa e Desenvolvimento
PAC – Ponto de Atendimento Cooperativo
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
RTS – Rede de tecnologia social
SEBRAE – Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SOFTEX – Sociedade Brasileira de Exportação de *Software*
SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*
TA – tecnologia alternativa
TC – Tecnologia convencional
TS – Tecnologia social
WCED – *World Commission on Environmental and Development*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	CONSIDERAÇÕES QUE JUSTIFICAM O ESTUDO.....	20
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	23
1.3	OBJETIVOS.....	24
1.3.1	Geral.....	24
1.3.2	Específicos.....	24
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	25
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
2.1	CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.....	26
2.1.1	Desenvolvimento Sustentável.....	31
2.1.1.1	As dimensões do Desenvolvimento Sustentável.....	39
2.2	RELACIONAMENTOS INTERORGANIZACIONAIS.....	45
2.2.1	Intercooperação.....	51
2.3	INOVAÇÃO.....	53
2.3.1	Inovação tecnológica.....	55
2.3.1.1	Inovação em produto.....	57
2.3.1.2	Inovação em processo.....	57
2.3.2	Inovação não-tecnológica.....	58
2.3.2.1	Inovação em Marketing.....	58
2.3.2.2	Inovação Organizacional.....	59
2.3.2.3	Inovação Interorganizacional.....	60
2.3.2.4	Inovação Ambiental.....	61
2.3.2.5	Inovação Social.....	62
2.4	TECNOLOGIA.....	75
2.4.1	Tecnologia do ponto de vista econômico.....	76
2.4.2	Tecnologia social.....	82
2.5	FORMAS DE EMPREENDEDORISMO.....	91
2.5.1	Empreendedorismo individual/empresarial/capitalista.....	92
2.5.2	Empreendedorismo de natureza social e coletiva.....	96
2.5.2.1	Empreendedorismo social.....	96
2.5.2.2	Empreendedorismo coletivo.....	102
2.6	O MODELO DE GESTÃO COOPERATIVO.....	115
2.6.1	Cooperativismo de produção agrícola.....	122
2.6.2	Cooperativismo de Crédito Rural.....	123
2.7	COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RONDÔNIA.....	135
2.8	PRESSUPOSTOS BÁSICOS COMUNS ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INOVAÇÃO SOCIAL, TECNOLOGIA SOCIAL E EMPREENDEDORISMO COLETIVO.....	136
2.9	PROPOSIÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA.....	137
3	MÉTODO.....	141
3.1	PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA PESQUISA.....	141
3.2	NATUREZA DA PESQUISA.....	142
3.2.1	Classificação da pesquisa quanto à abordagem do problema.....	142
3.3	OBJETO DE ANÁLISE.....	143
3.4	PÚBLICO ALVO.....	144
3.5	OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	147
3.5.1	Etapa qualitativa.....	147

3.5.1.1	Entrevista informal.....	147
3.5.1.2	Observações.....	148
3.5.1.3	Entrevista em profundidade.....	148
3.5.1.4	Pesquisa documental e registros em arquivos.....	149
3.5.2	Etapa quantitativa.....	150
3.5.3	Entrevista focalizada.....	155
3.6	VALIDADE E CONFIABILIDADE DA PESQUISA.....	156
3.7	MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	157
3.7.1	Teste de confiabilidade Alfa de Cronbach.....	158
3.7.2	Análise de variância – ANOVA.....	159
3.7.3	Teste T de correlação de variáveis.....	159
3.7.4	Cruzamento de variáveis.....	160
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	161
4.1	COOPERATIVAS.....	161
4.1.1	Contextualização do Sistema CREDITAG	161
4.1.1.1	CREDITAG do Município de Ministro Andreazza-RO.....	163
4.1.1.2	CREDITAG do Município de Jaru - RO.....	164
4.1.1.3	CREDITAG do Município de Ji-Paraná – RO.....	164
4.1.2	Contextualização das cooperativas de produção.....	172
4.1.2.1	COOPERCACOAL.....	172
4.1.2.2	COOPERANDREAZZA.....	174
4.1.2.3	COOPLEAGRI.....	175
4.1.2.4	COOAPROLIM.....	176
4.2	EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA SOCIAL EM RELACIONAMENTOS INTERCOOPERATIVOS.....	178
4.2.1	Caracterização da amostra.....	178
4.2.2	Empreendedorismo.....	182
4.2.3	Tipos de inovação.....	188
4.2.3.1	Inovação em produto.....	189
4.2.3.2	Inovação em processo.....	190
4.2.3.3	Inovação em <i>marketing</i>	191
4.2.3.4	Inovação organizacional.....	192
4.2.3.5	Inovação interorganizacional.....	193
4.2.3.6	Inovação ambiental.....	194
4.2.3.7	Inovação social.....	195
4.2.4	Tecnologias sociais.....	198
4.2.5	Intercooperação.....	203
4.2.6	Presença de sustentabilidade nos sistemas produtivos.....	207
4.2.7	Teste de comparação de médias ANOVA.....	212
4.2.8	Teste T de correlação.....	218
4.2.9	Cruzamento de variáveis.....	219
4.2.10	Integração entre as cooperativas na relação de intercooperação.....	221
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	228
	REFERÊNCIAS.....	234
	APÊNDICE A - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM DIRIGENTES.....	255
	APÊNDICE B - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE COM COOPERADOS.....	260

APÊNDICE C - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM PARCEIROS.....	261
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS COM DIRIGENTES E PARCEIROS.....	262
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS COM COOPERADOS.....	267
APÊNDICE F - TABELAS DE RESPOSTAS DOS COOPERADOS REFERENTE SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS.....	274

1 INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica, inovação e empreendedorismo, historicamente, possuem papel-chave na condução do processo de desenvolvimento. No modelo de desenvolvimento convencional capitalista, tecnologia é vista na perspectiva de progresso econômico e humano e instrumento de suporte à competitividade. Inovação é apresentada como fator de vantagem competitiva, com geração de lucros e redução de custos. E, o Empreendedorismo como força de inovação, geração de valor econômico, expansão de mercados a partir de novas ideias.

Neste processo, muitos efeitos positivos foram alcançados e estão evidenciados na facilidade de comunicação, melhorias na saúde, com sofisticados aparelhos de diagnósticos, transporte, educação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, há, também, os efeitos negativos desses avanços. A utilização desregrada dos recursos naturais, pobreza, miséria, poluição do meio ambiente, exploração e a exclusão da maioria da população dos meios de produção, são alguns deles. Tais problemas emergiram, porque, ao se pensar o desenvolvimento, os esforços foram concentrados com muito mais intensidade no campo econômico.

Com a constatação da degradação ambiental e social em todo o mundo, uma das principais questões levantadas e discutidas diz respeito a como fazer as coisas de forma diferente, no sentido de minimizar os impactos ambientais e sociais e ao mesmo tempo, promover ganhos econômicos, sociais e ambientais.

Chega-se, então, à perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, conhecida mundialmente em 1987, por meio do Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Conceito de Desenvolvimento Sustentável introduz uma necessidade urgente de reformulação dos padrões atuais de desenvolvimento, com metas de redução da pobreza, melhoria ambiental e equidade social, com crescimento econômico sustentável (MEBRATU, 1998; CARVALHO, 2001; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Para Iyer-Raniga e Treloar (2000), Robinson (2004), Holling (2004), Hopwood, Mellor e O'brien (2005) e Bagheri e Hjorth (2007), a participação cidadã e a aprendizagem social são instrumentos poderosos para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável. Mudanças sociais necessárias para melhorar o bem-estar humano, especialmente entre os mais pobres, requerem esforços coletivos e posições políticas fortes.

Desta forma, os projetos que visam ações para o Desenvolvimento Sustentável, também, requerem uma abordagem para o empreendedorismo, tecnologia, inovação, pois, estes continuam sendo condições fundamentais para a condução do desenvolvimento, no entanto, em outra perspectiva, contemplando um modelo de desenvolvimento com integração econômica, social e ambiental, com promoção de justiça social e preservação ambiental, apoiado no empreendedorismo coletivo, inovação social, tecnologia social e cooperação.

O empreendedorismo coletivo se configura por um conjunto de atores que participam de uma organização com gestão e propriedade coletiva. O empreendedorismo coletivo possui grande potencial para a inovação, pois, a partir da atuação de um grupo de pessoas, torna-se possível demarcar as necessidades não satisfeitas e inovar, propondo produtos e serviços para atender às demandas mais urgentes e comuns.

A inovação social compreende a mudança através de ideias inovadoras que atendam às necessidades da população, promovendo a inserção social e produtiva. Iniciativas de inovação social demonstram que é possível garantir frente à abundância de recursos, a inserção produtiva para todos, com a agregação de novos valores e construção de seres humanos melhores.

A Tecnologia Social (TS) compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis que são desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções que causam transformação social, e tem como propósito promover o Desenvolvimento Sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala dessas tecnologias (RTS, 2012a).

Os exemplos de tecnologias sociais são variados e estão presentes em diferentes áreas, como: comercialização e Economia Solidária; agroecologia; saneamento; energia; meio ambiente; moradia popular; educação; saúde; plantas medicinais; inclusão digital; arte; cultura; lazer; geração de trabalho e renda; microcrédito; promoção de igualdade em relação à raça, gênero, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência; comunicação popular e comunitária; entre outras (THOMAS, 2009; LIMA, 2010).

O desenvolvimento dessas tecnologias sociais pode ser incentivado por meio do empreendedorismo coletivo, em empreendimentos autogestionários, no sentido de promover a criação e recriação de alternativas sustentáveis, viabilizando o funcionamento das economias contemporâneas (TAUILE; RODRIGUES, 2004).

Percebendo o empreendedorismo coletivo como instrumento de integração social, a construção de diferentes formatos associativos tem sido uma das alternativas encontradas pelos trabalhadores e produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e

de consumo, já que nem o Estado e nem as empresas oferecem soluções a essas necessidades, pelo menos no médio prazo.

O cooperativismo, cujos benefícios alcançam duplo e até mesmo triplo resultado: econômico, social e ambiental, para seus integrantes e comunidade local, pode ser citado como uma dessas iniciativas. E, por empregar valores e princípios como ajuda mútua, solidariedade, gestão participativa, pode proporcionar o desenvolvimento de ações valiosas de tecnologias sociais no âmbito dos empreendimentos coletivos, que promovem a inclusão social, mobilizam territórios, apresentam alternativas nas mais diversas áreas e solucionam problemas de natureza social e econômica.

Estudos têm mostrado que o cooperativismo promove a inclusão social, a geração de renda, e como forma de tornar-se ainda mais eficiente utiliza-se do princípio da intercooperação para atender melhor a demanda do produtor, criar novas alternativas, promover ajuda mútua entre as cooperativas na superação das dificuldades individuais (SCHÖNARDIE; FRANTZ, 2008; LAGO, 2009).

A intercooperação representa o ponto máximo de solidariedade entre cooperativas, pois, associando-se umas às outras ocorre melhor utilização dos serviços, permitindo a otimização dos resultados, gerando mais ganhos para os cooperados, contribuindo desta forma, com o desenvolvimento humano de maneira inclusiva e integrada (OLIVEIRA, 2001), criando mais sinergia para o desenvolvimento de inovação social e tecnologias sociais.

As tecnologias sociais estão presentes principalmente no meio rural, na busca por uma agricultura sustentável. Uma agricultura sustentável persegue, também, uma distribuição justa e equitativa dos custos e benefícios associados à produção agrícola; se preocupa com o resgate de práticas e manejos utilizados por diferentes etnias e culturas, busca também, reduzir as desigualdades atuais e o acesso aos recursos produtivos.

De acordo com o IBGE, Censo Agropecuário 2006, existem no país 5,1 milhões de estabelecimentos rurais, sendo que 4,3 milhões destes pertencem aos agricultores familiares, perfazendo 84% dos estabelecimentos. Os produtores da agricultura familiar e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços. A melhoria da renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no processo de desenvolvimento.

Esta inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de fatores como tecnologia e condições político-institucionais, representadas por acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, dentre outros. Embora haja um esforço importante por partes dos governos, há muitos desafios a vencer. A

eficiência da capacidade organizacional dos produtores pode ser o melhor caminho para a melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de ganhar escala, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra.

Os agricultores familiares como estratégia para enfrentar as dificuldades, vêm constituindo empreendimentos coletivos como cooperativas, para que possam comercializar seus produtos, ter acesso a crédito, financiamentos e aquisição de insumos, para garantir a sobrevivência, melhor qualidade de vida e financiamento dos meios de produção. Como exemplo desses empreendimentos, pode-se citar as cooperativas do sistema CREDITAG.

Criado em 2004, o CREDITAG – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária atua nos Estados de Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia e São Paulo, proporcionando oportunidades para que os produtores encontrem alternativas coletivas de inserção produtiva e de desenvolvimento rural. O CREDITAG tem como um de seus objetivos, o fortalecimento da agricultura familiar por meio do oferecimento de crédito de forma desburocratizada e com juros menores, provendo créditos em diversas áreas como: investimento e custeio, moradia, saúde e educação.

No Estado de Rondônia, desde 2009, o Sistema CREDITAG possui 3 cooperativas de crédito e 4 pontos de atendimento cooperativo - PACs, com 2.001 cooperados, atendendo 11 municípios do Estado.

E, para se tornarem ainda mais eficientes e competitivas as cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG em Rondônia, incorporam em seu quadro de cooperados, cooperativas de produção, com o propósito de fortalecer os dois ramos cooperativistas por meio da intercooperação, o que pode favorecer os cooperados duplamente pelos benefícios gerados.

Esse tipo de estratégia possibilita a colaboração com outras cooperativas e, assim suas atividades podem ser bem mais desenvolvidas e operacionalizadas, na busca de resultados comuns e compartilhados.

Experiências coletivas têm sido vistas como uma forma de aprendizagem política e de gestão que estimulam a criatividade e a inovação. Desse modo, os empreendimentos coletivos e solidários passam a ser vistos como uma possibilidade de construção da cidadania, produzidos pelas forças econômicas e sociais locais para enfrentar as questões globais.

Tendo em vista esta discussão inicial sobre Desenvolvimento Sustentável, inovação social, tecnologia social e empreendedorismo coletivo, os itens a seguir tratam das considerações que justificam o estudo, problema de pesquisa e objetivos.

1.1 CONSIDERAÇÕES QUE JUSTIFICAM O ESTUDO

A agricultura familiar em contexto local e nacional representa um segmento estratégico e de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico, além de ser um espaço propício para o desenvolvimento de projetos que contemplem a valorização do ser humano e cuidados com o meio ambiente.

No estado de Rondônia, a agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento rural, pois, segundo o Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE, existem 87.077 estabelecimentos rurais em Rondônia. Destes, 86% são da agricultura familiar, ou seja, 75.251 propriedades. No Brasil, chega-se a 5,1 milhões de agricultores familiares.

As políticas públicas têm incentivado o aumento da produção e oferecido canais de comercialização por meio de programas de compras governamentais. No entanto, elas mostram-se insuficientes e não resolvem os problemas da agricultura familiar.

Com o objetivo de construir possibilidades de gerar mudanças sociais, muitos produtores rurais familiares têm utilizado o modelo de gestão cooperativo como instrumento de organização social e econômica, para garantir a sobrevivência, acesso ao crédito, à renda, mas também, de espaço para reivindicação de direitos (SCHÖNARDIE; FRANTZ, 2008).

No Brasil, o movimento cooperativo e a agricultura familiar possuem expressa relação com o Desenvolvimento Sustentável. O modelo de gestão cooperativo serve como instrumento organizacional econômico e social para os produtores familiares, que por sua vez contribuem com a consolidação do movimento cooperativo. Organizados, os produtores familiares tornam-se mais competitivos, encontram espaço para comercializar a produção, gerando renda e melhoria das condições econômicas e sociais, reduzindo a pobreza e exclusão social, além de empregar valores como solidariedade, responsabilidade, igualdade, bem como uma prática de gestão democrática e participativa, o que está diretamente ligado à perspectiva do Desenvolvimento Sustentável.

Ainda, no espaço do cooperativismo, as cooperativas podem utilizar-se do princípio da intercooperação. Estratégia que permite a cooperação entre cooperativas, para que possam trabalhar em conjunto, reduzindo as incertezas e riscos, oferecendo aos cooperados possibilidades de obterem mais ganhos pela soma de esforços e recursos.

A importância da intercooperação para o desenvolvimento das cooperativas é destacada por diversos autores (GALERANI; BASTIANE, 2002; OLIVEIRA, 2001; SCHÖNARDIE; FRANTZ, 2008; LAGO, 2009). No entanto, a prática da intercooperação

ainda é incipiente no cooperativismo (LAGO, 2009). Estudos sobre a intercooperação podem contribuir para a prática deste princípio cooperativo, assim como, fortalecer o modelo de gestão cooperativo enfatizando os seus propósitos, ao mesmo tempo em que proporcionam maior visibilidade às iniciativas regionais que estão contribuindo com o desenvolvimento das comunidades e o Desenvolvimento Sustentável.

Propõem-se, também, em termos acadêmicos, oferecer contribuições aos estudos no campo da inovação e da tecnologia, com novas proposições a partir dos achados teóricos e empíricos da análise da geração de inovação social e de tecnologias sociais no ambiente intercooperativo. Pelo fato das cooperativas trabalharem o princípio da cooperação, elas estão sujeitas à prática de valores como ajuda mútua, gestão participativa, solidariedade e igualdade. Assim, criam novas formas de realizar suas atividades para atingir os seus objetivos e, desta forma, gerar inúmeras ações de inovação social e tecnologias sociais.

Para Mulgan *et al.* (2006), não há nenhuma falta de bons estudos sobre a inovação em negócios e tecnologia. No entanto, em sua opinião, há uma escassez notável de uma análise séria de como a inovação social acontece e como pode ser apoiada. Pouco se sabe sobre o processo de inovação em setores não orientados ao mercado (OECD, 2005).

Os conhecimentos sobre o empreendedorismo, também, não tem sido sistematizados, apesar de ser cada vez mais reconhecido como um canal importante para contribuir na transformação de produtos, serviços e processos sustentáveis. Neste sentido, os estudos que exploram o assunto podem contribuir para preencher lacunas existentes, pois, há uma carência em trabalhos rigorosos que exploram a relação entre o Desenvolvimento Sustentável e o empreendedorismo (HALL; DANEKE; LENOX, 2010). Os estudos sobre o empreendedorismo coletivo, também, não tem recebido atenção que esta forma de empreendedorismo exige (LÈVESQUE, 2004). Os empreendimentos coletivos são essenciais, principalmente para a Economia Social, assim como para a inovação.

Com relação à relevância desse trabalho para as organizações estudadas, destaca-se a importância do papel do CREDITAG e das cooperativas de produção para a sustentabilidade de pequenos produtores rurais, ao oferecer possibilidades para que esses produtores possam desfrutar de uma vida mais saudável e criativa, com ganhos que perpassem a dimensão econômica. Neste sentido, o estudo pode oferecer contribuições no que se refere ao delineamento e acompanhamento de ações que visem à operacionalização das dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Dar maior visibilidade a experiências de saberes locais, evidenciar a importância da inovação em seus diversos aspectos, inclusive a inovação nas formas de organização dos

pequenos empreendedores, valorizando o cooperativismo e a gestão participativa, é uma forma de pensar a sustentabilidade. A difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais, produzidas nestes ambientes são fortes mecanismos de promoção de inovação social e uma referência importante para a construção de uma Política de Ciência e Tecnologia realmente promotora de Desenvolvimento Sustentável (PAULA, 2010; FONSECA, 2010).

No estado de Rondônia, com relação ao modelo de gestão cooperativo, o ramo que mais agrega cooperados, segundo dados da OCB/RO (2012), é o de crédito, com 30.317 cooperados organizados em 21 cooperativas.

Integram, ainda, o cooperativismo de crédito no Estado de Rondônia, as cooperativas de crédito rural do Sistema CREDITAG, atuando no Estado desde o ano de 2009.

Além dos serviços de inclusão bancária do produtor rural da agricultura familiar e a oferta de linhas especiais de custeio e investimento, com taxas diferenciadas das ofertadas pelo sistema bancário convencional, o CREDITAG mantém relacionamento de intercooperação com cooperativas de produção, oportunizando crédito e outros serviços bancários aos pequenos empreendimentos. Além dos ganhos já previstos, os relacionamentos intercooperativos, podem estimular o desenvolvimento de novas atividades, parcerias, mercados, o que favorece a geração de inovações em seus diferentes aspectos.

Neste sentido, as cooperativas de crédito, especialmente as da Economia Solidária vêm atender uma lacuna existente, principalmente junto à população de baixa renda, pequenos empreendimentos, associações produtivas e cooperativas, que necessitam de crédito e outros serviços bancários para seu crescimento e na maioria das vezes não encontram alternativas viáveis no sistema bancário tradicional, pois este possui um foco mercantilista por meio do alto ônus e condições impostas aos seus clientes pelos serviços prestados.

Considerando a importância do cooperativismo de crédito para os produtores rurais da agricultura familiar e esta para o desenvolvimento rural sustentável, assim como pela necessidade de produzir conhecimento direcionado para as propostas que geram inclusão social, é relevante conhecer se a relação de intercooperação entre as cooperativas de crédito rural do Sistema CREDITAG em Rondônia, com as suas cooperadas, as cooperativas de produção, estão promovendo de forma sustentável o empreendedorismo coletivo, inovação social e tecnologias sociais e os resultados em termos de melhoria da qualidade de vida dos produtores e comunidade.

Por isso, os estudos envolvendo empreendedorismo coletivo, inovação social, tecnologias sociais, podem trazer contribuições significativas para a proposta de Desenvolvimento Sustentável. A proposta central da inovação social, do empreendedorismo

coletivo e das tecnologias sociais está pautada na transformação social, em um desenvolvimento participativo e equitativo, o que converge com a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, a inovação representa importância maior, pois é a partir das ideias inovadoras que os empreendimentos coletivos e as tecnologias sociais se sustentam.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Conforme o exposto, o modelo de gestão cooperativo tem sido adotado como mecanismo de organização social e econômica pelos produtores da agricultura familiar, com o propósito de inclusão produtiva, pois criam alternativas de geração de emprego e renda, reduzindo a pobreza.

E, como estratégia de fortalecimento, as cooperativas adotam a intercooperação como forma de ajuda mútua no enfrentamento das adversidades, o que pode favorecer o cooperado em questões tecnológicas, novos produtos e serviços, redução de custos, mais canais de comercialização, dentre outros.

No entanto, para a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, os benefícios gerados devem superar o assistencialismo e promover a inclusão social e produtiva, devem representar mudanças estruturais fortalecendo os indivíduos para a autonomia, de forma que consigam conduzir suas vidas, tornando-os mais inovadores, participativos, desenvolver novas habilidades e capacidades, melhorar a autoestima, ampliar as relações sociais, a capacidade de organização, etc.

A inserção produtiva relacionada ao emprego e autoemprego oferece uma solução definitiva para as pessoas, enquanto as medidas de caráter assistencialista requerem financiamento público recorrente, não removem as causas da pobreza, são paliativas (GAIGER, 2009). Em termos psicológicos, o exercício do direito ao trabalho promove a autoestima e crescimento pessoal, oferece oportunidades para a autorrealização e o avanço na escala social (SACHS, 2004).

Neste sentido, a questão de pesquisa apresentada é a seguinte: a relação de intercooperação entre sistema CREDITAG e suas associadas, cooperativas de produção agrícola, está promovendo, de forma sustentável, empreendedorismo coletivo, inovação social e tecnologia social?

A partir da definição da questão de pesquisa, apresenta-se o objetivo geral e os objetivos específicos do presente estudo.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Elaborar um *framework* que permita verificar a existência de Desenvolvimento Sustentável, empreendedorismo coletivo, inovação social e tecnologias sociais, na relação de intercooperação, entre sistema CREDITAG e suas associadas, cooperativas de produção agrícola.

1.3.2 específicos

- 1) Contextualizar o ambiente de atuação das cooperativas integrantes da relação de intercooperação;
- 2) Verificar a existência do empreendedorismo individual, social e coletivo na relação de intercooperação entre sistema CREDITAG e cooperativas de produção agrícola;
- 3) Verificar os tipos de inovação presentes na relação de intercooperação entre sistema CREDITAG e cooperativas de produção agrícola;
- 4) Analisar a existência de inovação social na relação de intercooperação entre sistema CREDITAG e cooperativas de produção agrícola;
- 5) Analisar a existência de tecnologia social, na relação de intercooperação entre sistema CREDITAG e suas associados, cooperativas de produção agrícola;
- 6) Conhecer a percepção dos parceiros e do produtor rural, associado do sistema CREDITAG e cooperativas de produção agrícola, a respeito da relação de intercooperação; e
- 7) Identificar a presença de sustentabilidade nos sistemas produtivos dos cooperados participantes da relação de intercooperação.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente tese está estruturada, conforme evidenciado na figura 1.



Figura 1 – Desenho da tese

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os conteúdos teóricos que darão suporte à coleta, análise e interpretação dos dados, e o desenvolvimento do trabalho como um todo.

Primeiramente, discute-se o conceito de Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, em uma perspectiva que visa a integração entre todas as dimensões do desenvolvimento, preocupação com meio ambiente e bem-estar social humano.

Na sequência abordam-se as temáticas: relacionamentos interorganizacionais, inovação, tecnologia, empreendedorismo, e por fim o modelo de gestão cooperativo, com destaque para os ramos do cooperativismo de produção agrícola e de crédito. Sobre relacionamentos interorganizacionais, a abordagem trata da questão da cooperação entre as organizações e tipologias, com destaque para a intercooperação; a inovação traz os tipos de inovação tecnológica e não-tecnológica, conceitos, importância e o papel da inovação perpassando a ideia de lucro e competitividade, originando novos campos de estudo, como o da inovação social.

A tecnologia é discutida sob dois aspectos: a tecnologia como força competitiva na geração de inovações tecnológicas e lucros, mas limitada a poucos, e a tecnologia social, como alternativa à tecnologia convencional, bem coletivo e como mecanismo de inclusão social. Quanto ao empreendedorismo, este será abordado em seus diversos campos de estudo como o empreendedorismo individual/empresarial, social e coletivo, destacando a importância, principais conceitos e diferenças entre eles, mas, sobretudo, as novas facetas do empreendedorismo, saindo do individualismo, tornando-se fonte de oportunidades coletiva frente aos graves problemas de natureza social e ambiental.

Assim, a partir da interseção entre estas temáticas, desenvolveu-se a proposição teórica dessa pesquisa no item 2.9 deste capítulo.

2.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Do ponto de vista econômico, segundo Furtado (2009), desenvolvimento consiste no aumento do fluxo de renda real (poder aquisitivo), o que diz respeito ao incremento da

quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de uma determinada população.

Na história contemporânea, o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, em dois sentidos distintos. O primeiro deles diz respeito à evolução de um sistema social de produção, que mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, elevando a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. O segundo sentido relacionado ao conceito de desenvolvimento, diz respeito ao grau de satisfação das necessidades humanas elementares, tais como a alimentação, o vestuário, a habitação, segurança, saúde, dentre outros (FURTADO, 2000).

Furtado (2000, p. 59) chama de desenvolvimento das forças produtivas a “um conjunto de modificações estruturais que têm lugar em certo contexto social e são resultantes da interação de agentes dotados de intenções e de capacidade inovadora, e que participam da apropriação do excedente”.

Existe outro conceito ligado à ideia de desenvolvimento, como sendo a consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização dos recursos escassos. Esta dimensão é considerada a mais ambígua, pois o que um determinado grupo almeja, pode ser considerado por outros grupos como sendo um desperdício de recursos (FURTADO, 2000).

A eficácia do sistema de produção tem sido comumente considerada o principal indicador de desenvolvimento. No entanto, outros aspectos estão sendo levados em consideração quanto aos indicadores que possam definir o sentido de desenvolvimento. Desta forma, este indicador não é mais considerado condição suficiente para que as necessidades elementares da população sejam satisfeitas. Tem-se observado, além de outras situações, a degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de novas técnicas mais sofisticadas. Por outro lado, pode ocorrer o aumento da disponibilidade de recursos, assim como a elevação dos padrões de vida, na ausência de modificações nos processos produtivos (FURTADO, 2000).

Para Souza (2009), o sentido de desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia considerada arcaica para uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população. O autor acrescenta que uma definição completa de desenvolvimento envolve, além da melhoria de indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação do meio ambiente, pois, com o tempo, o crescimento econômico tende a esgotar os recursos produtivos escassos, através de sua utilização de forma indiscriminada.

Assim, a ideia de desenvolvimento articula-se, envolvendo conjuntamente questões de eficiência do sistema produtivo, satisfação das necessidades humanas e preservação ambiental, não tendo mais um foco único, ou seja, somente a preocupação com os resultados de natureza econômica.

Como lembra Sachs (2008), a economia capitalista, é louvada por sua inigualável eficiência na produção de bens para a geração de riqueza. Porém, da mesma forma, se sobressai na capacidade de produzir males sociais e ambientais para produzir esses bens.

Na América Latina e no Brasil, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, as políticas voltadas para alavancar o desenvolvimento reforçavam a ideia de promover o crescimento basicamente por meio do produto e da renda pela acumulação de capital pela industrialização conduzida pela estratégia de substituir as importações. Esse foi o mecanismo escolhido, cuja finalidade era de tentar romper os laços de dependência que os países periféricos (caracterizados como subdesenvolvimento ou em vias de desenvolvimento) mantinham, e ainda mantém com os países centrais (desenvolvidos) (OLIVEIRA, 2006).

Promover a substituição de importações apresentou-se como uma das alternativas para maior crescimento e aquisição de tecnologia, tendo como propósito, atingir maior base industrial e diversificação, geração de empregos e crescimento do bem estar da sociedade. Mas, apesar do acelerado crescimento e da transformação social, a industrialização não trouxe consigo a superação da pobreza, o país continuou a apresentar elevados níveis de miséria absoluta e padrões de concentração de riqueza e de desigualdade considerados um dos mais altos do mundo. Na realidade, a industrialização acabou sendo um simples multiplicador de emprego do comércio exterior, não cabendo a ela mais do que um papel complementar (FURTADO, 2000).

Sen (2000), também, questiona esse modelo de desenvolvimento econômico, qualificando-o como uma política cruel de desenvolvimento. O posicionamento do autor pode ser justificado pela tendência de longa data, da utilização de padrões universais de consumo e produção agressivos à natureza, preservação do subemprego, da pobreza e da má distribuição de renda. O desenvolvimento nessas condições tende a esgotar a base de recursos naturais, além de ampliar as distorções sociais.

Logo após a segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas criaram a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento da região. Um de seus integrantes, Raul Prebisch, apresentou os seguintes pontos estratégicos para o desenvolvimento latino-americano (SOUZA, 2009):

- (a) compressão do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados, por meio do estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações;
- (b) incentivo ao ingresso de capitais externos, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, a fim de aumentar os investimentos, sobretudo para a implantação da infraestrutura básica;
- (c) realização de reforma agrária para aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda de produtos industriais, mediante a expansão do mercado interno; e
- (d) aumento da participação do Estado na captação de recursos e na implantação de infraestruturas, como energia, transportes, comunicações, etc.

Para Rostow (1961), o desenvolvimento deveria ocorrer por etapas. Primeiro, a transição de uma economia de subsistência para uma economia industrializada, com amplo setor de mercado interno. Nesta etapa, se pressupunha a transposição de inúmeros obstáculos oriundos do próprio crescimento econômico. Tendo ocorrido a transição da economia de subsistência, passa-se para as exportações e pelas inovações tecnológicas, e terminado pela era do consumo em massa, com altos níveis de bem-estar para o conjunto da população nacional.

Assim, até meados dos anos 1970, o desenvolvimento era visto como sinônimo de crescimento econômico. Permanecia a ideia de que o enriquecimento levaria conseqüentemente a uma melhoria nos padrões sociais, e a convicção de que se as metas de crescimento, consideradas mais importantes fossem alcançadas, o restante seria resolvido e que o crescimento econômico sozinho produziria os resultados necessários (KLIKSBERG, 2001).

Porém, Sen (2000) lembra que o desenvolvimento de uma região não deve estar apenas na busca pela dimensão econômica, mas sim, na dimensão sociocultural, em cujo contexto os valores e as instituições são fundamentais. Para ele, o desenvolvimento econômico não é apenas uma consequência da inovação tecnológica e da existência de progresso técnico associadas a investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, mas também de um terceiro fator de produção: os recursos humanos e a acumulação de capital social.

Para Daly (1984, p. 46), “uma política que vise tão somente à maximização do Produto Nacional Bruto - PNB é praticamente equivalente a uma política de maximização da depleção e da poluição”. Furtado (2000) enfatiza que as sociedades são consideradas

desenvolvidas na medida em que nelas o homem possa satisfazer as suas necessidades e também renovar suas aspirações.

Portanto, pensar em desenvolvimento é pensar, também, na qualidade de vida e bem-estar da população, na distribuição de renda, saúde, educação, segurança, lazer e em outros elementos essenciais para a uma vida digna.

Mas, até a publicação do primeiro relatório sobre o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, o Produto Interno Bruto - PIB per capital era a medida de qualidade de vida mais difundida. No entanto, conhecer o PIB per capita de um país ou região tornou-se insuficiente para avaliar as condições de vida de sua população, uma vez que é necessário conhecer a distribuição desses recursos e como se dá o acesso a eles. Logo, está cada vez mais evidenciado que não se pode medir o bem-estar humano só com indicadores econômicos. Em termos práticos, os indicadores econômicos devem equiparar-se aos indicadores ambientais, sociais e políticos (SCARPIN; SLOMSK, 2007).

O desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento. Porém, o crescimento por si só não garante um desenvolvimento incluyente. O crescimento pode, por exemplo, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual, o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, pobreza, desemprego e subemprego (SACHS, 2008).

O desenvolvimento na opinião de Sachs (2008) é um processo composto de duas vertentes, que devem ser compatibilizadas:

1. Em nível econômico – diversificar e complexificar as estruturas produtivas, para que ao mesmo tempo se obtenha incrementos significativos e contínuos da produtividade de trabalho, base do aumento do bem-estar;
2. Em nível social – promover a homogeneização da sociedade, reduzindo as diferenças sociais abismais entre as diferentes camadas da população.

Este processo deverá contemplar também o respeito e a preservação ao meio ambiente, de forma que as estratégias de desenvolvimento sejam ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente (SACHS, 2008).

Para Bielschowsky (2000), o desenvolvimento humano tem um alcance mais amplo, não é equivalente somente ao crescimento da ação setorial na educação, na saúde, etc., mas inclui um sistema social que tenha como prioridade a igualdade e a dignidade das pessoas e que respeite e promova a expressão cultural da população.

De acordo com a Estratégia Internacional de Desenvolvimento - EID, o desenvolvimento tem por finalidade proporcionar ao conjunto da população a oportunidade de uma vida melhor. E, para que esse objetivo seja concretizado, faz-se necessário uma profunda

mudança social e um novo enfoque unificado, para a realização do processo de desenvolvimento. Ou seja, deixar o enfoque fragmentado do crescimento e do desenvolvimento humano, sendo necessário integrar os determinantes sociais, econômicos e políticos (BIELSCHOWSKY, 2000).

A análise dos indicadores de desenvolvimento social, ambiental e econômico, constituiu-se na premissa básica para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento. Uma proposta de desenvolvimento participativo e equitativo, que seja econômico, social e ambientalmente sustentável, chamado pelo Relatório Brundtland (1987) de Desenvolvimento Sustentável.

2.1.1 Desenvolvimento Sustentável

A preocupação com o meio ambiente foi abordada inicialmente, em 1798, por Thomas R. Malthus, um dos primeiros economistas a prever limites para o crescimento ocasionado pelo rápido esgotamento dos recursos naturais e da correspondente destruição do meio ambiente. Retomada com maior força por volta da segunda metade do século XX, pelo chamado Clube de Roma, em 1972, alertando sobre o desequilíbrio ecológico causado pela sociedade industrial. Estas preocupações representaram passos importantes para uma mudança de consenso global, sobre as práticas do atual modelo de desenvolvimento e para a construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável (MEBRATU, 1998).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável – DS tornou-se mais difundido para a sociedade em geral a partir de 1987, com a publicação do relatório “*Our Common Future*”, definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 43; MEBRATU, 1998).

Esta definição gerou diversos pontos de vista, recebendo inúmeras críticas por ser considerada vaga e ambígua, difícil de definir e compreender (IYER-RANIGA; TRELOAR, 2000). Embora, essa definição seja poderosa e apele fortemente para a responsabilidade da presente geração, não é clara a sua operacionalização (VOLLENBROEK, 2002). Devido a muitas facetas que envolve a proposta de Desenvolvimento Sustentável, o principal desafio, durante essas duas décadas, tem sido o de encontrar formas de implementar o conceito na vida

cotidiana em termos operacionais (BAGHERI; HJORTH, 2007). Mesmo sendo considerado bem aceito em todo o mundo, o conceito apresentado necessita de implementação (MUNASINGHE, 2004).

No entanto, há um entendimento de que o conceito de Desenvolvimento Sustentável é resultado da crescente sensibilização frente aos problemas ambientais, ele expressa preocupações com problemas sócio-econômicos como a pobreza e a desigualdade, assim como preocupação com um futuro saudável para as futuras gerações e que mudanças nos padrões de desenvolvimento são necessárias (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Expressa, também, uma insatisfação ao deixar evidente que o desenvolvimento baseado somente na dimensão econômica tornou-se impraticável, e ocasionou sérios prejuízos à continuidade da vida, como a destruição ambiental e desigualdades sociais, tendo ficado claro que, os modelos de desenvolvimento no passado, não conseguiram erradicar a pobreza, mas pelo contrário, ocasionou o seu crescimento a cada ano (PEDROZO; SILVA, 1999).

O ambiente era visto como externo à humanidade, para ser explorado e usado sem cuidados com a preservação. Prevaleceu o pensamento de que o conhecimento e a tecnologia poderiam vencer todos os obstáculos incluindo, os naturais e os ambientais, pensamento dominante do desenvolvimento convencional capitalista, Revolução Industrial e Ciência Moderna (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Para Mebratu (1998), a definição de DS contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidades, em particular as necessidades dos mais pobres, aos quais deve ser dada prioridade absoluta; e a ideia de limitações, referindo-se à capacidade do ambiente de atender às necessidades presentes e futuras. Na visão desse autor, ao fazer isso, a Comissão sublinha a forte ligação entre redução da pobreza, melhoria ambiental e equidade social com crescimento econômico sustentável.

A definição de Brundtland e as ideias expressas no relatório “Nosso Futuro Comum” reconhecem a dependência dos seres humanos sobre o meio ambiente para atender às necessidades e bem-estar em um sentido muito mais amplo do que apenas explorar os recursos, de forma que a ecologia e a economia estão se tornando cada vez mais entrelaçadas em um contexto local, regional, nacional e global (HOPWOOD, MELLOR; O'BRIEN, 2005).

A perspectiva de Desenvolvimento Sustentável exige uma forma diferente de crescimento. Foi reconhecida a necessidade de ampla reforma nos padrões de desenvolvimento, e na reformulação devem ser atingidos os mesmos níveis de crescimento e desenvolvimento com a conservação do meio ambiente, caso contrário, o resultado continuaria sendo simplesmente uma perpetuação dos padrões econômicos existentes

(CARVALHO, 2001). Introduziu-se, então, a ideia de repensar o crescimento econômico de maneira adequada, de forma que seja possível minimizar os impactos ambientais negativos e alcançar um desenvolvimento social em níveis desejáveis.

Holling (2004) explica o Desenvolvimento Sustentável em duas concepções, combinando aprendizagem com continuidade, onde sustentabilidade é a capacidade de criar, testar e manter a capacidade adaptativa; e, desenvolvimento, consiste no processo de criação, testes e manutenção de oportunidades. Desta forma, a combinação, refere-se ao objetivo de promover capacidades adaptativas, ao mesmo tempo criando oportunidades. Assim, o Desenvolvimento Sustentável deve ser considerado como esforços evolutivos, orientados para processos e mudanças estruturais, que estão relacionadas com inovações, em uma perspectiva social evolucionária, em vez de equilíbrios ou estados definidos, em um processo evolutivo de melhoria da gestão dos sistemas, através de uma melhor compreensão e conhecimento (BAGHERI; HJORTH, 2007).

Sob o ponto de vista de uma abordagem sistêmica, o Desenvolvimento Sustentável tem que ser tratado dentro de uma estrutura capaz de lidar com a complexidade e a incerteza, pois, estas são características essenciais de todos os sistemas sociais e ambientais (BAGHERI; HJORTH, 2007).

Na concepção de Robinson (2004), a mensagem central do relatório de Brundtland está na integração das dimensões ambiental, social e econômica, o que envolve o desenvolvimento de novos conceitos, métodos e ferramentas que criam sinergia com organização social e política. E, além da integração entre as dimensões, deve haver, também, a integração dos setores da sociedade e desenvolver novas formas de aprendizagem social (ROBINSON, 2004). Para Bagheri e Hjorth (2007), o processo de aprendizagem social é reconhecido como o mais importante na construção do Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido, Robinson (2004) acrescenta que, não é suficiente um caráter científico ou técnico para a resolução dos graves problemas ambientais e sociais, mas deve estar associado às experiências das comunidades e em parcerias com governos e empresas. O conceito gerou um conjunto de atividades e movimentos focando responsabilidade social corporativa, ecologia industrial, ética ambiental, em direção a um mundo mais sustentável, no entanto, não representa uma resposta suficiente para os desafios do Desenvolvimento Sustentável, mudanças sociais necessárias para melhorar o bem-estar humano, especialmente entre os mais pobres, requerem esforços coletivos e posições políticas fortes para promover as mudanças sociais necessárias.

Iyer-Raniga e Treloar (2000) partilham deste entendimento quando mencionam que muitas mudanças têm sido introduzidas, pesquisas de alto nível e desenvolvimento tecnológico recebem atenção como sendo a principal abordagem para a resolução dos problemas ambientais. Embora, esta abordagem seja importante, a participação cidadã e o envolvimento das comunidades na construção de alternativas a partir dos problemas e preocupações locais têm sido amplamente ignorados. Para os autores, a participação cidadã promove o desenvolvimento humano e social.

É evidente que os governos sozinhos não possuem capacidade de realizar a sustentabilidade. O setor privado, considerado principal motor da atividade econômica no planeta e uma grande fonte de criatividade, inovação e empreendedorismo, deve estar envolvido na tentativa de alcançar a sustentabilidade, complementada por atividades e prestação de serviços oferecidos pelas Organizações Não Governamentais – ONGs, com o apoio da sociedade civil. Essa ampla parceria deve envolver, também, a participação ativa da comunidade acadêmica em pesquisa e ensino, de forma a alcançar uma melhor formação dos cidadãos (ROBINSON, 2004).

Desta forma, a valorização, apoio e incentivo às iniciativas locais pode ser um dos caminhos para atender às metas do Desenvolvimento Sustentável, com maior participação de diversos e variados segmentos sociais (HOPWOOD, MELLOR e O'BRIEN, 2005). Iyer-Raniga e Treloar (2000), por exemplo, sustentam que uma orientação coletiva é mais adequada à questão do Desenvolvimento Sustentável. Embora, a aceitação do Desenvolvimento Sustentável seja crescente, esta integração depende de como a sociedade encara os desafios do futuro e percebe a sua relação com as outras formas de vida.

A mudança de comportamento humano pode ser um ponto de partida para garantir um caminho sustentável para o futuro. Este caminho sustentável deve incorporar processos participativos, a partir de iniciativas locais lançados e geridas pelas comunidades, podendo tornar-se ferramentas de sucesso para combater problemas sociais e ambientais (IYER-RANIGA; TRELOAR, 2000).

Frey (2001, p. 28) destaca a importância do papel dos municípios como agentes estimuladores da participação e do engajamento cívico, sendo que este papel é “imprescindível para avançar no fortalecimento da consciência ecológica, e promover desta forma os fundamentos para implementação de um outro modelo de desenvolvimento, consentâneo com as necessidades de uma sociedade sustentável”, de conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Sen (2000) argumenta, também, que para se conseguir o desenvolvimento pautado pela ideia das múltiplas liberdades interrelacionadas (liberdades políticas, dispositivos econômicos, oportunidades sociais, garantias de transparência e previdência social) faz-se necessário o envolvimento do conjunto de atores que formam a sociedade, e que compreende as instituições, organizações e indivíduos.

De acordo com Sen (2000), essas liberdades reforçam a capacidade das pessoas, ao mesmo tempo em que liberdade e capacidade se complementam, para a proposta de desenvolvimento com liberdade.

A abordagem teórica das capacitações “*capability*” (SEN 1990), emprega a ideia de capacidades como sendo a liberdade de uma pessoa para conseguir o funcionamento de várias ações e alcançar adequados estados de existência. Desta forma, *capability* trata a pobreza não somente no que se refere à insuficiência de renda, inclui outros tipos de privações da vida humana relacionadas à saúde, liberdade, oportunidades de escolarização, criatividade, dignidade.

De acordo com essa concepção, o desenvolvimento humano pode ser entendido como um processo que permite a expansão das escolhas e das capacidades individuais, ou seja, tudo que a pessoa pode fazer e ser na vida (ABRAMO *et al.*, 2008).

Neste sentido, Dowbor (2001, p. 206) relata a importância da dimensão social mencionando que ao “colocar o desenvolvimento social e a qualidade de vida como objetivos, como finalidade mais ampla da sociedade, tem repercussões profundas, na medida em que o social deixa de ser apenas um setor de atividades para se tornar uma dimensão de todas as nossas atividades”.

Considerando o desenvolvimento de forma multidimensional, os objetivos gerais do Desenvolvimento Sustentável devem ser, na opinião de Masera; Astier e López-Ridaura (2000):

1. Assegurar a satisfação das necessidades humanas essenciais, priorizando as necessidades dos mais pobres;
2. Promover a diversidade cultural e o pluralismo;
3. Reduzir as desigualdades entre indivíduos, regiões e países;
4. Conservar e ampliar a base de recursos existentes;
5. Aumentar as possibilidades de adaptação a perturbações naturais e antropogênicas;
6. Desenvolver tecnologias eficientes e de baixo consumo de recursos, adaptada às circunstâncias socioecológicas locais e que não signifiquem riscos importantes para as gerações presentes e futuras;

7. Gerar estruturas produtivas, de distribuição e consumo que contemple os serviços e bens necessários, propiciem o emprego total do trabalho com sentido, com a finalidade de melhorar as capacidades de desenvolvimento dos seres humanos.

Uma ideia de desenvolvimento baseada na integração coletiva, conciliando a noção de preservação, no longo prazo, dos recursos naturais e ambientais simultaneamente, com um desenvolvimento econômico, social e político-institucional, que beneficie, em particular, os excluídos do atual modelo de desenvolvimento, prevalecendo a ideia de equidade social (PINHEIRO, 2004; AGENDA 21, 2010).

O grande desafio em alcançar um patamar de Desenvolvimento Sustentável consiste em conseguir um equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, principalmente pela complexa compatibilização de interesses (KATES; PARRIS; LEISEROWITZ, 2005). A proposta de integração apresentada no contexto dos princípios de Desenvolvimento Sustentável é complexa, principalmente no tocante a questões técnicas e políticas. Portanto, as dificuldades políticas e técnicas, que a busca de padrões de um Desenvolvimento Sustentável encontraria, sempre esteve em pauta, mais precisamente no ambiente político e econômico internacional.

A teoria e a prática do Desenvolvimento Sustentável apresentam diversas visões e são marcadas por inúmeros conflitos e interesses. Neste sentido, Hopwood, Mellor, O'brien (2005) apresentam as argumentações de três pontos de vista sobre a natureza das mudanças rumo ao Desenvolvimento Sustentável:

1. Manutenção do *Status Quo* – defendem que o ambiente e o Desenvolvimento Sustentável não são questões centrais e que pode ser alcançado no âmbito das estruturas presentes. A tecnologia pode oferecer um futuro menos poluído e ecologicamente estável. Este grupo envolve parte dos governos e grandes corporações. Entendem que ajustes podem ser feitos, mais sem nenhuma mudança fundamental para a sociedade. Argumentam que o crescimento econômico é o caminho para a superação dos problemas e que as novas tecnologias, novas técnicas de gestão e mais eficiência dos mercados, são os melhores meios para se conseguir o Desenvolvimento Sustentável;
2. Reformistas - aceitam que há problemas, mas não consideram que há um colapso nos sistemas ambiental e social. Este grupo abrange pessoas dos governos, órgãos públicos, acadêmicos e ONGs populares. Acreditam que as novas tecnologias, reformas políticas e modificações nos mercados são os pontos-chaves de mudanças. Reconhecem que o governo tem papel fundamental no caminho para o

Desenvolvimento Sustentável, no sentido de incentivar a economia, com políticas de controle, fiscalização e informação e questões tributárias. O tema comum é que, as novas tecnologias podem trazer grandes benefícios ambientais em termos de eficiência energética, com a mudança de combustíveis fósseis para fontes renováveis. As novas tecnologias de produção vão proporcionar maiores benefícios econômicos e sociais para a humanidade, assim como proteger o meio ambiente com redução de resíduos e eficiência energética; e

3. Transformacionistas – para este grupo, as reformas não são suficientes, pois muitos dos problemas são oriundos do sistema econômico e das estruturas de poder. Pregam que uma visão de transformação para o Desenvolvimento Sustentável tem um forte compromisso com a equidade social, com acesso aos meios de subsistência e as estruturas de poder, caso contrário, na ausência de pessoas que tenham controle sobre suas vidas e recursos, a desigualdade e a degradação ambiental são inevitáveis. Reconhecem que a transformação social voltada para suprir as necessidades humanas e melhorar a qualidade de vida, promover a igualdade econômica, saúde, habitação, direitos humanos, preservação das espécies e da democracia e a utilização dos recursos de forma sustentável, requer uma grande reestruturação de toda a ordem social.

Neste debate, envolvendo desenvolvimento e meio ambiente, Sachs (2009) comenta, o pensamento dos otimistas e pessimistas sobre o assunto. Para os otimistas a preocupação com o meio ambiente era descabida e inibiria os países em desenvolvimento de alcançar maiores níveis e se aproximarem dos países desenvolvidos. A prioridade não deve ser dada ao meio ambiente, mas à aceleração do crescimento. E, os frutos negativos desse crescimento seriam neutralizados posteriormente, a partir do momento em que os países em desenvolvimento atingissem o nível de renda *per capita* dos países desenvolvidos.

Para os pessimistas, o crescimento econômico e demográfico deveria ser estagnado, ou em uma segunda opção, a estagnação do crescimento do consumo. Caso contrário, a humanidade poderá presenciar o desaparecimento de recursos pela exaustão, ou conviver com os efeitos caóticos da poluição.

Para Sachs (2009), não se pode chegar à opção de não uso dos recursos naturais, mas estabelecer objetivos de aproveitamento de maneira racional e ecologicamente sustentável da natureza, em benefício das populações locais, introduzindo a preocupação com o meio ambiente aos seus próprios interesses, criando, assim, um componente de estratégia de desenvolvimento.

Nessa mesma linha de raciocínio, Furtado (2009, p. 234) entende que os caminhos do desenvolvimento requerem a criação de condições para melhor uso dos recursos e distribuição dos resultados, ou seja:

O caminho a abrir será na direção de um uso mais racional dos fatores e de uma distribuição menos desigual da renda social. O desenvolvimento no futuro e, em particular, o seu custo social estarão na dependência de uma justa apreciação desses problemas. A falta de uma percepção objetiva da realidade deveu-se, no passado, à persistência de ideologias voltadas para a restauração de uma estrutura econômica superada. O desenvolvimento somente se realizará se criarem condições para uma participação mais ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais.

Para Hopwood, Mellor, O'brien (2005), o Desenvolvimento Sustentável em sua essência possui potencial para enfrentar as problemáticas e desafios da humanidade, agora e no futuro. Para isso, segundo os autores, a proposta de Desenvolvimento Sustentável precisa de mais clareza de sentido, concentrando-se nos meios de subsistência sustentáveis e sustentabilidade ambiental no longo prazo, o que requer uma base forte em princípios que integrem o social e ambiental ao capital humano.

Passados mais de duas décadas, da publicação do conceito de Desenvolvimento Sustentável, a Conferência das *United Nations* - UN para o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, no período de 13 a 22 de junho de 2012, apresentou como temas principais de debates: cooperação global e economia verde (UN, 2012).

Economia verde é um modelo de crescimento econômico baseado na baixa emissão de carbono e no uso eficiente dos recursos naturais. O que depende, por sua vez, de uma organização entre os países para garantir que os protocolos sejam seguidos por todos os governos, ou seja, cooperação global (UN, 2012).

Dá-se, portanto, continuidade ao mesmo debate, ou seja, o desafio em conseguir um equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, principalmente pela complexa compatibilização de interesses, no ambiente político e econômico (KATES; PARRIS; LEISEROWITZ, 2005).

Dentre tantos compromissos firmados e reafirmados na Rio+20, destaca-se uma lista de promessas rumo à uma economia verde, que de modo geral, envolve três pontos chaves, nas três principais dimensões do DS: cuidados com o meio ambiente e uso eficiente dos recursos naturais, combate à pobreza e redução das desigualdades. A erradicação pobreza, é vista como maior desafio que o mundo enfrenta, considerado requisito indispensável para o Desenvolvimento Sustentável (UN, 2012).

No entanto, para se alcançar essas metas, o relatório, fruto da Rio+20, enfatiza a importância da cooperação global, ao mencionar que, para a promoção do Desenvolvimento

Sustentável, a participação significativa de todos os segmentos da sociedade envolvendo os setores públicos e privados, incluindo grandes grupos como: mulheres, jovens, crianças, povos indígenas, idosos, agricultores, pessoas com deficiência, organizações não-governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, a comunidade científica e tecnológica, são essenciais (UN, 2012).

2.1.1.1 As dimensões do Desenvolvimento Sustentável

A OECD – *Organisation de Coopération et de Développement Économiques* (2001) considera três dimensões para o Desenvolvimento Sustentável: social, ambiental e a econômica. Sachs (2002) cita outras cinco dimensões que em sua opinião fortalecem o Desenvolvimento Sustentável: a territorial, cultural, ecológica, política nacional e política internacional.

Silva (2008, p. 18), ao apresentar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, também cita a dimensão cultural, que consiste em entender o homem e a sua interação histórica com o processo de desenvolvimento. Desta forma, o autor conceitua Desenvolvimento Sustentável “como um processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do individual para o global”. Ainda segundo o autor, essas dimensões permitem avaliar o homem nos seguintes aspectos: homem em sociedade (econômica e social); o homem e recursos naturais (ambiental e espacial); e homem e história (cultural).

Outras três dimensões são sugeridas por Silva (2010), humana, espiritual e ética. Humana, no sentido de prevalência do apoio mútuo, solidariedade, consciência de espécie e de preservação das gerações futuras, como fundamental para a sobrevivência humana; espiritual, no sentido de análises históricas geracionais que o homem faz da natureza, determina suas crenças, mitos, analisam as sucessões de fenômenos naturais que regem o funcionamento do universo, para prever novos acontecimentos e co-evoluir; e a ética, que permeia as demais dimensões como princípio e fundamento básico para o estabelecimento de valores de uma sociedade justa, igualitária e solidária.

As dimensões social, ambiental e econômica são as mais difundidas na operacionalização do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Sachs (2008) comenta a importância da interrelação entre as dimensões econômica, social e ambiental como sendo um

tripé entre aspectos ambientais, sociais e econômicos, ou seja, um desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado. Neste novo paradigma, comenta o autor, o desenvolvimento econômico não pode ser discutido sem considerar os impactos ambientais, e que a verdadeira solução consiste em um desenvolvimento que permite de forma simultânea um avanço nas três dimensões.

A OECD (2001), também, menciona as interações que as dimensões econômica, social e ambiental podem gerar no processo do Desenvolvimento Sustentável. Dentre elas, destaca-se a importância do meio ambiente para o bem-estar do indivíduo; possibilidade de emprego e melhor qualidade de vida; redistribuição de renda; consciência dos indivíduos sobre os problemas ambientais; investimentos na proteção do meio ambiente.

O quadro 1, apresenta as dimensões do Desenvolvimento Sustentável na concepção dos autores citados e suas principais características:

Social	Distribuição justa de renda; inserção produtiva; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.
Ambiental	Respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; Proteção da integridade dos recursos naturais.
Econômica	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; Melhoria da infraestrutura produtiva.
Cultural	Tolerância com a diversidade cultural; respeitar e estimular as diferenças, os valores e saberes locais de cada população.
Territorial/ Espacial	Distribuição espacial dos recursos, populações, atividades e renda; Melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades interregionais; Usar o território de acordo com as suas reais potencialidades; Desconcentrar as populações das metrópoles para o espaço rural; Apoiar as regiões com maior concentração de pobreza e menor ritmo de crescimento econômico.
Ecológica	Preservação do potencial de capital natural na sua produção de recursos renováveis; Limite ao uso de recursos não-renováveis.
Humana	Apoio mútuo, solidariedade, consciência de espécie e de preservação das gerações futuras, como fundamental para a sobrevivência humana.
Espiritual	Determina as crenças e mitos; permite a análise de sucessões de fenômenos naturais que regem o funcionamento do universo para prever novos acontecimentos e coevoluir.
Política nacional	Governança democrática e participativa; um nível razoável de coesão social; Desenvolvimento da capacidade do estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores.
Política internacional	Garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; Um pacote norte-sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade; Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios.
Ética	Permeia as demais dimensões como princípio e fundamento básico para o estabelecimento de valores de uma sociedade justa, igualitária e solidária.

Quadro 1 – Características das dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Sachs (2002); Silva (2008); Silva (2010).

Mauerhofer (2008), ao apresentar o triângulo 3-D da sustentabilidade, introduz e hierarquiza critérios para a avaliação das três dimensões básicas da sustentabilidade: ambiental, social e econômica. O triângulo representa a biosfera global, com todos os seus

recursos naturais, é ele quem mantém o equilíbrio da vida. Desta forma, comprometê-lo significa comprometer, também, as dimensões econômica e social da sustentabilidade.

O triângulo 3-D da sustentabilidade está evidenciado na figura 2. A base do triângulo é formada por três círculos representando o capital ambiental, social e econômico. O círculo externo representa o capital natural, o intermediário o capital social e o interno o capital econômico. O capital econômico no centro da base não indica qualquer prioridade ou grau de importância, mas indica que o capital ambiental e social é condição para o capital econômico operar. Estes três círculos mostram a quantidade de ativos que cada um destes elementos possui. As barras sobre cada um dos círculos evidenciam a capacidade e o nível de utilização dos ativos e o triângulo horizontal formado sobre as três barras representa a sustentabilidade, ou seja, o equilíbrio ou desequilíbrio do sistema como um todo, e representa os níveis de efetividade e eficiência social e ambiental que todo o sistema está produzindo.

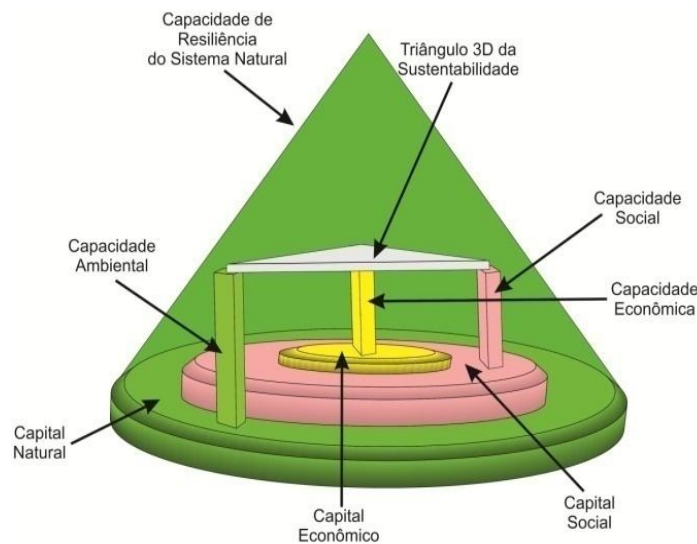


Figura 2 - Triângulo 3-D da sustentabilidade

Fonte: Adaptado de Mauerhofer (2008)

Assim, a figura 2 evidencia a interrelação entre as dimensões ambiental, social e econômica para o equilíbrio da sustentabilidade do planeta como um todo. Se a biosfera for comprometida, o mesmo ocorrerá com os sistemas social e econômico, inviabilizando a vida humana no planeta. Indica, também, que o capital natural possui limites para absorver os efeitos da atividade humana e não deve ser visto como um recurso inesgotável e externo no contexto do desenvolvimento (ROBERT, 2000, SACHS, 2008; SACHS, 2009).

Para Robèrt (2000), os grandes ativos ambientais, como por exemplo, a biosfera, não pode ser totalmente substituível e devem ser preservados, mesmo em uma provável limitação da atividade econômica ou da expansão da população, pois, é o sistema ambiental que primeiro envolve, sustenta e, antes de tudo, viabiliza o sistema social e o econômico. Robinson (2004) enfatiza que, a sustentabilidade ambiental não pode ser alcançada se o problema da pobreza não for resolvido com o sucesso em todo o mundo, as questões devem ser resolvidas de forma simultânea.

O triângulo do Desenvolvimento Sustentável proposto por Munasinghe (2004), figura 3, enfatiza, também, as três grandes dimensões: econômica, social e ambiental. Onde a econômica está orientada para a melhoria do bem-estar humano, principalmente, por meio do consumo de bens e serviços de forma eficiente. A dimensão ambiental centra-se na defesa da integridade e resiliência dos recursos naturais. E, a dimensão social enfatiza o enriquecimento das relações humanas e a realização das aspirações individuais e coletivas.

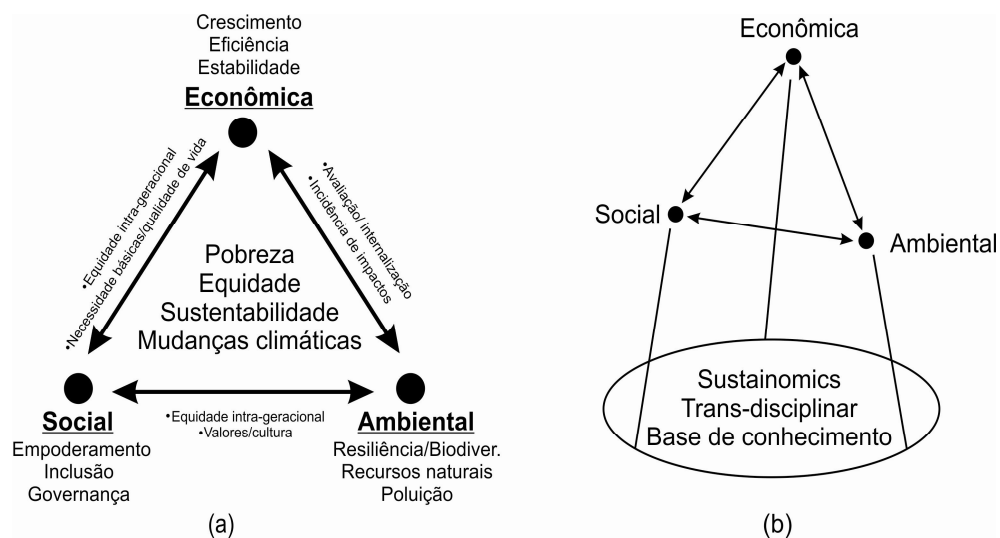


Figura 3: (a) Elementos do Desenvolvimento Sustentável; (b) Triângulo de Desenvolvimento Sustentável
 Fonte: Munasinghe (2004, p. 2)

Na proposta de Munasinghe (2004), o Desenvolvimento Sustentável é apreendido como um processo que se projeta para uma gama de oportunidades. A expansão do conjunto de oportunidades permite ao ser humano, seja individual ou de forma coletiva, alcançar as suas aspirações, mantendo a capacidade econômica e social e a resiliência do sistema ambiental. Evidencia uma interação entre as dimensões, respeitando suas individualidades, onde há uma colaboração mútua para se obter um objetivo comum.

Enfatizando, ainda, a questão da interrelação entre as dimensões econômica, social e ambiental, Vollenbroek (2002) destaca pesquisas realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente da Holanda, onde foram identificados três recursos fundamentais para a satisfação de parte das necessidades: (1) energia; (2) espaço; e (3) biodiversidade. Os três recursos citados não são independentes, portanto, qualquer decisão sobre o uso de um dos três recursos causará impacto nos outros dois. Decisões sobre a atividade industrial e agrícola, por exemplo, provocam impacto sobre a qualidade do espaço e, portanto, sobre a biodiversidade.

Para Melo Neto e Froes (2002), a interrelação entre as dimensões compreende a criação de um novo padrão de desenvolvimento que contemple todas as pessoas e que seja inclusivo, humano, economicamente viável e socialmente sustentável. Constitui-se em um modelo de desenvolvimento fundamentado nos aspectos comunitário, sustentado e integrado.

O sentido de comunitário compreende o envolvimento de toda a comunidade, de forma que os benefícios possam ser compartilhados com todos. Sustentado, porque tem como objetivo dar autonomia às pessoas, grupos e comunidade para que possam agir em seu próprio nome, tornando-os independentes e auto-suficientes. Integrado porque parte da ideia de desenvolver-se no contexto de toda a sociedade, sob a forma de redes de cooperação entre diversos agentes, como governo local, empresas e organizações sociais, por meio das ações produzidas por seus participantes (MELO NETO; FROES, 2002).

Com esta visão multidimensional do Desenvolvimento Sustentável, diversidade e abrangência, todas as dimensões devem ser consideradas, pois, se torna inviável discutir os problemas e encontrarem alternativas, dissociando as dimensões, seja em contextos locais, regionais ou nacionais.

Além disso, o Desenvolvimento Sustentável de uma comunidade está associado às iniciativas inovadoras e mobilizadoras em torno de um projeto coletivo, articulando as potencialidades locais existentes nas condições dadas pelo contexto externo (decisões políticas e econômicas) (BUARQUE, 2002).

As iniciativas inovadoras estão associadas à criação de alternativas para adaptação às mudanças e com as vocações econômicas, onde os atores por meio de uma visão empreendedora percebem oportunidades e as transformam em ações para o benefício da comunidade e para o desenvolvimento.

Finalizando essa abordagem, o quadro 2 sintetiza o pensamento dos autores estudados sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Autores	Pressupostos básicos
Hopwood, Mellor e O'Brien (2005); Maser, Astier e López-Ridaura (2000).	Erradicar a pobreza; satisfazer as necessidades humanas; participação igualitária nos recursos; conservar e ampliar a base de recursos existentes.
Kates, Parris e Leiserowitz (2005).	Desafio é alcançar o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental; compatibilização de interesses.
Sen (2000).	Envolvimento do conjunto de atores que formam a sociedade; ações conjuntas e relações sociais entre atores para promover o Desenvolvimento Sustentável; desenvolvimento de <i>capabilities</i> individuais.
Sachs (2004).	Acrescenta duas dimensões para fortalecer o Desenvolvimento Sustentável: territorial e política; desenvolvimento incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado.
Silva (2010).	Desenvolvimento Sustentável envolve, ainda, as dimensões ética, espiritual e humana.
Silva (2008).	Processo de transformação de forma harmoniosa entre as dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do individual para o global.
Holling (2004).	Capacidade de criar oportunidades; melhoria da gestão dos sistemas; aprendizagem.
Mebratu (1998); WCED (1987).	Assegurar a promoção de um futuro economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável para as gerações presentes e futuras.
Robinson (2004); Mauerhofer (2008); Robert (2000); OECD (2001); Vollenbroek (2002); Munasinghe (2004); Sachs (2002, 2008, 2009); Melo Neto e Froes (2002).	Integração entre as dimensões ambiental, social e econômica para o equilíbrio da sustentabilidade do planeta como um todo, o que envolve o desenvolvimento de novos conceitos, métodos e ferramentas que criam sinergia com organização social e política.
Iyer-Raniga e Treloar, (2000); Bagheri e Hjorth (2007); Hopwood, Mellor e O'Brien (2005); Robinson (2004); UN (2012); Frey (2001).	Requer participação cidadã para promover o desenvolvimento humano e social; requer participação significativa de todos os segmentos da sociedade, envolvendo os setores públicos e privados, incluindo grandes grupos como: mulheres, jovens, crianças, povos indígenas, idosos, agricultores, dentre outros.

Quadro 2 – Síntese teórica sobre Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Revisão de literatura

A operacionalização do Desenvolvimento Sustentável é tratada como um grande desafio para a sociedade e, neste contexto incluem-se as organizações (VOLLENBROEK, 2002; BAGHERI; HJORTH, 2007).

Pensando na sustentabilidade econômica, a cooperação interorganizacional é uma das estratégias utilizadas pelas organizações. Os vários tipos de parcerias implementadas tem como objetivo vencer as limitações e gerar novos benefícios. No entanto, para o Desenvolvimento Sustentável, ações de cunho social e ambiental também devem ser implementadas. Segundo Hart e Milstein (2004), as organizações já pensam a sustentabilidade como fonte de vantagem competitiva e de geração de valor para a sociedade, produzindo, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Assim, a cooperação interorganizacional pode ser pensada, ainda, como uma estratégia utilizada pelas cooperativas, por meio do princípio da intercooperação. As cooperativas podem cooperar entre si, com objetivo de gerar melhores resultados para seus associados, comunidade e para o fortalecimento das próprias cooperativas.

2.2 RELACIONAMENTOS INTERORGANIZACIONAIS

Os relacionamentos interorganizacionais podem ser entendidos como uma interação entre organizações e tem como propósito, obter soluções coletivas e criar valor para as empresas envolvidas (CROPPER *et al.*, 2008).

Tal fenômeno ocorreu devido a diversas mudanças no cenário mundial, como o acirramento da concorrência empresarial e a possibilidade de criação de vantagens competitivas, justamente a partir do estabelecimento de relacionamentos interorganizacionais.

As estratégias de cooperação entre empresas têm crescido consideravelmente desde a década de 1980 e pode ser considerada uma das mais recentes formas organizacionais (CHILD; FAULKNER; TALLMAN, 2005).

Os relacionamentos interorganizacionais estão cada vez mais comuns no setor público e privado, e caracterizam-se por objetivos comuns, respeito mútuo e vontade de negociar e cooperar (CASEY, 2008). Desta forma, a cooperação entre empresas pode ser vista como uma importante estratégia na superação de limitações individuais, promotora de integração para realização dos objetivos organizacionais.

Do ponto de vista prático, como teórico, a noção de relacionamentos interorganizacionais é aplicada a uma ampla variedade de relacionamentos entre organizações como, por exemplo, *joint ventures*, *network*, consórcios, alianças, associações e diretorias interligadas/*interlocking directorate*, conglomerados, *clusters* (BARRINGER; HARRISON, 2000; AMATO NETO, 2000).

Ainda, na tipologia de relacionamentos interorganizacionais tem-se a intercooperação ou Cooperação entre Cooperativas, prerrogativa do modelo de gestão cooperativo, sexto princípio que norteia o modelo cooperativista. Por tratar-se do foco de investigação deste estudo, a intercooperação será abordada no item 2.2.1, a seguir.

Para melhor compreensão de relacionamentos interorganizacionais, é importante conhecer as motivações, benefícios, intenções que levam as empresas de um modo geral a cooperarem e quais correntes teóricas buscam melhor explicar o fenômeno.

Os estudos sobre os relacionamentos interorganizacionais indicam que estes possuem uma natureza multifacetada, pois, envolve uma mistura de motivos, intenções, objetivos e benefícios. Desta forma, Barringer e Harrison (2000) apresentam seis correntes teóricas utilizadas nas pesquisas, que contribuem com este campo de estudo, os quais discutem amplamente os relacionamentos interorganizacionais, de forma interdisciplinar: Economia dos Custos de Transação, Dependência de Recursos, Escolha Estratégica, Teoria dos *Stakeholders*, Teoria da Aprendizagem e Teoria Institucional.

Barringer e Harrison (2000) explicam a aplicação das seis teorias nos estudos dos relacionamentos interorganizacionais, por meio de um *continuum* conceitual, (figura 4), a partir de uma lógica de dependência econômica, a uma lógica de dependência comportamental.

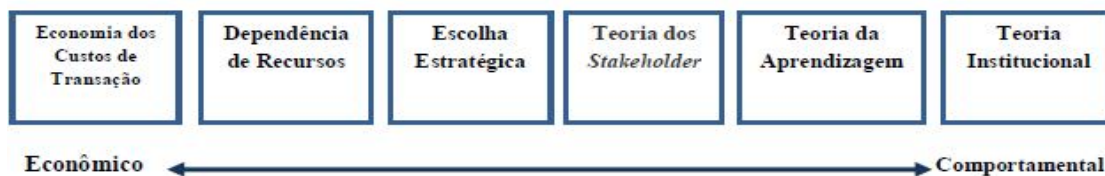


Figura 4 - Fundamentos Teóricos de Relacionamentos Interorganizacionais

Fonte: Adaptado de Barringer e Harrison (2000, p. 382).

A Teoria da Economia dos Custos de Transação e Dependência de Recursos, representam explicações de interesses econômicos para a formação de relacionamentos interorganizacionais, como o processo por meio do qual as organizações reduzem suas dependências ambientais, utilizando várias estratégias para aumentar seu próprio poder. A Teoria sobre Dependência de Recursos faz, também, uma distinção entre tipos de dependência de recursos, materiais ou imateriais, como possíveis determinantes na formação de redes, enquanto que a Teoria da Escolha Estratégica, é utilizada para entender como a cooperação e as relações interorganizacionais podem gerar impacto na competitividade das empresas, baseia-se em uma tradição principalmente econômica, onde a busca de alianças e parcerias está centrada na ideia de aumento da competitividade ou poder de mercado, de forma a neutralizar ou bloquear estratégias de concorrentes (BARRINGER; HARRISON, 2000; BALESTRIN; VERSCHOORE; REYES JUNIOR, 2010).

Já, a Teoria dos *Stakeholder*, explica os interesses de grupo de indivíduos nas organizações, como estes podem afetar ou serem afetados pelas políticas e estratégias, contribuindo com o alinhamento dos interesses individuais e com os interesses organizacionais, além de ajudar a empresa a reduzir as incertezas e riscos. A Teoria da Aprendizagem, representa a capacidade de uma organização de utilizar o conhecimento e informações adquiridas nos relacionamentos, para reduzir custos ou aumentar receitas e lucratividade. E, a Teoria Institucional no final do *continuum* analisa os mecanismos institucionais pelos quais, as relações interorganizacionais são iniciadas, negociadas, desenhadas, coordenadas, monitoradas, adaptadas e terminadas (BARRINGER; HARRISON, 2000; BALESTRIN; VERSCHOORE; REYES JUNIOR, 2010).

Essas correntes teóricas ofereceram múltiplas contribuições aos estudos sobre relacionamentos interorganizacionais, colaborando para o seu melhor entendimento, desde a origem, motivações, objetivos, benefícios, diferentes definições, causas de insucessos e explicações complementares. Evidentemente, outras teorias, como a contingencial, teoria sobre redes sociais, entre outras, também, fornecem elementos para a análise e conhecimento do assunto.

Para os relacionamentos interorganizacionais com foco mais tradicional, a motivação, está, principalmente, na preocupação das empresas de atenderem as demandas econômicas e de mercado, e pelo esgotamento de iniciativas individuais na busca pela inovação. Todavia, de acordo com Hart e Milstein (2004), a preocupação social e ambiental já tem recebido atenção das organizações, como fonte de vantagem competitiva e geração de valor. Organizações como as cooperativas, que já incorporam a preocupação social, além da econômica de seus associados, estão mais propensas à incorporação da dimensão ambiental em suas estratégias, e o desenvolvimento da intercooperação, pode contribuir para a implementação de ações relacionadas aos cuidados com o meio ambiente.

Desta forma, para estabelecerem outro patamar de inovação e complementariedade, as organizações encontraram na cooperação uma forma de atuar em conjunto, como meio de compartilhar recursos (materiais, financeiros, tecnológicos e humanos), informações e conhecimento, minimizando os riscos inerentes ao ambiente.

No entanto, para que os relacionamentos de cooperação entre empresas obtenham os resultados esperados, Casey (2008) destaca alguns fatores determinantes para o sucesso como confiança, valorização do parceiro, liderança eficaz, colaboração, comprometimento, comunicação, equidade, participação na tomada de decisões e partilha de poder. Segundo o autor, estas características constituem práticas importantes para o sucesso das relações de

parceria. Já, Bachmann (1999) destaca a confiança entre os parceiros como uma condição vital para o sucesso da relação formada.

O sucesso da relação de cooperação pode ser percebido pelos benefícios produzidos, vistos como vantagem competitiva conjunta das empresas participantes que, coletivamente cooperaram para gerá-los. A capacidade de combinar ideias e recursos oportuniza para as organizações parceiras, novas competências, conhecimentos e inovações.

As estratégias de cooperação podem oferecer vantagens colaborativas significativas às organizações, principalmente para aquelas onde faltam competências e recursos.

Assim, os benefícios que os relacionamentos interorganizacionais podem proporcionar às empresas envolvidas, alcançam diversos setores, destacados por Whiteoak (1994):

- (1) Redução de estoque e custos – operações em conjunto são mais eficientes;
- (2) Melhoria da disponibilidade de produtos, maximizando as oportunidades de vendas;
- (3) Melhoria da informação;
- (4) Melhoria da qualidade e serviços oferecidos; e
- (5) Aumento dos lucros e retorno sobre os investimentos.

Para Oliveira *et al.* (2010), um dos principais benefícios da cooperação interorganizacional tem sido a troca de conhecimentos, capazes de gerar inovações para as empresas participantes. A inovação ocorre pelo estímulo ao compartilhamento de informações, pelas transferências de outros ativos como a tecnologia, gerando novos produtos. E, com o desenvolvimento de novos produtos expandem a base de recursos ampliando as possibilidades de inovação (GHISI, 2005).

Os benefícios que podem ser proporcionados pelos relacionamentos interorganizacionais, convergem com os objetivos organizacionais que levam as empresas a cooperarem. Para Ebers (1997), as empresas se unem por objetivos comuns, que estão direcionados, principalmente, para o acesso ao conhecimento e à aprendizagem, na redução de custos, na ampliação da escala, na adaptação às mudanças, na diminuição de riscos, na complementação de ativos e no desenvolvimento de capacitações.

Verschoore e Balestrin (2008) destacam cinco motivos relevantes para o estabelecimento de cooperação entre empresas, os quais reúnem o conjunto de ganhos para as empresas participantes: 1º) acesso a soluções; 2º) escala e poder de mercado; 3º) aprendizagem e inovação; 4º) relações sociais; e 5º) redução de custos e riscos.

Dentre os motivos apontados por Ebers (1997) e Verschoore e Balestrin (2008), que levam as empresas a cooperarem, apenas dois se diferenciam: inovação e relações sociais,

cujos ganhos estão além dos puramente econômicos, como a ampliação do capital social, consolidação das relações sociais e a inovação, por meio da socialização de ideias e experiências.

Zineldin e Dodourova (2005) sintetizam em quatro categorias, os motivos que levam as empresas à formação de relacionamentos interorganizacionais:

- 1) Financeiros - motivos relacionados com a redução de custos e geração de lucros;
- 2) Tecnológicos - motivos relacionados com o processo de compartilhamento de tecnologia, desenvolvimento conjunto de novos produtos, etc.;
- 3) Gerenciais - motivos relacionados com o gerenciamento da cooperação, confiança, e lealdade; e
- 4) Estratégicos - motivos relacionados com o posicionamento competitivo.

Apesar dos vários benefícios apresentados e os objetivos que justificam a formação de relacionamentos interorganizacionais, alguns problemas poderão surgir no decorrer desse processo, que podem levar ao insucesso. Pereira *et al.* (2010) e Zineldin e Dodourova (2005) identificaram alguns motivos que dificultam o sucesso dos relacionamentos interorganizacionais e, citam: a capacidade do grupo para gerenciar a cooperação, oportunismo, choque de cultura, quebra de confiança, incapacidade de gerar benefícios, falta de metas e objetivos claros, assimetria de benefícios, desajuste de estratégia, relação custo-benefício.

A estratégia de cooperação interorganizacional é uma tentativa de fazer com que a organização alcance seus objetivos através da cooperação com outras empresas ao invés da competição entre elas, concentrando-se todos os esforços nos benefícios que podem ser obtidos através da cooperação, assim como, no seu gerenciamento. As estratégias de cooperação interorganizacional podem oferecer vantagens significativas ao compartilhar competências, recursos, conhecimentos, estabelecendo vínculos complementares de habilidades e outras oportunidades mútuas (CHILD; FAULKNER; TALLMAN, 2005).

A geração de benefícios é considerada uma importante alternativa para a resolução dos problemas de relacionamentos interorganizacionais. Assim, uma das principais preocupações para a manutenção e satisfação das empresas participantes de relacionamentos interorganizacionais, deve ser a introdução de novos benefícios, podendo ocorrer de forma mais ou menos intensa, mas que seja um processo contínuo. A diminuição da relação custo-benefício pode desencadear outros motivos que venham a desestabilizar os relacionamentos (quebra de confiança, incapacidade de gerenciamento) (PEREIRA *et al.*, 2010).

A geração de benefícios, por meio da criação de novas ações está integrada à ideia de inovação. Inovar, portanto, é fator central. Assim, pode-se dizer que a principal variável que afetará o comportamento dos relacionamentos cooperativos entre empresas, é o grau de inovação. A inovação torna-se o propulsor da sustentabilidade dos relacionamentos interorganizacionais, da mesma forma que em outros tipos de arranjos organizacionais (PEREIRA, *et al.*, 2010).

Objetivando melhor visualização do pensamento dos autores sobre relacionamentos interorganizacionais, apresenta-se no quadro 3, uma síntese dessas ideias.

	Autores	Pressupostos básicos
Relacionamentos Interorganizacionais	Cropper <i>et al.</i>, (2008).	Entendidos como uma interação entre organizações e tem como propósito, obter soluções coletivas e criar valor para as empresas envolvidas.
	Casey (2008).	Caracterizam-se por objetivos comuns, respeito mútuo e vontade de negociar e cooperar.
	Barringer e Harrison (2000); Amato Neto (2000).	Exemplos de relacionamentos interorganizacionais: <i>joint ventures</i> , <i>network</i> , consórcios, alianças, associações e diretorias interligadas/ <i>interlocking directorate</i> , conglomerados, <i>clusters</i> .
	Barringer e Harrison (2000).	Apresentam seis correntes teóricas, as quais discutem amplamente os relacionamentos interorganizacionais, de forma interdisciplinar: Economia dos Custos de Transação, Dependência de Recursos, Escolha Estratégica, Teoria dos <i>Stakeholders</i> , Teoria da Aprendizagem e Teoria Institucional.
	Casey (2008); Bachmann (1999).	Destaca alguns fatores determinantes para o sucesso dos relacionamentos como: confiança, valorização do parceiro, liderança eficaz, colaboração, comprometimento, comunicação, equidade, participação na tomada de decisões e partilha de poder. Essas características constituem práticas importantes para o sucesso das relações de parceria.
	Zineldin e Dodourova (2005); Verschoore e Balestrin (2008); Ebers (1997); Whiteoak (1994).	Motivos para relacionamentos interorganizacionais: financeiros, tecnológicos, gerenciais e estratégicos; acesso a soluções; escala de poder e mercado; aprendizagem e inovação.
	Oliveira <i>et al.</i> (2010); Ghisi (2005); Verschoore e Balestrin (2008); Ebers (1997); Child, Faulkner e Tallman (2005); Whiteoak (1994).	Benefícios: troca de conhecimentos; aprendizagem e inovação; acesso ao conhecimento; redução de custos; ampliação da escala; adaptação às mudanças; diminuição de riscos; complementação de ativos; relações sociais; desenvolvimento de capacitações; melhoria da informação.
	Pereira <i>et al.</i> (2010); Zineldin e Dodourova (2005).	Inibidores: capacidade do grupo para gerenciar a cooperação; oportunismo; choque de cultura; quebra de confiança; incapacidade de gerar benefícios; falta de metas e objetivos claros; assimetria de benefícios; desajuste de estratégica; relação custo-benefício.

Quadro 3 – Síntese teórica sobre relacionamentos interorganizacionais

Fonte: Revisão de literatura

Na sequência, incorpora-se à discussão de relacionamentos interorganizacionais, a intercooperação, que refere-se à cooperação entre cooperativas. A intercooperação pode

oferecer para as cooperativas vantagens colaborativas significativas, especialmente para aquelas que apresentam limitações de competências e recursos.

2.2.1 Intercooperação

A intercooperação potencializa em nível macro a cooperação inerente às cooperativas. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2012b) “as cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais”.

A intercooperação visa promover o desenvolvimento do cooperativismo, para que as cooperativas possam se desenvolver em um ambiente de intensa competitividade, oportunizando aos seus cooperados melhoria da condição socioeconômica (OCB, 2012b). A intercooperação pode ocorrer entre sociedades cooperativas do mesmo ramo ou de ramos diferentes, podendo associar-se umas às outras para melhor utilização dos serviços, permitindo a otimização dos resultados.

Neste sentido, a intercooperação pode ser considerada uma estratégia cooperativista que permite a possibilidade de mobilização das cooperativas na defesa de seus interesses. Para Galerani e Bastiane (2002), a cooperação e a integração cooperativa representam não somente uma resposta de adaptação ao ambiente pela competição da economia e de mercados, mas representa, também, o ponto máximo de solidariedade das cooperativas. Esse tipo de estratégia possibilitará colaborar com outras cooperativas, assim suas atividades podem ser bem mais desenvolvidas e operacionalizadas, na busca de resultados comuns e compartilhados (OLIVEIRA, 2001).

Na opinião de Leite (2010), estabelecer relações intercooperativas é considerado uma regra de sobrevivência para o movimento cooperativo, se as cooperativas não trocarem experiências, não se preferirem entre si, não partilharem experiências e conhecimentos, não há movimento cooperativo, mas outra experiência associativa, com realização de interesses que ficará esquecido quando esse interesse dissipar.

O princípio da intercooperação, foi introduzido no modelo cooperativista pela Aliança Cooperativa Internacional, em 1966, sendo que Leite (2010) considera a intercooperação toda e qualquer relação entre cooperativas. No entanto, a intercooperação ainda é uma prática

tímida entre as cooperativas, assim como a literatura sobre seus conceitos e práticas (LAGO, 2009).

Nos estudos sobre a intercooperação, Lago (2009) identificou alguns motivos que levam as cooperativas a não intercooperarem, no tocante a recursos humanos e ao modelo cooperativista. Quanto aos recursos humanos:

- a) Vaidades pessoais;
- b) Falta de visão do negócio;
- c) Falta de liderança;
- d) Desconfiança;
- e) Falta de comunicação.

No que diz respeito às razões da não intercooperação que envolvem o sistema cooperativo, Lago (2009) identificou os seguintes motivos:

- a) Falta de regulamentação;
- b) Monitoramento e controle da situação das cooperativas;
- c) Persistência da invasão da área de atuação.

Após a identificação das razões que levam a não cooperação entre cooperativas, Lago (2009) propôs algumas sugestões, no sentido de contribuir para resolver os problemas da intercooperação:

Quanto aos recursos humanos:

- a) Ações de comunicação constante;
- a) Treinamentos;
- b) Preparação de lideranças;
- c) Profissionalização da gestão;

Quanto ao sistema cooperativo:

- a) Atuação mais forte, no sentido de intervir nas cooperativas com problemas;
- b) Delimitar e abolir a invasão de área;
- c) Rever a participação democrática em relacionamentos intercooperativos.

Finalizando essa abordagem, o quadro 4 apresenta uma síntese do pensamento dos autores sobre o princípio da intercooperação.

	Autores	Pressupostos básicos
Intercooperação	OCB (2012b).	Potencializa a nível macro a cooperação inerente às cooperativas. Promove o desenvolvimento do cooperativismo; permite que as cooperativas possam se desenvolver em um ambiente de intensa competitividade, oportunizando aos seus cooperados melhoria da condição socioeconômica.
	Galerani e Bastiane (2002).	Representa o ponto máximo de solidariedade das cooperativas.
	Leite (2010).	Regra de sobrevivência para o movimento cooperativo; Considera a intercooperação toda e qualquer relação entre cooperativas.
	Oliveira (2001).	Possibilita colaborar com outras cooperativas, assim suas atividades podem ser bem mais desenvolvidas e operacionalizadas, na busca de resultados comuns e compartilhados.
	Lago (2009).	A intercooperação ainda é uma prática tímida para as cooperativas, assim como a literatura sobre seus conceitos e práticas.
	Lago (2009).	Motivos que levam as cooperativas a não intercooperarem: vaidades pessoais; falta de visão do negócio; falta de liderança; desconfiança; falta de comunicação.
	Lago (2009).	Sugestões para melhoria da intercooperação: ações de comunicação constante; treinamentos; preparação de lideranças; profissionalização da gestão; atuação mais forte do sistema cooperativo para intervir nas cooperativas com problemas; delimitar e abolir a invasão de área; rever a participação democrática em relacionamentos intercooperativos.

Quadro 4 – Síntese teórica sobre o princípio da intercooperação

Fonte: Revisão de literatura

Assim, é possível afirmar que os relacionamentos interorganizacionais são estratégias indutoras de inovação. E, a inovação em consonância com os objetivos organizacionais, pode ocorrer de duas formas: inovação tecnológica e não-tecnológica. Para as organizações de natureza econômica, os objetivos dos relacionamentos interorganizacionais estão mais propensos para criação e desenvolvimento de inovações tecnológicas (produto e processo), e com menos intensidade para as inovações não-tecnológicas (social, ambiental, *marketing*, organizacional e interorganizational). Já, para as organizações de natureza econômica e social, como as organizações do modelo de gestão cooperativo (modelo socioeconômico), nas relações de intercooperação, as inovações visam alcançar a dimensão econômica, social e até a ambiental, pois, somente alcançam seus objetivos a partir da realização econômica e social de seus membros.

2.3 INOVAÇÃO

O conceito de inovação envolve o desenvolvimento e a implementação de novas ideias (VAN DE VEN, 1986), utilizadas pelas organizações para promover mudanças em resposta às

alterações do ambiente externo ou como ação preventiva para influenciar o ambiente em que atuam (DAMANPOUR, 1996). Nesta concepção, inovação é percebida como estratégia para a competitividade, ampliando as possibilidades econômicas para as empresas (SHUMPETER, 1982).

Tratada como um recurso precioso, a inovação serviu como o principal motor de crescimento lucrativo nos anos 1970 e 1980 (BOSCHEE; MCCLURG, 2003).

Historicamente, o termo inovação, esteve ligado, principalmente, a questões de competitividade e lucratividade, tendo como elemento central a inovação tecnológica de produtos (bem ou serviço), enquanto condição para o crescimento e desenvolvimento econômico.

Esta ideia está bem presente no conceito de inovação apresentado por Baregheh, Rowley e Sambrook (2009), como sendo o processo multi-estágio pelo qual as organizações transformam ideias em produtos ou serviços novos ou significativamente melhorados, a fim de avançar, competir e diferenciar-se com sucesso em seu mercado. Esta definição foi construída pelos autores, a partir de estudos sobre os conteúdos dos vários conceitos existentes de inovação em diferentes campos de estudos (economia, gestão, empreendedorismo, engenharia), a qual consideram integrativa e multidisciplinar, abarcando os atributos dos conceitos estudados.

Em razão de a inovação ser considerada como a mais importante fonte de competitividade, vários estudos foram dedicados ao tema com o surgimento de manuais que se tornaram referência, como o Manual de Oslo, Manual de Bogotá e o Manual de Frascati (CONDE; ARAÚJO-JORGE, 2003).

No entanto, com a complexidade dos problemas enfrentados pelas organizações, governos e sociedade como um todo e a preocupação com o meio ambiente, com a satisfação das necessidades, qualidade de vida das pessoas e com a qualidade dos produtos consumidos, a compreensão sobre a importância do papel da inovação propaga-se para outras áreas, originando novos campos de estudos.

Assim, a terceira Edição do Manual de Oslo (OECD, 2005, p. 55) amplia a definição de inovação com a inclusão da inovação em *marketing* e inovação organizacional. Uma inovação “é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”.

Embora o Manual de Oslo da OECD reconheça que a inovação pode se dar em qualquer setor da economia, este prioriza as inovações de empresas comerciais (indústria de transformação, indústrias primárias e setor de serviços) e recomenda estudos da inovação em setores não orientados ao mercado (OECD, 2005).

Já, a comissão Européia ao publicar, em 1995, um Livro Verde sobre Inovação, reconhece que a inovação é um fenômeno econômico e social e um processo tecnológico, preenchendo, assim, a lacuna deixada pela definição do Manual de Oslo no que diz respeito à inovação social.

Neste sentido, Drucker (2003) argumenta que a inovação pode tomar diferentes formas, referindo-se à ideia de inovação sistemática, que consiste na busca e no aproveitamento de novas oportunidades, tanto na área econômica como na social, tendo como propósito o atendimento das necessidades e carências humanas. Tornou-se, na última década, um conceito cada vez mais utilizado e aplicado em todos os tipos de áreas (MÉNDEZ, 2002).

Neste estudo, abordou-se os 7 tipos de inovação, classificados em inovação tecnológica e não-tecnológica, de acordo com Schvarz Sobrinho (2009). Como inovação tecnológica tem-se: inovação de processo e produto; como inovação não-tecnológica: *marketing*, organizacional, interorganizacional, ambiental e social.

2.3.1 Inovação tecnológica

O Manual de Oslo (OECD, 2005) define inovação tecnológica como a introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas em produtos e processos existentes. As demais atividades de inovação excluídas da inovação tecnológica são classificadas como inovação não-tecnológica.

O trabalho de Joseph Alois Schumpeter prestou uma grande contribuição para as Teorias da Inovação. Schumpeter (1982) argumentou que o desenvolvimento econômico é conduzido pela inovação por meio de um processo dinâmico em que as novas tecnologias substituem as antigas, um processo que ele denominou de “destruição criadora”. As inovações podem ocorrer em maior ou menor intensidade, de forma radical ou incremental, sendo que as inovações radicais promovem rupturas mais intensas, quando as novas ideias resultam em produtos ou processos totalmente novos, que antes não existiam no mercado; enquanto que as

inovações incrementais dão continuidade ao processo de mudança, aperfeiçoamentos e melhoria nos processos.

Para Schumpeter (1982, p. 48), o processo de desenvolvimento pode ser gerado por cinco diferentes tipos de inovação:

1. Introdução de novos produtos;
2. Introdução de novos métodos de produção;
3. Abertura de novos mercados;
4. Desenvolvimento de novas fontes provedoras de matérias-primas e outros insumos;
5. Criação de novas estruturas de mercado em uma indústria.

O conceito de inovação muitas vezes é visto como sinônimo de invenção. A diferença entre o conceito de invenção para o de inovação, reside justamente no fato de o conceito de novidade depender apenas de questões técnicas inéditas; enquanto, a inovação além das questões técnicas, depende de validade econômica, pois está inserida em um contexto socioeconômico (SOUZA; SOUZA, 2008).

Quanto às invenções, Schumpeter (1982) entende que enquanto não forem colocadas em prática, as invenções são economicamente irrelevantes. E, as inovações, cuja realização é função do empresário, não precisam necessariamente ser invenções. A inovação é, portanto, a aplicação bem sucedida de uma invenção nos domínios econômicos e comercial (ROUSSELLE, 2011).

Quanto ao grau de novidade para as inovações, três conceitos podem ser citados: (1) nova para a empresa; (2) nova para o mercado; e (3) nova para o mundo. Um método de produção, de processamento ou um método organizacional pode já ter sido implementado por outras empresas, mas se ele é novo para uma determinada empresa, então, trata-se de uma inovação para aquela empresa. As inovações são consideradas novas para o mercado, quando a empresa é a primeira a introduzir a inovação em seu mercado. Uma inovação é uma novidade para o mundo, quando determinada empresa é a primeira a introduzir a inovação em todos os mercados e indústrias, nacional ou internacional (OECD, 2005).

Neste contexto, Souza e Souza (2008, p. 5) definem inovação como sendo “algo novo que agregue valor social e que diz respeito à criação de coisas novas que aglomerem conhecimentos e informações relevantes e reconhecidos, permitindo o desenvolvimento mais acelerado, ditando inclusive os rumos do mercado”.

Nas empresas, gera-se valor quando os clientes estão dispostos a pagar mais do que aquilo que custa para produzir um determinado bem ou serviço que está disponível para

venda. O lucro que um empreendimento gera pode ser considerado um indicador razoavelmente bom do valor que ele cria. Se um empreendedor sente dificuldades e não consegue convencer um número suficiente de clientes a pagar um preço adequado para gerar lucro, isso pode ser considerado um forte indicador de que o valor que está a ser criado é insuficiente para justificar esse uso dos recursos (DEES, 2001).

No meio empresarial, a inovação consiste na exploração de novas ideias que tem como propósito melhorar os negócios, criando vantagens competitivas e gerando sucesso no mercado. Pode ser realizada pela própria empresa, individualmente ou em parceria com outras empresas e instituições ou também adaptando ideias de outras empresas nacionais e estrangeiras (MBC, 2008).

2.3.1.1 Inovação em produto

Para o Movimento Brasil Competitivo (MBC, 2008), a inovação em produto compreende o desenvolvimento de novos produtos ou o melhoramento de forma significativa dos produtos já existentes, com a finalidade de atender melhor às necessidades do mercado. É definida também como “a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos” (OECD, 2005, p. 57). Refere-se, também a especificações técnicas, componentes e materiais, *softwares* incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais.

Para Cormican e O’Sullivan (2004), a inovação em produtos pode ser definida como um processo contínuo e multifuncional, que envolve e integra um número crescente de diferentes competências, dentro e fora do ambiente organizacional. Ainda, segundo dos autores, de uma maneira mais simples, pode ser o processo de transformar oportunidades de negócios em produtos e serviços tangíveis.

2.3.1.2 Inovação em processo

Uma inovação em processo compreende a implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se, também, mudanças

significativas em técnicas, equipamentos e/ou *softwares* (OECD, 2005). São mudanças com o aprimoramento ou desenvolvimento de novas formas de como fazer, seja na fabricação ou distribuição de bens ou novos meios de prestação de serviços. A logística reversa é um exemplo de inovação em processo (MBC, 2008).

2.3.2 Inovação não-tecnológica

Como inovação não-tecnológica compreende-se todas as atividades de inovação que são excluídas da inovação tecnológica, ou seja, inovações que ocorrem nas empresas que não estejam relacionadas com a introdução de um bem ou serviço tecnologicamente novo ou substancialmente modificado, ou ao uso de um processo tecnologicamente novo ou substancialmente alterado (OECD, 2005).

A seguir são apresentados os conceitos, características e outras considerações sobre os tipos de inovação não-tecnológica, com mais ênfase para a inovação social, por se tratar do tema adotado no estudo proposto.

2.3.2.1 Inovação em *Marketing*

Uma inovação em *marketing* compreende a adoção ou o desenvolvimento de novos métodos de *marketing* com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços (OECD, 2005; MBC, 2008).

As práticas de *marketing* possuem importância, também, para o sucesso de novos produtos, pesquisas de mercado e contatos com os consumidores, assim como para o desempenho da firma e o processo geral de inovação. Identificar inovações em *marketing* permite a análise de seu impacto e de sua interação com outros tipos de inovações (OECD, 2005).

2.3.2.2 Inovação organizacional

Uma inovação organizacional, segundo (OECD, 2005, p. 61) “é a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas”.

A inovação organizacional ocorre quando são desenvolvidos ou adotados novos métodos de organização e de gestão, para serem aplicados no local de trabalho ou nas relações da empresa com o mercado, consumidores, fornecedores ou distribuidores (MBC, 2008).

A inovação organizacional, além de ser considerado um fator de apoio para as inovações de produto e processo, pode ter um impacto importante sobre o desempenho das empresas. Pode, também, melhorar a qualidade e a eficiência do trabalho, facilitar a troca de informações e refinar a capacidade das empresas de aprender e utilizar conhecimentos e tecnologias (OECD, 2005).

Para Baregheh, Rowley e Sambrook (2009), as organizações precisam inovar para dar respostas às mudanças de demandas dos clientes e estilos de vida, assim como introduzir mudanças oferecidas pela tecnologia com o propósito de avançar mercados e melhorar as estruturas produtivas. Neste entendimento, a inovação organizacional pode ser feita em relação a produtos, serviços, operações, processos e pessoas.

As necessidades e problemas no interior das organizações dão origem a novas formas de inovação, com a pretensão de maior produtividade e envolvimento das pessoas. No caso da inovação organizacional, as novas ideias estão no sentido de buscar novas formas de relacionamento com os empregados com novas práticas de gestão de pessoas, mudanças nos processos produtivos para obter mais eficácia, no estilo de liderança, no estímulo à cooperação e a participação dos empregados nas atividades e decisões da empresa.

Loiola, Bastos e Teixeira (2003), *apud* Souza e Bastos (2008) e Teixeira (2006) destacam um conjunto de transformações e inovações mais recentes que ocorrem no modelo de gestão organizacional, conforme a figura 5. Estas práticas, geralmente são adotadas por organizações que estão em busca de obter maior ligação dos indivíduos ao ambiente organizacional, e melhor desempenho operacional e financeiro.

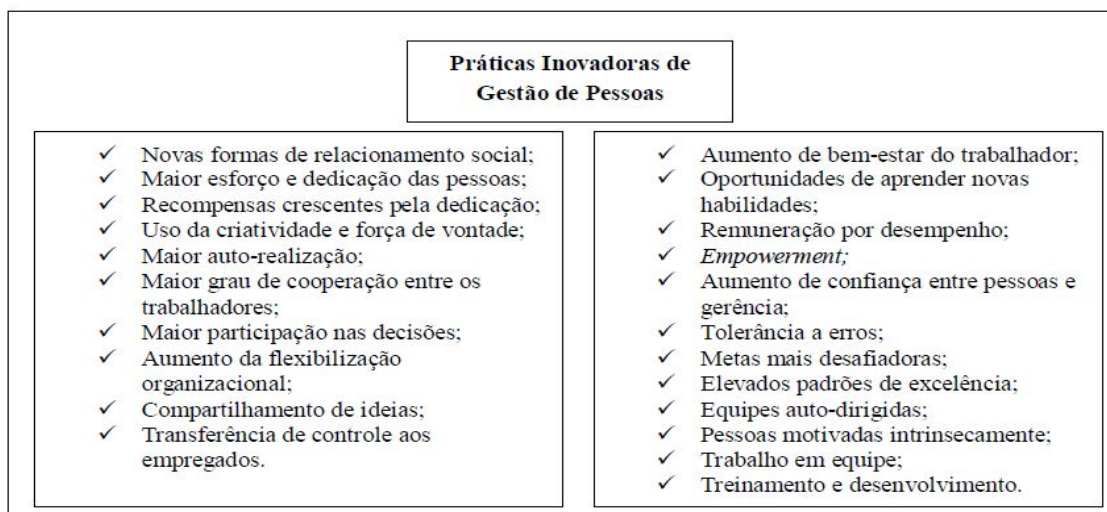


Figura 5 - Síntese das principais inovações no domínio das práticas de gestão de pessoas

Fonte: Loiola, Bastos e Teixeira (2003), *apud* Souza e Bastos (2008); Teixeira (2006)

Teixeira (2004) menciona que a inovação organizacional introduz a ideia de que é preciso entender, também, como as organizações desenvolvem suas estratégias, estruturas, processos de trabalho, estilos de liderança, comportamentos e culturas, que permitam obter desempenhos diferenciados em relação à concorrência.

2.3.2.3 Inovação interorganizacional

As práticas de cooperação entre várias organizações com o intuito de explorar oportunidades e desenvolver inovações, podem ser denominadas de inovação interorganizacional (BOSSINK, 2007). É o que Eiriz (2001) denomina de novos modos de relacionamentos entre as empresas na busca por melhor desempenho competitivo.

As alianças estratégicas ou outras formas de cooperação têm se mostrado cada vez mais uma opção para as empresas, por esta razão tem despertado grande interesse na comunidade acadêmica, com um número crescente de estudos sobre o tema (EIRIZ, 2001).

Os relacionamentos interorganizacionais têm sido criados com a finalidade de superar as deficiências individuais, principalmente para as empresas de pequeno e médio porte (LAGO, 2009). A tendência é que cada vez mais, devido às pressões do ambiente externo, as empresas formem novas alianças como mecanismo de permanência e ampliação de mercado, compartilhar conhecimentos e experiências. O fenômeno ocorreu devido a diversas mudanças

no cenário mundial, como o acirramento da concorrência empresarial e a possibilidade de criação de vantagens competitivas.

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI criou em 1966, os princípios que regem as cooperativas, os quais constituem a base filosófica do movimento cooperativo. Dentre esses princípios está a possibilidade da cooperação entre cooperativas ou a intercooperação. A ideia é de proporcionar às cooperativas melhor desempenho, a fim de encontrarem soluções para problemas comuns e como elemento de aproximação entre as cooperativas (SILVA; GONÇALVES; DIAS, 2010).

Mesmo com o acirramento da competitividade, necessidade de superar limitações em termos de recursos, inovações e competências, as cooperativas utilizam-se pouco do princípio da intercooperação, que poderia ser bem mais explorado através do trabalho conjunto (SILVA; GONÇALVES; DIAS, 2010). E, por trata-se do modelo de gestão cooperativo, a cooperação e a ajuda mútua entre as cooperativas, deveria ser uma prática constante, no entanto, possui pouca expressividade.

Após décadas de sua criação, o princípio da intercooperação ainda é considerado uma prática incipiente no cooperativismo (LAGO, 2009). Desta forma, quando as cooperativas atendem o princípio da intercooperação, expandindo seu espaço de atuação, esta estratégia pode ser tratada como uma inovação de caráter interorganizacional, onde as cooperativas superam as diversas barreiras que impedem o comportamento da intercooperação.

2.3.2.4 Inovação ambiental

A inovação ambiental, segundo Schvarz Sobrinho (2009), em uma perspectiva sistêmica, pode ser definida como um processo de desenvolvimento de novas ideias e práticas voltadas para a preservação do meio ambiente, que podem ser aplicadas em processos, produtos, modelos de negócios, decisões e relacionamentos, que contribuem para a prevenção ou redução dos efeitos nocivos ao meio ambiente.

Nesse entendimento, Schvarz Sobrinho (2009) cita algumas estratégias organizacionais relacionadas com a inovação ambiental. Essas estratégias podem ser representadas por:

1. Lançamento de novos produtos e serviços que contribuam para a preservação do meio ambiente e com a redução de poluentes, visando, ainda, atender alguns

- consumidores que efetuam suas compras orientadas por conceitos de tecnologias limpas;
2. Logística reversa;
 3. Gestão e educação ambiental;
 4. Estratégias organizacionais de *marketing* visando alcançar mercados consumidores internos e externos.

Desta forma, Klemmer, Lehr e Löbbe (1999) *apud* Rennings (2000) definem inovação ambiental como sendo todas as iniciativas e medidas propostas por atores relevantes da sociedade (empresas privadas, associações, órgãos públicos, governos, igrejas, domicílios particulares) que desenvolvem novas ideias, comportamentos, produtos, serviços e processos, os quais contribuam para a redução da carga ambiental, definida nas metas de sustentabilidade.

Hart e Milstein (2004) explicam que as empresas podem criar valor sustentável por meio do desenvolvimento de novas tecnologias, com potencial para reduzir a poluição e a geração de resíduos. O combate à poluição está focado na melhoria da eficiência ambiental das atividades de produtos e processos e a redução de resíduos, na melhor utilização dos insumos.

Ainda, para Hart e Milstein (2004), o uso de tecnologias limpas perpassa a ideia de simplesmente buscar reduzir os impactos negativos das operações, as empresas empenham-se no sentido de solucionar problemas sociais e ambientais por meio do desenvolvimento ou da aquisição de novas capacitações, as quais se direcionam diretamente para os desafios da sustentabilidade.

2.3.2.5 Inovação Social

A história da inovação mostra que muitas inovações tendem a proporcionar efeitos benéficos não só para os inovadores, mas, também, para a comunidade como um todo. No entanto, cada tipo de inovação tem uma característica central com uma área-alvo de atuação.

Sobre o Fórum de Inovação Social, promovido pela OECD, LEED (2000) ressaltou a característica central da inovação social como sendo a melhoria da qualidade de vida e que as inovações sociais devem tratar da melhoria do bem-estar dos indivíduos e da comunidade, oferecendo soluções para os problemas individuais e coletivos.

O termo “inovação social”, com a intenção de fazer referência às mudanças sociais que visem à satisfação das necessidades humanas, foi utilizado pela primeira vez por Taylor (1970), referindo-se à inovação social como novas maneiras de fazer as coisas com o propósito explícito de responder às necessidades sociais, por exemplo: a pobreza e a criminalidade.

Nos anos 1980, a sociedade civil, organizações não-governamentais e associações desempenharam um papel essencial no desenvolvimento de inovações sociais. Na década de 1990, a inovação social foi particularmente estimulada por empresas sociais do setor da Economia Social e Solidária, considerado inovador por sua finalidade social. E, mais recentemente, o conceito de Responsabilidade Social Corporativa reflete a nova tendência das empresas pela inserção de preocupações sociais e ambientais em suas atividades (ROUSSELLE, 2011).

Com a intensificação de pesquisas sobre inovação social, outros conceitos foram surgindo, ampliando o debate sobre o assunto. Mulgan *et al.* (2006, p. 11), em um relatório publicado pela Fundação Young, referem-se à inovação social como “atividades e serviços inovadores que são motivados pela meta de um encontro com a necessidade social e que se difundem predominantemente entre as organizações que têm como primeiro propósito o social”. André e Abreu (2006, p. 124) entendem a inovação social como “uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social”. Já, para Castor (2007, p. 77) inovação social compreende “busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de ‘arranjos sociais alternativos’ para produzir algo”. Rollin e Vicent (2007) consideram a inovação social como alternativa que oferece novas oportunidades com distribuição de renda de forma mais equitativa, a qual diferencia-se de inovações que enfatizam puramente o aspecto tecnológico, não se enquadrando na lógica de competitividade e lucratividade ou de atendimento dos caprichos do mercado consumidor.

Ainda sobre o conceito de inovação social, Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008) definem inovação social como sendo uma nova solução para um problema de ordem social, evidenciando-se ser mais eficaz, eficiente e sustentável que as concepções de inovação já introduzidas, beneficiando toda a sociedade com a criação de valor, ou seja, com ganhos coletivos em vez de privados, reduzindo as desigualdades sociais. Como exemplo de inovação social, os autores citam microfinanças e comércio justo. Já, Harrisson (2006) define inovação social como novas soluções para os problemas de caráter econômico e social, a partir do desenvolvimento de novos serviços, que melhorem a qualidade de vida e o bem-estar do indivíduo e da comunidade. Entendida desta forma, o autor enfatiza que a inovação social traz

duas grandes contribuições: 1- solução inovadora para uma situação considerada insatisfatória; e 2- cooperação entre uma variedade de atores que criam conhecimento compartilhado em um processo de aprendizagem mútua.

Em geral, as definições apresentadas sobre inovação social concentram-se entorno da criação de novas ideias voltadas ao bem-estar humano, que visem à melhoria do desempenho social da sociedade. Desenvolve novos jeitos de fazer as coisas, introduzindo novas dinâmicas coletivas, envolvendo, também, solidariedade e participação, reforçando a cooperação entre os atores.

Entretanto, a literatura sobre inovação social, tem identificado outras concepções sobre o estudo do termo. Torna-se necessário, então, mencionar essas diferentes concepções para uma melhor compreensão das abordagens que tratam de inovações sociais.

No viés empresarial, por exemplo, a inovação social surge como complemento da inovação tecnológica, direcionada para questões como gerenciamento do conhecimento, nível de segurança e bem-estar social dos trabalhadores, experiência e educação.

Moulaert *et al.* (2005), mencionam que Joseph Alois Schumpeter foi o primeiro a destacar a necessidade de inovações sociais, no sentido de garantir a efetividade econômica das organizações. Inovações que representam mudanças no capital social e humano, que levam ao aumento da produtividade e por extensão à competitividade, ou seja, o lado social da inovação tecnológica, relacionada com a participação e gestão de talentos (MORALES GUTIÉRREZ, 2009).

Referenciando-se à aplicação social da inovação social, Morales Gutiérrez (2009) e Pol e Ville (2009), mencionam duas concepções: inovação relacionada com a sociedade, cuja ideia está centrada na satisfação de determinadas necessidades da população, ou uma iniciativa que melhora a eficácia da ação pública e inovação relacionada aos negócios, que consiste no lado social da inovação tecnológica, ou seja, a parte que envolve a capacidade produtiva, gestão e qualidade do trabalho.

Pot e Vaas (2008), exemplificando a importância da inovação social no viés empresarial, citam uma investigação realizada pela Universidade Erasmus, da Holanda, com foco nos setores industriais, na qual evidencia que a inovação social parece ser mais importante para o sucesso da inovação do que a inovação tecnológica. De acordo com a pesquisa, a inovação tecnológica explica apenas 25% do sucesso da inovação e a inovação social explica 75%, conforme quadro 5. Os autores explicam que as novas tecnologias por si só podem não responder mais pelo sucesso das empresas, pela lucratividade e competitividade e que a inovação contínua, o crescimento da produção e competitividade não podem ser

alcançados apenas por redução de custos e outras estratégias de cunho econômico e financeiro. Faz-se necessário, também, otimizar a utilização da força de trabalho.

Inovação Tecnológica	Inovação social
Conhecimento Tecnológico.	Gestão do Conhecimento.
Pesquisa, Desenvolvimento e Investimentos focados em Inovação, Ciência e Tecnologia.	Experiência e Educação.
Pesquisa e Desenvolvimento.	Organização, Gestão e Trabalho.
Criação do Conhecimento.	Aquisição, Integração e Aplicação de Novos Conhecimentos.
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;">Explica 25% do sucesso de inovação</div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;">Explica 75% do sucesso de inovação</div>

Quadro 5 – Explicação do sucesso com inovação tecnológica e inovação social

Fonte: Pot e Vaas (2008, p. 469).

Por conta desse fator, a importância das inovações sociais no meio organizacional tem recebido crescentes considerações, principalmente relacionadas à cultura e à aprendizagem nas empresas.

Para Dandurand (2005) toda inovação tecnológica, implica em inovações sociais, e inversamente, qualquer inovação social precisa de uma base tecnológica. Este posicionamento da autora trata a inovação tecnológica e a inovação social como complementares. Já, Rousselle (2011), cita dois pontos que diferenciam a inovação social da inovação tecnológica: a inovação social surge de iniciativas de cidadãos, enquanto a inovação tecnológica nasce no ambiente industrial e é de natureza comercial, já a inovação social tem uma dimensão social, tomando forma de produtos ou serviços para a coletividade.

Com base em Morales Gutiérrez (2009), apresenta-se no quadro 6 as principais diferenças entre inovação econômica e inovação social, indicando como cada uma das propostas de inovação contribui para o seu campo de atuação.

Tipo de Inovação	Inovação Econômica	Inovação Social
Utilização de fatores	Intensiva em capital financeiro.	Intensiva em capital intelectual (humano e relacional).
Orientação básica	Criar situações monopolistas (produto único) que gera alta rentabilidade.	Cobrir as necessidades amplas de grupos sociais a baixo custo e com grande impacto.
Necessidades de Proteção	Alta para garantir o esforço investido e dilatar a situação monopolista.	Muito baixa, quanto mais se amplia mais cumpre a sua finalidade. Risco de fracasso pela utilização “nominal” sem <i>know-how</i> .
Complexidade	Crescente em nível tecnológico.	Crescente em nível relacional.

Quadro 6 – Inovação econômico-tecnológica e inovação social

Fonte: Morales Gutiérrez (2009, p. 154).

Conforme pode ser observado, a partir das considerações teóricas apresentadas no quadro 6, a inovação econômica está motivada para a maximização do lucro, cuja área-alvo é a criação de novas ideias rentáveis e, a inovação social, está motivada para a maximização de valores sociais, tendo como área-alvo, a melhoria da qualidade de vida (POL; VILLE, 2009).

O setor empresarial já percebeu a importância da inovação social na criação de novas oportunidades, mas sobretudo, na preocupada com qualidade de vida do trabalhador, envolvendo educação, lazer, melhoria da estrutura produtiva e valorização do trabalho.

Todavia, a insatisfação com o viés tecnológico e com as políticas de inovação e os resultados favoráveis obtidos por meio de iniciativas de desenvolvimento local, empregadas na Europa e na Austrália, a inovação social tornou-se tema principal de teorização do desenvolvimento humano e de estratégias de desenvolvimento local (MOULAERT *et al.*, 2005).

Para a proposta deste estudo, a ideia de inovação social a ser empregada está direcionada para perspectiva de cumprimento de objetivos sociais, cuja proposta compreende a mudança através de ideias inovadoras que atendam às necessidades da população e o desenvolvimento social, de acordo com a perspectiva de Taylor (1970); Mulgan *et al.* (2006); Harrison (2006); André e Abreu (2006); Rollin e Vicent (2007); Castor (2007) e Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008).

A inovação social não compreende um fenômeno novo no âmbito da sociedade e das organizações. Neste sentido, Castor (2007) menciona algumas iniciativas, que podem ser consideradas como inovação social: a mobilização para atendimento de vítimas de desastres naturais, associações de Pais e Mestres, conselhos comunitários, mutirões, organizações comunitárias de inclusão social.

A geração de inovação social pode ocorrer por meio de novos arranjos sociais alternativos, que promovem a inclusão social por meio da inserção produtiva e geração de empregos. Castor (2007) define arranjos organizacionais alternativos como sendo outras formas de organizar o esforço coletivo de produção, diferenciando das formas tradicionais de produção. Portanto, formas diferentes daquelas normalmente adotadas pelas empresas estritamente econômicas, cujo objetivo de constituição está focado no lucro e na competitividade.

Quanto às novas formas de organização da produção, Silva e Lengler (2008) citam as organizações de natureza coletiva como alternativa de inovação social, as quais destacam as cooperativas, associações e sindicatos. E, Melo Neto e Froes (2002) citam as redes de cooperação, cujo objetivo visa criação de projetos inovadores com fins sociais.

O surgimento de uma inovação social ocorre, principalmente, quando um desejo ou necessidade não está sendo satisfeita pelo Estado, ou pelo mercado e que encontra principalmente nos países em desenvolvimento mais espaço de atuação, pelas condições de degradação da vida humana.

Neste sentido, a geração de inovação social deve simultaneamente atender a três requisitos: i) satisfação das necessidades humanas, não atendidas pelas vias convencionais, ou seja, o mercado; ii) como resultado, a promoção da inclusão social; e iii) a capacitação de atores sociais sujeitos, potencial ou efetivamente, a risco de exclusão/marginalização social, proporcionando uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder (ANDRÉ; ABREU, 2006).

Segundo Mulgan *et al.* (2006), para que uma inovação social seja bem sucedida e consiga atingir os seus propósitos, como os mencionados por André e Abreu (2006), a inovação social tem que passar por alguns estágios, que vai desde a concepção da ideia até a aprendizagem e evolução:

1. **Compreensão das necessidades, geração de ideias e identificação de possíveis soluções** – o primeiro passo para a inovação, refere-se à compreensão de necessidades não satisfeitas, o que ocasiona o surgimento de uma ideia para satisfazer tais necessidades. O contexto de necessidades oferece lugar a uma multiplicidade de iniciativas, por parte da sociedade civil, originando novos conhecimentos, novas combinações e implementação de ideias;
2. **Desenvolvimento de ideias** – nesta fase, a ideia sai do imaginário e passa a ser testada na prática. O teste de ideias compreende uma forma de garantir que a inovação tome forma sustentável. O autor comenta que, uma ideia pode ser vista como boa no papel, no entanto, quando colocada em prática, não encontra sustentação;
3. **Avaliar e difundir gradualmente as boas ideias** – nesta fase, a ideia de inovação sofre um processo de avaliação, de forma que ocorra gradualmente o seu crescimento e adaptação, até alcançar a maturação e possa ser replicada;
4. **Aprendizagem e evolução** – aprendizagem e adaptação transformam e incrementam as ideias de forma que elas passam a superar as expectativas da concepção original.

O processo de aprendizagem e de evolução proporciona a multiplicação das inovações sociais, amplia o leque da participação popular, tanto nas ações de interesse público, como nas ações de transformação das relações sociais. Neste contexto, está inserida a perspectiva do agente empreendedor, que compreende a prática da inovação, com habilidades para a concretização das ideias.

Para Fleury (2001), o processo de inovação social produz o efeito de reconstruir os sistemas de relações sociais, bem como a estrutura de regras e recursos que reproduzem tais sistemas. Portanto, segundo a autora, somente se fala em inovação social “quando as mudanças alteram os processos e relações sociais, alterando as estruturas de poder pré-existentes”.

Para o Programa de Estudos da Esfera Pública – PEEP, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, inovação social implica em (PEEP, 2010):

1. Expansão da cidadania e a redução da exclusão social;
2. A construção de novos sujeitos políticos;
3. A transformação das práticas e processos de gestão pública;
4. O desenvolvimento de novos instrumentos e metodologias de planejamento, tomada de decisões, implementação e avaliação de políticas públicas.

Westley (2008), também, entende que a inovação social somente é bem sucedida quando provocar grande impacto social e for duradoura, ou seja, um efeito perturbador sobre o sistema social e as instituições sociais que regem a conduta, afetando, de forma fundamental a distribuição de poder e recursos, as crenças básicas que definem o sistema ou as leis e as rotinas que o direcionam. Para o autor, a inovação social é uma iniciativa, produto, processo ou programa, que altera profundamente as rotinas básicas, recursos e fluxos de autoridade ou crenças de qualquer sistema social.

A inovação social compreende um processo amplo e organizado de concretização de ideias. Porém, fazer a inovação social acontecer depende de cooperação e de esforço centrado e determinado, somado a forte necessidade de mudar uma determinada realidade.

A cooperação está associada ao pensamento de ajuda mútua, indica a ação coletiva de pessoas com o intuito de partilhar, seja, de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social (JESUS; TIRIBA, 2009).

Para Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008), o mundo precisa de mais inovação social para resolver os graves problemas existentes, em um processo cooperativo, independentemente se seus atores vêm do mundo dos negócios, do governo, entidades sem fins lucrativos ou sociedade civil, cujos esforços devem estar direcionados no sentido de entender, abraçar e alavancar dinâmica intersectoriais para encontrar novas formas de criar valor social.

Taylor (1970) considera a cooperação entre diferentes atores como uma condição *sine qua non* para a criação e produção de inovações sociais.

Alguns exemplos sinalizam a importância da cooperação para a concretização de projetos coletivos e para a integração de vários segmentos da sociedade. A busca pela sustentabilidade e o esforço para conseguir conciliar a natureza e o homem, fez com que três estados de países diferentes se juntassem e formassem o MAP, sigla que representa as iniciais dos estados de Madre de Dios, no Peru; Acre no Brasil; e Pando, na Bolívia. O MAP foi criada em 1999, para denominar a região formada pela tríplice fronteira na Amazônia sul-ocidental e a união dos povos desses estados em prol de objetivos comuns (MENDOZA *et al.*, 2005).

Em quatro anos, o MAP realizou dez cursos entre os três países, com aproximadamente quinhentas pessoas, em áreas de manejo florestas, uso da terra, mudanças globais, modelagem, técnicas de identificação botânica, uso de GPS e elaboração de mapas, utilização de imagens de satélite para agricultores, utilização de técnicas de coleta de água nos rios e identificação dos solos (MENDOZA *et al.*, 2005).

Após quatro anos, o MAP conseguiu ser indicado como uma iniciativa inédita de cooperação, colaboração e integração de três países desta parte ocidental da Amazônia. O Movimento foi reconhecido pelos presidentes dos três países, e foi considerado pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), um exemplo de integração e uma iniciativa envolvendo a parte social, ambiental e econômica. E, sobretudo, promovendo a participação da sociedade no intuito de conseguir a sustentabilidade da região (MENDOZA *et al.*, 2005).

As conquistas alcançadas pelo MAP representam o resultado do trabalho de pessoas empreendedoras com ânimo e vontade de ser e ter algo diferente no futuro e que compartilham dos mesmos objetivos, ou seja, de ter uma região que seja capaz de conciliar a natureza com as diferentes atividades humanas sem degradá-la, buscar uma melhor qualidade de vida e, acima de tudo, deixar parte dos recursos para as próximas gerações (MENDOZA *et al.*, 2005).

A Economia Social e Solidária, no espaço da inovação social, também, possui um caráter inovador. Ela foi, efetivamente desenvolvida nos limites das falhas do Estado e do mercado, visando atender às necessidades sociais dos excluídos. E, com a intenção de colocar os seres humanos no centro de suas preocupações, o setor continuamente busca se adaptar às mudanças sociais, em resposta ao surgimento de novas necessidades sociais e ecológicas. Empresas da Economia Social e Solidária (associações, cooperativas) buscam soluções inovadoras que aumentem a produtividade e ao mesmo tempo oferecem serviços de qualidade em saúde, educação, dentre outras. Além disso, as empresas da Economia Social e Solidária

são inovadores em suas formas originais de organização, com base em quatro princípios (ROUSSELLE, 2011):

- 1) Finalidade principal é oferecer serviços a seus membros e a comunidade, em vez de fins lucrativos;
- 2) Gestão da autonomia;
- 3) Gestão democrática e participativa;
- 4) Primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital, na distribuição de renda.

Outros exemplos de ações de inovação social são citados no quadro 7, desenvolvidas em vários segmentos da sociedade:

Tipo de inovação	Inovação	Exemplos	Característica da inovação
Organizacional	Instituições que reúnem voluntários de natureza profissional "sem fronteiras". Sistema de comércio alternativo para o mercado.	Médicos sem fronteiras. Banco de tempo.	Ligação de profissionais e cooperação internacional. Sistema de troca padronizada.
Financeira	Microcrédito.	Banco Grameen; Kiva.	Pequenos créditos com políticas de gênero e pouca burocracia.
Comercial	Comércio Justo. Empresas sociais.	<i>Fair Trade; The Body Shop.</i> Danone Grameen; Veolia Grameen.	Atividade comercial, com limites de abusos de intermediários, beneficiando os produtores. Oferecer produtos mais acessíveis para atender às necessidades de pessoas de baixa renda.
Ambiental	Reciclagem. Agricultura ecológica.	Catadores de Emaús (Clifford; Dixon, 2005). Sekem (Mahir; Seelos, 2003).	Geração de empregos e preservação do meio ambiente. Aproveitamento de recursos e desenvolvimento local.
Metodológica (a nível de gestão pública)	Orçamento participativo.	Experiência de Porto Alegre (Novy; Leubolt, 2005).	Colaboração público-privada para ação local.

Quadro 7 - Alguns tipos de inovações sociais

Fonte: Elaborado a partir de Morales Gutiérrez (2009); Yunus; Moingeon; Lehmann-Ortega (2010)

Observa-se, a partir do quadro 7, que a inovação social se incentivada pode estar presente em vários setores da sociedade, gerando inserção produtiva, promovendo o desenvolvimento local, preservação do meio ambiente e aproximação da sociedade e governo, dando um novo sentido às relações sociais.

Assim como a inovação tecnológica recebe apoio e incentivos por meio de iniciativas do governo federal (quadro 8), no sentido de criar condições para a inovação, também as iniciativas de inovação social necessitam receber o mesmo tratamento e importância por meio de políticas públicas, projetos, legislação, criação de órgãos de apoio, etc., para que seja possível a construção de um desenvolvimento que atenda as necessidades da população em harmonia com o meio ambiente.

O Manual de Inovação do Movimento Brasil Competitivo (MBC), destaca diversos instrumentos nacionais de apoio à inovação, quadro 8:

Instrumentos nacionais de apoio a inovação	
Apoio financeiro	<p>Incentivos Fiscais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei da Informática (11.077/2004); • Lei de Incentivos à Inovação Tecnológica (11.196/2005); • Lei da Inovação (10.973/2004). <p>Apoio Financeiro Direto</p> <ul style="list-style-type: none"> • FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos; • BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; • BB – Banco do Brasil; • SEBRAE – Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas. <p>Capital de risco</p> <ul style="list-style-type: none"> • BNDES; • FINEP; • SEBRAE; • Outros fundos de capital de risco (Votorantim Ventures, CRP Companhia de Participações, Rio Bravo Investimentos, MVP – Mercato Venture Partners, etc.). <p>Bolsas para Recursos Humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • RHAE – Inovação.
Apoio Técnico-Gerencial	<p>MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundos Setoriais; • PNI - Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas; • Programa de Apoio Tecnológico à Exportação – PROGEX. <p>MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior</p> <ul style="list-style-type: none"> • INPI – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual; • FINEP; • SEBRAE; • IBQP - Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade.
O Plano de Ação 2007 - 2010 e o FNDCT	<ul style="list-style-type: none"> • Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional; • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Quadro 8 – Síntese dos instrumentos nacionais de apoio à inovação

Fonte: MBC (2008)

Nesta mesma lógica, instrumentos de incentivo a inovação social poderiam ser criados em âmbito municipal, estadual e federal. Políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais, incentivos e apoio dos Governos são instrumentos com condições de promover a inovação social.

Serrat (2010), nesta mesma linha de pensamento, apresenta algumas iniciativas com o propósito de alavancar a inovação social:

- 1- Criar estruturas e lideranças para a inovação social - instituir líderes com poder de agir e desenvolver projetos em parcerias com setores público e privado;
- 2- Recursos focados na inovação social - a inovação exige investimentos em recursos financeiros, e estes podem ser disponibilizados por meio de subvenções, créditos fiscais, investimentos públicos e privados;
- 3- Políticas públicas para a inovação social – os governos podem criar mecanismos de apoio e incentivo à inovação, apoiar a pesquisa para melhorar a aprendizagem, disseminar experiências e fatores de sucesso, assim como, os inibidores em cada fase do processo de inovação.

Como exemplo de políticas públicas para estimular a inovação social, a Comissão Européia – CE instituiu o projeto “Europa 2020” tendo como ponto central a luta contra a pobreza e a exclusão social, embasada no crescimento e no emprego, tendo como uma de suas prioridades a de estimular a inovação social e mobilizar o potencial da Economia Social e Solidária, como respostas às necessidades não atendidas. No projeto, a inovação social deve estimular todas as políticas da União Européia para ajudar a criar uma dinâmica empreendedora, inovadora para alcançar os objetivos e uma Europa mais inclusiva, sustentável e inteligente. Para a próxima década, a União Européia tem como meta retirar 20 milhões de pessoas da pobreza e da exclusão social. Em 2008, a União tinha mais de 80 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza (COMMISSION EUROPÉENNE, 2012).

É nesta perspectiva que a cooperação, se inserida no seio da sociedade pode promover a inovação social. Com a transformação social muito mais iniciativas com propósito de resolver os graves problemas sociais e ambientais acontecerão. A sustentabilidade da cooperação depende de vontade política, assegurando investimentos e incentivos em programas e projetos de organização social, em novos rumos para a educação, trazendo a cooperação para o centro, abrindo caminho para inovação social e conseqüentemente para o Desenvolvimento Sustentável.

Políticas públicas com a finalidade de promover o desenvolvimento de uma região devem privilegiar os elementos locais, visando o aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais.

Neste sentido, para promover a inovação social algumas alternativas no âmbito da sustentabilidade e da inclusão social podem ser sugeridas:

1. Promover alternativas de produção familiar ecológica e economicamente sustentável, como o exemplo do MAP (MENDOZA *et al.*, 2005);
2. Realizar diagnósticos para identificar as potencialidades locais e manter diálogos com as comunidades, para uma participação efetiva da sociedade, pois, promover intervenções sem ouvir a população, sem considerar a realidade e conhecer as suas reais necessidades, implica em dar continuidade ao processo de exclusão social. A inclusão significa, também, a capacitação (incluindo a inclusão digital) para as novas atividades, a incorporação de tecnologia para agregar valor, o acesso aos mercados e à informação, entre outras coisas;
3. Trabalhar com os produtores na elaboração conjunta de soluções adaptadas a cada realidade (e não trazer pacotes prontos para serem aplicados); difundir técnicas e conhecimentos de ponta sobre práticas sustentáveis (IAG, 2005);
4. Trabalhar em parceria com Governos Municipal, Estadual e Federal, Associações e Organizações não-Governamentais;
5. Valorizar a agricultura familiar, por meio de financiamentos de novas tecnologias colocando os pequenos produtores em condições de competitividade, para mantê-los no campo e oferecendo meios produtivos menos agressivos ao meio ambiente;
6. Apoiar o empreendedorismo coletivo e social para promover a organização social; consolidação e fortalecimento de organizações locais (cooperativas, associações, empresas sociais, ONGs);
7. Promover ações afirmativas para melhorar a condição de trabalhadores autônomos e microempresas, para ajudá-los a sair da informalidade, e apoiar formas de atividade empresarial compartilhada com a finalidade de aumentar o poder de barganha e a competitividade dos pequenos produtores. Criar uma entidade pública, não estatal para atuar como um planejador comprometido com os interesses dos pequenos produtores, como o SEBRAE (SACHS, 2008);
8. Promover e apoiar a capacitação e treinamentos;
9. Apoiar a difusão e reaplicação em escala de tecnologias sociais para construção de políticas de ciência e tecnologia promotora de Desenvolvimento Sustentável;

10. Empenho de todas as esferas do governo com incentivos e investimentos em políticas públicas para apoiar as iniciativas populares.

Apresenta-se no quadro 9, uma síntese dos sete tipos de inovações destacadas neste estudo.

Tipo de inovação	Classificação	Descrição	Autores
Produto	Tecnológica	Refere-se ao desenvolvimento de novos produtos ou melhoramento dos já existentes, com a finalidade de melhor atender ao mercado.	MBC (2008); OECD (2005); Cormican e O'Sullivan (2004).
Processo	Tecnológica	Trata-se de mudanças com o aprimoramento ou desenvolvimento de novos métodos de produção ou significativamente melhorados.	OECD (2005); MBC (2008).
Marketing	Não-tecnológica	É caracterizada como a adoção ou o desenvolvimento de novos métodos de <i>marketing</i> , com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, favorecendo o desempenho da firma e o processo geral de inovação.	OECD (2005); MBC (2008).
Organizacional	Não-tecnológica	Configura-se como um novo método organizacional, nas práticas de negócios e de gestão da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas, com o propósito de avançar mercados e melhorar as estruturas produtivas.	OECD (2005); MBC (2008); Baregheh, Rowley e Sambrook (2009); Loiola, Bastos e Teixeira (2003) <i>apud</i> Souza e Bastos (2008); Teixeira (2004).
Interorganizacional	Não-tecnológica	É entendida como práticas de cooperação entre várias organizações, com o intuito de explorar oportunidades, desenvolver inovações e superar as deficiências individuais.	Bossink (2007); Eiriz (2001); Lago (2009); Silva, Gonçalves e Dias (2010).
Ambiental	Não-tecnológica	Trata-se do desenvolvimento de novas ideias e práticas voltadas para a preservação e redução de efeitos nocivos ao meio ambiente.	Schwarz Sobrinho (2009); Klemmer, Lehr e Löbbe (1999) <i>apud</i> Rennings (2000); Hart e Milstein (2004).
Social	Não-tecnológica	Caracteriza-se como atividades e serviços inovadores, que visa e gera mudança social, inclusão social e o bem-estar do indivíduo e da comunidade.	OECD (2000); Taylor (1970); Mulgan <i>et al.</i> (2006); André e Abreu (2006); Rollin e Vicent (2007); Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008); Harrison (2006); Pol e Ville (2009).

Quadro 9 – Síntese dos sete tipos de inovação

Fonte: Revisão de literatura

Assim, a geração de inovações sintetizadas no quadro 9 contribuem para o processo de desenvolvimento, nas suas diferentes dimensões. A expansão de atividades de inovação para a inovação não-tecnológica pode oferecer valiosas contribuições para a operacionalização do Desenvolvimento Sustentável, pois a preocupação perpassa o pensamento econômico, com a geração de resultados para as dimensões ambiental, social, cultural, política, dentre outras.

As inovações acontecem, principalmente, por meio da tecnologia. Desta forma, a tecnologia pode contribuir significativamente para a sustentabilidade e para a inclusão social. Nos últimos anos, vem surgindo uma visão mais ampliada sobre a contribuição da tecnologia para a sustentabilidade, seja, por meio de mecanismos para conciliar e reparar danos ou por uma alternativa à tecnologia convencional, como as tecnologias sociais.

2.4 TECNOLOGIA

Concebida, inicialmente, como condição de bem-estar, a partir da Revolução Industrial, e particularmente durante os últimos cinquenta anos, passou a ser geralmente aceito o fato de que uma tecnologia em contínuo desenvolvimento é a única que oferece possibilidades reais de progresso econômico e humano. Os avanços tecnológicos permitiram encurtar as distâncias, prolongar a vida humana e facilitar a comunicação, com a internet, sofisticados aparelhos de diagnóstico, nanotecnologia e outros (FONSECA, 2007).

O que inicialmente parecia ser um bem inegável para toda a humanidade, com o passar dos anos passou a evidenciar os danos causados ao meio ambiente e ao próprio ser humano, com o agravamento dos problemas sociais e ambientais.

Se por um lado, as empresas visam a inovação por meio da tecnologia, como força competitiva para a geração de lucros e avanços na qualidade de produtos e processos, em uma perspectiva privada, por outro lado, a formação de empreendimentos coletivos por pessoas que buscam a integração social e a inserção produtiva, desenvolvem tecnologias com outra finalidade, o desenvolvimento social e ambiental acessível à coletividade.

É neste sentido que o tema tecnologia será abordado, a tecnologia sob o ponto de vista econômico considerado motor do desenvolvimento econômico e as tecnologias sociais, como um bem coletivo, de transformação social, capaz de integrarem pessoas excluídas pelo atual modelo econômico.

2.4.1 Tecnologia do ponto de vista econômico

A partir do final do século XVIII e início do século XIX, os meios de produção foram totalmente modificados pelo fenômeno da Revolução Industrial, com a mecanização da produção na utilização de máquinas eficazes, poupadoras de mão de obra e altamente produtivas. A partir deste fato, marco do desenvolvimento tecnológico, a tecnologia tem se apresentado como o principal fator de progresso e de desenvolvimento.

O aumento da produtividade passa a ser o centro deste modelo de produção, pois, quanto mais se produz, mais se vende e conseqüentemente mais se realizam lucros, visando a acumulação de capital.

Marcante nesta nova sociedade, o desenvolvimento tecnológico passou a ser visto como positivo, pois significa progresso. Na sociedade ocidental moderna, entende-se por progresso a utilização de tecnologias cada vez mais avançadas que supostamente melhoram a qualidade de vida para todos os indivíduos. Nesta perspectiva, a vida do homem na terra tornar-se-ia cada vez mais fácil, confortável e agradável (CARVALHO, 1997). A tecnologia é considerada garantia de bem-estar para os seres humanos, e necessidade fundamental para o progresso e o desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo tem sido marcado pelas inovações tecnológicas, competitividade, geração de lucros e acumulação de capital. Neste processo, ocorre a expansão da economia de mercado sobre todo o planeta e traz como resultado a globalização econômica, facilitada pelo desenvolvimento tecnológico.

A globalização dos mercados, avanços tecnológicos e a concorrência entre os principais blocos econômicos (comunidade européia, América do Norte e os chamados tigres asiáticos) tornaram a competitividade o ponto central das estratégias das grandes corporações, governos e instituições de pesquisa. A competitividade por sua vez se baseia na inovação tecnológica, ou seja, a introdução de novo produto ou processo de produção; e, a capacidade de inovação depende muito de tecnologia, cuja principal característica é a forte articulação entre conhecimento científico e tecnológico na geração de novas tecnologias e conseqüentemente de inovação (NÚÑEZ JOVER, 1999).

Exemplo dessa posição está presente na manifestação do INT (2005, p. 92), para o qual “o principal instrumento de suporte à competitividade das empresas brasileiras – e, por extensão, da própria economia – é a capacidade de desenvolver e incorporar, de forma contínua, inovações tecnológicas de produtos, processos produtivos e gestão”.

Não se pode negar os benefícios gerados com o desenvolvimento tecnológico para a qualidade de vida, saúde, educação, meios de comunicação e transporte. Mas, por outro lado, ao reificar a tecnologia, esta passa a ser vista de forma dissociada das necessidades do modo de produção capitalista e as sociedades industriais modernas deixam em segundo plano os aspectos sociais, humanos e ambientais envolvidos no processo de desenvolvimento tecnológico, dando origem a problemas sociais que não existiam anteriormente como, por exemplo, o desemprego, violência urbana, provocada pelo êxodo rural (CARVALHO, 1997).

Assim, ao longo da história, a tecnologia vem sendo avaliada e interpretada de diferentes maneiras. Alguns autores apresentam suas avaliações e posições acerca da valoração social da tecnologia. No debate a favor e contra a tecnologia, três concepções são inicialmente citadas, denominadas de visão otimista, pessimista e visão moderada.

A visão otimista da tecnologia considera que é possível conciliar proteção ambiental, equilíbrio social e crescimento econômico, pois existem mecanismos capazes de assegurar o desenvolvimento sanando problemas ambientais, sociais e materiais sem degradar o meio ambiente e sem ameaçar a sobrevivência do planeta (AGAZZI, 1998; FORAY; GRÜBLER, 1996; ANDRADE, 2004).

Schaff (1995) defende a tecnologia e a considera como necessidade fundamental para o progresso e o desenvolvimento, e como extensão, uma vida humana com mais qualidade e mais feliz, proporcionando bem-estar, desonerando o ser humano do árduo trabalho manual e do monótono e repetitivo trabalho intelectual.

Os pessimistas apresentam uma concepção oposta a dos otimistas. Para eles a tecnologia trouxe a alienação do trabalho, é orientada pelo lucro, existindo em função de maior produção; possui padrões orientados pelo mercado externo de alta renda; é monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos; é ambientalmente insustentável pelo esgotamento dos recursos naturais, daí a destruição do homem (CORAZZA, 2001, 2005; DAGNINO, 2004; ENGUITA, 1991).

Enguita (1991) observa que em uma sociedade orientada pela busca do lucro empresarial, a tecnologia continua sendo o resultado natural da ciência. Assim, sua aplicação é, também, em certo sentido, inevitável, devido aos mercados competitivos. Em se tratando de seus efeitos, estes não são positivos, mas negativos: ela destrói lugares de trabalho, condena os trabalhadores a empregos desqualificados, monótonos e rotineiros, induz ao consumismo, desumaniza as relações sociais, conduzindo a humanidade, segundo o autor, para o holocausto universal.

Os pessimistas percebem a tecnologia como um mal e como processo inevitável provocado pela competitividade e globalização da economia. Nesta perspectiva, para os pessimistas, não há como falar em repensar a tecnologia ou reparação de danos já causados.

Uma terceira concepção coloca-se como distinta das outras duas. A concepção moderada prega a necessidade de repensar a tecnologia como ela é empregada, sem abdicar dos benefícios que ela proporciona para a humanidade.

Para Kneller (1980), alguma inovação tecnológica é essencial, desejável e necessária à modernização de todas as sociedades. Logo, o desenvolvimento de tecnologias deve ser encorajado e o treinamento de tecnólogos imaginativos promovido, mas, faz-se necessário a realização de uma análise das tecnologias utilizadas, pois, muitos projetos tecnicamente brilhantes terão que ser rejeitados porque, no longo prazo, apontam como suscetíveis de causar mais dano do que benefício.

Ainda, segundo Kneller (1980), a tecnologia pode criar ou destruir, tornar o homem mais humano ou menos. No entanto, não é possível falar em progresso sem correr riscos. Mas, se a tecnologia for exercida com prudência para minimizar os danos e incentivar o máximo seus benefícios, certamente valerá a pena aceitar o risco.

A percepção dos moderados traz uma concepção mais humana da tecnologia, observando que se melhor empregada, com ética e responsabilidade promoverá resultados positivos.

Além das já citadas, outras concepções acerca da tecnologia vem sendo estudadas como, por exemplo: a Visão de Neutralidade da tecnologia, a Instrumentalista, a Cognitiva, Determinismo Tecnológico e a Visão Sistêmica.

A Visão de Neutralidade da tecnologia considera que as tecnologias são produtos neutros que podem ser utilizadas para o bem e para o mal, sendo a sociedade a única responsável pelo seu uso. A tecnologia pode ter alguns efeitos prejudiciais. No entanto, a culpa dos prejuízos que por ventura vierem a causar não é culpa dela e sim dos sistemas políticos e sociais. Assim, a tecnologia é considerada como um artefato inofensivo, isenta de qualquer tipo de interesse particular, tanto em sua concepção e desenvolvimento como nos resultados finais (OSORIO M., 2002).

Contestando esta visão, Dagnino (2007, p. 5) comenta que “se a tecnologia é neutra, os imensos e frequentes distúrbios sociais que causa e os impactos ambientais negativos que ocasiona são efeitos acidentais de progresso e não haveria muito que fazer”. Assim, a tecnologia não pode ser percebida como um conceito neutro, pois gera conflitos que envolvem interesses diferentes nos diversos grupos sociais.

A Visão Instrumentalista da tecnologia é a visão mais popular e tradicional da tecnologia. Ela considera a tecnologia como sendo simples ferramentas ou artefatos construídos para desempenhar uma diversidade de tarefas, ou seja, a tecnologia é apresentada como um elemento neutro, meramente instrumental. Por considerar que a produção tecnológica consiste apenas nos equipamentos gerados a partir da mesma, negligencia outros valores envolvidos em seu desenvolvimento como os agentes que a criam, utilizam e a transformam (OSORIO M., 2002). É considerada uma visão reducionista, portanto impede uma análise crítica e ignora o social, econômico e o político (NÚÑEZ JOVER, 1999).

A Visão Cognitiva da tecnologia considera a tecnologia um conhecimento aplicado (perspectiva inserida em meados do século XIX). Neste ponto de vista, a tecnologia é um conhecimento prático derivado diretamente da ciência, do conhecimento teórico (OSORIO M., 2002).

Quanto à concepção do Determinismo Tecnológico, esta considera a tecnologia autônoma e independente das influências sociais, ou seja, uma relação unidirecional, onde a tecnologia se desenvolve separadamente do âmbito social. O desenvolvimento econômico é determinado pelo avanço da Ciência e Tecnologia – C&T e a tecnologia é a força condutora da sociedade e um determinante da estrutura social (OSORIO M., 2002; DAGNINO, 2007).

Já, a Visão Sistêmica considera a tecnologia como uma prática social, onde há a interrelação de uma série de elementos como materiais, energia, equipamentos e agentes de criação e transformação. A partir desta perspectiva, o fator fundamental do desenvolvimento tecnológico seria a inovação social e cultural, que envolve não só as referências tradicionais para o mercado, mais concebe os aspectos organizacionais, valores e cultura (OSORIO M., 2002).

As tecnologias desempenham papel central nos processos que geram mudança social. Neste sentido, as concepções apresentadas não devem ser desconsideradas, pois mudanças drásticas ocorrerem no meio ambiente e as questões ambientais e sociais aguardam por medidas urgentes.

A questão da tecnologia transcende o da eficiência, busca-se, portanto, a possibilidade de um desenvolvimento que tenha uma base social, econômica, cultural, ética e ambiental, rico em alternativas e que abarque e contemple todos os indivíduos na distribuição dos recursos. E, o desenvolvimento científico e tecnológico exerce papel fundamental neste processo, pois é possível pensar no potencial de ciência e tecnologia para contribuir no sentido de reverter o cenário atual.

No contexto brasileiro, a pesquisa visando o desenvolvimento tecnológico foi anunciada em 1898, em São Paulo, com a criação do Gabinete de Resistência de Materiais, na Escola Politécnica. Mas, firmou-se em 1926, época em que o gabinete foi transformado no Laboratório de Ensaio de Materiais, dedicado à pesquisa das propriedades mecânicas e químicas dos materiais componentes do concreto armado (VARGAS, 2003).

Em 1921, foi fundado o Instituto Nacional de Tecnologia - INT, com o nome de Estação Experimental de Combustíveis e Minérios – EECM, ligada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A EECM tinha a função de investigar e divulgar os processos industriais de aproveitamento de combustíveis e minérios do País. Muitas das conquistas realizadas na história do desenvolvimento tecnológico do Brasil têm a contribuição do INT como, por exemplo, nas décadas de 1930 e 1940, com desenvolvimento de tecnologias para o uso de carvões nacionais para siderurgia, o uso do álcool como combustível, a fabricação da primeira liga ferro-manganês e a utilização do gasogênio como substituto da gasolina, fabricação de papel e celulose (INT, 2005).

Nos países em desenvolvimento, o incentivo e o financiamento das pesquisas tecnológicas ou científicas devem ser assumidos direta ou indiretamente pelo governo, mediante planos e programas de desenvolvimento. No Brasil, as primeiras manifestações para que o governo destinasse parcela dos recursos para a pesquisa científica e tecnológica ocorreu em 1947, no estado de São Paulo, disso nasceu a FAPESP – Fundação de apoio à pesquisa do Estado de São Paulo (VARGAS, 2003).

Em 1951, surgiu a CAPES – Centro de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior com a finalidade de prover bolsas de estudos para estudantes brasileiros, com a organização de cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, essencialmente para pesquisas em dissertações de mestrado e teses de doutorado, institucionalizando a pesquisa científica e tecnológica universitária, com auxílio oficial. Neste mesmo ano surgiu, também, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq com a finalidade de promover, fomentar e realizar pesquisa científica e tecnológica (VARGAS, 2003).

Para estimular a competitividade tecnológica e econômica, políticas governamentais estão sendo desenvolvidas para dar suporte aos processos de inovações tecnológicas. Como exemplo, pode-se citar os incentivos fiscais, Lei da Informática (11.077/2004), Lei de Incentivos à Inovação Tecnológica (11.196/2005) e Lei da Inovação (10.973/2004). Instituições com apoio financeiro direto, FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos; BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; BB – Banco do Brasil e SEBRAE – Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas, dentre outras.

Além destes, as universidades públicas e privadas estão criando mecanismos para estreitar relações entre academia e indústria, visando garantir o desenvolvimento tecnológico futuro. Dentre os diversos meios para estimular o desenvolvimento de inovações tecnológicas, tem-se as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IEBTs), que estão sendo criadas com a finalidade de acompanhar as transformações tecnológicas, cuja proposta é buscar atender às novas exigências do processo de trabalho e vencer o desemprego. Esse tipo de incubadora tem o propósito de proporcionar às pessoas com iniciativas empreendedoras, interessadas em criar e desenvolver a sua própria empresa de base tecnológica, a oportunidade de participarem de programas de formação na área de criação de negócios (SILVEIRA; BAZZO, 2009).

Baumgarten (2008) ressalta que, no Brasil, os formuladores de políticas estão mais propensos a assumir o modelo da cadeia linear da inovação tecnológica convencional, o qual concebe a ideia de que à pesquisa científica, segue-se a tecnologia, e que esta promove, automaticamente, o desenvolvimento econômico e social.

Diante dessa realidade, a autora faz o seguinte questionamento:

A tecnociência e as tecnologias convencionais respondem às inúmeras carências e problemas sociais de nossa sociedade? Que políticas alternativas estão sendo construídas visando desenvolver conhecimentos e técnicas que apontem soluções para os graves problemas sociais e econômicos de nossas sociedades tais como o custo excessivo dos medicamentos, a inexistência de tratamento para doenças específicas da região, problemas energéticos, hábitos de consumo, etc... (BAUMGARTEN, 2008, p. 114).

O encorajamento ao desenvolvimento científico e tecnológico deve levar em consideração, também, o bem-estar do povo com responsabilidade social, e não somente o aspecto econômico como tem ocorrido. Neste sentido, de acordo com Carvalho (1997), as questões que envolvem o desenvolvimento não estão mais somente no âmbito da ciência e da tecnologia, mas sim em ciência, tecnologia e sociedade. A sociedade não é uma entidade abstrata na qual determina univocamente o comportamento dos indivíduos. Pelo contrário, sociedade é uma entidade composta por seres humanos que, apesar de agirem orientados pelas regras sociais que lhes são impostas, também possuem capacidade de transformá-las através de comportamentos que nem sempre reproduzem os padrões estabelecidos. Considerando esta perspectiva, as transformações, inovações e desenvolvimento tecnológico, só ocorrem na medida em que existam agentes sociais que ajam de maneira a efetivá-los.

Devido aos problemas gerados e a busca por soluções, as reflexões sobre tecnologia e desenvolvimento não estão mais concentradas no campo econômico, na competitividade e

geração de lucros, mas sim na geração de inovações sociais, com objetivo de realização do ser humano, de interação social, geração de renda e qualidade de vida para todos, tendo como principais agentes pessoas excluídas do atual modelo de desenvolvimento.

Uma tentativa de construir políticas alternativas na área de C&T no Brasil é, certamente, aquela expressa na ideia de tecnologias sociais, cujos objetivos consistem em promover a inclusão social, mobilizar territórios, apresentar alternativas nas mais diversas áreas e solucionar problemas sociais, econômicos e ambientais.

A tecnologia social tem, como um de seus objetivos, justamente reverter essa tendência colocada pela tecnologia no modelo capitalista convencional, como será evidenciado a seguir.

2.4.2 Tecnologia social

Sobre as origens do movimento de uma tecnologia alternativa à convencional, Dagnino, Brandão e Novaes (2004) remetem a origem do termo à Índia, a partir do conceito de Tecnologia Apropriada - TA. O termo foi utilizado pela primeira vez no final do século XIX, por Mahatma Gandhi. A expressão denominava as tecnologias tradicionais, que Gandhi procurou reabilitar como estratégia de luta contra o domínio britânico, que perpetuava na Índia.

Desde então, outras expressões foram utilizadas, fazendo referência à tecnologia apropriada como tecnologia alternativa, ecológica, adequada, socialmente apropriada, ambientalmente apropriada, etc., e mais recente, a expressão Tecnologia Social - TS. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

O surgimento de tecnologia social ocorreu no Brasil, no início da primeira década do século XXI, que é onde a ideia de uma tecnologia alternativa à convencional tem recebido esta designação. Participam deste movimento atores preocupados com a crescente exclusão social, precarização e informalização do trabalho, que compartilhavam a percepção de que era necessária uma tecnologia que correspondesse a esses propósitos (DAGNINO, 2009).

O objetivo explícito dessas tecnologias é o de responder à problemática de desenvolvimento comunitário, promovendo a inclusão social com a geração de renda e de

alternativas tecnoprodutivas em cenários socioeconômicos caracterizados por situações de extrema pobreza (THOMAS, 2009).

Por isso, as discussões sobre o tema TS são frequentemente focadas na necessidade de modificar o padrão tecnológico sobre o qual está apoiada a sociedade contemporânea.

Tecnologia social vem sendo concebida como uma alternativa à tecnologia convencional e articula-se como uma proposta eficaz na solução de problemas sociais. Assim, tecnologia social pode ser definida como uma forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia, de forma orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de Desenvolvimento Sustentável (THOMAS, 2009).

Um dos conceitos mais difundidos de tecnologia social é o adotado pela RTS – Rede de Tecnologia Social, onde a “tecnologia social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social” (RTS, 2012a).

Para a Fundação Banco do Brasil (FBB, 2012a), o conceito de TS adotado pela RTS remete à ideia de uma proposta inovadora de desenvolvimento, pois leva em consideração a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. E, por estar baseada na disseminação de soluções para problemas voltados às demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras soluções, promove mudanças estruturais.

Para Fonseca (2010), um dos principais objetivos da TS é a transformação social, pois visa dotar um dado espaço socioeconômico de aparatos tecnológicos (produtos, equipamentos, etc.) ou organizacionais (processos, mecanismos de gestão, relações, valores) permitindo interferir positivamente na produção de bens e serviços e, conseqüentemente, na qualidade de vida de seus membros, gerando resultados sustentáveis no tempo e reproduzíveis em configurações semelhantes.

O efeito inovador da TS não reside necessariamente no ineditismo. Repetir experiências de sucesso tenderá a ser um processo profundamente inovador, com resultados também inovadores, e sua disseminação tende a gerar mudanças estruturais, principalmente no tocante a exploração dos recursos naturais e na distribuição social (FONSECA, 2010).

A reaplicação de TS consiste na ideia de que o processo é e/ou deve ser de reinvenção da própria TS de acordo com a realidade de cada local, o que permite a participação, a apropriação, adaptação e a recriação do conhecimento a partir das referências locais, gerando resultados mais ricos e duradouros (FONSECA, 2010).

De acordo com Silveira (2006), a tecnologia social pode ser pensada a partir de três componentes:

- 1) *hardware* – compõem-se de equipamentos e artefatos;
- 2) *software* – refere-se aos métodos e programas de implementação; e
- 3) *orgware* – compreende os processos de organização e gestão.

Para o componente *orgware*, Souza *et al.* (2010), cita como exemplo, a gestão compartilhada, que se configura como um modelo de gestão baseada na cooperação e no comprometimento dos empreendimentos ligados.

Desta forma, a TS alcança amplo leque de produções de tecnologias de produto, processo e organização: alimentos, moradia, energia, água potável, transporte, comunicações, crédito, entre outras (THOMAS, 2009).

De um modo geral, a TS pode ser diferenciada da tecnologia convencional a partir das características apontadas no quadro 10:

Tecnologia Convencional	Tecnologia Social
A TC é funcional para a empresa que, no capitalismo, é a responsável por “transformar” conhecimento em bens e serviços;	As organizações e os profissionais que a concebem estão imersos no ambiente social e político que a legitima e demanda;
Os governos dos países centrais apóiam seu desenvolvimento.	Porque trazem consigo seus valores e, por isso, a reproduzem.

Quadro 10 – O que faz a TC ser diferente da TS

Fonte: Dagnino (2004, p. 9)

A partir destas características, Novaes e Dias (2009) concluem que, enquanto a tecnologia convencional capitalista é funcional e voltada para grandes corporações (em especial para as grandes empresas multinacionais), a tecnologia social aponta para a produção coletiva de caráter não-mercadológico.

Quanto à aplicação da TS direcionada para a produção coletiva, para Dagnino (2004), a tecnologia social deveria ter como base os empreendimentos, alcançando micro e pequenas empresas, de forma a viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários, o que favoreceria os trabalhadores e também os pequenos proprietários em geral, não criando discriminação entre patrões e empregados, além de permitir a plena utilização do potencial criativo do produtor direto. Desta forma, a tecnologia social estaria mais conectada com a realidade das comunidades, oportunizando respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto.

Além dos elementos já citados e considerados centrais para atribuir a essa tecnologia o caráter de tecnologia social, destacam-se, também (ITS, 2007):

1. Quanto à sua razão de ser - a TS visa à solução de demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população;
2. Em relação aos processos de tomada de decisão - formas democráticas de tomada de decisão, a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população;
3. Quanto ao papel da população - há participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos;
4. Em relação à sistemática - há planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada;
5. Em relação à construção de conhecimentos - há produção de novos conhecimentos a partir da prática;
6. Quanto à sustentabilidade - visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental;
7. Em relação à ampliação de escala - gera aprendizagens que servem de referência para novas experiências. Gera, permanentemente, as condições favoráveis que deram origem às soluções, de forma a aperfeiçoá-las e multiplicá-las.

Associando todas as características, atributos e os atores envolvidos na geração de tecnologias sociais, são inúmeras as implicações e resultados quando da aplicação da TS. Tecnologia Social de acordo com ITS (2007) implica em: compromisso com a transformação social, criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais, relevância e eficácia social, sustentabilidade socioambiental e econômica, inovação, organização e sistematização, acessibilidade e apropriação das tecnologias, um processo pedagógico para todos os envolvidos, diálogo entre diferentes saberes, difusão e ação educativa, processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação e construção cidadã do processo democrático.

O ITS (2007) destaca, também, os valores que as tecnologias sociais possuem e buscam desenvolver nos ambientes em que atua. São eles: inclusão cidadã, participação, relevância social, eficácia e eficiência, acessibilidade, sustentabilidade (econômica e ambiental), organização e sistematização, dimensão pedagógica, promoção do bem-estar e inovação.

Mesmo considerando os atributos e valores da TS para o desenvolvimento socioeconômico, principalmente dos pequenos empreendimentos, a TS enfrenta algumas dificuldades, como por exemplo, o impulso feito pelos governos dos países mais avançados e pelas suas grandes empresas, no sentido de fazer com que a TC seja vista não só como a melhor, a mais produtiva, como a de ponta, a mais avançada, mas como a única que existe. Ou seja, a fronteira do conhecimento científico e tecnológico é expandida de acordo com a visão convencional, e estratégia materialista, deixando de considerar o contexto social (DAGNINO, 2004).

Para Praia e Cachapuz (2005, p. 174 e 175) “não é possível pensar a ciência nos dias de hoje, bem como a sua estrutura e construção do conhecimento científico fora do contexto da sociedade no seu vertiginoso desenvolvimento tecnológico”.

Considerando que a ciência e a tecnologia (C&T) não são neutras, portanto carregam os valores e interesses predominantes no ambiente no qual foram desenvolvidas, e que o seu desenvolvimento não segue um caminho único e inexorável (determinismo tecnológico), coloca-se a necessidade imperativa da participação dos usuários no desenvolvimento da tecnologia. É por meio da participação que os atores envolvidos poderão colocar seus interesses e valores em evidência e poderão atuar, de fato, nas escolhas envolvidas na concepção de tecnologia (FONSECA; SERAFIM, 2009).

No processo de construção de tecnologias sociais, segundo Fonseca e Serafim (2009), a participação do Estado, da comunidade de pesquisa e dos movimentos sociais é de fundamental importância. No entanto, os autores ressaltam que nem sempre as políticas públicas privilegiaram as tecnologias sociais. Lassance Jr. e Pedreira (2004) contribuem com essa ideia destacando obstáculos ao avanço da TS como política pública. Primeiro, citam a predominância de uma tendência conservadora por parte dos gestores públicos de evitar os riscos inerentes a qualquer projeto inovador; e em segundo, a existência dos processos de “captura” de recursos dentro dos órgãos governamentais, muitas vezes contemplando os interesses voltados à tecnologia convencional.

Para uma participação mais efetiva da comunidade de pesquisa, Fonseca e Serafim (2009) fazem as seguintes considerações: conscientização da comunidade de pesquisa quanto a necessidade de produzir conhecimento direcionado para a inclusão social e o empoderamento de atores sociais que buscam uma nova lógica para a relação ciência-tecnologia-sociedade (CTS). E uma proposta complementar à da TS no plano da educação, a Educação CTS, no sentido de fortalecer a proposta da TS. A comunidade científica teria um papel fundamental na difusão e no desenvolvimento dessa proposta, o que traria grandes benefícios para o movimento da Tecnologia Social, pois a Educação CTS pode ser um importante instrumento para problematizar as diferentes visões de ciência e tecnologias existentes na comunidade de pesquisa.

Quanto aos movimentos sociais, estes devem estar atentos ao tipo de tecnologia que estão utilizando na concepção de suas ações, uma tecnologia que seja adequada ao meio ambiente e que atenda aos objetivos de inclusão social, com a finalidade de evidenciar os valores da TS e a sua contribuição para o Desenvolvimento Sustentável. Quanto mais propagarem e incluam TS em suas ações, mais influenciaram as políticas públicas de

inclusão social e estarão aptos a tomar parte na formulação das políticas de C&T e influenciar a construção da agenda de pesquisa da comunidade de pesquisa (FONSECA; SERAFIM, 2009).

Considerando os movimentos e iniciativas dos atores sociais que vêm discutindo e disseminando as TSs, destaca-se a criação da Rede de Tecnologias Sociais (RTS) no Brasil, no ano de 2005. A Rede de Tecnologia Social (RTS) é uma iniciativa que reúne órgãos governamentais, empresas estatais, órgãos privados de fim público, universidades, ONGs e movimentos sociais. Cerca de oitocentas e noventa e seis instituições fazem parte dessa rede, com o compromisso de promover o Desenvolvimento Sustentável mediante a reaplicação, difusão, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de Tecnologias Sociais (RTS, 2012c).

Para Fonseca e Serafim (2009, p. 147) “a RTS pode ser considerada um novo modelo de governança para a elaboração (formulação, implementação e avaliação) da Política de Ciência e Tecnologia e, ao menos parcialmente, também das políticas de geração de trabalho e renda”. A RTS integra diferentes tipos de instituições, e o fato de ela integrar na rede instituições que, em sua grande maioria, não pertencem ao círculo dos tradicionais definidores das políticas públicas de C&T, compreende uma das características mais relevantes dessa inovação institucional (FONSECA; SERAFIM, 2009).

Fazem parte da RTS, órgãos governamentais como: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); empresas estatais como: a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Caixa Econômica Federal e Petrobras; órgãos privados de fim público como: o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e a Fundação Banco do Brasil. Destes, somente a FINEP e o MCT são tradicionais agentes da Política de C&T. As universidades são representadas por meio da participação no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Entre as ONGs e movimentos sociais estão a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), o Instituto ETHOS de Responsabilidade Social. Essas instituições compõem o Comitê Coordenador da RTS (FONSECA; SERAFIM, 2009).

A Fundação Banco do Brasil, integrante da RTS, instituiu em 2001, o programa Banco de Tecnologias Sociais, com o objetivo de difundir experiências que são desenvolvidas por outras instituições na solução de problemas comunitários que, muitas vezes isoladas, não teriam a possibilidade de serem ampliadas. Com o Banco de Tecnologia Social, a Fundação Banco do Brasil promove a aproximação e a socialização de soluções concretas aos problemas sociais brasileiros (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004; FBB, 2012b).

Porém, Weiss (2009) lembra que as tecnologias sociais possuem grandes desafios a serem enfrentados, tais como:

- 1. Sistematização e disseminação das experiências** - formar consciência, capacitar e formar lideranças comunitárias para que os registros sejam feitos pelas próprias comunidades onde as tecnologias sociais foram geradas;
- 2. Aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e participação social das comunidades:** a RTS tem como desafio investir no fortalecimento institucional das suas instituições parceiras, para que as tecnologias sociais possam se consolidar como alternativas sustentáveis ao modelo tradicional de desenvolvimento;
- 3. Readequação e reaplicação das TSs:** construir a compreensão de que a reaplicação de tecnologias não significa simplesmente a transferência de soluções tecnológicas comunitárias de um município para outro, mas, sobretudo, da necessidade de ser adequada à realidade de cada local e de cada município. Neste sentido, há a necessidade de investimento contínuo e sustentado na formação, na qualificação, nas ações de apoio, no fortalecimento institucional, assim como, na construção de parcerias que possam produzir os necessários ajustes tecnológicos sem desvirtuamento das soluções tecnológicas originais;
- 4. Valorização do conhecimento coletivo e comunitário:** aproximar as TSs das universidades, assim os profissionais da academia terão a oportunidade de apreender, valorizar, propor e disseminar as TSs no meio acadêmico, para que conexões duradouras de valorização do conhecimento das comunidades sejam estabelecidas;
- 5. Investimento em novo paradigma de desenvolvimento:** colocar a TSs a serviço de novo paradigma de desenvolvimento, para que este possa ser mais inclusivo, mais solidário e mais sustentável.

A disseminação das experiências e dos resultados obtidos podem contribuir no sentido de sensibilizar para a implementação de políticas públicas com a utilização de tecnologias sociais.

Exemplos de TS estão destacados no site da RTS, desenvolvidos em diversas regiões do Brasil, conforme quadro 11:

Amazônia Legal
<p>Certificação socioparticipativa de produtos agroextrativistas – Construção de um processo de certificação socioambiental que possibilite o manejo sustentável com maior agregação de valor aos produtos do agroextrativismo familiar.</p> <p>Meliponicultura – Manejo de abelhas indígenas sem ferrão, com objetivo de estimular o desenvolvimento dessa atividade produtiva como uma importante oportunidade de geração de trabalho e renda na região Amazônica. Também, é possível reforçar a dieta alimentar, incentivando maior consumo de mel como fonte de vitaminas. Estimula, ainda, a organização e a cooperação entre as comunidades envolvidas.</p> <p>Manejo comunitário de camarão de água doce – Sistema de manejo que conjuga melhores técnicas de produção com respeito ao ciclo reprodutivo do camarão de água doce. São utilizadas armadilhas com espaço maior entre as fibras, que deixa livre a passagem para os camarões menores. A utilização de viveiros flutuantes possibilita o beneficiamento e a comercialização do produto em grandes quantidades e de forma cooperada. A reaplicação inclui capacitação técnica, de gestão ambiental e gestão participativa.</p>
Periferia de grandes centros urbanos
<p>Incubação e apoio a empreendimentos solidários – Metodologia de ensino, aprendizagem e compartilhamento de tecnologia que valoriza a autogestão e a inclusão social. As pessoas envolvidas ampliam a percepção de que são sujeitos do seu próprio desenvolvimento. A incubação possibilita a transformação de potenciais em oportunidades de negócios, gerando trabalho e renda.</p> <p>Urbe – Apoio a empreendimentos solidários em regiões metropolitanas – Empreendedorismo e cultura de cooperação, trabalhando com grupos organizados e solidários, em territórios de baixo dinamismo e baixa densidade empresarial.</p> <p>Reciclagem de resíduos sólidos – Por meio da reciclagem de resíduos sólidos, os catadores e as catadoras são reconhecidos como agentes de limpeza urbana e, dessa forma, rompe-se com a exclusão e o assistencialismo, adotando medidas como a organização social da categoria e a construção de uma identidade positiva.</p> <p>Hortas comunitárias – Organização e capacitação de grupos solidários e produção de hortaliças voltadas à segurança alimentar e à geração de renda.</p>
Semi-Árido
<p>ADR – Agentes de Desenvolvimento Rural – Consiste em apoiar, por meio de jovens rurais capacitados em conhecimentos zootécnicos e gerenciais, os agricultores e as agricultoras familiares, com vistas à organização das cadeias produtivas caprinocultura e apicultura.</p> <p>Pais – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – Sistema produtivo montado em forma de anéis, cada um destinado a uma determinada cultura, que complementa a que vem a seguir. O Pais possui baixo custo e tem, como premissa, o manejo orgânico. O Sistema respeita a cultura das comunidades, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica.</p> <p>Minifábricas de beneficiamento de castanha-de-caju - Organização de associações e cooperativas em torno de mini-fábricas na configuração de um Módulo Agroindustrial Múltiplo de Processamento de Castanha-de-caju. Tal ação permite a articulação de agentes produtivos com interesses comuns, superando pontos críticos do processamento.</p> <p>Bancos Comunitários – Transferência da Tecnologia Social do Banco Palmas para outros municípios – Bancos Comunitários é um serviço financeiro, de natureza comunitária, voltado para o apoio às economias populares de bairros e municípios com baixo IDH, tendo por base os princípios da Economia Solidária, oferecendo à população excluída quatro serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária.</p>
Sistemas de captação de água para produção
<p>Barraginhas – Pequenas barragens construídas com o envolvimento das comunidades que, além de proporcionar maior oferta hídrica e consequente melhoria no processo de produção agrícola, diminuem os danos ambientais, principalmente a erosão e o assoreamento, gerando melhoria nas condições de vida para famílias do meio rural.</p> <p>P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas – Processo de mobilização comunitário para implantação de Tecnologias Sociais de captação de água da chuva para produção, em localidades que já contam com a cisterna de placa para captação de água da chuva para consumo humano. O sistema prevê a implantação das seguintes Tecnologias Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cisterna adaptada para a roça - É formada por uma área de captação (para captar água das chuvas que escorre dos desníveis do terreno ou de áreas pavimentadas como um calçadão), por um reservatório de água (que deve ser bem maior que a cisterna para o uso humano) e um sistema de irrigação (que pode ser operacionalizado manualmente ou por sistemas de bombeamento e gotejamento). Com a água de uma cisterna de 50 mil litros (outra que não a de consumo doméstico) é possível irrigar um "quintal produtivo" de verduras, regar mudas ou ter água para galinhas e abelhas. • Barragem subterrânea - Conserva a água de chuva infiltrada no subsolo nas áreas de baixios, fundos de vales e áreas de escoamento das águas de chuva, mediante uma barragem em profundidade cavada até a camada impermeável do solo. Ela tem um grande impacto sobre a estabilidade do sistema produtivo, aumentando a resistência em períodos de seca, quando a área da barragem parece uma ilha verde no meio da caatinga seca. Ela garante a autonomia no que se refere à alimentação, permite a criação de um número maior de animais e diminui a dependência de insumos externos. • Tanque de Pedra - Eles possibilitam o armazenamento de grandes volumes de água captada nos lajedos, aproveitando a inclinação natural neles existentes. Em alguns locais, é necessário construir paredes ou muretas facilitando a contenção ou o direcionamento da água para os tanques e consequentemente maior acúmulo de água. É uma das inovações técnicas que tem como base a valorização do conhecimento dos agricultores familiares nas estratégias de uso e gestão da água. O tanque de pedra armazena água para os gastos domésticos, para alimentação animal e irrigação de um "quintal produtivo" de verduras. • Barreiro Trincheira - São tanques profundos e estreitos, cavados em subsolo cristalino com um ou mais compartimentos e de mais de três metros de profundidade, com fundo e parede de pedra (piçarra), que não deixa a água se infiltrar. Pequenas valetas são construídas para direcionar a água de enxurradas para esses compartimentos. É aconselhado fazer pequenas barreiras de pedras dentro do desvio da água para reter a areia. Por ser estreito e fundo sua superfície de evaporação é menor. O Barreiro-trincheira armazena água para os animais e para irrigação de um "quintal produtivo" de verduras.

Quadro 11 – Tecnologias sociais desenvolvidas em diversas regiões do Brasil

Fonte: RTS (2012b)

Outros exemplos permitem ilustrar as características e a abrangência da tecnologia social no Brasil:

- **Complemento alimentar multimistura** – muito utilizado no Brasil como meio de combate à desnutrição. Em vários estados e municípios, tornou-se política de segurança alimentar no apoio às organizações sociais responsáveis pelo mapeamento das áreas mais pobres, com a identificação das crianças com maiores carências de nutrientes e o fornecimento da multimistura para combater a desnutrição (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004);
- **O clássico soro caseiro** - mistura de água, açúcar e sal que combate a desidratação e reduz a mortalidade infantil (FBB, 2012a);
- **Microcrédito** – oferta de pequenos valores, em condições mais favoráveis à pessoas de baixa renda, como mecanismo de estímulo ao microempreendedorismo e geração de emprego e renda, no meio urbano e rural (NORUZI; WESTOVER; RAHIMI, 2010; SERVET, 2009; LOPÉZ, 2007).

Com estes exemplos, pode-se dizer que as TS promovem a transformação social, estão mais sintonizadas com as demandas da sociedade para promover um desenvolvimento participativo e de inclusão social e, tem potencial para ser um projeto nacional, com mais apoio governamental, do meio acadêmico, das organizações para se tornarem maiores, mais fortes e sustentáveis.

O quadro 12 apresenta uma síntese do pensamento dos autores estudados sobre as tecnologias sociais.

Autores	Pressupostos básicos
Thomas (2009).	Promove a inclusão social com a geração de renda; responde à problemática de desenvolvimento comunitário; alternativa à tecnologia convencional; articula-se como uma proposta eficaz na solução de problemas sociais.
Fonseca (2010).	Tem como objetivo a transformação social.
RTS (2012a).	Produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis; Representa efetivas soluções de transformação social.
FBB (2012a).	Proposta inovadora de desenvolvimento; Participação coletiva; promove mudanças estruturais.
Dagnino (2004).	Direciona para a produção coletiva; empreendimentos autogestionários.
ITS (2007).	Visa solução de demandas sociais; visa sustentabilidade econômica, social e ambiental; produção de novos conhecimentos; Transformação social; inovação; promoção de bem-estar.
Silveira (2006).	A TS pode ser pensada a partir de três componentes: <i>hardware</i> , <i>software</i> e <i>orgware</i> .
Fonseca e Serafim (2009).	Requer participação do Estado, da comunidade de pesquisa e dos movimentos sociais.
Weiss (2009).	Desafios das TSs: sistematização e disseminação das experiências; aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e participação social das comunidades; readequação e reaplicação das TSs; valorização do conhecimento coletivo e comunitário; investimento em novo paradigma de desenvolvimento.

Quadro 12 – Síntese teórica sobre tecnologias sociais

Fonte: Revisão da literatura

Para promover um desenvolvimento participativo capaz de proporcionar bem-estar e oportunidades para todos em conjunto com a preservação do meio ambiente, valores como a cooperação, participação, confiança, colaboração e solidariedade devem ser difundidos, para consolidar e ampliar as iniciativas inovadoras e empreendedoras, principalmente as de caráter social e coletivo.

Nesta perspectiva, o empreendedorismo ganha espaço não somente no contexto econômico, mas abarcando o social e o ambiental, visto como a capacidade de enfrentar desafios, colocar energia e entusiasmo em empreendimentos, e ao mesmo tempo estimulam e engajam pessoas em prol de objetivos comuns, em uma ideia de desenvolvimento com melhores oportunidades para todos, como será abordado a seguir.

2.5 FORMAS DE EMPREENDEDORISMO

O papel do empreendedorismo no desenvolvimento envolve mais do que o aumento da produção, criação de novas empresas e melhoria da eficiência administrativa dos empreendimentos. Nos últimos anos, o conceito de empreendedorismo foi alargado para outros campos de estudo como o empreendedorismo social e coletivo, considerados de relevante importância para o processo de desenvolvimento. Alguns destes novos campos de pesquisa e prática do empreendedorismo foram impulsionados pela globalização, pelas novas tecnologias da informação e pela busca de soluções para problemas sociais e ambientais existentes (ABOUZEEDAN; HEDNER, 2010). O alargamento do estudo sobre o empreendedorismo envolve as diferentes fontes de oportunidades, processos de descoberta e a avaliação da exploração das novas oportunidades pelo conjunto de indivíduos empreendedores.

Apresenta-se, inicialmente, uma síntese proposta por Lèvesque (2004), da tipologia das formas de empreendedorismo, principais características e diferenças, quadro 13:

Dimensão/ tipo	Indivíduo Coletivo Comunidade	Racionalidade	Risco	Projeto	Inovação
Capitalista	Sobretudo indivíduo	Sobretudo formal (cálculo contábil).	Financeiro.	Sobretudo individual (realização própria e da família).	Sentido Schumpeteriano.
Social	Indivíduo Comunidade	Sobretudo em valor para a comunidade (proximidade).	Financeiro e social (reputação diante da comunidade) + riscos menores.	Sobretudo engajamento social.	Desenvolvimento local (interesse geral), necessidades não satisfeitas + formas de organização.
Coletiva	Indivíduo Coletivo	Sobretudo em valor para o coletivo (os membros).	Financeiro e social (reputação diante dos membros) + riscos menores.	Sobretudo empreendedor, mais coletivo.	Necessidades não satisfeitas + formas de organização.

Quadro 13 - Tipologia das formas de empreendedorismo

Fonte: Lèvesque (2004, p. 55)

Nesta perspectiva, apresenta-se a seguir os conceitos, importância e oportunidades de estudo nos campos do empreendedorismo capitalista/empresarial, social e coletivo.

2.5.1 Empreendedorismo individual/empresarial/capitalista

O termo “empreendedor” tem origem francesa e inicialmente foi definida como aquele que assume riscos e começa algo novo. O primeiro uso do termo empreendedorismo esteve ligado ao sistema capitalista, logo depois da Idade Média, ao indivíduo que gerenciava projetos de produção. No século XVII e XVIII, o capitalista foi diferenciado do empreendedor, sendo o capitalista aquele que fornecia o capital e o empreendedor aquele que assumia riscos. No século XIX e XX, os empreendedores foram confundidos com os gerentes e administradores, o que ocorre até os dias atuais. Com a evolução da perspectiva empresarial e pessoal, ainda em meados do século XX, estabeleceu-se a relação do empreendedor como a inovação ou alguém que desenvolve algo novo. A inovação é considerada uma das mais difíceis tarefas do empreendedor, pois exige não somente a capacidade de criar e conceber, mas também a capacidade de entender todas as forças e influências do ambiente (DORNELAS, 2001; HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2009).

Hisrich, Peters e Shepherd (2009) definem empreendedorismo como sendo o processo de criação de algo novo com valor, dedicando tempo e esforço necessário, assumindo os riscos que podem ser de ordem financeira, psíquicas e sociais, assim como receber as consequentes recompensas da satisfação e da independência financeira e pessoal. Para Castor (2009), a capacidade de criar valor é a pedra angular do empreendedorismo, e o conceito de inovação possui um papel especialíssimo.

Quanto à satisfação e necessidade de realização pessoal do empreendedor, McClelland (1972), em sua Teoria sobre motivação psicológica, encontrou três necessidades pelas quais as pessoas são motivadas: (1) necessidade de realização; (2) poder; e (3) afiliação. Os estudos do autor apontam que dentre as três necessidades, a de realização é a primeira identificada entre os empreendedores bem sucedidos.

Compartilham desse entendimento Cuervo, Ribeiro e Roig (2007), mencionando que, os estudos que focam os empreendedores individuais, geralmente analisam variáveis que explicam o perfil psicológico, como a necessidade de realização, a capacidade de controle, a tolerância à ambiguidade e uma tendência para assumir riscos, assim como as variáveis não-psicológicas, educação, experiência, relacionamentos, a família, etc.

Para atender a essas necessidades, os empreendedores bem sucedidos possuem algumas características, identificadas nos estudos desenvolvidos por Fillion (2000a), quadro 14:

Valores e cultura de empreendedorismo adquiridos por meio de contato com, pelo menos, um modelo empreendedor durante a sua juventude;
Experiência em negócios;
Diferenciação;
Intuição;
Envolvimento;
Trabalhadores incansáveis;
Sonhadores realistas (visionários);
Líderes;
Trabalham em rede com moderação;
Têm o seu próprio sistema de relações com os empregados;
Controladores do comportamento das pessoas ao seu redor;
Aprendizagem dos seus próprios padrões.

Quadro 14 – Características de empreendedores bem sucedidos

Fonte: Fillion (2000a, p. 3)

O empreendedorismo desempenha um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico. Envolve não somente o aumento de produção e renda *per capita*, mas iniciativas de construir mudanças na estrutura dos negócios e da sociedade, oportunizando crescimento e maior produção e consequente mais riqueza para ser distribuída entre os participantes (HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2009).

O empreendedorismo empresarial em sua essência está mais focado no desenvolvimento econômico, e se configura como o método mais eficiente para ligar ciência e mercado, com a criação de novas empresas, levando novos produtos e serviços ao mercado.

O empreendedorismo empresarial pode ser conceituado como a descoberta de oportunidades e subsequente criação de novas atividades econômicas, muitas vezes por meio da criação de uma nova organização (REYNOLDS, 2005). Processo pelo qual os indivíduos de forma autônoma ou por meio de algum tipo de organização, buscam oportunidades (STEVENSON; JARILLO, 1990).

No entendimento de Stevenson e Jarillo (1990), o empreendedorismo é um elemento essencial para o progresso econômico e se manifesta de diferentes maneiras: a) identificação, avaliação e exploração de oportunidades de negócios; b) criação de novas empresas e/ou renovação das existentes, tornando-as mais dinâmicas; e c) alavancagem da economia por meio da inovação, competência, criação de empregos e pela melhoria geral do bem-estar da sociedade.

Hisrich, Peters e Shepherd (2009, p. 38) comentam que é de “admirar que o empreendedorismo ainda não tenha se tornado mais central no desenvolvimento econômico”. No entanto, na opinião dos autores, o futuro do empreendedorismo parece ser brilhante. Vive-se a era do empreendedor, com o empreendedorismo sendo difundido pelas instituições de ensino, governos, instituições não-governamentais e sociedade.

No Brasil, o movimento do empreendedorismo começou a despertar na sociedade na década de 1990, com entidades como o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e SOFTEX – Sociedade Brasileira de Exportação de *Software*. O SEBRAE busca oferecer suporte e consultorias ao pequeno empresário para a resolução de problemas e desenvolvimento e iniciativas de negócios. E, a SOFTEX, foi criada com a finalidade de levar as empresas de *software* do país ao mercado externo, visando proporcionar ao empresário do ramo de informática a capacitação em gestão e tecnologia (DORNELAS, 2001).

No entanto, Filion (2000b) menciona que para o Brasil e países latinos desenvolver o potencial empreendedor, alguns obstáculos deverão ser vencidos:

1. Melhorar a autoconfiança – para entrar na sociedade empreendedora, é preciso melhorar a autoconfiança;
2. Falta de confiança entre os brasileiros – quando a autoconfiança aumenta, aumenta também a confiança no outro;

3. Necessidade de desenvolver abordagens próprias ao Brasil - desenvolver modelos que corresponda a características da cultura brasileira;
4. Disciplina - condição para a superação dos três primeiros obstáculos;
5. Necessidade de compartilhamento – é preciso saber compartilhar, pois as diferenças de riquezas acabam gerando violências nas camadas mais pobres. Quando não há o compartilhamento o mundo todo perde;
6. Burocracia – quando mais as pessoas são autoconfiantes e confiam naqueles que os cercam, menos necessidade sentem de burocracia e do controle que as acompanham.

Para Filion (2000b), a educação constitui-se do principal meio para vencer os seis obstáculos identificados.

Baron e Shane (2007) tratam o empreendedorismo como um campo de estudos, que tem como propósito entender como surgem as oportunidades de criar novos produtos ou serviços, novos processos de produção, novo mercado, formas de organizar as tecnologias existentes ou matérias-primas, e também, como são descobertas por determinadas pessoas, e os meios que essas pessoas usam para explorá-las ou desenvolve-las.

Seguindo as observações de Baron e Shane (2007), Comeche e Loras (2010) apresentam um novo enfoque para o empreendedorismo empresarial, introduzido por novos cenários advindos da globalização e das inovações organizacionais, por exemplo. No entendimento dos autores, se as empresas querem manter-se competitiva a níveis existentes, devem começar a promover a cooperação coletiva interna, pois, o esforço conjunto é maior do que a soma de suas contribuições individuais, favorecendo o empreendedorismo coletivo dentro das empresas, principalmente nas de grande porte. Para eles, o empreendedorismo individual continua sendo fomentado no ambiente de pequenas empresas ou em empresas familiares.

Na mesma linha de pensamento, Peredo e McLean (2006), discutindo a criação de valor introduzido pelo empreendedorismo, comentam o surgimento de uma diferente forma de criação de valor, os quais consideram como importante mecanismo de desenvolvimento para as sociedades. Trata-se da criação de valor social, gerado por meio do empreendedorismo social.

Com a introdução de novas formas de inovação e pelos esforços em criar mecanismos que melhorem as condições sociais e ambientais, o empreendedorismo alargou-se para outros campos de estudos, com o surgimento de novos enfoques, no sentido de explicar as mudanças ocorridas no ambiente de negócios, nas instituições e na sociedade.

Muitas iniciativas da sociedade têm direcionado a aplicação do empreendedorismo para outras áreas, como a social e a ambiental, buscando a resolução de problemas e atender as demandas da população em suas necessidades mais elementares, que não foram oportunizadas pelo mercado e pelo governo. Com a ampliação da capacidade empreendedora para outros ambientes organizacionais, com capacidade de interação e de cooperação, os conceitos e expressões do empreendedorismo social e coletivo foram fortalecidos, originando-se, desta forma, em campos de estudos.

2.5.2 Empreendedorismo de natureza social e coletiva

Nas próximas seções, serão abordados os temas relativos ao empreendedorismo social e coletivo, apontando suas características, propostas e campos de atuação.

2.5.2.1 Empreendedorismo social

O empreendedorismo social, segundo Noruzi; Westover e Rahimi (2010) está em voga há mais de 10 anos, principalmente no meio acadêmico, médico e sociedade civil. Mas, somente a partir do ano de 2006, trabalhos acadêmicos sobre o tema começaram a surgir.

Uma contribuição importante para a difusão do empreendedorismo social foi a atribuição do Prêmio Nobel da Paz em, 2006, para o fundador do Banco Grameen. Tal iniciativa inseriu o empreendedorismo social no centro das atenções mundiais. O Banco é considerado o maior do mundo no tocante a micro finanças, constituído com o propósito de atender milhares de pessoas de baixa renda, principalmente as mulheres e tirá-las da situação de pobreza (NORUZI; WESTOVER; RAHIMI, 2010).

Embora, a linguagem do empreendedorismo social seja relativamente nova, as iniciativas que utilizam as capacidades empreendedoras para resolver os problemas sociais não são. Os empreendedores sociais sempre existiram, ainda que não fossem assim denominados (DEES, 2001).

O empreendedorismo social tem uma proposta mais abrangente para os problemas sociais, além do contexto assistencialista. Neste sentido, Bessant e Tidd (2009) mencionam

que empreendedorismo social consiste em promoção de mudanças sustentáveis que vão além de uma preocupação com a vulnerabilidade socioeconômica de outras pessoas, mas compreende a criação de estruturas facilitadoras, que oferecem modelos alternativos e viáveis. Segundo Oliveira (2008), trata-se de uma ação inovadora direcionada para o campo social, que gera mudanças significativas, indutora de auto-organização social. Tem a missão social como explícita e central (DEES, 2001).

Contribuindo com a ideia, Mair e Martí (2006) explicam o empreendedorismo social como sendo um processo de criação de valor, pelo desenvolvimento de novas maneiras de fazer, combinando diferentes recursos. Visto sob a perspectiva de combinação de recursos, o empreendedorismo social compreende uma oportunidade de gerar ações para satisfazer as necessidades sociais e ao mesmo tempo estimular a mudança social. Visto como processo, o empreendedorismo social envolve a oferta de produtos e serviços, mas está também associado à criação de novas organizações.

De posse dos conceitos e da proposta do empreendedorismo social, Martin e Osberg (2007) entendem que se faz necessário, estabelecer limites para distinguir o empreendedorismo social de atividades de cunho social. Há, na opinião dos autores duas formas principais de atividades sociais que precisam ser distinguidas do empreendedorismo social: 1) prestação de serviços sociais; e 2) ativismo social. No empreendedorismo social, o empreendedor está diretamente ligado à missão social, cujo resultado deve promover um novo e sustentado equilíbrio da situação problema, enquanto que na prestação de serviços sociais, o prestador do serviço social assume de forma direta medidas para melhorar os resultados do equilíbrio corrente, e o ativista social influencia outros indivíduos para gerar um novo e sustentado equilíbrio.

O empreendedorismo social emergiu como proposta de promover mudanças frente a um cenário de grandes desigualdades sociais. A ONU, por exemplo, aponta o Brasil como o país mais desigual da América Latina, onde os 10% mais ricos concentram 50,6% da renda; e na outra ponta, os 10% mais pobres ficam com apenas 0,8% da riqueza brasileira (UNHABITAT, 2010).

Para Dowbor (2007), mais do que constatar os números dos dramas sociais e ambientais, faz-se necessário pensar e agir, pois a realidade social evidenciada representa claramente a necessidade de intervenções positivas, organizadas, para enfrentar a pobreza. Consiste em concentrar esforços muito mais amplos na compreensão das políticas ativas de combate à pobreza e de resgate da sustentabilidade e da dignidade humana.

Face a esta conjuntura, a sociedade civil passa a exercer um papel ativo, emergindo o empreendedor cidadão, que orientado pela consciência social busca avançar com projetos economicamente sustentáveis e socialmente inovadores, para melhorar a vida de pessoas que estão em situação de risco social. Na perspectiva descrita, o empreendedorismo social surge como uma nova proposta para o desenvolvimento social e tem sido associado às organizações do Terceiro Setor, pois, estas são organizações que se propõem a desenvolver projetos e atividades voltados para atender as necessidades não satisfeitas pelo mercado e pelo estado, buscando propiciar a inclusão social desse público.

O empreendedorismo social tem adquirido destaque, especialmente pelo crescimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), nos últimos anos. As organizações sem fins lucrativos e não-governamentais deram origem ao Terceiro Setor da economia, com forte atuação a partir da Lei nº. 9.790/1999. Elas são constituídas na sua maioria por pessoas insatisfeitas com a gestão estatal, principalmente no tocante as políticas sociais. Essa nova parceria sociedade civil e o estado têm por finalidade reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Farah (2006, p. 286) define o Terceiro Setor como sendo “um espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista que são voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos que sejam gerados nesse processo”. Já Salamon (1997) entende o Terceiro Setor como um conjunto de instituições que empregam os valores da solidariedade e os valores da iniciativa individual em prol do bem público. E, Tabor e Fernandez Pardo (2000, p. 41) definem o Terceiro Setor como sendo “um conjunto de iniciativas de natureza autônoma e organizada para a gestão e promoção de valores e bens sociais”.

As organizações do Terceiro Setor empenham-se na solução de problemas sociais, pois, possuem habilidades consideradas especiais, pelo fato de responderem de forma mais ágil às necessidades de seu público. Para Drucker (1997), as organizações sem fins lucrativos existem com a finalidade de provocar mudança nos indivíduos e na sociedade. São bem sucedidas quando estão organizadas para o novo. Portanto, buscam fora e dentro, de forma sistemática, indicações de oportunidades inovativas.

Desta forma, o Terceiro Setor surge como um segmento capaz de enfrentar os principais problemas do país, cumprindo com seu papel de proporcionar serviços sociais mais eficientes; aproximar a sociedade do estado; contribuir para o resgate da dignidade humana; e proporcionar aos cidadãos mais qualidade de vida.

Tabor e Fernandez Pardo (2000) apresentam, no quadro 15, uma sistematização de várias denominações atribuídas ao Terceiro Setor, contemplando as demais definições apresentadas:

Denominação	Pressuposto
Setor de caridade	Financiamento baseado em doações, muitas vezes compreende a principal fonte de recursos;
Setor independente	Não vinculados a qualquer expressão política ou de mercado;
Setor voluntário	A maioria dos recursos humanos atuantes não são remunerados;
Setor isento de impostos	Quando são isentas de impostos indiretos;
Organizações não-governamentais	Organizações que assumem objetivos públicos, no entanto surgem pela iniciativa privada;
Setor não-lucrativo	Não geram lucros e não possuem proprietários.

Quadro 15 – Denominações das Organizações do Terceiro Setor

Fonte: Tabor e Fernandez Pardo (2000, p. 46)

Os autores chamam a atenção para a questão da independência e comentam que na maioria dos casos, quanto a termos financeiros, as organizações do Terceiro Setor estão muito distantes de serem independentes, e que em muitos países, grande parte dessas instituições depende claramente do Estado e do mercado. Referindo-se, principalmente, a questões de doações e recursos orçamentários dos governos para subsidiar as atividades e ações sociais.

Percebe-se, então, o Terceiro Setor como um espaço mais abrangente, no qual inclui as instituições de filantropia, que se dedicam à prestação de serviços na área da saúde, educação e bem-estar social; as organizações cujas ações são voltadas para a defesa de grupos específicos da população como, negros, mulheres e indígenas; as ações de trabalho voluntário, pelas quais cidadãos expressam sua solidariedade com a doação de tempo, trabalho e talento para as causas sociais, e, também, a filantropia empresarial, por meio da qual as empresas manifestam o compromisso e responsabilidade com a melhoria de vida das comunidades (CARDOSO, 1997).

Todavia, Weerawardena e Mort (2006) observam que, mesmo que maioria da literatura sobre o tema empreendedorismo social tenha evoluído no domínio de organizações sem fins lucrativos, não está limitada a ela.

Ampliando a abordagem do empreendedorismo social, Peredo e McLean (2006) apontam outras categorias de organizações que adotam o papel do empreendedorismo social, as quais destacam as organizações que desenvolvem atividades com objetivos sociais, no sentido de melhorar as condições de vida de sua clientela. Como exemplo notável deste tipo de empresa, pode-se citar o Banco Grameen e outras agências de empréstimos de

microcrédito, que não se qualificam como instituições bancárias tradicionais, ofertando pequenos empréstimos aos pobres. Outro exemplo, refere-se aos empreendedores de organizações como a *Ciudad Salud*, do Peru. Essas organizações financiam micro-empresas, cuja atividade é o recolhimento e a reciclagem dos resíduos sólidos domésticos produzidos pelos moradores de favelas da cidade de Lima, proporcionando melhorias nas condições de saúde da população e geração de emprego e renda. Outro caso citado, refere-se aos empreendedores de organizações como a Ben e Jerry's, cujas ações estão relacionadas à responsabilidade ambiental e social. Um de seus projetos mais notáveis é o programa "*PartnerShop*", o qual oferece a possibilidade de ONGs abrirem suas franquias sem o pagamento de taxas de franquia normal. Citam, ainda, organizações que associam o valor de suas marcas às causas sociais como a Avon Cosméticos, com a conscientização do câncer de mama e a ConAgra Foods, um dos maiores distribuidores de alimentos processados e embalados dos EUA, no combate à fome infantil.

Oferecendo outras contribuições, Roper e Cheney (2005) comentam que, com o agravamento dos problemas sociais, uma série de tendências sociais, estruturas organizacionais e iniciativas individuais surgiram, e estão sendo interpretadas como sendo expressões do empreendedorismo social. Desta forma, fala-se em empreendedorismo social privado, empreendedorismo social no setor público e empreendedorismo social no setor sem fins lucrativos.

Com a evolução dos debates que envolvem as diferentes formas de expressões do empreendedorismo social, ficou evidente um consenso crescente quanto à atividade central dos empreendedores sociais, a sua adesão a uma missão social dominante (STEVENS; MORAY, 2009).

Quanto aos empreendedores sociais, estes se diferenciam, segundo Bessant e Tidd (2009) dos empreendedores tradicionais nos seguintes aspectos: (i) motivos e objetivos – mais preocupações com meios e fins sociais do que com a geração de riqueza; (ii) cronograma – preocupação com resultados de longo prazo e duradouros; e (iii) recursos – maior foco em uma rede de investimentos e de recursos com a finalidade de desenvolver e promover mudanças. Implica utilizar os mesmos conjuntos de capacidades e habilidades do empreendedor tradicional e seguir o mesmo processo fundamental de inovação para provocar a mudança, a diferença está nos objetivos e na maneira de pensar, com a preocupação em fazer um mundo melhor para todos.

Outros aspectos que diferenciam o empreendedor social dos empreendedores tradicionais estão identificados no quadro 16.

Empreendedor tradicional	Empreendedor social
Agem de forma socialmente responsável, ligação indireta com os problemas sociais;	Diretamente ligado à missão social;
Sucesso ou fracasso é medido pela capacidade de gerar lucros;	Maior preocupação é com a geração de valor social;
Prioriza riqueza econômica;	Prioriza riqueza social; o resultado econômico é visto como uma condição necessária para assegurar a viabilidade financeira; os lucros são reinvestidos na missão ao invés de distribuídos aos acionistas;
Busca novas oportunidades;	Busca novas oportunidades;
Preocupação com a inovação;	Preocupação com a inovação;
Prioriza acumulação de riqueza para si ou para poucos.	Não gera riqueza para si, mas para a comunidade.

Quadro 16 – Diferenças entre empreendedor tradicional e empreendedor social

Fonte: Adaptado de Mair e Martí (2006); Lèvesque (2004); Boschee e McClurg (2003)

Os empreendedores sociais podem utilizar as ferramentas e os conhecimentos dos negócios tradicionais. No entanto, o diferencial está no propósito e na motivação do empreendedor social. O empreendedor tradicional busca atender as necessidades financeiras, e o empreendedor social, o desejo de justiça e promoção social das pessoas (ROSSONI; ONOZATO; HOROCHOVSKI, 2006). A principal preocupação do empreendedor social é com a geração de valor social e não com a riqueza, que pode fazer parte do processo, mas não constitui um fim em si mesma (BESSANT; TIDD, 2009).

Dees (2001) destaca cinco atribuições que definem o empreendedor social:

1. Adotar uma missão de criar e manter valor social;
2. Reconhecer e perseguir implacavelmente novas oportunidades para servir essa missão;
3. Envolver-se em um processo de contínua inovação, adaptação e aprendizagem;
4. Agir com ousadia sem estar limitado pelos recursos disponíveis, e
5. Exibir um elevado senso de transparência perante o público alvo e em relação aos resultados obtidos.

Para Melo Neto e Froes (2002), os empreendedores sociais, pela capacidade de inovação, criam novas organizações, articulam redes de colaboração e parcerias para apoio mútuo dos pequenos empreendimentos. Já, para Levèsque (2004), o empreendedor social é um indivíduo visionário e inovador, portanto, com capacidade de transformar ameaças em oportunidades, problemas sociais em soluções. E, Ashoka (2010), destaca as características de empreendedores sociais, como agentes criadores de valores através da inovação social, dotados de confiança pessoal, habilidade para o imprevisto, busca a melhor combinação possível de diferentes recursos, esforços colocados a serviço do desenvolvimento social e comunitário.

Para Drucker (2003, p. 39), “os empreendedores inovam” e a inovação se constitui no instrumento que ele entende como sendo específico do espírito empreendedor, e para Novkovic (2008), o empreendedorismo social gera valor social, por meio da inovação social.

Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008) entendem que o empreendedorismo gera inovação social, todavia, acrescentam que a inovação social é mais ampla alcançando diversos lugares e pessoas, fora do âmbito do empreendedorismo social. A inovação social transcende setores, níveis de análise e métodos para descobrir os processos de estratégias, táticas e teorias de mudança que produzem impacto duradouro.

Na próxima seção, busca-se entender o empreendedorismo coletivo e como se distingue dos outros dois tipos de empreendedorismo, o individual e o social e sua importância como processo que incentiva a cooperação e a inovação social.

2.5.2.2 Empreendedorismo coletivo

A preocupação com a inclusão social e com a sustentabilidade ambiental tem incentivado a formação de novos modelos de negócios. O empreendedorismo coletivo tem prestado contribuições valiosas na formação desses novos empreendimentos, com formatos organizacionais capazes de criar um sistema socioeconômico sustentável, para garantir melhores oportunidades de emprego, geração de renda e qualidade de vida.

Nos estudos e pesquisas sobre o empreendedorismo coletivo, há o entendimento da presença desse tipo de empreendedorismo em vários formatos organizacionais, seja em organizações com objetivos puramente econômicos ou para aquelas que objetivam resultados econômicos, sociais e políticos.

Para Schmidt e Dreher (2008), o empreendedorismo coletivo pode ser representado por várias formas de associativismo como, por exemplo, a criação de entidades de representação política e sindical, até ações que viabilizam compra em comum, serviços pós-venda, prospecção e venda nos mercados externos, controle de qualidade e aval solidário. Para Johannisson (1998), o empreendedorismo coletivo pode ser representado por organizações de estrutura em redes, empresa familiar, parcerias, cooperativas, franquias, organizações virtuais, empreendedorismo chão de fábrica – auto-organização de grupos e equipes.

Para Martinez (2004), o empreendedorismo coletivo só ocorre com a existência de uma equipe, de um grupo, dentro de uma empresa ou em uma rede de empresas. O empreendedorismo coletivo não se configura simplesmente pela soma do empreendedorismo individual de cada membro da equipe, pois, em muitos casos um indivíduo sozinho não é empreendedor, mas quando trabalha em equipe, pode torna-se um.

Outras cinco categorias que empregam o termo empreendedorismo coletivo são apresentadas nos trabalhos de Burress e Cook (2009).

A Figura 6 mostra as categorias, foco das pesquisas e a abordagem utilizada para o empreendedorismo coletivo.

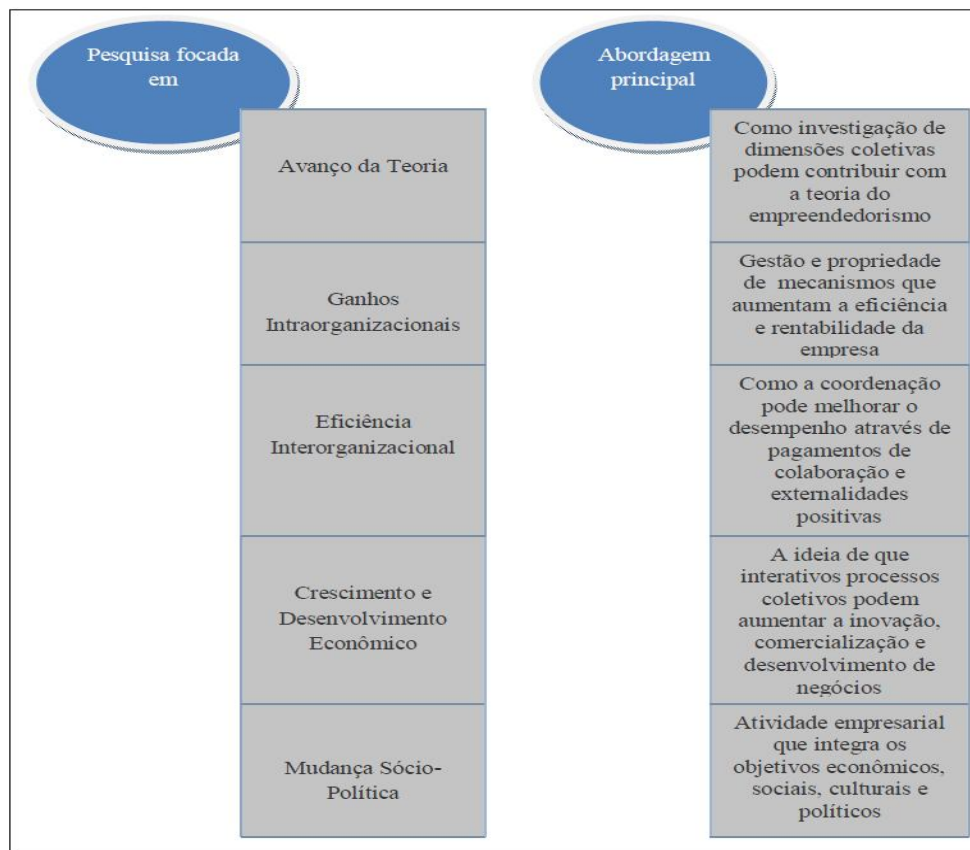


Figura 6 – Categorias de abordagem do empreendedorismo coletivo

Fonte: Burress; Cook (2009, p. 24).

Das categorias abordadas por Burress e Cook (2009), figura 6, a última abordagem – mudança sócio-política, é a de interesse deste trabalho, pois, utiliza o termo empreendedorismo coletivo para se referir à iniciativas que promovem mudança, no que diz respeito ao desenvolvimento regional e local, políticas públicas e normas sociais ou culturais, em consonância com a proposta de Desenvolvimento Sustentável. Esta perspectiva, explora o

empreendedorismo coletivo como uma forma de mudança sócio-política, referindo-se a uma atividade empresarial que integra os objetivos econômicos, sociais, culturais e políticos (CONNELL, 1999; CHOUINARD; FORGUES, 2002).

Essa perspectiva do empreendedorismo coletivo possui forte relação com a economia social (LÈVESQUE, 2004; RODRIGUES; MALO, 2006). Economia social refere-se a um conjunto de atividades e organizações decorrentes do empreendedorismo coletivo, com os seguintes princípios e regras de funcionamento: 1) o propósito de uma empresa de economia social é servir os seus membros ou a comunidade, em vez de simplesmente gerar lucros; 2) opera a uma certa distância do Estado; 3) promove um processo de gestão democrática, envolvendo todos os usuários e/ou trabalhadores, por meio de seus estatutos e da forma como conduz os negócios; 4) defende a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital, na distribuição de seus excedentes e receitas; 5) conduz as atividades com base nos princípios de participação e empoderamento individual e coletivo (CHANTIER DE L'ÉCONOMIE SOCIALE, 2005).

Para Singer (2000), a economia solidária, também, possui forte relação com o empreendedorismo coletivo. Os empreendimentos coletivos vinculados à economia solidária, possuem os seguintes princípios organizativos: (1) posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam, com finalidade de produzir; (2) gestão democrática da empresa por meio de participação direta (quando o número de cooperados não é demasiadamente grande) ou por representação, nos demais casos; (3) repartição da receita líquida entre os cooperados, por critérios aprovados, por meio de discussões e negociações entre todos; e (4) destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperados.

Economia solidária refere-se a iniciativas econômicas de produtores, consumidores, cidadãos, organizados segundo princípio da cooperação, autonomia, solidariedade e gestão democrática. Representa a primazia da solidariedade sobre os interesses de cunho individual e os ganhos de natureza material. Se expressa mediante a posse coletiva dos recursos produtivos e a adoção de práticas igualitárias (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Nessa mesma linha de raciocínio, Connell (1999), entende o empreendedorismo coletivo como um evento que existe quando a ação coletiva visa à melhoria econômica e social de uma localidade, por meio de alguma transformação das normas sociais, valores e redes para a produção de bens ou serviços por uma empresa. Schmidt e Dreher (2008) tratam como um importante instrumento, para que seja possível o alcance de objetivos e metas das organizações coletivas, por meio da cooperação. Ele permite a socialização do conhecimento

e a potencialização dos ativos. Traduz-se em capacidades sociais, as quais, reunidas, formam uma rede social produtiva local.

Rodrigues e Malo (2006) definem empreendedorismo coletivo como sendo o conjunto de atores que participam dos processos de formação e das orientações estratégicas da organização, com orientação e propriedade coletiva. E, relacionam o conceito de empreendedor coletivo à governança, que vem ao encontro do princípio que trata da gestão democrática, e essa estrutura de governança deve ser conduzida pela visão do projeto associativo, bem como, pela missão da organização e pelos valores dos membros da cooperativa:

O empreendedor coletivo baseia-se, portanto, em uma configuração de instâncias múltiplas e interrelacionadas de autoridade, dispostas de forma que todos os membros participem da gestão estratégica da cooperativa, animados pelos princípios que os uniram. A relevância de tal conceito reside em cuidar de que todos os membros estejam envolvidos e não negligenciem os princípios da organização de natureza cooperativa, dada a eterna tensão entre mobilizar membros para um objetivo comum e inserir-se em uma economia de mercado, com intensa competição.

Como mecanismo de combate às desigualdades, a criação de empreendimentos associativos, apresenta geração de impactos mais rápidos e sustentáveis, fomentando a geração de renda e de empregos. Para Maurer e Silva (2011), a emergência de tais empreendimentos pode ocorrer por vários estímulos, dentre eles a busca pela inclusão e reinclusão social e econômica. Para Icaza e Tiriba (2009), trata-se da criação de formas alternativas que visem à satisfação das necessidades humanas.

Reforçando essa ideia, Tauile e Rodrigues (2004) destacam as principais razões que levam ao surgimento de empreendimentos de natureza coletiva:

- 1) criação de postos de trabalho e renda por meio da associação de trabalhadores, levando-os a um processo de (re)inclusão social e econômica;
- 2) recriação de postos de trabalho e renda através de arrendamento judicial de parque produtivo de empresa falida pelos respectivos trabalhadores, que constituem nova empresa de base autogestionária;
- 3) associação de trabalhadores para assunção de empreendimento econômico em estado pré-falimentar, no qual trabalham, para gerir a produção a partir de uma outra estrutura societária de base autogestionária;
- 4) aquisição de empresas por parte de trabalhadores organizados em empreendimentos coletivos, a partir de estudos de viabilidade econômica e condições gerais de sustentabilidade das mesmas, contraindo crédito e assumindo

comprometimento financeiro de longo prazo. Esta é uma hipótese considerada menos frequente; e

- 5) reconversão para o modelo de autogestão de cooperativas ou associações de produtores.

Sachs (2008) acrescenta que, o desafio consiste em transformar os pequenos empreendimentos em empresas organizadas de pequena escala, de forma que estas se tornem capazes de competir no mercado capitalista. Segundo o autor, o empreendedorismo coletivo possibilita o fortalecimento dos pequenos empreendimentos incrementando a capacidade produtiva com a soma de recursos. A transformação desses empreendimentos em empresas organizadas de pequena escala, favorece também a geração de empregos decentes ou o autoemprego, melhorando significativamente a distribuição dos recursos, reduzindo, assim, o volume de gastos com programas assistenciais, pela reinserção das pessoas no processo produtivo.

Formas organizacionais, decorrentes de uma iniciativa coletiva e da associação de seus membros podem refletir melhor os interesses de uma comunidade. Essas iniciativas podem apontar o caminho para as soluções dos problemas de desenvolvimento, enfrentados em diversas regiões (CHOUNARD; FORGUES, 2002).

O empreendedorismo coletivo oferece oportunidades para as comunidades definirem as regras de desenvolvimento socioeconômico, de acordo com as necessidades mais amplas, em função não só das demandas econômicas, mas, também, das culturais e sociais (CHOUNARD; FORGUES, 2002).

Silva e Lengler (2008) destacam que as atividades desenvolvidas pelas organizações coletivas, buscam explicitamente superar a marginalidade em vários planos: econômico, social, político e técnico, etc. Neste sentido, as organizações coletivas por meio da cooperação, estimulam a criatividade e a inovação para o desenvolvimento social. Como exemplos, podem-se citar as associações, sindicatos e cooperativas.

- **Cooperativa** - é uma associação autônoma, formada por pessoas unidas voluntariamente com o propósito de satisfazer as necessidades comuns, no tocante a aspectos econômicos, sociais e culturais e as aspirações por uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (DANA; DANA, 2007; ACI, 2010). As organizações cooperativas são baseadas em valores de autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Tradicionalmente, os membros acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os outros membros, contemplando também os familiares e comunidade local.

Uma cooperativa pode ser descrita como um veículo para o empreendedorismo coletivo, em que as habilidades individuais são integradas a um grupo, e a capacidade coletiva que o grupo tem de inovar, torna-se maior do que a soma das suas partes. O empreendedorismo coletivo pode oferecer uma oportunidade para as cooperativas potencializarem os talentos individuais e aproveitar a energia da comunidade (DANA; DANA, 2007).

- **Associação** - é definida como uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade representar e defender os interesses de seus associados, buscando estimular a melhoria técnica, assim como a social e profissional de seus membros (ALBUQUERQUE, 2003).

- **Sindicato** - é definido como sociedade civil sem fins lucrativos, cuja finalidade é promover a defesa dos direitos e interesses de natureza coletiva e individual de determinada categoria de trabalhadores, representando-a em questões de cunho judicial e/ou administrativo (ALBUQUERQUE, 2003).

Os empreendimentos de natureza coletiva têm contribuído para o desenvolvimento econômico e social. Segundo o relatório da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2012a), os principais ramos de atividades que as cooperativas atuam são: agropecuário, consumo, crédito, educacional especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer. No ano de 2011, elas ofereceram 296.286 empregos, destes 52% das vagas são ocupadas por mulheres e 48% por homens, tinham 10.008.835 associados, gerando renda para mais de 10 milhões de pessoas (OCB, 2012a).

O modelo de gestão cooperativo está fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Tem como premissa atender às necessidades do grupo e não do lucro. Busca proporcionar a prosperidade conjunta e não individual. São estas as diferenças que fazem do cooperativismo uma alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes (OCB, 2012d).

Pedrozo e Silva (1999) mencionam que pelo fato de as cooperativas trabalharem com o princípio da cooperação, estas são organizações que possuem condições especiais de trabalhar o princípio da sustentabilidade, pela soma de esforços e habilidades, ajuda mútua, geração de renda, qualidade de vida dos cooperados e ganhos para a comunidade local. E, consideram de fundamental importância, o respeito ao meio ambiente (SILVA, 2000). Partilhando dessa ideia (SCHNEIDER, 2004) explica que o cooperativismo possui condições de contribuir para o fomento e a geração de pólos microrregionais e locais proporcionando o desenvolvimento integral, humano e sustentável.

Todavia, mesmo considerando os princípios e valores integrativos para o empreendedorismo coletivo, alguns desafios, dificuldades e fraquezas rondam constantemente esses modelos de empreendimentos.

Diversos fatores são apontados como inibidores do desenvolvimento e da consolidação dos empreendimentos de natureza coletiva, que vão desde questões técnicas e institucionais, ausência de uma cultura de cooperação a um comportamento empreendedor tradicional (CORREA, 2009; GAIGER, 2008).

Singer (2000) comenta que, geralmente os empreendimentos econômicos solidários são criados por trabalhadores de baixa escolaridade, que dominam em muitos casos o processo produtivo, mas que não possuem qualquer conhecimento relacionado ao negócio, por essa razão, estão despreparados para realizar pesquisas de mercados, em busca de novas oportunidades de negócios, tampouco, para acompanhar a evolução das tecnologias relevantes de produtos e processos.

Gaiger (2007) corrobora com o pensamento de Singer (2000), ao identificar as dificuldades que os empreendimentos de economia solidária enfrentam no cotidiano. O primeiro mapeamento sobre economia solidária no Brasil permitiu constatar que, essas fraquezas estão relacionadas à falta de investimentos em formação de recursos humanos, à dificuldade de acesso a crédito financeiro para investimentos e à fraca estrutura de suporte a comercialização de bens e serviços. Como consequência, essas fragilidades reduzem o desempenho dos empreendimentos e a sua capacidade de gerar excedentes, que garantam autonomia econômica de seus membros, retribuições aos trabalhadores, coesão e qualificação do quadro de sócios.

Além das já mencionadas, outras dificuldades que influenciam as relações de cooperação, foram identificadas na literatura a respeito, cuja presença pode desestabilizar e inibir o desenvolvimento e a criação de novos empreendimentos:

- 1) **Falta de uma cultura de cooperação / motivação ao empreendedorismo coletivo** - A falta de difusão da cultura de cooperação, entre os trabalhadores e a falta de conhecimento para a criação de empresas democráticas, igualitárias e aptas a competir no mercado, são as principais dificuldades para a proliferação das organizações de natureza coletiva (PINHO, 2004);
- 2) **Falta de comunicação** - A comunicação constitui-se em um papel fundamental na formulação de normas, regras e na integração do grupo (LAGO, 2009). Avançar na comunicação e promover um diálogo mais integrativo, incentiva uma participação mais efetiva;

- 3) Falta de socialização de informações e de conhecimentos** - o compartilhamento de conhecimentos e informações propicia: a) estímulos à iniciativa, à criatividade e à inovação; b) menores custos de comunicação e informação (GAIGER, 2008). Contribui para a difusão das práticas e experiências bem sucedidas, gerando ganhos para todos. Neste sentido, afirma Frantz (2002, pág. 68), “o conhecimento aproxima as pessoas, dispõe para a cooperação. Não existe cooperação sem conhecimento”;
- 4) Insuficiência de políticas de apoio** - segundo Gaiger (2008), os empreendimentos associativos de produção de bens e serviços, no decorrer dos tempos, têm recebido atenção inexpressiva. Geralmente, as iniciativas de apoio têm sido mais direcionadas para as organizações maiores. E quando ocorrem, são ações de caráter assistencial do que capazes de favorecer os processos de geração de renda. É importante que os governos promovam ações que sejam capazes de estimular iniciativas mais localizadas, voltadas, explicitamente para ampliar as chances e as oportunidades de inserção de populações pobres, em mercados mais promissores que aqueles em que se encontram, de modo a não torná-los dependentes, fragilizados e também acomodados, ocasionado dificuldades de funcionamento autônomo. Para a evolução deste processo, faz-se necessário o desprendimento de políticas assistencialistas para medidas de ativação econômica, que promova a criação de novos sujeitos de natureza empreendedora e potencialize os já existentes (CORRÊA, 2009). Reforçando essa ideia, Abramovay *et al.* (2003) comenta que, o formato institucional das políticas públicas sociais brasileiras foi construído sobre o mecanismo que direcionam os recursos para os pobres, mas não foi projetado com ações para estimular a melhoria de sua capacidade de geração de renda. Medidas orientadas à ativação econômica dos setores sociais empobrecidos são consideradas as mais indicadas, para provocar efeitos benéficos sobre a equidade e o desenvolvimento social e econômico (GAIGER; SPEROTTO; CORREA, 2008);
- 5) Insuficiência de fatores necessários ao funcionamento dos empreendimentos** - Para a manutenção e crescimento dos empreendimentos, fatores mínimos de produção são necessários. Segundo Gaiger (2008), a sustentabilidade do empreendimento requer um conjunto de ações, visando a sua perenidade, dentre eles: 1) Autosuficiência econômico-financeira; 2) capacidade de investimento; 3) incremento produtivo planejado; 4) educação e a qualificação permanente dos

trabalhadores; 5) ampliação social do empreendimento; 6) preservação de articulações e de parcerias estratégicas, visando apoio para ampliação e consolidação; e 7) emprego de tecnologias limpas e de processos compatíveis com o ambiente natural. Algum tipo de crescimento é indispensável para a consolidação e viabilidade de qualquer empreendimento. Neste sentido, não se trata de uma proposta de acumulação, típicas de empresas capitalistas, as ações visam tão somente à sustentabilidade das organizações;

- 6) **Falta de participação nas decisões** – uma estrutura fechada, que não permite a manifestação de opiniões e o esclarecimento de dúvidas, favorece a manifestação de conflitos e de insatisfação. Por meio da participação ativa dos associados e da utilização dos serviços, é que a organização se torna mais forte e apta e, conseqüentemente oferecerá mais e melhores serviço (PANZUTTI, 2001). As decisões coletivas produzem resultados mais eficientes, pois favorecem, principalmente, supervisão, o controle e a redução de conflitos no interior das organizações (GAIGER, 2008);
- 7) **Falta de transparência** – a falta de transparência provoca a desconfiança e gera conflitos. O desenvolvimento de confiança mútua entre os associados e a diretoria somente consolidará, com a existência de transparências nas ações (ZANGHERI *et al.*, 2000).

Os conflitos fazem parte do processo de evolução do homem e quando positivo favorece a inovação e o desenvolvimento das pessoas e das organizações. Em ambientes coletivos, o conflito está dado, é inevitável, principalmente no tocante à diversidade. É neste contexto que as organizações coletivas emergem e se consolidam e também se desestabilizam e desaparecem.

Quanto aos desafios, estes são inerentes a todos os empreendedores. De acordo com Lèvesque (2004), os empreendedores precisam correr riscos calculados, inovar e dispor de um projeto de empreendimento. No entanto, o empreendedor coletivo se distingue dos demais tipos de empreendedores, em dois aspectos: em primeiro lugar, necessidade de um funcionamento democrático para realizar plenamente seu potencial, condição fundamental para o êxito de iniciativas coletivas. Em segundo, que a criação de um empreendimento coletivo, pressupõe em geral, a constituição prévia de um grupo de pessoas. O projeto de um empreendimento coletivo é, frequentemente, conduzido por um grupo de pessoas relacionadas entre si, a partir da proximidade geográfica ou do interesse profissional. Por tratar-se de um grupo, por um lado o período de constituição desse tipo de empreendimento é mais longo e

mais difícil que o da empresa capitalista. E, em contrapartida, a iniciativa coletiva apresenta um maior potencial para inovação.

Para Dolabela (2003), a figura do empreendedor coletivo foi transformada pelo novo paradigma de desenvolvimento - concebido como desenvolvimento humano, social e sustentável, o qual prevê a construção de modelos organizacionais diferentes dos tradicionais e uma concepção ampliada de democracia.

A partir dessa nova concepção de empreendedor coletivo, Dolabela (2003), cita as várias ações que o empreendedor coletivo deve desenvolver no seu ambiente de atuação:

- a) Sensibilizar as diversas forças da comunidade para a necessidade da cooperação;
- b) Incentivar a conectividade entre os setores da comunidade;
- c) Estimular a formação de foros de discussão para discutir democraticamente os principais problemas da comunidade;
- d) Criar banco de dados e critérios para avaliação dos principais problemas da comunidade;
- e) Estimular a construção de uma agenda local com as prioridades definidas pela comunidade;
- f) Criar meios para a elaboração de projetos e estratégias para a solução dos problemas;
- g) Construir processos de cooperação dentro e fora da comunidade para a realização do sonho coletivo.

Com a construção dessas ações, o empreendedor coletivo busca desenvolver na comunidade, a capacidade de associação para resolver os seus problemas e evoluir para a construção de projetos mais amplos, que visam ganhos sociais e econômicos para todos (DOLABELA, 2003).

Ainda, sobre a questão da cooperação, no âmbito do empreendedorismo coletivo, a análise de redes de cooperação constitui-se em importante referência. Essas organizações não empregam os mesmos princípios integrativos, dos empreendimentos econômicos solidários. Mas, de acordo com Best (1990), são constituídas com o propósito de reduzir ou superar os problemas enfrentados pelas pequenas e médias empresas. As redes de cooperação podem suprir as necessidades de capacitação de seus associados por meio de treinamentos e de consultorias, pois elas têm melhores condições de identificar fragilidades comuns e encontrar soluções coletivas.

De acordo com Mance (1999, p. 24), a ideia de redes é bastante simples, e compreende:

Uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem multiplicar-se em novas unidades, as quais por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio em canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos.

Beeby e Booth (2000) consideram que o envolvimento de empresas em redes de cooperação permite que elas acessem novos conceitos, métodos, estilos e maneiras de abordar a gestão, para a resolução de problemas, criando, desta forma, oportunidades para o desenvolvimento de seus negócios. Quando se considera cada empresa individualmente, o alcance desses objetivos é percebido como sendo quase impraticável.

Assim como, qualquer outra organização, as empresas associadas em redes de cooperação estão sujeitas a incidência de custos internos e externos, inclusive para o estabelecimento, a manutenção e o gerenciamento de suas interdependências (EBERS; GRANDORI, 1997). Embora, não seja possível eliminá-los por completo, a formação de redes pode reduzir sensivelmente a incidência de custos entre os associados.

As redes de cooperação possibilitam o desenvolvimento e aprendizagem de estratégias coletivas de inovação, permitem o acesso a novas tecnologias por meio de seus canais de informação. Outro benefício da cooperação, às empresas associadas refere-se ao compartilhamento dos riscos de ações complexas entre todos os participantes, com a divisão dos custos e dos resultados dos esforços coletivos (EBERS, 1997). Isso reforça a ideia de que sozinhas as empresas não suportariam os gastos com investimentos em ativos e em novas tecnologias.

Neste sentido, Amato Neto (2000, p. 42) destaca diversas razões que levam as empresas a se organizarem em redes de cooperação, dentre as quais destaca as seguintes:

- 1) Combinar competências e utilizar *know-how* de outras empresas;
- 2) Dividir o ônus de realizar pesquisas tecnológicas;
- 3) Partilhar riscos e custos de explorar novas oportunidades;
- 4) Oferecer uma linha de produtos de qualidade superior e mais diversificada;
- 5) Exercer uma força maior no mercado;
- 6) Compartilhar recursos, principalmente os subutilizados;
- 7) Fortalecer o poder de compra; e
- 8) Obter mais força para atuar em mercados internacionais.

Além dos ganhos competitivos que a organização das empresas em redes de cooperação pode oferecer Verschoore e Balestrin (2008) acrescentam outros ganhos como o aprofundamento das relações entre os indivíduos, o crescimento do sentimento de família e a evolução das relações do grupo, que transcende daquelas puramente econômicas, laços que fortalecem as relações de cooperação e visam à redução de conflitos.

Silva *et al.* (2004) mencionam que em pesquisas realizadas, as relações de cooperação surgem a partir de necessidades e oportunidades de negócios, com vistas ao compartilhamento de tecnologias e ativos específicos, redução de custos e melhoria dos seus padrões de competitividade, de forma que a soma de esforço proporcione benefícios comuns e favoreça a permanência da organização no mercado.

O empreendedorismo coletivo destaca o compartilhamento e a ajuda mútua entre os sujeitos em vários ambientes organizacionais. Lounsbury (1998) lembra a importância das organizações atuarem de forma cooperada, gerando, desta forma, possibilidades de ampliar suas vantagens competitivas e reduzir as dificuldades.

Para Sachs (2008), o aperfeiçoamento organizacional deve receber a mesma importância do aperfeiçoamento técnico. Melhorar a cultura administrativa auxilia os pequenos empreendimentos a tirar proveito da assistência mútua e do empreendedorismo coletivo, considerados meios poderosos de fortalecer os esforços individuais.

Amato Neto (2000) cita, também, o importante papel do poder estatal no fortalecimento dos pequenos produtores e das pequenas empresas, por meio de políticas públicas e de incentivos para que as empresas e produtores se organizem em sistemas cooperativos. Desta forma, muitas das necessidades podem ser mitigadas, tornando-os mais viáveis e competitivos. Farah (2006) comenta que os órgãos econômicos devem incentivar a união de empresas, pois entende que as redes empresariais aparecem como uma solução para que todo o potencial do pequeno empreendedor seja aproveitado, e que tanto o cooperativismo como o associativismo, constituem-se em forte mecanismo de sobrevivência empresarial.

De acordo com o exposto, Melo Neto e Froes (2002), sintetiza o empreendedorismo coletivo, por meio da cooperação e ajuda mútua em duas formas:

1. O fomento de atitudes e comportamentos altruístas, que estimula nas pessoas o desejo de ajudar o outro e de juntos construírem algo significativo;
2. A criação de arranjos institucionais cooperativos (cooperação sistêmica), em substituição às formas verticais de organização e de processos autoritários e centralizadores de gestão.

Em suma, as organizações coletivas, quando vistas como um espaço aberto de manifestação cultural, de ideias, criatividade e de aprendizagem, que possibilita aos seus integrantes mecanismos de reconstrução pessoal, por meio da inserção produtiva e participativa, são consideradas promotoras de inovação social, à medida que transforma o indivíduo e seu estilo de vida.

No quadro 17, apresenta-se uma síntese com o pensamento dos autores estudados sobre o empreendedorismo de natureza individual, social e coletivo.

	Autores	Pressupostos básicos
Empreendedorismo individual	Hisrich, Peters e Shepherd (2009).	Processo de criação de algo novo com valor; recompensas como independência financeira e pessoal; oportuniza o crescimento e mais produção; relação do empreendedor com inovação.
	Baron e Shane (2007) .	Oportunidade de criar novos produtos, serviços, novos mercados.
	Dornelas (2001) .	Relação do empreendedor com inovação.
	Bessant e Tidd (2009).	Preocupação com a geração de valor econômico.
	McClelland (1972).	Motivação para os empreendedores bem sucedidos: necessidade de realização; poder; e afiliação.
	Cuervo, Ribeiro e Roig (2007).	Necessidade de realização; capacidade de controle; tolerância à ambiguidade e tendência para assumir riscos; interesse pela educação, experiência, relacionamentos, família.
	Filion (2000a).	Características de empreendedores bem sucedidos: experiência em negócios; intuição; diferenciação; envolvimento; visão de negócio; dedicação.
	Stevenson e Jarillo (1990); Reynolds (2005).	Busca de novas oportunidades; alavancagem da economia por meio da inovação, competência, criação de empregos e pela melhoria geral do bem-estar da sociedade; criação de novas atividades econômicas e novas organizações.
Empreendedorismo social	Filion (2000b).	Obstáculos ao empreendedorismo: falta de autoconfiança; falta de confiança entre os brasileiros; necessidade de desenvolver abordagens próprias; disciplina; necessidade de compartilhamento; burocracia.
	Mair e Martí (2006).	Processo de criação de valor; novas maneiras de fazer.
	Bessant e Tidd (2009).	Preocupação com meios e fins sociais; criação de riqueza social; promoção de mudanças sustentáveis.
	Melo Neto e Froes (2002).	Criação de novas organizações; articulação de redes de colaboração e parcerias para apoio mútuo dos pequenos empreendimentos.
	Dees (2001); Rossoni, Onozato e Horochovski (2006).	Geração de valor social; agentes que provocam mudança; persistência por resultados duradouros.
	Dees (2001); Stevens e Moray (2009).	Missão social como explícita e central.
	Mair e Martí (2006); Lèvesque (2004); Boschee e McClurg (2003).	Prioriza riqueza social; o resultado econômico é visto como uma condição necessária para assegurar a viabilidade financeira; os lucros são reinvestidos na missão ao invés de distribuídos aos acionistas.
	Ashoka (2010).	Criação de valor através da inovação social; esforço em prol do desenvolvimento social.
	Oliveira (2008).	Ação inovadora direcionada para o campo social; gera mudanças significativas; indutor de auto-organização social.
Empreendedorismo coletivo	Novkovic (2008).	Gera valor social por meio da inovação social.
	Rodrigues e Malo (2006).	Conjunto de atores orientados para a propriedade coletiva.
	Melo Neto de Froes (2002).	Criação de projetos inovadores com fins sociais; modelo de gestão social.
	Schmidt e Dreher (2008).	Importante instrumento para alcance de metas organizacionais coletivas por meio da cooperação.
	Lèvesque (2004).	Funcionamento democrático com potencial para a inovação.
	Ebers (1997); Best (1990).	Superação; ajuda mútua; redução de riscos; complementação dos meios de produção; desenvolvimento e aprendizagem de estratégias coletivas de inovação; soluções coletivas.
	Connell (1999); Chouinard e Forgues (2002); Burrell e Cook (2009).	Forma de mudança sócio-política, referindo-se a uma atividade empresarial que integra os objetivos econômicos, sociais, culturais e políticos.
	Singer (2000); Lèvesque (2004); Rodrigues e Malo (2006).	Possui forte relação com Economia Solidária.
	Connell (1999); Dolabela (2003).	Ação coletiva que visa melhoria econômica e social de uma localidade, por meio de alguma transformação das normas sociais, valores e redes para a produção de bens ou serviços por uma empresa.
	Tauile e Rodrigues (2004).	Criação de postos de trabalho e renda por meio da associação de trabalhadores, levando-os a um processo de (re)inclusão social e econômica.
	Correa (2009); Gaiger (2007); 2008); Singer (2000).	Fatores inibidores do desenvolvimento e da consolidação dos empreendimentos coletivos: questões técnicas e institucionais; ausência de uma cultura de cooperação; baixa escolaridade; falta de conhecimento relacionado ao negócio; falta de investimentos em formação de recursos humanos; dificuldade de acesso a crédito financeiro; fraca estrutura de suporte a comercialização de bens e serviços.

Quadro 17 – Síntese teórica do empreendedorismo individual, social e coletivo

Fonte: Revisão da literatura

Já evidenciado neste estudo, o Modelo de Gestão Cooperativo tem sido destacado como importante alternativa de empreendedorismo coletivo, em um movimento que incorpora valores e princípios que visam à promoção do bem-estar humano, com a criação de um ambiente que permite a expansão da democracia e da participação.

2.6 O MODELO DE GESTÃO COOPERATIVO

A inclusão social se caracteriza como um dos fatores da filosofia do modelo de gestão cooperativo. As suas ações contribuem para o desenvolvimento local e sustentável. As organizações cooperativas são influentes nas áreas de ação em que atuam gerando emprego e renda. Neste sentido, o cooperativismo aproxima o desenvolvimento econômico do social e do ambiental (SALANEK FILHO; SILVA, 2006). A dimensão ambiental é uma preocupação mais recente das cooperativas, principalmente para aquelas que se dedicam à exportação, pois foram cooptadas a lidar com práticas e técnicas que tratam da preservação ambiental e produção de alimentos mais saudáveis.

Schneider (2010) ressalta que as cooperativas são importantes indutoras de inclusão social porque são organizações de pessoas livres e conscientes, que se organizam e se mobilizam para a realização coletiva de um objetivo; quando estruturadas em organizações de pequeno e médio porte há um alto nível de confiança recíproca, que pode fortalecer processos de sinergia em prol de ações comuns; o poder político e econômico é socializado, onde todos os associados são desafiados a participar para que possam decidir coletivamente em prol do bem comum do grupo. No modelo de gestão cooperativo, a riqueza gerada é dividida de forma proporcional e equânime à contribuição efetiva de cada associado na produção do resultado coletivo.

Para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o cooperativismo é uma forma ideal de organização, é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, pela condição de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. É um sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital, que busca a prosperidade coletiva e não a individual (OCB, 2012d).

Segundo Pinho (1982), as primeiras ideias cooperativistas começaram a ser elaboradas, a partir da corrente liberal dos socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX, somado à realidade constituída pelo sofrimento das classes trabalhadoras e pelo desejo

de superar a miséria pelos próprios meios. Os socialistas utópicos de maior influência sobre o cooperativismo nascente foram Robert Owen (1771-1858), François Marie Charles Fourier (1772-1837), Philippe Joseph Benjamim Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882).

Como referência mundial, o cooperativismo teve início no ano de 1844, na Inglaterra com a criação da cooperativa de Rochdale, por um grupo de tecelões que tinham como principal objetivo enfrentar coletivamente as dificuldades comerciais, socioeconômicas e políticas do momento. Rochdale ficou conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo, assim com, pela criação dos princípios morais e a conduta que são ainda considerados, a base do cooperativismo autêntico (OCB, 2012e).

Pinho (2004) apresenta a evolução histórica do surgimento do cooperativismo no contexto brasileiro, e seus pontos mais marcantes. A primeira cooperativa criada no Brasil foi a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em 1891, em Limeira, Estado de São Paulo. Em 1892, surgiu a primeira cooperativa de produtores rurais do país, denominada “Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industrial”, nas áreas de Alfredo Chaves, no Estado do Espírito Santo.

Os primeiros gestos de reconhecimento do movimento cooperativo brasileiro e a sua institucionalização ocorreram no início do século XX. As primeiras leis que regulamentam as cooperativas, fundadas sobre os princípios das cooperativas pioneiras de Rochdale, foram registradas em 1907. Em geral, as cooperativas criadas nesta época são agrícolas ou nascem de movimentos de resistência dos trabalhadores. Mas, a partir de 1918, período em que se intensificou no Brasil o processo de industrialização, para responder às demandas internas e também substituir as importações de produtos industrializados, várias cooperativas de crédito urbanas e rurais foram criadas. Desta forma, nasceram as primeiras cooperativas de crédito. Na sequência, os bancos cooperativos estimularam aparentemente a criação de outros tipos de cooperativas como, por exemplo, as cooperativas de consumo e as cooperativas escolares.

Em dezembro de 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), considerada a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional. No ano de 1998, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), responsável pelo ensino, formação profissional, organização e promoção social dos trabalhadores. O Sescoop é uma instituição do Sistema “S” (Conselho Nacional do SESI) e juntamente com a OCB promove a educação cooperativista (OCB, 2012f). O sistema cooperativista possui, também, em cada um dos estados, uma unidade de organização estadual, denominada de Organização das Cooperativas do Estado – OCE.

Quanto à estrutura representativa, o cooperativismo de modo geral se dá da seguinte forma, (OCB-GO, 2012; CNC, 2003; PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012d), conforme figura 7:

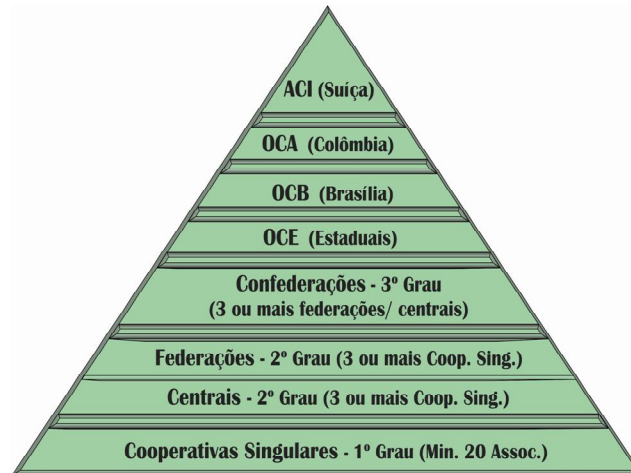


Figura 7 – Entidades de representação do cooperativismo
Fonte: Portal do Cooperativismo de Crédito (2012d)

- **Cooperativas Singulares** – as cooperativas singulares são constituídas por deliberação de seus fundadores, reunidos em assembléia-geral de, no mínimo 20 (vinte) pessoas físicas, ou jurídicas, que tenham os mesmos objetivos ou correlatas atividades econômicas;
- **Cooperativas Centrais ou Federações de Cooperativas** - são constituídas por, no mínimo 3 (três) cooperativas singulares, e exercem as funções de supervisão e de realização de auditorias em suas filiadas, proporcionando, assim, algumas facilidades, como a dispensa de se submeterem à realização de auditoria independente;
- **Confederações de Cooperativas** – são constituídas por, no mínimo 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades, e traçam o planejamento estratégico do sistema cooperativo;
- **Organização das Cooperativas do Estado (OCE)** – cada estado brasileiro tem a sua OCE. Essa organização congrega e representa todos os ramos do cooperativismo no respectivo estado e presta serviços às filiadas, conforme o interesse e as necessidades das mesmas. As Organizações das Cooperativas de cada estado têm voto na eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da OCB;
- **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)** - a OCB foi criada em 1969. A primeira diretoria efetiva da OCB foi eleita em 1970. Somente em dezembro de 1971, implantou-se o Sistema OCB juridicamente. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à OCB;

- **Organização das Cooperativas da América (OCA)** - foi fundada como organismo de integração, representação e defesa do cooperativismo dos organismos dos países da América, em 1963, na cidade de Montevideú, no Uruguai. A OCA, integrada por 20 países, mantém relações com movimentos cooperativistas e com organizações internacionais, sejam elas governamentais ou não. Tem como sede permanente a cidade de Bogotá, na Colômbia;

- **Aliança Cooperativa Internacional (ACI)** - organismo mundial, que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas. A ACI conta com mais de 230 organizações entre seus membros, mais de 100 países, que representam mais de 1 bilhão de pessoas de todo o mundo.

As cooperativas são regidas, no Brasil, por uma legislação própria. A lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional do cooperativismo brasileiro, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. A mesma lei trata do Estatuto Social que normatiza o funcionamento das cooperativas e a sua relação com os associados. Receberam atenção, também, na Constituição de 1988, posteriormente, a Medida Provisória n. 1.715/98 e Decreto n. 3.017/99.

Após a Carta Magna de 1988, houve uma expansão do cooperativismo em outros ramos de atividade, como dos setores da saúde, do trabalho e da habitação, somado a outros mais enraizados como, por exemplo, o ramo agropecuário, crédito rural e de consumo.

A importância do cooperativismo como alternativa de desenvolvimento econômico e social é destacada não somente pelos órgãos ligados diretamente ao cooperativismo, mas reconhecido, como por exemplo, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que deixa a sua impressão sobre o movimento quando comenta (BENECKE, 1980):

1. Para os países em vias de desenvolvimento incentivar, estabelecer e expandir cooperativas, constitui-se em um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento econômico, social, cultural, bem como, da promoção humana;
2. O estabelecimento e desenvolvimento de cooperativas, objetiva os seguintes resultados:
 - (a) Melhoria na situação econômica, social e cultural das pessoas com recursos e possibilidades limitadas, ou seja, as que estão sob riscos de exclusão social, assim como, para fomentar seu espírito de iniciativa;
 - (b) Incrementar os recursos pessoais, o capital nacional mediante estímulo da poupança, supressão da usura e sadia utilização do crédito;
 - (c) Contribuir para a economia do país com um elemento mais amplo de controle democrático da atividade econômica e de distribuição equitativa dos excedentes;

- (d) Proporcionar aumento da renda nacional, os rendimentos procedentes das exportações e as oportunidades de emprego, mediante mais completa exploração de recursos;
- (e) Proporcionar melhoria das condições sociais, no sentido de completar os serviços sociais em: habitação, saúde, educação e comunicações;
- (f) Contribuir para elevar o nível de instrução geral e técnico de seus sócios.

A organização cooperativa é constituída de pessoas, suas atividades são conduzidas baseadas em valores como ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seus objetivos econômicos e sociais são comuns e devem contemplar a todos (OCB, 2012c; ALBERT, 2007; NOVKOVIC, 2008).

Este conjunto de valores constitui-se base indiscutível do cooperativismo, e são por meio dos quais, os princípios são colocados em prática. Os sete princípios do cooperativismo foram aprovados e utilizados na época em que foi fundada a primeira cooperativa do mundo, na Inglaterra, em 1844 e têm a sua origem no estatuto de Rochdale. Representam as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática (OCB, 2012b). Os princípios do cooperativismo foram revisados em 1996, no Congresso da ACI – Aliança Cooperativa internacional.

A base doutrinária dos estatutos cooperativistas, descrita pela ACI, apresenta os seguintes princípios como sendo os mais importantes: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência das cooperativas, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade (OCB, 2012b; ALBERT, 2007; NOVKOVIC, 2008).

- ✓ **1º. Adesão voluntária e livre** - as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem qualquer tipo de discriminação;
- ✓ **2º Gestão democrática pelos membros** – as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, os quais participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões;
- ✓ **3º Participação econômica dos membros** - os membros contribuem igualmente para a formação do capital das cooperativas e controlam esse capital democraticamente. Parte do capital é propriedade comum da cooperativa, destinado ao seu desenvolvimento. Os membros recebem habitualmente, caso seja possível, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os excedentes são destinados a

algumas finalidades, tais como: desenvolvimento da cooperativa, benefício aos associados na proporção de suas operações com a cooperativa, apoio a outras atividades aprovadas em Assembléia;

- ✓ **4º. Autonomia e independência** - as cooperativas são organizações autônomas e de ajuda mútua, as quais asseguram aos seus membros o controle democrático, mantendo, desta forma, a autonomia da cooperativa. As cooperativas podem firmar acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a alguma modalidade de capital externo, no entanto, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa;
- ✓ **5º. Educação, formação e informação** - as cooperativas devem promover a educação e treinamentos para seus membros, representantes eleitos e funcionários, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Tem por finalidade, também, informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação;
- ✓ **6º. Intercooperação** - pressupõe que as cooperativas trabalhem em conjunto através de estruturas locais, regionais e internacionais, fortalecendo o movimento cooperativo;
- ✓ **7º. Interesse pela comunidade** – além de atender as necessidades de seus membros, as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros, atuando para o desenvolvimento econômico, social e ambiental das comunidades nas quais estão inseridas.

As organizações cooperativas têm por princípio, desenvolver estruturas participativas e democráticas. E, por estarem profundamente enraizadas em suas comunidades, por aplicarem os princípios e valores do cooperativismo, as cooperativas possuem todos os elementos favoráveis para o desenvolvimento da inovação social (SCHVARZ SOBRINHO, 2009; NOVKOVIC, 2008). Elas servem aos interesses de seus membros, em aspectos econômicos e sociais, cuidam do meio ambiente, empregam a população marginalizada, prestam serviços sociais, incentivam a participação e a gestão democrática. Portanto, as organizações cooperativas compreendem, também, um campo fértil para o empreendedorismo social e coletivo e para a inovação social (NOVKOVIC, 2008).

O cooperativismo brasileiro tem apresentado nos últimos anos, um desenvolvimento muito acentuado, tanto em aspectos econômicos quanto sociais. Estes dois aspectos fazem parte da filosofia do cooperativismo. A preocupação com a inclusão social é ponto de grande importância para o cooperativismo, pois, uma cooperativa que não promove o desenvolvimento de seu quadro social, está sujeita a perder a sua identidade de autêntica cooperativa (SALANEK FILHO; SILVA, 2006).

Considerando-se, a natureza socialmente empreendedora e os benefícios oferecidos por meio do empreendedorismo coletivo, pode-se, dizer, que as cooperativas por trabalharem o princípio da cooperação, e ter em sua doutrina a preocupação socioeconômica de suas atividades, são promotoras de inovação social e tecnologias sociais, pois criam novas formas de fazer as coisas, agregando saberes e cultura local, o que as coloca em condições especiais de trabalhar os princípios do Desenvolvimento Sustentável. As cooperativas agregam pequenos produtores rurais, na sua maioria com dificuldades de acesso à renda, o que possibilita melhor qualidade de vida e a integração do produtor, gerando tecnologias inclusivas, novas oportunidades quanto a recursos, acesso ao crédito, educação, meios de produção e a informação.

A inovação social promove a construção da autonomia. Um ponto fundamental a ser considerado, do qual depende o sucesso e a sustentabilidade de todo empreendimento. A noção de autonomia abrange desde a emancipação dos laços de dependência clientelistas até a construção de uma capacidade de enfrentar um mundo cada vez mais complexo sem perder os objetivos coletivamente definidos. Inclui a capacidade de gerar e buscar recursos financeiros e capital de giro em quantidade suficiente para limitar a dependência de ONGs e órgãos governamentais. Inclui, ainda, a construção e manutenção de uma capacidade de escolha, tornando o grupo sujeito do seu próprio desenvolvimento. Quando não criam novas dependências, os esforços de conscientização e mobilização efetivados por ONGs são fundamentais. No entanto, no decorrer da implementação de um projeto coletivo, enfrentando problemas concretos, as ações atingem sua maior eficiência (IAG, 2005).

A formação de uma vontade coletiva capaz de vencer os obstáculos no decorrer do tempo é um processo longo, persistente e incerto (IAG, 2005). A construção de sujeitos com autonomia e com espírito de empreendedor coletivo é o diferencial almejado nesta nova perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, que pense diferente de tudo que já foi implementado, de empreendedor individual para o coletivo, da competitividade para a cooperação, do egoísmo para a equidade, da destruição para a preservação (IAG, 2005).

Cooperação como um processo social, fundamentado em relações associativas e na interação humana, é um mecanismo utilizado por grupos de pessoas que buscam encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizarem objetivos comuns, produzirem melhores resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns (FRANTZ, 2001).

Objetivando oferecer uma melhor visualização do pensamento dos principais autores sobre o Modelo de Gestão Cooperativo, elaborou-se uma síntese, conforme quadro 18.

	Autores	Pressupostos básicos
Modelo de gestão cooperativo	OCB (2012b); OCB (2012c); OCB (2012d); Albert (2007); Novkovic (2008).	Fundamentado nas pessoas e não no capital; forma ideal de organização; filosofia de vida e modelo socioeconômico; prosperidade coletiva; Valores: ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade; Princípios: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.
	Silva e Lengler (2008).	Busca superar a marginalidade nos planos econômico, social, político e técnico.
	Pedrozo e Silva (1999).	Representa soma de esforços e habilidades; ajuda mútua; geração de renda; qualidade de vida dos cooperados; ganhos para a comunidade local.
	Novkovic (2008).	Servem aos interesses de seus membros; emprega a população marginalizada; cuida do meio ambiente; incentiva a gestão participativa e democrática; campo fértil para o empreendedorismo social e coletivo e para a inovação social.
	Schneider (2010).	Cooperativas como indutoras de inclusão social; realização coletiva de objetivos.
	Salanek Filho e Silva (2006).	Aproxima o desenvolvimento econômico do social e do ambiental; as suas ações contribuem para o desenvolvimento local e sustentável.

Quadro 18 – Síntese teórica sobre o Modelo de Gestão Cooperativo

Fonte: Revisão de literatura

2.6.1 Cooperativismo de produção agrícola

As cooperativas de produção agrícola estão inseridas no ramo agropecuário do cooperativismo. O ramo agropecuário é composto por cooperativas de produtores rurais e de pesca, e os meios de produção pertencem aos próprios cooperados. As atividades desenvolvidas por essas cooperativas compreendem a prestação de serviços de recebimento, comercialização, armazenamento e industrialização, além de assistência técnica. Possuem significativa participação na economia nacional, inclusive nas exportações (OCB, 2012h).

De acordo com o relatório da gerência de monitoramento da OCB, no ano de 2011, o cooperativismo agropecuário estava composto de 1.523 cooperativas, 969.541 cooperados e 155.896 empregados (OCB, 2012a).

O ramo agropecuário desponta na liderança dos ramos, quando o assunto é o número de cooperativas e número de empregados. Oferece duas vezes mais postos de trabalho, no comparativo com o segundo ramo, mesmo considerando uma ligeira retração no número de cooperativas, em relação a 2010, que era de 1.548 cooperativas (OCB, 2012a).

As cooperativas de produção servem de intermediárias entre o mercado e as economias dos cooperados, cuja proposta maior é a integração dos cooperados à cadeia produtiva, sem propósito de lucros, mas o apoio e a prestação de serviços aos seus membros (SCHNEIDER, 2010).

Além das cooperativas praticarem preços mais justos, tanto na compra como na venda dos produtos de seus e para seus associados, existe outro ponto que difere as cooperativas das empresas convencionais, a distribuição das sobras ao final do exercício. Desta forma, seja nos negócios do dia a dia ou na distribuição das sobras, as cooperativas promovem desenvolvimento por meio da distribuição regional da renda. Esta renda é potencializada pelo efeito multiplicador da moeda, pois a circulação de tais recursos no município ou região em que foram gerados propiciará novos negócios, novos empregos e mais renda para as próprias comunidades (SCHNEIDER, 2010). É isso que provavelmente não corre nas empresas privadas, em razão da concentração e distribuição de lucros para poucos.

2.6.2 Cooperativismo de Crédito Rural

O cooperativismo de crédito surgiu em 1847, quando foi criada a primeira cooperativa por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, no povoado de Weyerbusch/Westerwald, Renânia, região do oeste da Alemanha. Foi a primeira associação de apoio para a população rural, que, embora não fosse ainda uma cooperativa, serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen (PINHEIRO, 2008).

Quanto ao cooperativismo de crédito urbano, Herman Schulze, foi o pioneiro no que tange às cooperativas de crédito urbanas. Em 1856, organizou sua primeira “associação de dinheiro antecipado”, uma cooperativa de crédito, na cidade alemã de Delitzsch (PINHEIRO, 2008).

Inspirado nos pioneiros alemães, Luigi Luzzati organizou a constituição da primeira cooperativa da Itália, cujo modelo herdaria seu nome. Esse fato aconteceu na cidade de Milão em 1865. Nas Américas, seu início ocorreu na cidade de Quebec, no Canadá, em 6 de

Dezembro de 1900. Seu idealizador foi o jornalista Alphonse Desjardins, que embora inspirado nos modelos de Raiffainsen, Schulz e Luzzati, criou um novo modelo de cooperativa de crédito, denominado Desjardins (PINHEIRO, 2008).

Desta forma, o cooperativismo de crédito no Brasil estruturou-se a partir das contribuições de Rochdale e das experiências de Raiffeisen, Luzzatti, Schulze e Desjardins (PORTAL COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012a; GROHS, 2011):

- As cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen - fundamentam-se no princípio cristão de amor ao próximo e, embora adotem a ajuda mútua, admitem auxílio de caráter filantrópico.

Além dessas, apresentam outras características como:

1. Responsabilidade solidária e ilimitada quanto aos negócios realizados pela sociedade;
2. Grande valorização da formação moral dos associados;
3. Não remuneração dos dirigentes da sociedade;
4. Não distribuição de retorno;
5. Defesa da ideia de organização de um banco central para atender às necessidades das cooperativas de crédito.

As Caixas de Crédito Raiffeisen funcionam como bancos rurais e têm como principais características:

1. Responsabilidade ilimitada e solidária dos associados;
2. Singularidade de votos dos sócios;
3. Área de atuação restrita;
4. Ausência de capital social; e
5. Não distribuição de sobras que são guardadas em um fundo de reserva.

Ainda hoje este tipo de cooperativa é bastante popular na Alemanha, tendo influenciado, sobremaneira, a constituição das cooperativas de crédito rural brasileiras.

- As cooperativas de crédito do tipo Schulze - Herman Schulze entendia que a associação é o meio encontrado pela sociedade para atuar de forma eficaz em setores que o Estado não consegue atingir.

As principais características do modelo por ele idealizado podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1. O capital da sociedade é constituído através de quotas-partes integralizadas pelos associados, adotam o princípio de *self-help*;
2. Há a constituição de fundo de reserva geralmente limitado a dez por cento do capital subscrito;

3. Distribuição dos ganhos entre os sócios sob a forma de dividendo;
4. Responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios pelos negócios da entidade;
5. Não é associação classista, sendo permitida a participação de todas as categorias econômicas, todavia, dirige-se mais especificamente à classe média urbana.

- **As cooperativas de crédito do tipo Luzzatti** – são conhecidas como bancos populares. Os bancos populares Luzzatti adotavam o princípio do *self-help*, mas admitiam ajuda estatal sob a forma de suporte, até que a sociedade fosse capaz de assumir por sua própria conta e risco todas as responsabilidades do negócio.

São características desse tipo de cooperativa:

1. Valorização das qualidades morais dos associados e fiscalização recíproca a fim de criar em favor da entidade um ambiente de confiança e idoneidade moral;
2. Concessão de empréstimo através da palavra de honra;
3. Não remuneração dos administradores.

- **As cooperativas de crédito do tipo Desjardins** – conhecidas, também, como de economia e crédito mútuo, voltada ao público de determinada profissão ou classe, exigindo vínculo entre os associados, sob a forma de responsabilidade solidária e ilimitada.

No Brasil, a primeira cooperativa de crédito foi constituída em 28 de dezembro de 1902, em Nova Petrópolis, Estado do Rio Grande do Sul, denominada Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstad, que em conjunto com outras 19 pessoas fundou a primeira cooperativa de crédito da América Latina. Foi posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis. Era do tipo Raiffeisen, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha (PINHEIRO, 2008; PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012a; GROHS, 2011).

Nos anos seguintes, de 1878 a 1931, surgiram as primeiras cooperativas de consumo do tipo Rochdale, e de crédito do tipo Raiffeisen, Luzzatti, com seção de crédito (GROHS, 2011).

A primeira Lei Cooperativa surgiu em 1932, Decreto 22.239/32. E, a Reforma Bancária, em 1964 (GROHS, 2011). Entre os anos de 1964 e o início dos anos 1980, o cooperativismo de crédito brasileiro passou por um período bastante difícil, depois de quase extinto pela ditadura militar, devido restrições na legislação (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012b).

A Constituição Federal de 1988 deu um novo dinamismo e reconheceu a importância das cooperativas de crédito, com a inserção no Sistema Financeiro Nacional e possibilitou o

avanço do ramo para todos os estados brasileiros (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012b).

Entre os anos de 1996 e 2002 ocorreu a internacionalização do Cooperativismo Brasileiro, o fortalecimento das Confederações de Crédito, a criação do Banco Cooperativo Sicredi (BANSICREDI) e do Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB), e emergência da vertente cooperativista de Economia Solidária (GROHS, 2011).

A partir do ano de 2003, ocorreram alterações na legislação, como a Resolução Bacen nº 3.106/03, Lei Complementar no. 130/2009, expansão do microcrédito e criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE) (GROHS, 2011).

Segundo a OCB (2012g), as cooperativas de crédito são aquelas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados, com crédito rural e urbano.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras, sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeitas à falência, constituídas com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados. Regem-se pelo disposto nas Leis nºs. 5.764, de 16.12.1971, e 4.595, de 31.12.1964, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e pelo respectivo Estatuto Social (CNC, 2003).

Grohs (2011) comenta que, os conceitos sobre cooperativas de crédito encontrados na literatura, apresentam estas cooperativas como uma importante alternativa ao mercado financeiro tradicional, destacando a sua forma de gestão, democrática e participativa, seus princípios e valores de ajuda mútua, os serviços prestados que tem como propósito a inclusão bancária de seus associados, atendendo às suas necessidades, assim como, gerando desenvolvimento e distribuição de renda nas comunidades em que atuam.

Neste sentido, Pinho (2004, p.128) menciona que as cooperativas de crédito são agentes que contribuem para o desenvolvimento de uma determinada região, “as cooperativas de crédito reaplicam a poupança dos associados na própria região, contribuindo para estimular seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, corrigir desequilíbrios regionais”.

A Lei 4.595/64 equiparou as cooperativas de crédito às instituições financeiras. De acordo essa legislação, as cooperativas de crédito necessitam para seu funcionamento de autorização do Banco Central do Brasil e arquivamento de seus Estatutos Sociais na Junta Comercial.

A Resolução Bacen nº 3.106/03 veio disciplinar a matéria dispondo sobre os requisitos e procedimentos necessários para a constituição e autorização para funcionamento e

alterações estatutárias, bem como, para o cancelamento da autorização para o funcionamento de cooperativas de crédito (CNC, 2003).

O cooperativismo possui, também, legislação própria, a Lei 5.764/71 e a Lei Complementar no. 130/2009, que reconhece para as cooperativas de crédito, direitos que já haviam sido reconhecidos através de Resoluções do Banco Central.

Embora existam algumas semelhanças entre a forma jurídica, econômica e de constituição entre as cooperativas de crédito e os bancos como, por exemplo, o fato de ambas as instituições serem autorizadas e fiscalizadas pelo Banco Central e de ter em comum o nome de alguns produtos e serviços, existem diferenças fundamentais entre essas duas instituições financeiras. Essas diferenças estão evidenciadas no quadro 19:

Cooperativas de crédito	Bancos
Sociedades de pessoas e não de capital, em que o poder de decisão está na efetiva participação dos sócios e não na detenção de quotas de capital social na instituição.	Sociedade de capital.
Tem como objetivo a captação e administração de poupanças, empréstimos e prestação de serviços aos cooperados.	Tem como objetivo a geração de lucros.
Suas operações estão restritas ao quadro associativo, que é constituído de pessoas físicas e jurídicas. Não há distinção de usuários, o que vale para um, vale para todos.	O usuário das operações bancárias é o cliente, que não exerce qualquer influência na definição do preço do produto. Há distinção e os usuários são tratados de uma forma diferente.
Os resultados (sobras) são distribuídos entre os sócios, proporcionalmente ao volume de operações que realizaram durante o exercício.	Produz lucro para os sócios. Dividendo proporcional ao valor das ações.
Nas Cooperativas o controle é democrático (1 pessoa = 1 voto). Único voto independente do capital possuído.	O controle é exercido a partir da participação do capital. Mais quotas/ações, mais votos.
As relações obrigacionais entre sócio e cooperativa não se confundem com a de fornecedor e consumidor, pois estas são caracterizadas como atos cooperativos, com tratamento próprio na legislação cooperativista.	Aos serviços prestados aplicam-se os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor.
É vedada a transferência de quotas-partes (capital social) a terceiros.	A transferência do capital (ações) pode ser feita livremente (bolsas de valores).
Sobre o resultado não incide tributação (Imposto de Renda e Contribuição Social (CSSL)), em face da tributação se dar na pessoa física do associado.	Incidência sobre o resultado de IRPJ e CSLL, e sobre a receita, incidência de COFINS e ISSQN.
Possuem vínculos com a comunidade de onde vêm seus cooperados e se preocupam com o desenvolvimento local, sendo um de seus princípios a preocupação com a comunidade.	Historicamente não têm vínculos com a comunidade, suas ações estão voltadas para a competitividade e o lucro por excelência.

Quadro 19 - Principais diferenças entre cooperativas de crédito e bancos

Fonte: Adaptado de Portal do Cooperativismo de Crédito (2012c) e Menezes (2004)

A questão da tributação é outro ponto que contribui com o desenvolvimento das cooperativas de crédito, podendo oferecer outras vantagens aos seus associados, pois têm um desembolso menor com os tributos IRPJ, CSLL, COFINS e ISSQN.

Quanto aos tipos de cooperativas de crédito, segundo a legislação brasileira (Resolução n. 3859 de 2010 do CMN), elas podem ser (PORTAL COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012e):

- I. **Cooperativas de crédito mútuo de empregados** – constituídas por empregados, servidores e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual, de uma ou mais pessoas jurídicas, públicas ou privadas, definidas no estatuto, cujas atividades sejam afins, complementares ou correlatas, ou pertencentes a um mesmo conglomerado econômico;
- II. **Cooperativas de crédito mútuo de profissionais liberais** – constituídas por pessoas que desenvolvam alguma profissão regulamentada, como advogados, médicos, contadores etc.; ou que atuem em atividade especializada, como pedreiros, eletricitas, padeiros etc.; ou ainda, pessoas cujas atividades tenham objetos semelhantes ou identificáveis por afinidade ou complementariedade, como é o caso de arquitetos e engenheiros; médicos e dentistas, entre outros;
- III. **Cooperativas de crédito rural** – constituídas por pessoas que desenvolvam atividades agrícolas, pecuárias, extrativas ou de captura e transformação do pescado, desde que inseridas na área de atuação da cooperativa;
- IV. **Cooperativas de crédito mútuo de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores e de empresários** – constituídas por pequenos e microempresários que se dediquem a atividades de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, com receita bruta anual enquadrada nos limites de, no mínimo, R\$ 360.000,00 e, no máximo, R\$ 3.600.000,00. Limites estes fixados pelo art. 2º da Lei 9.841/99, para as empresas de pequeno porte. Neste tipo de cooperativa podem ser incluídas as atividades descritas para as cooperativas de crédito rural;
- V. **Cooperativas de crédito de livre admissão de associados** – cujo quadro social é constituído e delimitado em função de área geográfica. Neste tipo de cooperativa, qualquer grupo de pessoas, desde que corresponda às exigências da Lei 5.764/71 (Lei das Cooperativas) e das normas regulamentares emanadas do Banco Central, pode formar uma cooperativa de crédito. Entre os anos 60 e 70 era proibida a criação desse tipo de cooperativa, elas só voltaram a ser plenamente admitidas em 2003, com a Resolução nº 3.106 do Banco Central.

Quanto à representatividade, em nível mundial, as principais entidades do cooperativismo de crédito são (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012d; PINHEIRO, 2008):

- **WOCCU (World Council of Credit Unions):** é o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito, integrado por 97 países que representam 49.330 cooperativas de crédito, com 184 milhões de associados;
- **ACCU (Association of Asian Confederation of Credit Unions):** é a Confederação Asiática das Cooperativas de Crédito, integrada por 20 países asiáticos;
- **International Co-operative Banking Association (ICBA):** é a Associação Internacional de Bancos Cooperativos. Estão ligados a ela 57 bancos cooperativos, de 39 países do mundo. A ICBA é uma entidade setorial da ACI;
- **European Association of Cooperative Banks (EACB):** é a Associação Européia de Bancos Cooperativos, entidade filiada à ICBA. A EACB representa 28 bancos cooperativos de 24 países, totalizando 47 milhões de associados e 140 milhões de clientes, em seus 62.000 pontos de atendimento.

Quanto à estrutura organizacional do cooperativismo de crédito no Brasil, Grohs (2011) comenta que o Brasil não possui uma entidade de cúpula única, como ocorre em outros países, mas é organizado em diversos sistemas.

O Portal do Cooperativismo de Crédito (2012b) detalha a composição do cooperativismo de crédito no Brasil, que em dez/2011, apresentava a seguinte estrutura: encontrava-se com 1.273 cooperativas de crédito, 38 centrais estaduais e 4 confederações, sendo alicerçado basicamente em 5 sistemas de crédito: SICOOB, SICREDI, UNICREDI, CECRED e CONFESOL (representando as centrais Cresol, Ecosol e Crenhor).

1) Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB

A marca SICOOB (figura 8) está presente em 21 unidades da Federação, conforme figura 9. O SICOOB surgiu da união de cooperativas de crédito, com o objetivo comum de oferecer produtos e serviços bancários em melhores condições do que aquelas oferecidas pelo mercado financeiro tradicional, assim como, proporcionar melhores resultados financeiros e operar com maior segurança para os cooperados, em bases sólidas e democráticas (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012f).



Figura 8 - Logotipo do SICOOB

Fonte: Portal do Cooperativismo de Crédito (2012f)

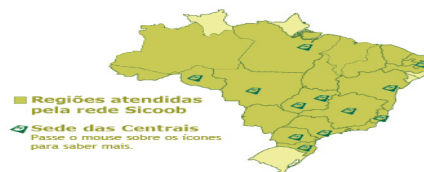


Figura 9 - Regiões atendidas pelo SICOOB

Fonte: Portal do Cooperativismo de Crédito (2012f)

De acordo com Portal do Cooperativismo de Crédito (2012f), o Sistema SICOOB é formado por:

- 14 cooperativas centrais;
- 584 cooperativas singulares;
- 1.949 postos de atendimento cooperativo (PACs);
- 2.138.454 associados;
- 16.650 colaboradores;
- R\$ 28,211 bilhões de ativos totais;
- R\$ 16,527 bilhões em operações de crédito;
- R\$ 17,374 bilhões em depósitos;
- R\$ 7,238 bilhões em patrimônio líquido; e
- R\$ 875 milhões em sobras.

2) Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI

A primeira cooperativa de crédito singular deste sistema foi criada em 1902, no município de Nova Petrópolis, no Estado do Rio Grande do Sul. A marca SICREDI (figura 10) atua nos centros urbanos, por intermédio das cooperativas de livre admissão e/ou por meio de cooperativas de crédito segmentadas, que são aquelas ligadas a categorias profissionais ou segmentos econômicos específicos (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012g).



Figura 10 - Logotipo SICREDI

Fonte: Portal do cooperativismo de crédito (2012g)



Figura 11 - Regiões atendidas pelo SICREDI

Fonte: Portal do cooperativismo de crédito (2012g)

De acordo com o Portal do Cooperativismo de Crédito (2012g), o SICREDI está presente em 10 estados brasileiros: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins (área verde da figura 11), e é constituído de:

113 Cooperativas de crédito;
 2.006.659 associados;
 R\$ 15,4 bilhões em operações de crédito;
 R\$ 17 bilhões em depósitos totais;
 R\$ 3,619 bilhões em patrimônio líquido;
 R\$ 518 milhões em sobras;
 13.673 colaboradores; e
 1.162 pontos de atendimento.

3) Sistema UNICRED

A marca UNICRED (figura 12) está presente em 24 estados da federação (figura 13), e tem como objetivo propiciar crédito e prestar serviços de forma mais simples e mais vantajosa para seus associados, como por exemplo: emprestar dinheiro com juros bem menores e com menos exigências do que bancos do sistema financeiro tradicional (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012h).



Figura 12 - Logotipo UNICRED
 Fonte: Portal do cooperativismo de crédito (2012h)



Figura 13 - Regiões atendidas pelo UNICRED
 Fonte: UNICRED (2012)

De acordo com o Portal do Cooperativismo de Crédito (2012h), o Sistema UNICRED está estruturado da seguinte forma:

100 cooperativas singulares;
 8 cooperativas centrais;
 419 pontos de atendimento;
 3.153 funcionários;
 245.640 associados;
 R\$ 7,325 bilhões em ativos totais;
 R\$ 5,396 bilhões em depósitos totais;

R\$ 4,295 bilhões em operações de crédito;

R\$ 1,621 bilhões em patrimônio líquido;

R\$ 316 milhões em sobras.

4) Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED

Constituída em setembro de 2002, a marca CECRED (figura 14) está presente no Paraná e em Santa Catarina, com propósito de passar a atuar, também, no Rio Grande do Sul (figura 15).



Figura 14 - Logotipo CECRED

Fonte: Portal do cooperativismo de crédito (2012i)



Figura 15 - Regiões atendidas pelo CECRED

Fonte: Portal do cooperativismo de crédito (2012i)

Com experiência cinquentenária no cooperativismo de crédito urbano, a CECRED de acordo com o Portal do Cooperativismo de Crédito (2012i) está estruturada da seguinte forma:

14 Cooperativas filiadas;

234 mil associados;

R\$ 1,04 bilhão em ativos totais;

R\$ 845 milhões em operações de crédito;

R\$ 1,040 milhões em depósitos totais;

R\$ 305 milhões em patrimônio líquido;

R\$ 49 milhões em sobras;

1.103 colaboradores;

107 pontos de atendimento.

5) Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária - CONFESOL

A CONFESOL, constituída em 2008, é a entidade representante das Centrais: Cresol (sul do país), Ecosol (abrangência nacional), Chehnor (sul do país), Integrar (Nordeste), Creditag (vários estados) e Ascoob (Bahia), conforme evidencia a figura 17.



Figura 16 - Logotipo CONFESOL

Fonte: Portal do cooperativismo de crédito (2012j)

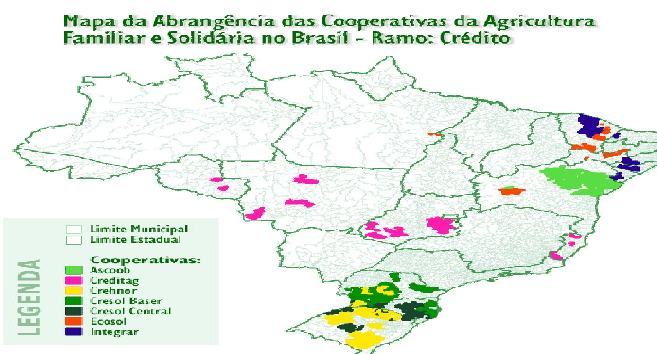


Figura 17 - Regiões atendidas pela CONFESOL

Fonte: Portal do cooperativismo de crédito (2012j)

A marca CONFESOL (figura 16) representa as cooperativas vinculadas ao movimento de agricultura rural com interação solidária. Segundo o Portal do Cooperativismo de Crédito (2012j), a CONFESOL é formada por:

190 cooperativas;

486 pontos de atendimento;

1.777 funcionários;

278.166 cooperados;

R\$ 2,500 bilhões em ativos;

R\$ 750 milhões em depósitos;

R\$ 322 milhões em patrimônio líquido;

R\$ 20 milhões em sobras.

A história deste segmento do cooperativismo de crédito iniciou no final da década de 1980, por pequenos agricultores de assentamentos da reforma agrária nas regiões sudeste e centro-oeste do Estado do Paraná. Dificuldades de acesso a créditos de custeio e investimento foram as principais razões que levaram estes agricultores a estruturarem o Fundo de Crédito Rotativo, financiado pela Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha (Misereor), e administrada por entidades e movimentos pastorais, sindicais e não-governamentais, associativas e sem terras. A partir dessa experiência, surgiu a necessidade de se criar instituições de crédito, assim, em 1995, nasceram as primeiras cooperativas de crédito, sob a marca Cresol (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012j).

O movimento avançou no sul do país e para outras regiões, tendo como objetivo a inserção financeira para pequenos agricultores, além dos benefícios decorrentes do processo de organização social. Assim, em 2004, foi constituída a ANCOSOL – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária, com a missão articular,

integrar e representar experiências cooperativas voltadas para esse segmento (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012j). São associados ao sistema ANCOSOL: Cresol, Ecosol, Chehnor, Integrar, Creditag e Ascoob (ANCOSOL, 2012):

- **CRESOL** – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - atua nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, com expansão para os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e São Paulo. Formam o Sistema CRESOL: a Central Cresol Baser e a Cresol Central SC/RS. A Central Cresol Baser está presente nos Estados do Paraná e parte de Santa Catarina. Já, a Cresol Central SC/RS, está presente nos Estados do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina. Ambas têm como missão fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores familiares por meio do crédito e da apropriação do conhecimento, com o propósito de promover a sustentabilidade institucional e o desenvolvimento local sustentável;

- **ECOSOL** – Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário - o sistema é formado por cooperativas de crédito rurais e urbanas, abrangendo mais os Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia. São filiadas à CUT e à Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, que apóia o fortalecimento das cooperativas de crédito e empreendimentos solidários, cujo foco está na geração de trabalho e renda;

- **CREHNOR** – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural - em 10 anos de atividade, o Sistema Crehnor se consolidou através de movimentos sociais como o Movimento Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, visando atender às demandas de crédito das bases desses movimentos. Seu público alvo são os assentados de reforma agrária e agricultores familiares organizados nesses movimentos. Está presente nos Estados do Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, contemplando 241 municípios;

- **INTEGRAR** - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Economia de Base Familiar e Solidária no Nordeste - se configura no apoio à constituição e operacionalização de cooperativas, estimulando o processo de funcionamento e de gestão das filiadas. Atua nos Estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba e Sergipe;

- **CREDITAG** - Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar - o sistema nasceu para combinar ações de Desenvolvimento Sustentável e solidário como apoio aos movimentos sociais tais como: Movimento dos Sem Terra, as Federações de Trabalhadores na Agricultura Estaduais e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura. Está presente nos Estados de Pernambuco, Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e duas bases de apoio em Goiás e Espírito Santo;

- **ASCOOB** - Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar - presente no estado da Bahia, é uma associação que está entre as instituições que atuam em redes sociais articuladas por associações de produtores, sindicatos, ONG's, órgãos de assistência técnica, entre outras organizações.

Além dos conhecidos Sistemas SICOOB, SICREDI, UNICRED, CECRED e CONFESOL, existem, no Brasil cerca de 250 cooperativas de crédito que não são filiadas à nenhum sistema. São as chamadas cooperativas solteiras ou independentes. Estas representam 18% do número total de cooperativas de crédito e sobrevivem à custa de esforços individuais, com maior capacidade de articulação no setor rural, em face da proximidade com o ramo de produção (PORTAL COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012k).

Reunir-se em sistemas é uma resposta à grande concorrência encontrada no mercado financeiro brasileiro, considerada como única alternativa para fazer frente aos grandes conglomerados financeiros existentes.

As cooperativas de crédito somadas representam a 7ª maior instituição financeira do Brasil, em número de clientes/associados, detém a 2ª maior rede de atendimento do país. Em volume de ativos ocupam a 7ª posição no *ranking* nacional, e quanto ao volume de depósito, ocupam a 7ª posição (PORTAL COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012b).

É importante destacar, que ao socializarem o crédito, as cooperativas de crédito promovem o corpo social e criam possibilidades de expansão sem geração de lucros, pois são sociedades de pessoas que não têm como objetivos gerar lucros, mas sim o desenvolvimento coletivo (PINHO, 2004).

Assim, o cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, em todos os ramos de atividades, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social, o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas sócio-econômicos (PORTAL COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2012a).

2.7 COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Os dados do cooperativismo, em Rondônia, podem ser observados no quadro 20. O maior número de cooperativas está concentrado no ramo agropecuário. No entanto, quanto a organização de cooperados e a geração de empregos, o ramo mais expressivo é o de crédito,

com 30.317 cooperados e 572 empregados; enquanto no ramo agropecuário são 3.740 cooperados e 155 empregados (OCB-RO, 2012).

Ramo de atividade	Número de cooperativas	Número de cooperados	Número de empregados
Agropecuário	39	3.740	155
Míneral	14	1.353	164
Educacional	03	497	56
Trabalho	08	996	7
Consumo	02	200	1
Produção	01	37	0
Transporte	07	475	50
Saúde	06	674	584
Crédito SICOOB	09	24.233	387
Crédito CREDISIS	10	4.408	152
Crédito UNICREDI	02	1.676	33
Total	101	38.289	1.589

Quadro 20 - Relação de cooperativas do Estado de Rondônia

Fonte: OCB-RO (2012)

Compõem, ainda, o cooperativismo em Rondônia, 02 centrais, com 24 cooperativas, gerando emprego para 73 pessoas (OCB-RO, 2012). E, as cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG.

2.8 PRESSUPOSTOS BÁSICOS COMUNS ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INOVAÇÃO SOCIAL, TECNOLOGIA SOCIAL E EMPREENDEDORISMO COLETIVO

De posse dos conceitos que tratam de inovação social, tecnologia social e empreendedorismo coletivo, pode-se dizer que, as práticas que envolvem esses conceitos, estão em sintonia com a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, pois, visam à melhoria efetiva das condições de vida, por meio do desenvolvimento de novas oportunidades de geração de emprego e renda, promovendo uma distribuição de recursos de forma mais equitativa e ao empoderamento dos cidadãos.

Nesta perspectiva, é possível relacionar os conceitos de tecnologia social, inovação social e empreendedorismo de natureza coletiva como efetiva contribuição para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, visto que a proposta comum está centrada na ideia de transformação social e de desenvolvimento comunitário sustentável, onde as necessidades são mais urgentes.

O quadro 21, com base na literatura estudada, mostra os pressupostos básicos comuns entre Desenvolvimento Sustentável, inovação social, tecnologia social e empreendedorismo coletivo.

Relação entre:	Pressupostos básicos comuns
Desenvolvimento Sustentável Inovação social Tecnologia social Empreendedorismo coletivo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Satisfazer as necessidades humanas; participação igualitária nos recursos; ✓ Integração coletiva; preservação ambiental, simultaneamente com o desenvolvimento econômico, social e político-institucional; ideia de equidade social; ✓ Fortalecimento dos empreendimentos coletivos; geração de emprego; distribuição dos recursos; ✓ Novas maneiras de fazer as coisas com o propósito explícito de responder às necessidades sociais; ✓ Transformação social; ✓ Visa sustentabilidade econômica, social e ambiental; ✓ Promoção do bem-estar.

Quadro 21 – Pressupostos básicos comuns entre Desenvolvimento Sustentável, Inovação Social, Tecnologia Social e Empreendedorismo Coletivo

Fonte: Revisão de literatura

Com base nesses pressupostos, mostra-se a seguir, a proposição teórica da pesquisa, a qual busca expressar respostas à questão de pesquisa e aos objetivos formulados para esse estudo.

2.9 PROPOSIÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA

É visível, no cenário social dos últimos anos, o crescimento do número de empreendimentos organizados por trabalhadores em bases cooperativas e em regime de autogestão. Esse fato tem gerado inúmeros estudos empíricos, formulações teóricas, além de debates de natureza política (GAIGER, 2003).

O surgimento desses empreendimentos tem como principal estímulo, a emergência de combater o desemprego, baixa renda e as privações decorrentes. Assim, pessoas e organizações, como modo de enfrentamento desses problemas, constroem suas próprias alternativas, através de relações de solidariedade e ajuda mútua, representadas por novos formatos organizacionais como cooperativas e pequenas empresas de autogestão.

A literatura tem mostrado que, os empreendimentos coletivos representam uma resposta às aspirações de melhoria econômica e social para os segmentos sociais, em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Permitindo aos atores envolvidos, uma

oportunidade de crescimento na escala social, conceber novos conhecimentos e capacidades e ganhar autonomia.

É mostrado, ainda, na literatura, que o surgimento desses empreendimentos coletivos, de caráter solidário, a partir de novos serviços ofertados, configura-se como uma inovação social, pois parte de uma iniciativa de indivíduos que se mobilizam, com o objetivo de promover a inclusão social e produtiva, diferente da lógica de mercado.

Na busca de soluções para os problemas comuns, esses empreendimentos, associando os conhecimentos de seus membros, desenvolvem tecnologias sociais representadas por produtos, serviços e processos, os quais interferem positivamente na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento das comunidades, gerando resultados sustentáveis.

Mas, com a intensificação das mudanças no cenário econômico, outras estratégias de cooperação apresentam-se como alternativas, no sentido de fortalecer organizações e pessoas, na consecução dos objetivos planejados.

A intercooperação pode ser citada como uma dessas estratégias. A intercooperação multiplica a cooperação, pois, ocorre entre cooperativas, formadas pela união de pessoas, em um processo de cooperação.

Com a intercooperação, as competências e atribuições dos participantes cooperativos estão interligadas, permitindo a troca de ideias e conhecimentos, encontrando novas alternativas para solucionar os problemas comuns. Neste sentido, as relações de intercooperação, apresentam-se como cenários coletivos em condições de expandir as possibilidades de geração de inovação social e tecnologias sociais.

Para se alcançar as metas projetadas na perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, o emprego de alternativas que compartilham dos mesmos objetivos são essenciais e necessários. Insere-se, portanto, nesse contexto, inovação social, tecnologia social e empreendedorismo coletivo, pois, visam à transformação social, a satisfação das necessidades humanas e o desenvolvimento comunitário sustentável.

Por isso, propõe-se que, a intercooperação entre cooperativas de caráter solidário, baseadas em valores como solidariedade, ajuda mútua, participação e autogestão promovem de forma sustentável empreendedorismo coletivo, tecnologia social e inovação social, contribuindo, por meio dessas práticas, com o Desenvolvimento Sustentável, conforme mostra a figura 18.

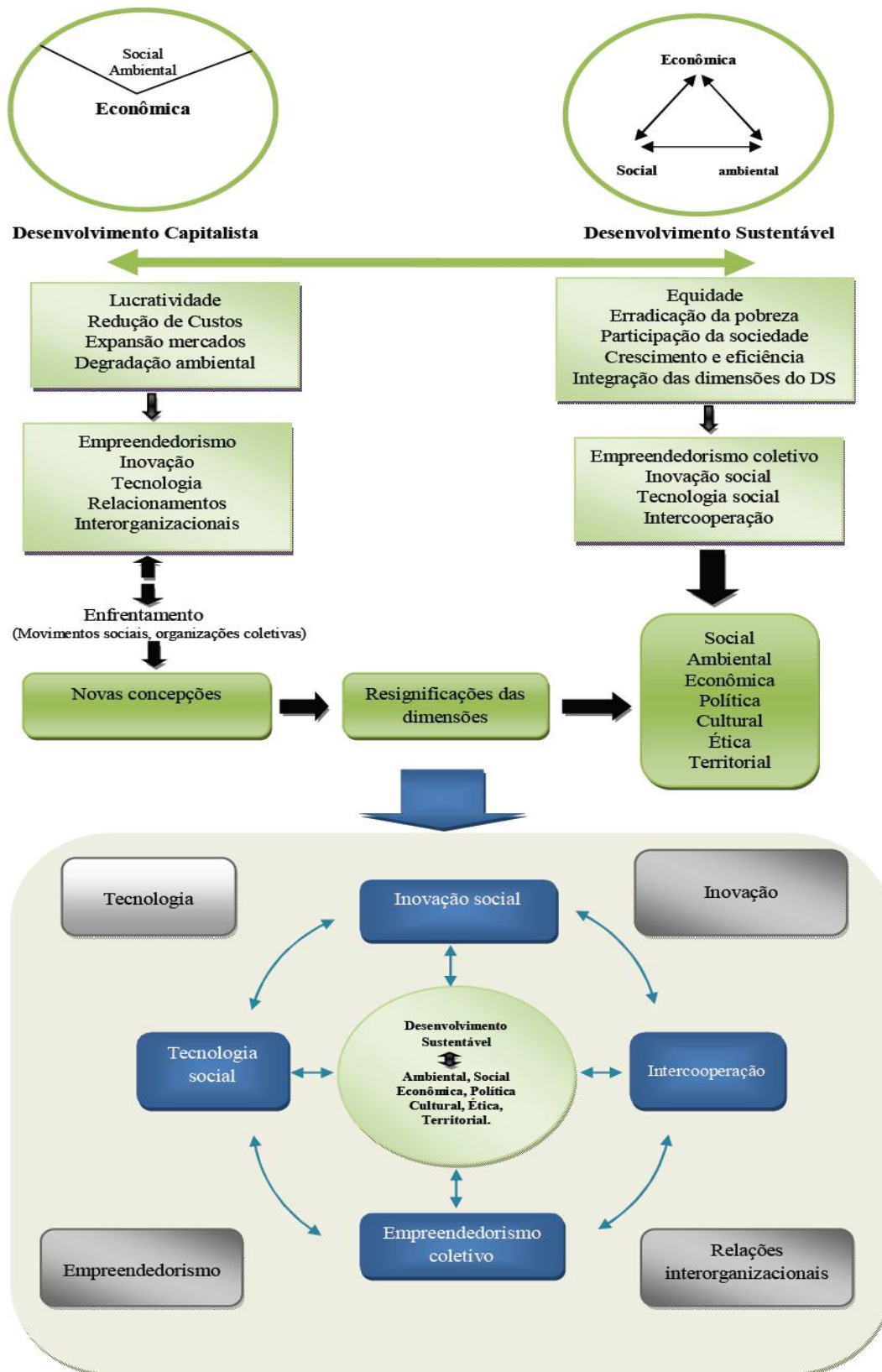


Figura 18 - Framework da proposição teórica

Assim, a primeira contribuição que esta tese busca oferecer é a construção de um *framework* que permita verificar a existência de Desenvolvimento Sustentável, empreendedorismo coletivo, inovação social e tecnologias sociais em relacionamentos intercooperativos .

A segunda possibilidade refere-se às contribuições para o conhecimento da intercooperação, empreendedorismo coletivo, inovação social e tecnologia social, a qual se justifica pela carência de análises que privilegiem essas temáticas de forma interrelacionada.

3 MÉTODO

Neste estudo, utilizou-se o estudo de campo no sentido proposto por Gil (2008), o qual se caracteriza como um estudo mais aprofundado das questões propostas, podendo ser aplicado para um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ressaltando a interação entre seus integrantes. Por este método, a pesquisa pode ser desenvolvida por meio de entrevistas, observação, conjugados com outras técnicas (GIL, 2008).

A utilização deste método justifica-se pela adoção do objeto de análise, que trata da relação de intercooperação entre o Sistema CREDITAG - Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária com suas associadas, cooperativas de produção agrícola do Estado de Rondônia, e se esta relação está promovendo Desenvolvimento Sustentável, empreendedorismo coletivo, inovação social e tecnologia social.

3.1 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA PESQUISA

O planejamento e o detalhamento das fases de execução da pesquisa estão evidenciados na figura 19.

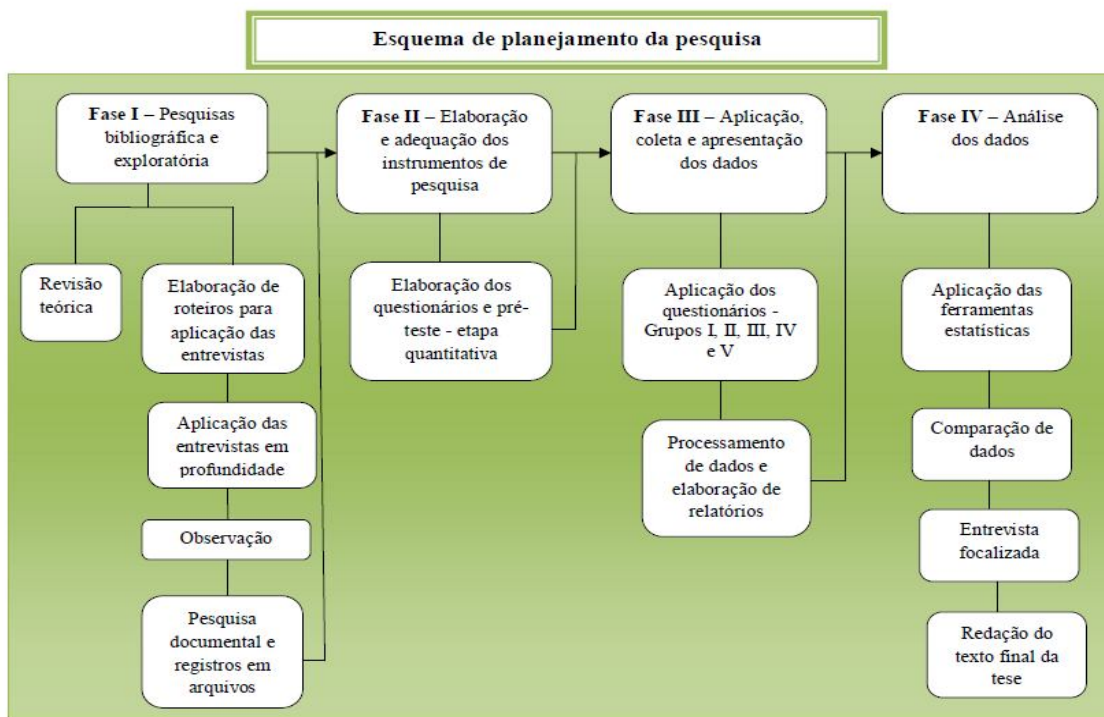


Figura 19 – Planejamento e execução da pesquisa

3.2 NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa foi classificada como qualitativa e quantitativa. A adoção da abordagem qualitativa justifica-se, por proporcionar ao estudo um nível mais aprofundado, o entendimento de particularidades não observadas na abordagem quantitativa e, pela intenção de analisar a interação entre as variáveis. Entende-se ser adequado a pesquisa qualitativa, para melhor entendimento do fenômeno social estudado, pois de acordo com Minayo (2011), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, das crenças, valores, motivos, considerados parte da realidade social.

Na abordagem quantitativa, os estudos tratam de descrever e explicar os fatos sociais a partir de suas manifestações externas. Os fenômenos e situações sociais são descritos em termos matemáticos (análise estatística) (RUBIO; VARAS, 1999). Caracterizam-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de dados, quanto no tratamento e análise por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999).

A complementaridade das abordagens qualitativa e quantitativa permite contribuir para verificação das informações, reinterpretar observações e ampliar as relações descobertas (RICHARDSON, 1999).

A abordagem qualitativa trabalha os dados a partir de visitas, observações, documentos e entrevistas em profundidade. Na abordagem quantitativa, têm-se as entrevistas com questões de estrutura fechada.

3.2.1 Classificação da pesquisa quanto à abordagem do problema

Esta pesquisa é classificada como exploratória-descritiva-explicativa. O estudo exploratório se caracteriza como um estudo que tem por objetivo proporcionar mais familiaridade com o problema, de forma a torná-lo mais explícito, aprimorar, desenvolver, e esclarecer conceitos e ideias. São desenvolvidos com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato (GIL, 2008). É aplicado em situações em que as questões de pesquisa possuem pouca orientação disponível, contribuindo para o desenvolvimento de uma melhor compreensão do caso estudado. Este tipo de pesquisa oferece, ainda, a oportunidade de descoberta de novas ideias (HAIR *et al.*, 2005). Exploratória, no sentido de conhecer

melhor a relação de intercooperação estudada, contato com a realidade, com os cooperados, com os dirigentes e com os parceiros. Conhecimento da percepção a partir das entrevistas e observações. E, partir da revisão bibliográfica, procedeu-se ao aprofundamento dos conceitos e a elaboração dos instrumentos de pesquisa, o roteiro semi-estruturado e o questionário.

A pesquisa descritiva é utilizada para descrever situações (HAIR *et al.*, 2005). De acordo com Gil (2006), tem por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma determinada população, assim como descobrir a existência de associações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, como por exemplo, o questionário. Configura-se como descritiva, pelo fato de levantar opiniões e percepções dos pesquisados, identificando, descrevendo e interpretando as dimensões do empreendedorismo, da inovação e das tecnologias sociais desenvolvidas na relação de intercooperação, utilizando-se os resultados obtidos na fase exploratória para identificar a relação entre os atributos pesquisados.

A pesquisa explicativa tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos. Este tipo de pesquisa é a que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pelo fato de explicar a razão das coisas (GIL, 2008). Com a pesquisa explicativa buscou-se aprofundar o conhecimento da realidade, atributos de sucesso e fragilidades limitantes da relação de intercooperação entre o Sistema CREDITAG com suas associadas, cooperativas de produção agrícola do Estado de Rondônia. Utilizando-se dos resultados obtidos na fase exploratória e descritiva, procedeu-se o aprofundamento nas investigações e no detalhamento dos fatos por meio das técnicas de pesquisas propostas.

3.3 OBJETO DE ANÁLISE

O objeto de análise escolhido foi a relação de intercooperação, composta pelas cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG em Rondônia e suas associadas, cooperativas de produção agrícola (COOPERCACOAL, COOAPROLIM, COOPERANDREAZZA e COOPLEAGRI).

A análise da relação de intercooperação entre cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG, com suas associadas, cooperativas de produção agrícola, do Estado de Rondônia, deu-se pelos seguintes motivos:

1. Importância socioeconômica dos empreendimentos cooperativos para os cooperados, na condição de produtores rurais familiares e comunidades circunvizinhas, visto que estas cooperativas possuem aproximadamente 2.001 cooperados, em 3 cooperativas e 4 PACs – Ponto de Atendimento Cooperativo, atendendo 11 municípios, e pela capacidade de expansão para atender os demais municípios do Estado;
2. Importância dos empreendimentos coletivos para o Desenvolvimento Sustentável da região;
3. Capacidade de geração de tecnologias sociais e de inovação social.

3.4 PÚBLICO ALVO

O público alvo da pesquisa constitui-se dos seguintes segmentos:

- I.** Gestores do Sistema CREDITAG em Rondônia (presidente, contador, analista de gestão, diretor operacional);
- II.** Presidentes das cooperativas de crédito e diretores dos PACs;
- III.** Presidentes das cooperativas de produção;
- IV.** Cooperados produtores rurais familiares, sócios dos dois tipos de cooperativas: crédito e de produção;
- V.** Parceiros (Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e FETAGRO).

Para delimitação das organizações participantes da pesquisa foram adotados os seguintes critérios:

- a) Cooperativa de crédito do Sistema CREDITAG em Rondônia;
- b) Cooperativas de produção, na condição de associadas das cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG em Rondônia.

Para a delimitação do segmento cooperados participantes da pesquisa, foram adotados os seguintes critérios:

- a) Ser Cooperado produtor rural familiar, sócio dos dois tipos de cooperativas: crédito e de produção do sistema CREDITAG em Rondônia;
- b) Residir na área de atuação das cooperativas de crédito e produção.

As cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG, em Rondônia, possuem, conforme registros datados de junho de 2012, 2.001 cooperados. E, dentre eles estão as cooperativas de produção agrícola: COOPERCACOAL, COOAPROLIM, COOPERANDREAZZA, COOPLEAGRI e COOAPOVEL.

A cooperativa de produção COOAPOVEL, por encontrar-se inoperante há mais de um ano e os cooperados não demonstrarem disposição, estes não participaram da pesquisa.

O quadro 22, a seguir, apresenta as unidades do Sistema CREDITAG e sua abrangência no Estado de Rondônia.

Unidade da CREDITAG	Municípios de abrangência	Total de municípios atendidos
CREDITAG JI-PARANÁ/RO	Presidente Médici, Urupá e Alvorada.	04
CREDITAG ANDREAZZA/RO	Cacoal e Rolim de Moura.	03
CREDITAG JARU/RO	Governador Jorge Teixeira, Theobroma e Nova União.	04
Total		11

Quadro 22 – Abrangência do CREDITAG no Estado de Rondônia

Fonte: CREDITAG (2012)

O quadro 23 apresenta a composição do quadro social, das unidades da CREDITAG no Estado de Rondônia.

UNIDADES DA CREDITAG/RO	Número de cooperados Pessoa física e jurídica (cooperativas, associações, sindicatos, empresas)
Ji-Paraná	678
Ministro Andreazza	682
Jaru	641
TOTAL	2.001

Quadro 23 – Quadro de cooperados das CREDITAG do Estado de Rondônia

Fonte: CREDITAG/RO (2012)

O quadro 24, traz informações das 4 cooperativas de produção, associadas do Sistema CREDITAG, com o quadro de cooperados, destacando quantos destes cooperados são, também, sócios das CREDITAGs.

Denominação	Município sede	Número de Cooperados ativos	Sócios CREDITAG	Unidade CREDITAG	% sócios CREDITAG
COOPLEAGRI - Cooperativa de Produtores de Leite e Agrícola	Ji-Paraná	62	27	Ji-Paraná	43,5
COOAPROLIM - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Rolim de Moura.	Rolim Moura	695	23	Ministro Andrezza	3,3
COOPERANDREAZZA - Cooperativa de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Ministro Andrezza	Ministro Andrezza	85	37	Ministro Andrezza	43,5
COOPERCACOAL - Cooperativa Agropecuária de Agricultores Familiares de Cacoal	Cacoal	79	24	Ministro Andrezza	30
Total		921	111		12%

Quadro 24 – Informações das cooperativas de produção

Fonte: CREDITAG/RO (2012)

Considerando, então, o objeto de análise, pertencem ao universo da pesquisa no segmento cooperados, os 111 associados, participantes da relação de intercooperação, os quais são associados dos dois tipos de cooperativas (crédito e produção).

Sintetizando o exposto, o quadro 25 apresenta os empreendimentos e o público alvo da pesquisa.

Público alvo	Empreendimento	Cargo	Instrumento de pesquisa
Segmento I (4 integrantes)	SISTEMA CREDITAG EM RONDÔNIA	Presidente	Apêndice A e D
	SISTEMA CREDITAG EM RONDÔNIA	Analista de gestão	Apêndice A e D
	SISTEMA CREDITAG EM RONDÔNIA	Diretor operacional	Apêndice A e D
	SISTEMA CREDITAG EM RONDÔNIA	Contador	Apêndice A e D
Segmento II (6 integrantes)	CREDITAG ANDREAZZA/RO	Presidente	Apêndice A e D
	CREDITAG JI-PARANÁ/RO	Presidente	Apêndice A e D
	CREDITAG JARU/RO	Presidente	Apêndice A e D
	PACs – Município de Cacoal	Presidente da Unidade	Apêndice A e D
	PACs – Município de Theobroma	Presidente da Unidade	Apêndice A e D
Segmento III (4 integrantes)	Cooperativa de produção COOPLEAGRI	Presidente	Apêndice A e D
	Cooperativa de produção COOAPROLIM	Presidente	Apêndice A e D
	Cooperativa de produção COOPERANDREAZZA	Presidente	Apêndice A e D
	Cooperativa de produção COOPERCACOAL	Presidente	Apêndice A e D
Entrevistados grupo IV (111 integrantes)	CREDITAGs e Cooperativas de produção	Cooperados (111 associados de ambas cooperativas)	Apêndice B e E
Entrevistados grupo V (8 integrantes)	Parceiros (Sindicatos e Federações)	Presidentes e vice-presidentes	Apêndice C e D

Quadro 25 – Empreendimentos e participantes da pesquisa

3.5 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Nas seções que seguem, estão detalhados os procedimentos utilizados na fase qualitativa e quantitativa.

3.5.1 Etapa qualitativa

A etapa qualitativa foi considerada muito importante para o desenvolvimento do estudo. Teve a finalidade de buscar a autorização e o apoio para a realização do estudo, assim como de levantar informações para o delineamento das etapas seguintes do trabalho. Utilizou-se a pesquisa qualitativa por ser rica em descrições, pois ela implica uma partilha com pessoas, fatos e locais, que constituem objetos de pesquisas, cuja finalidade é extrair desse convívio, os significados (CHIZZOTTI, 2010). A pesquisa qualitativa utiliza entrevistas e documentos como dados e objetiva entender como ocorre determinado fenômeno (GUERRA, 2010).

Esta etapa foi composta de: (i) entrevista informal; (ii) observação; (iii) entrevista em profundidade; e (iv) pesquisa documental e registros em arquivos.

3.5.1.1 Entrevista informal

A entrevista informal foi realizada com o presidente do Sistema CREDITAG em Rondônia, Sr. Sandro Souza da Silva, para autorização da pesquisa, bem como obter uma visão geral do sistema em estudo. De acordo com Gil (2008), esse tipo de entrevista é recomendado nos estudos exploratórios e tem como objetivo a coleta de dados para obtenção de uma visão geral do problema a ser pesquisado, para tanto, deve-se utilizar um roteiro menos estruturado possível. Com duração de 50 minutos, a entrevista foi realizada em novembro de 2011.

3.5.1.2 Observações

As observações ocorreram em reuniões, denominadas “reuniões de base” (compõem-se de gestores do Sistema CREDITAG/RO e presidentes das cooperativas de crédito e produção) sediadas no município de Ji-Paraná. Para Gil (2008), a observação constitui-se como elemento fundamental para a pesquisa, pode ser empregado em conjunto com outras ferramentas, o que possibilita a percepção de fatos que outras técnicas não oferecem. A coleta de dados, a partir da observação com anotações e entrevistas feitas em campo, tem como objetivo fazer uma descrição do modo de vida, da cultura e da estrutura social do grupo pesquisado (CHIZZOTTI, 2010).

Foram acompanhadas três reuniões de base, no período de maio a junho de 2012.

3.5.1.3 Entrevista em profundidade

A entrevista em profundidade possibilita a manifestação espontânea dos entrevistados. Permite clarificar e aprofundar alguns aspectos que possam ser considerados importantes com base no que foi analisado no referencial teórico (VERGARA, 2009).

✓ Público alvo

Constituiu-se de 11 respondentes, alcançando todos os segmentos pesquisados, assim foram entrevistados: 2 representantes de gestores do Sistema CREDITAG; 2 presidentes das cooperativas de crédito e produção; 6 cooperados; e 1 parceiro.

✓ Instrumento de pesquisa

Utilizou-se o roteiro semi-estruturado, adequado a cada segmento pesquisado. Desta forma, foi elaborado um roteiro para o segmento: dirigentes (Apêndice A), cooperados

(Apêndice B) e parceiros (Apêndice C), com o propósito de obter contribuições de todos os integrantes, de acordo com cada papel exercido na relação de intercooperação.

Os roteiros foram construídos a partir do referencial teórico, com a finalidade de levantar atributos para elaboração do questionário estruturado, de forma que possam ser mensurados em testes estatísticos (VERGARA, 2009). De acordo com Vergara (2009), a aplicação de roteiros semi-estruturados, dá ao pesquisador, a liberdade para explorar as diversas situações para o levantamento das informações necessárias.

Triviños (2011) trata a entrevista semi-estruturada, como sendo um procedimento que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que são de interesse da pesquisa, e que oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a partir das respostas dos entrevistados. Instrumentos de pesquisa, cuja estrutura seja semiaberta, podem revelar não só a opinião do entrevistado, mas o seu nível de informação (VERGARA, 2009).

✓ Coleta de dados

A coleta de dados foi feita em local previamente agendado (GIL, 2008), com uma duração média de 50 minutos cada uma, o que permitiu conhecer especificidades sobre a relação de intercooperação, ações e mudanças promovidas.

Os municípios visitados na coleta de dados foram: Ji-paraná, Cacoal, Ministro Andreazza e Presidente Médici. A coleta de dados ocorreu entre 15 e 25 do mês de maio de 2012.

Os dados levantados nas entrevistas em profundidade foram sintetizados e incorporados ao questionário estruturado construído na etapa quantitativa, subsidiando, também, as demais fontes de evidências com informações complementares, analisados conjuntamente com a discussão dos resultados quantitativos.

3.5.1.4 Pesquisa documental e registros em arquivos

A pesquisa documental consistiu na coleta de dados em relatórios estatísticos, relatórios financeiros e documentos de registros históricos (GIL, 2008), complementado por

registros em arquivo (YIN, 2005), os quais foram utilizados na construção da contextualização das cooperativas de crédito e produção, no capítulo que trata da análise dos resultados. A pesquisa foi realizada no mês de junho de 2012.

Para Yin (2005), o uso mais importante de documentos consiste em corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes de coleta de dados.

No quadro 26 apresenta-se uma síntese da operacionalização da pesquisa na etapa qualitativa.

Entrevista informal	Presidente Sistema CREDITAG em Rondônia, realizada em novembro de 2011.
Observações	Reuniões de base, no período de maio a junho de 2012.
Entrevista em profundidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Público alvo: 11 respondentes: 2 representantes de gestores do Sistema CREDITAG; 2 presidentes das cooperativas de crédito e produção; 6 cooperados; e 1 parceiro. ✓ Instrumento de pesquisa: roteiro semi-estruturado. ✓ Coleta de dados: maio de 2012, no período de 15 a 25. ✓ Os municípios visitados: Ji-paraná, Cacoal, Ministro Andreazza e Presidente Médici.
Pesquisa documental e registros em arquivos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Documentos: relatórios estatísticos, financeiros e documentos de registros históricos. ✓ Coleta de dados: mês de junho de 2012.

Quadro 26 – Síntese da etapa qualitativa da pesquisa

3.5.2 Etapa quantitativa

Esta etapa pode ser tratada como a principal fonte de dados para a consecução dos objetivos propostos, complementada pelas demais fontes utilizadas na abordagem qualitativa.

✓ Público alvo

Constituiu-se de: (I) 04 gestores do Sistema CREDITAG em Rondônia - presidente, analista de gestão, diretor operacional e o contador; (II) 03 presidentes das cooperativas de crédito (CREDITAG Ji-Paraná, CREDITAG Andreazza e CREDITAG Jaru) e 01 diretor liberado do PAC do Município de Presidente Médici; (III) 03 presidentes das cooperativas de produção (COOPLEAGRI, COOPERCACOAL e COOAPROLIM); (IV) 95 cooperados das

cooperativas de crédito e produção; e (V) 06 parceiros (Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios de Cacoal, Rolim de Moura, Ministro Andreazza, Ji-Paraná e Presidente Médici) e o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia FETAGRO.

✓ Instrumento de pesquisa

O instrumento de pesquisa adotado foi o questionário estruturado. De acordo com Vergara (2009), o questionário é um método de coletar dados no campo, composto por uma série ordenada de questões, a respeito de variáveis e situações que o pesquisador deseja investigar.

Com a definição do instrumento de pesquisa, o questionário foi elaborado da seguinte forma:

✓ Estrutura do instrumento aplicado aos segmentos dirigentes e parceiros

O questionário foi construído de acordo com os atributos identificados na pesquisa bibliográfica e com base nos dados coletados nas entrevistas em profundidade, realizadas na etapa qualitativa da pesquisa. A incorporação dos atributos identificados nas entrevistas em profundidade ao questionário, teve como finalidade buscar um alinhamento com os objetivos do estudo.

Desta forma, o instrumento compõe-se dos seguintes blocos de questões: (I) empreendedorismo individual, social e coletivo; (II) tipos de inovação; (III) tecnologias sociais desenvolvidas; e (IV) relação de intercooperação (Apêndice D).

A seguir, no quadro 27, apresenta-se os atributos que compõe os blocos I, II, III e IV do questionário e que serviram de referência para avaliar o empreendedorismo individual, social e coletivo, as dimensões da inovação, as tecnologias sociais e o relacionamento intercooperativo.

Construtos teóricos	Objetivos específicos	Categorias analíticas	Autores
Estímulo à participação e à inovação; Incentivo para investimento nos sistemas produtivos; Interesse pelo planejamento, controle, organização e avaliação dos sistemas produtivos; Realização profissional e de satisfação pessoal; Descoberta de um espaço para novos negócios a ser explorado e implementado; Interesse pela busca do conhecimento; Disputa pela aceitação de novas ideias; Sentimento de autoconfiança e determinação.	Objetivo 2	Empreendedorismo individual	Hisrich, Peters e Shepherd (2009); Baron e Shane (2007); Dornelas (2001); Bessant e Tidd (2009); McClelland (1972); Cuervo, Ribeiro e Roig (2007); Stevenson e Jarillo (1990); Reynolds (2005); Filion (2000a; 2000b).
Incentivo para que outros produtores da agricultura familiar ingressem nas cooperativas de crédito e produção; e Envolvimento coletivo e predominância do pensamento de solidariedade.	Objetivo 2	Empreendedorismo social	Dees (2001); Bessant e Tidd (2009); Lèvesque (2004); Melo Neto e Froes (2002); Rossoni, Onozato e Horochovski (2006); Stevens e Moray (2009); Oliveira (2008); Ashoka (2010); Mair e Marti (2006); Boschee e McClurg (2003); Novkovic (2008).
Mais acesso a benefícios econômicos, financeiros e sociais; Capacidade de compartilhamento de conhecimentos e informações; Melhoria nos preços dos produtos em venda coletiva; Aumento do poder de barganha pela compra coletiva; Abertura de novos canais de produção e comercialização; Melhor integração entre cooperativas, cooperados e comunidade local; Mais conscientização e diálogo; Melhoria na comunicação; Aquisição de bens e serviços a preços mais acessíveis (mantimentos, educação, utensílios, eletrodomésticos); e Manutenção e geração de emprego.	Objetivo 2	Empreendedorismo coletivo	Rodrigues e Malo (2006); Melo Neto de Froes (2002); Schmidt e Dreher (2008); Lèvesque (2004); Singer (2000); Ebers (1997); Best (1990); Connell (1999); Dolabela (2003); Chouinard e Forgues (2002); Burress e Cook (2009); Tauile e Rodrigues (2004); Correa (2009); Gaiger (2007; 2008).
Novos produtos e serviços ou significativamente melhorado, com a relação de intercooperação.	Objetivo 3	Inovação de produto	MBC (2008); OECD, (2005); Cormican e O'Sullivan (2004).
Novos métodos ou técnicas de produção ou melhoramento significativo dos já existentes, com a relação de intercooperação.	Objetivo 3	Inovação de processo	OECD (2005); MBC (2008).
Adoção ou desenvolvimento de novos métodos de <i>marketing</i> , com a relação de intercooperação.	Objetivo 3	Inovação de <i>Marketing</i>	OECD (2005); MBC (2008).
Adoção ou desenvolvimento de novos métodos de organização e de gestão, com a relação de intercooperação.	Objetivo 3	Inovação organizacional	OECD (2005); MBC, (2008); Baregheh, Rowley e Sambrook (2009); Loiola, Bastos e Teixeira (2003) <i>apud</i> Souza e Bastos (2008); Teixeira (2004).
Formação de parceiras com a relação de intercooperação.	Objetivo 3	Inovação Interorganizacional	Bossink (2007); Eiriz (2001); Lago (2009); Silva, Gonçalves e Dias (2010).
Adoção ou desenvolvimento de novas ideias e práticas voltadas para a preservação do meio ambiente, com a relação de intercooperação.	Objetivo 3	Inovação ambiental	Schwarz Sobrinho (2009); Rennings (2000).
Introdução ou desenvolvimento de atividades e serviços que melhorem a qualidade de vida e o bem-estar do indivíduo e da comunidade, a partir da relação de intercooperação.	Objetivos 3 e 4	Inovação social	OECD (2000); Taylor (1970); Mulgan <i>et al.</i> (2006); André e Abreu (2006); Rollin e Vicent (2007); Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008); Harrison (2006); Pol e Ville (2009).
Desenvolvimento ou reaplicação de metodologias, produtos e processos que represente efetivas soluções de transformação social, introduzidas a partir da relação de intercooperação.	Objetivo 5	Tecnologias sociais	Thomas (2009); FBB (2012a); Fonseca (2010); RTS (2012a); Dagnino (2004); ITS (2007); Silveira (2006); Weiss (2009); Fonseca e Serafim (2009).
Motivos e benefícios da relação de intercooperação; Necessidade de apoio e incentivo aos empreendimentos coletivos; Relacionamento na intercooperação.	Objetivo 6	Relação de intercooperação	OCB (2012b); Galerani e Bastiane (2002); Oliveira (2001); Lago (2009); Leite (2010).

Quadro 27 – Relação dos construtos teóricos com os objetivos propostos

As questões que compõem o questionário nos blocos I ao IV foram do tipo escala intervalar. Cada bloco relaciona-se com um conjunto de questões afins, utilizando a escala *Likert* de cinco pontos para medir o grau de concordância dos entrevistados (COOPER; SCHINDLER, 2001).

Os atributos foram organizados com pontuação de 1 a 5, variando entre discordo e concordo. Considerando a escala *likert* de cinco pontos, os valores atribuídos quanto mais próximos de 5 refletem maior concordância e quanto mais próximos de 1 refletem maior discordância, em relação ao atributo avaliado.

Pretendeu-se com a utilização desse tipo de questão, a manifestação do entrevistado no que se refere à sua concordância ou discordância para os atributos elencados em cada bloco de questões.

✓ Estrutura do instrumento aplicado ao segmento cooperados

Para o segmento cooperados, acrescentou-se ao questionário o quinto (V) bloco, para atender o objetivo específico 7, que consiste em identificar a presença de sustentabilidade nos sistemas produtivos (Apêndice E), o qual permitiu conhecer as especificidades dos sistemas produtivos dos cooperados pesquisados, relacionados às três dimensões do Desenvolvimento Sustentável: econômica, social e ambiental.

Com a inclusão do bloco (V), para o segmento cooperados, o questionário foi considerado pela pesquisadora como muito extenso. De acordo com Gil (2008), questionário muito extenso deixa o respondente impaciente, pelo tempo despendido.

Adotou-se, então, o seguinte procedimento: aplicar, inicialmente, o questionário aos segmentos dirigentes e parceiros, realizar o processamento dos dados e os testes estatísticos. De posse dos resultados, submeter o questionário à redução de atributos que compõe os blocos (I) ao (IV), quadro 27. Redefinindo o questionário, os blocos (I) a (IV) ficaram compostos por atributos afins e em condições de oferecer maior contribuição à pesquisa, sendo os de menor contribuição, eliminados do segmento cooperados, permanecendo para análise, somente nos segmentos dirigentes e parceiros.

Assim, o instrumento de pesquisa ficou organizado da seguinte forma: para os segmento dirigentes e parceiros, foi aplicado o questionário conforme Apêndice D; e para o segmento cooperados, questionário referente ao Apêndice E.

✓ Coleta de dados

Para a coleta de dados procedeu-se da seguinte forma: inicialmente, realizou-se entrevistas com o presidente, contador, analista de gestão e diretor operacional do Sistema CREDITAG em Rondônia; com os presidentes e diretores das cooperativas de crédito; presidentes das cooperativas de produção; e com os parceiros. Foi realizado contato prévio para agendamento (GIL, 2008) e, as entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho.

Num segundo momento, realizaram-se as entrevistas com os 95 cooperados, sócios das cooperativas de crédito e produção.

Para entrevistas com os cooperados, trabalhou-se, inicialmente, com agendamento nas cooperativas de crédito, e posteriormente para os cooperados que não compareceram, foram realizadas visitas nas propriedades.

Os endereços e nomes dos cooperados foram fornecidos pelas cooperativas de crédito e produção. Nos municípios de Ji-Paraná, Ministro Andreazza e Rolim de Moura, a pesquisadora contou com representantes das cooperativas de crédito e produção para orientação até as propriedades dos cooperados. No Município de Cacoal, por tratar-se do local de residência da pesquisadora, essa orientação foi desnecessária. O contato prévio com o produtor, comunicando da visita da pesquisadora e o objetivo da pesquisa foi realizado pela cooperativa de crédito, PAC de Cacoal.

Além das anotações no que se refere à escolha da escala de concordância para cada uma dos atributos avaliados, foram feitas anotações das manifestações espontâneas dos pesquisados, com comentários e explicações, consideradas relevantes para melhor compreensão do fenômeno estudado.

Nesta etapa da pesquisa foram visitados 5 municípios: Ministro Andreazza, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Cacoal e Presidente Médici. O presidente da CREDITAG JARU/RO foi entrevistado no município de Ji-Paraná.

A pesquisa foi realizada no período de julho a agosto de 2012 e possibilitou atingir no segmento cooperado, 95 dos 111 cooperados (85,5%). Os demais segmentos ficaram assim representados: 100% de entrevistas realizadas com gestores do Sistema CREDITAG; 66,6% de entrevistas com presidentes e diretores das unidades do CREDITAG/RO; 75% de entrevistas com presidentes das cooperativas de produção; e 75% de entrevistas com o segmento parceiros.

No quadro 28 apresenta-se uma síntese da operacionalização da pesquisa na etapa quantitativa.

	Segmento pesquisado	Entrevistas realizadas
Público alvo	04 gestores do Sistema CREDITAG em Rondônia;	100% do segmento;
	03 presidentes das cooperativas de crédito e 01 diretor de PAC;	66,6% do segmento;
	03 presidentes das cooperativas de produção (COOPLEAGRI, COOPERCACOAL e COOAPROLIM);	75% do segmento;
	95 cooperados das cooperativas de crédito e produção; e	85,5% do segmento;
	06 parceiros - Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos Municípios pesquisados e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia FETAGRO.	75% do segmento.
Instrumento de pesquisa	Questionário estruturado.	
Coleta de dados	Período de julho a agosto de 2012.	
Municípios visitados	Ministro Andreazza, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Cacoal e Presidente Médici.	

Quadro 28– Síntese da etapa quantitativa da pesquisa

3.5.3 Entrevista focalizada

A entrevista focalizada permite ao entrevistador enfocar um tema específico e deixar o entrevistado falar livremente sobre o assunto. Esse tipo de entrevista tem por objetivo explorar a fundo experiências específicas (GIL, 2008). De acordo com Yin (2005), o propósito desse tipo de entrevista é do de corroborar certos fatos já estabelecidos e não indagar sobre outros assuntos.

A entrevista focalizada foi realizada com os presidentes das cooperativas de produção COOAPROLIM, COOPERCACOAL, COOPLEAGRI e COOPERANDREAZZA e com presidente do Sistema CREDITAG e, teve como objetivo verificar como ocorre a integração das cooperativas de crédito e produção na relação de intercooperação e, conhecer as razões, na opinião dos presidentes, que levaram às diferenças de percepção dos respondentes, identificadas no teste ANOVA –Teste de comparação de médias, apresentadas na seção 4.2.8, que trata da análise.

As entrevistas focalizadas foram realizadas no período de 10 a 30 de novembro de 2012, com uma duração de aproximadamente 50 minutos, cada uma.

3.6 VALIDADE E CONFIABILIDADE DA PESQUISA

O processo de validação e confiabilidade da pesquisa utilizou-se dos seguintes procedimentos:

1º Validade do constructo - seguindo a orientação de Yin (2005) foram utilizados três táticas para aumentar a validade do constructo: (1) utilização de várias fontes de evidências para a coleta de dados, contemplado pela observação, entrevistas, pesquisa documental e pesquisa quantitativa, tudo triangulado, tendo em vista que as várias fontes de evidências fornecem essencialmente várias avaliações do mesmo fenômeno; (2) encadeamento das evidências: ligações explícitas entre as questões feitas, os dados coletados e as conclusões do estudo; e (3) pré-teste: realizado com a finalidade de verificar a compreensão verbal, detectando possíveis problemas nos blocos de questões e permitindo, assim a reformulação para sua validação (BABBIE, 2003). Participaram do pré-teste quatro cooperados, um presidente das cooperativas de crédito e dois presidentes das cooperativas de produção, ligados ao Sistema CREDITAG/RO. A escolha desses respondentes para o pré-teste deu-se considerando o objeto de estudo, que trata da relação de intercooperação e os objetivos da pesquisa. Buscar respondentes não ligados a uma relação de intercooperação poderia levar a não compreensão das questões formuladas;

2º Validade interna – A validade interna ficou caracterizada pelo total acesso da pesquisadora às informações, relatórios entrevistados e seus conhecimentos e saberes. Ressalta-se, portanto, que mesmo com total acesso, um ideal dificilmente é alcançado, pelas limitações no que se refere à dificuldade dos entrevistados de expor os seus conhecimentos. Para a realização da pesquisa, inicialmente, realizou-se entrevista para obtenção da concordância da pesquisa e assegurar compromisso de confidencialidade dos dados coletados, contato prévio para agendamento das entrevistas, observações e pesquisa documental;

3º Validade externa – procedeu-se a comparação dos resultados com o referencial teórico e com as proposições da pesquisa, em uma lógica de complementariedade entre evidências teóricas e empíricas (YIN, 2005); e

4º Confiabilidade - assegurada pela precisão com que se conduziu a operacionalização das etapas da pesquisa e dos registros de todas as informações obtidas em campo. O propósito desses procedimentos foi de minimizar erros e vieses do estudo (YIN, 2005).

3.7 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos resultados foi feita mediante triangulação de dados, por meio das várias fontes de evidência utilizadas, conforme orientações do quadro 29.

Fontes de evidências	Triangulação de dados	Técnicas de análise	Objetivo específico
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entrevistas ✓ Observações ✓ Questionário estruturado ✓ Documentos e registros em arquivos 	1. Documentos e registros em arquivos; 2. Observações; e 3. Entrevistas.	Sistematização de dados coletados.	1
	1. Entrevistas; 2. Observações; e 3. Questionário estruturado.	Sistematização de dados coletados; Estatística descritiva; Análise multivariada.	2, 3, 4, 5 e 6
	1. Entrevistas; 2. Observações; e 3. Questionário estruturado.	Estatística descritiva e Sistematização de dados levantados.	7

Quadro 29: Processo de triangulação de dados e técnicas de análise dos resultados

Para análise desse estudo, utilizou-se as seguintes técnicas:

- 1) Estatística descritiva
 - ✓ Média;
 - ✓ Frequência.
- 2) Análise multivariada
 - ✓ Teste de confiabilidade Alfa de Cronbach;
 - ✓ Análise de variância – ANOVA;
 - ✓ Teste t– correlação de variáveis;
 - ✓ Cruzamento de variáveis.

Os dados quantitativos coletados por meio de questionários foram analisados com o *software* SPSS.

3.7.1 Teste de confiabilidade Alfa de Cronbach

Segundo Hair *et al.* (2005), confiabilidade pode ser entendida como o grau em que um conjunto de itens de um constructo são consistentes em suas mensurações.

Assim, o teste de confiabilidade Alfa de Cronbach, é uma ferramenta estatística, utilizada para estimar a confiabilidade das respostas. Ele mede a correlação entre as respostas de um determinado questionário, por meio da análise das respostas indicadas pelos respondentes. O valor de alfa é a média de todos os coeficientes de correlação (HAIR *et al.*, 2005).

A tabela 1 mostra a variação dos coeficientes e a indicação de intensidade para o teste.

Tabela 1 – Regras práticas sobre a dimensão do coeficiente Alfa de Cronbach

Varição do coeficiente Alfa	Intensidade da associação
<0,6	Baixa
0,6 a < 0,7	Moderada
0,7 a < 0,8	Boa
0,8 a < 0,9	Muito boa
0,9	Excelente

Fonte: Hair *et al.* (2005, p. 200)

Desta forma, o teste de confiabilidade Alfa de Cronbach foi utilizado para verificar o nível de confiabilidade das respostas, o qual indicou para os atributos que avaliam o empreendedorismo, inovação, tecnologias sociais e a relação de intercooperação, coerência nas respostas dos pesquisados.

O quadro 30 mostra o coeficiente Alfa de Cronbach obtido no teste de confiabilidade aplicado e, a intensidade de associação, considerando as respostas indicadas pelos respondentes que compõe o segmento dirigentes, parceiros e cooperados.

Categoria de análise	Coefficiente	Intensidade de associação
Empreendedorismo	79	Boa
Inovação	87	Muito boa
Tecnologias sociais	86	Muito boa
Benefícios das tecnologias sociais	68	Moderada
Motivos para intercooperação	88	Muito boa
Benefícios da intercooperação	86	Muito boa

Quadro 30 - Coeficiente Alfa de Cronbach da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

3.7.2 Análise de variância – ANOVA

O termo ANOVA quer dizer análise de variância. A ANOVA é uma técnica estatística usada para determinar se as amostras de dois ou mais grupos surgem de populações com médias iguais. A hipótese nula indica que as amostras surgem de populações com médias iguais (HAIR *et al.*, 2007).

Nesta pesquisa, utilizou-se a ANOVA para verificar a existência de diferenças estatísticas na avaliação dos grupos pesquisados, ou seja, os dirigentes, parceiros e cooperados integrantes das cooperativas de crédito e produção.

Seguindo essa orientação, o teste de comparação de médias foi realizado entre cooperativas. Para tanto, as cooperativas de crédito e produção foram agrupadas por município de atuação, considerando que as cooperativas estão localizadas em municípios diferentes e orientadas por políticas internas definidas por cada tipo de cooperativa, o que pode provocar formas diferentes de pensar a relação de intercooperação.

Assim, as cooperativas foram agrupadas da seguinte forma: cooperativa 1: COOPLEAGRI com CREDITAG Ji-Paraná; cooperativa 2: COOAPROLIM com PAC da CREDITAG de Rolim de Moura; cooperativa 3: COOPERANDREAZZA com CREDITAG de Ministro Andreazza; e cooperativa 4: COOPERCACOAL com PAC da CREDITAG em Cacoal.

Os atributos com diferenças de opinião identificados no teste ANOVA, aplicado ao nível de 90% de confiança foram sistematizados por cooperativa e estão evidenciados na tabela 29 e figura 28 (item 4.2.7), no capítulo que trata da análise.

3.7.3 Teste T – correlação de variáveis

O teste T avalia a significância estatística da diferença entre duas médias de amostras independentes. Se a hipótese é nula não existe diferença de percepção. A estatística T é a razão da diferença entre as médias de amostras e seu erro padrão. O erro padrão indica o nível de probabilidade que o pesquisador aceitará para concluir que as médias de grupos são diferentes (HAIR *et al.*, 2007).

A correlação compreende uma técnica associativa que ajuda a determinar se existe uma relação coerente e sistemática entre duas ou mais variáveis (HAIR *et al.*, 2005).

Desta forma, o Teste T foi utilizado nesta pesquisa para verificar a existência de relação coerente e sistemática entre as seguintes variáveis: empreendedorismo x inovação; tecnologia social x inovação; e motivos x benefícios da intercooperação.

Para todos os Testes T propostos obteve-se margem de erro zero, o que permite afirmar que há uma significância estatística entre as variáveis testadas, evidenciando a existência de relação na associação das variáveis. A análise dos Testes T está evidenciada no item 4.2.8, no capítulo que trata da análise.

3.7.4 Cruzamento de variáveis

Um cruzamento de variáveis consiste em examinar simultaneamente as respostas de duas questões diferentes, com o objetivo de pesquisar influências, causalidades ou coincidências. Considera-se que o comportamento de uma variável possa explicar o comportamento de uma segunda variável.

A escolha das questões apontadas para o cruzamento de variáveis foi guiada pelos resultados encontrados, permitindo por meio da aplicação dessa técnica, a obtenção de novas constatações no sentido de fortalecer a análise da pesquisa.

Desta forma, o cruzamento foi realizado entre as seguintes variáveis: (1) incentivo para investimento nos sistemas produtivos x planos para melhorar a produção; (2) apoio a projetos de produção orgânica ou agroecológica x utilização de defensivos agrícolas; e (3) escolaridade x recebimento de assistência técnica. Os resultados obtidos por meio dessa técnica estão evidenciados no item 4.2.9, no capítulo que trata da análise dos resultados.

Após a conclusão dessa fase da pesquisa, iniciou-se a análise dos resultados evidenciada no capítulo 4, a seguir.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são analisados e discutidos os resultados da pesquisa. Buscou-se identificar se os atributos constitutivos do empreendedorismo de natureza individual, social e coletivo, assim como a inovação nas diferentes dimensões e a tecnologia social, apontadas pelo referencial teórico analisado são encontrados na sua forma empírica, no relacionamento intercooperativo em estudo.

No entanto, conjuntamente ao trabalho de campo, buscou-se conhecer o ambiente de atuação das cooperativas de crédito do sistema CREDITAG, em Rondônia, bem como de suas associadas, as cooperativas de produção.

4.1 COOPERATIVAS

Nesta seção, apresentam-se as cooperativas que compõem a relação de intercooperação em estudo: cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG/RO e as cooperativas de produção: COOPERCACOAL, COOPERANDREAZZA, COOPLEAGRI E COOAPROLIM.

4.1.1 Contextualização do Sistema CREDITAG

O Sistema CREDITAG teve origem em um grupo de seis cooperativas de crédito ligadas aos Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais dos Estados do Espírito Santo e Goiás. E, junto com o MSTTR – Movimento Social dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, CONTAG – Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura, federações e sindicatos, criam um ambiente estratégico para tratar das ações voltadas ao crédito rural, em especial para atender à demanda dos sindicatos de sua base. Com isso nasceu, no segundo semestre de 2004, o CREDITAG – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

É uma instituição financeira autorizada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil, constituída e administrada por agricultores da agricultura familiar, articulada com organizações sociais (sindicatos, federação, associações, cooperativas, comunidades, etc.).

Agricultor familiar e empreendedor familiar rural, de acordo com a lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II. Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; [\(alterado pela Lei nº. 12.512, de 2011\)](#);
- IV. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O módulo fiscal é definido para cada município. Para o Estado de Rondônia, por exemplo, segundo a Instrução Especial/INCRA/nº. 20, de 28 de maio de 1980, um módulo fiscal corresponde a 60 hectares.

O CREDITAG tem como missão, fortalecer e estimular a produção dos agricultores familiares rurais e promover a educação financeira, com incentivo à poupança e ao crédito, visando o Desenvolvimento Sustentável e solidário, para melhoria da qualidade de vida no campo.

Como objetivo primeiro, o sistema CREDITAG visa promover o desenvolvimento sócio-econômico de seus associados, por meio de acesso a crédito e demais produtos e serviços bancários, em condições mais vantajosas e com maior facilidade. Visa também:

1. Fortalecer a agricultura familiar por meio do oferecimento de crédito de forma desburocratizada e com juros menores;
2. Promover a inclusão bancária dos trabalhadores, com acesso aos serviços de conta corrente, aplicação financeira, talão de cheques, recebimento de títulos e contas, seguros e etc.; e
3. Promover o desenvolvimento das comunidades, tendo como foco a valorização dos trabalhadores rurais do campo.

Para os idealizadores do CREDITAG, a poupança e o crédito dialogam com as novas relações sociais em construção, que direcionam, por sua vez, um conjunto de práticas que podem viabilizar uma produção saudável, estimulam alternativas de inserção ao mercado competitivo e constroem alternativas solidárias de produção, consumo e organização, além de

dinamizar e potencializar, as relações sociais entre as pessoas, com novos valores e sentido à vida, ao trabalho e ao meio ambiente.

Com esse entendimento e visando atender um maior número de produtores em diversas regiões, a partir de 2005, o CREDITAG expandiu sua área de atuação para os estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia e São Paulo.

4.1.1.1 CREDITAG do Município de Ministro Andreazza - RO

A primeira cooperativa CREDITAG na região Norte, foi instalada no município de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, em 2009. A ideia iniciou, por meio de um projeto da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, para apoio à constituição de um forte e sólido sistema de cooperativas de crédito rural dos agricultores familiares. Em 2004, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – FETAGRO iniciou, no Estado, um processo de sensibilização das lideranças sindicais por meio de seminários, cursos de capacitação e intercâmbios.

Com a experiência e apoio do CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, os diretores dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Ministro Andreazza e Cacoal realizaram diversas reuniões nas associações e comunidades rurais, com o objetivo de sensibilizar um público mínimo para constituição de uma cooperativa de crédito.

No segundo semestre de 2005, foi elaborado o projeto de constituição da CREDITAG Andreazza, com 30 associados fundadores e em dezembro do mesmo ano, foi enviado ao Banco Central do Brasil.

Após aprovação do projeto de constituição, pelo Banco Central do Brasil, a Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ministro Andreazza – CREDITAG ANDREAZZA/RO, foi instituída por meio de Assembléia Geral de Constituição, em 20 de Fevereiro de 2008, tendo início das operações em janeiro de 2009, com forte apoio da FETAGRO e do Sindicato Rural dos dois municípios.

Em setembro do mesmo ano foi elaborado e enviado ao Banco Central, um projeto de expansão da cooperativa, para o município de Rolim de Moura e, em junho de 2010, iniciou-se o atendimento aos cooperados daquele município.

Em setembro de 2011, a cooperativa abriu Posto de Atendimento Cooperativo – PAC, no município de Cacoal.

O quadro social da CREDITAG ANDREAZZA/RO, operando com os PACs de Cacoal e Rolim de Moura, em junho de 2012, contava com 682 cooperados.

4.1.1.2 CREDITAG do Município de Jaru - RO

Também, com apoio dos parceiros CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, diretores dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Jaru, Governador Jorge Teixeira e Theobroma, realizou-se diversas reuniões nas associações e comunidades rurais, com o objetivo de sensibilizar um público mínimo para constituição de uma cooperativa de crédito.

No primeiro semestre de 2006, foi elaborado um projeto de constituição, com 30 sócios fundadores dos municípios de Jaru, Governador Jorge Teixeira e Theobroma, enviado ao Banco Central do Brasil, no segundo semestre do mesmo ano. Após aprovação do projeto de constituição pelo Banco Central do Brasil, a Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jaru – CREDITAG JARU/RO, foi constituída, por meio de Assembléia Geral de Constituição em, 10 de Abril de 2008, tendo início das operações em fevereiro de 2009, com forte apoio da FETAGRO e do Sindicato Rural daqueles municípios.

Com a necessidade de ampliação de suas estruturas, em 2011 iniciou-se uma discussão para ampliação da cooperativa para os municípios de Nova União, Mirante da Serra e Cacaupê, estando na fase de elaboração do projeto de ampliação.

O quadro social da CREDITAG JARU/RO, em junho de 2012, contava com 641 cooperados.

4.1.1.3 CREDITAG do Município de Ji-Paraná- RO

O projeto de constituição da CREDITAG, do município de Ji-Paraná, iniciou-se com o apoio e experiência do CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação

Solidária, com os diretores dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Ji-Paraná, Presidente Médici, Alvorada D'Oeste e Urupá, realizando diversas reuniões nas associações e comunidades rurais, com o objetivo de sensibilizar um público mínimo para constituição de uma cooperativa de crédito.

No primeiro semestre de 2006, foi elaborado um projeto de constituição com 32 sócios fundadores, que abrangia o município de Ji-Paraná, enviado ao Banco Central do Brasil, no segundo semestre do mesmo ano. Após a aprovação do projeto de constituição pelo Banco Central do Brasil, a Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ji-Paraná – CREDITAG JI-PARANÁ/RO, foi instituída, por meio de Assembléia Geral de Constituição, em 31 de Julho de 2008, tendo início das operações, em fevereiro de 2009, com forte apoio da FETAGRO e do Sindicato Rural do município.

Logo após o início das operações, a direção da cooperativa, orientada pela FETAGRO, reuniu-se com a direção dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Presidente Médici e Urupá, com o propósito de discutir apoio para realização de projeto de abrangência para esse municípios.

Assim, em dezembro de 2009, abriu-se um Posto de Atendimento Cooperativo – PAC, no município de Presidente Médici e em setembro de 2012, foi inaugurado o PAC, do município de Urupá.

Ainda, em 2011, iniciou-se uma discussão para ampliação da cooperativa para o município de Alvorada D'Oeste. O projeto encontra-se em fase de elaboração.

O quadro social da CREDITAG JI-PARANÁ/RO, operando com o PAC de Presidente Médici, em junho de 2012, contava com 678 cooperados.

Em síntese, no estado de Rondônia, o sistema CREDITAG está estruturado conforme demonstra o quadro 31.

Unidades do CREDITAG/RO	Ano de Fundação	Nº de cooperados	Nº PACS	Municípios abrangência
CREDITAG Ministro Andreazza/RO	2009	682	02	03 – Ministro Andreazza, Cacoal e Rolim de Moura.
CREDITAG Jaru/RO	2009	641	0	04 – Jaru, Governador Jorge Teixeira, Theobroma e Nova União.
CREDITAG Ji-Paraná/RO	2009	678	02	04 - Ji-Paraná, Presidente Médici, Alvorada D'Oeste e Urupá.
Total		2.001	04	11 municípios

Quadro 31 – Estrutura do CREDITAG/RO

Fonte: CREDITAG/RO (2012)

A figura 20 apresenta o mapa do Estado de Rondônia, destacando os municípios de abrangência do Sistema CREDITAG no Estado. A cor amarela representa a CREDITAG de Jaru e os municípios que atende (Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Nova União); a cor verde representa a CREDITAG de Ji-Paraná e os municípios de sua abrangência (Presidente Médici, Urupá e Alvorada); e a cor Azul representa a CREDITAG de Ministro Andreazza, com os municípios que atende (Cacoal e Rolim de Moura).

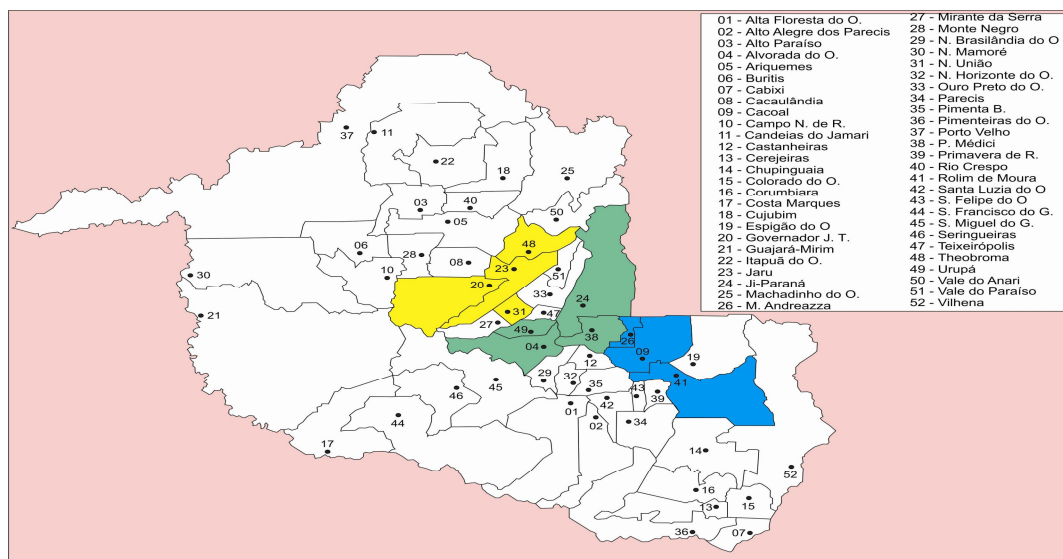


Figura 20 – Municípios de abrangência do Sistema CREDITAG em Rondônia

Fonte: Adaptado de Guia Geográfico Mapas do Brasil (2012)

Para promover seu processo de fortalecimento, as CREDITAGs/RO, entenderam ser fundamental estarem ligadas a estruturas que representam seus interesses. Dessa forma, atualmente, estão ligadas à Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária – ANCOSOL e a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES.

Mas, entendem que, a quantidade dos produtos e serviços disponíveis está aquém da demanda, tendo em vista a inexistência de uma central de crédito. Para se fortalecerem frente à nova realidade e dificuldades impostas pela estrutura do sistema financeiro, onde a tendência é de fusões e incorporações, o CREDITAG/RO está seguindo o caminho adotado por outras cooperativas.

Neste sentido, iniciou, em 2010, o processo de incorporação de suas cooperativas à Cooperativa Central de Crédito Solidário – ECOSOL e ao Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária – CRESOL BASER, com previsão para ocorrer no ano de 2013. Essas são duas centrais de cooperativas de crédito que adotam a mesma linha de ação e

projetos de desenvolvimento, orientados pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR e, adotados desde o início pelo CREDITAG. Enquanto aguardam a incorporação ao Sistema CRESOL, as CREDITAGs, do Estado de Rondônia são consideradas pelo Banco Central, como cooperativas singulares não filiadas. Após o credenciamento, receberão a denominação de cooperativas singulares filiadas.

A incorporação das CREDITAGs/RO, aos novos sistemas, manterá os eixos originais que as norteiam, apoiando-se nos princípios e processos de organização e integração sócio-produtiva e econômica, para construir um projeto de Desenvolvimento Sustentável e solidário, promovendo a educação financeira dos agricultores familiares, por meio do estímulo a poupança e crédito, consciente e planejado, visando à sustentabilidade das unidades produtivas.

Oportunizará, também, às cooperativas, ampliação de suas capacidades de acessar os recursos de programas e políticas públicas, a exemplo dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como, os recursos do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Além dos serviços financeiros tradicionais como: conta corrente, talão de cheques, aplicações tipo poupança e a prazo fixo, cheque especial, contrato de abertura de crédito – CAC, descontos de títulos, custódia de cheques, capital de giro e empréstimos de crédito rural (recursos próprios e do PRONAF Crédito), as cooperativas praticam linhas especiais de crédito como: custeio e investimento em produção orgânica e agroecológica, bem-estar familiar, habitação rural, aquisição de computadores e telefonia rural. Todos esses produtos com taxas de juros diferenciadas em relação ao mercado financeiro tradicional.

Dentre as experiências exitosas das cooperativas de crédito, destaca-se a linha de crédito “Bem-estar Familiar” – que financia móveis, eletrodomésticos, cama mesa e banho, tratamento de saúde, material escolar, viagens turísticas e o lazer. Produtos com taxas de juros de 2% ao mês. Uma linha de crédito especial que permite aos associados adquirir os bens e serviços à vista, livrando-se dos juros exorbitantes praticados pelas lojas, nas compras a prazo e negociar um melhor preço.

Outras linhas de crédito a destacar, são: o custeio e o investimento em produção orgânica e agroecológica, com taxas de juros de 1% a 2% ao mês. Essas linhas especiais objetivam estimular a produção animal ou vegetal com viés orgânico e agroecológico.

Os dados econômicos e institucionais que compõe o CREDITAG/RO estão demonstrados no quadro 32.

DADOS DAS COOPERATIVAS DO SISTEMA CREDITAG - RELATIVOS A 30/06/2012

SISTEMAS	CREDITAG ANDREAZZA	CREDITAG JI-PARANA	CREDITAG JARU	Total do Estado
Dados Institucionais				
Número de PAC's	2	2		4
Qtde de municípios de atuação (estatuto art. 1)	3	4	4	11
Quadro Social	682	678	641	2.001
Diretores Liberados	2	2	1	5
Funcionários	4	3	2	9
Assessorias *				2
* Assessorias: contábil, administrativo, jurídico, técnico e carteira de crédito, formação etc. disponibilizados para a cooperativa via a base de serviços				
Dados Econômicos				
Total de Ativos	1.526.379,44	1.234.309,79	1.616.418,29	4.377.107,52
Montante de Empréstimos com Recursos Próprios	804.342,44	651.524,24	761.904,20	2.217.770,88
Montante de Empréstimos via Pronaf Custeio			88.707,16	88.707,16
Montante de Depósitos à Vista	323.279,29	243.720,06	427.708,62	994.707,97
Montante de Depósitos à Prazo	953.133,07	732.100,20	861.976,62	2.547.209,89
Patrimônio Líquido	207.360,15	221.478,79	253.626,83	682.465,77
Disponibilidade/Liquidez	673.475,95	535.545,09	735.007,07	1.944.028,11
Permanente	36.453,78	38.369,55	33.460,56	108.283,89
Capital Social	201.406,03	211.249,07	207.226,03	619.881,13
Fundos (reserva, fates)	6.546,60	10.857,94	46.400,80	63.805,34
Resultado do Exercício 30/06/2012	12.658,64	8.762,65	41.886,73	63.308,02
PLA Patrimônio Líquido Ajustado	225.018,79	230.241,44	295.513,56	750.773,79
Carteira de Crédito em atraso	29.040,40	29.052,05	2.395,50	60.487,95
Carteira de Crédito em atraso em Percentual	3,61%	4,46%	0,31%	2,73%

Quadro 32 – Informações das CREDITAGs do Estado de Rondônia

Fonte: CREDITAG/RO (2012)

Analisando o histórico da CREDITAG no estado de Rondônia, nota-se um crescimento considerável em quatro anos de atividades. Este crescimento é percebido pela evolução do número de associados e unidades de atendimento (figura 21) e da evolução do capital social (figura 22).

Considerando os dados da evolução do Sistema CREDITAG, em Rondônia, observa-se na figura 21, crescimento no quadro social de 81% de 2009 para 2010, de 48% para 2011, de 14,5% de 2011 até junho de 2012. Quanto às unidades de atendimento, o crescimento foi de mais de 100%, passando de 3 para 7, em 2012.

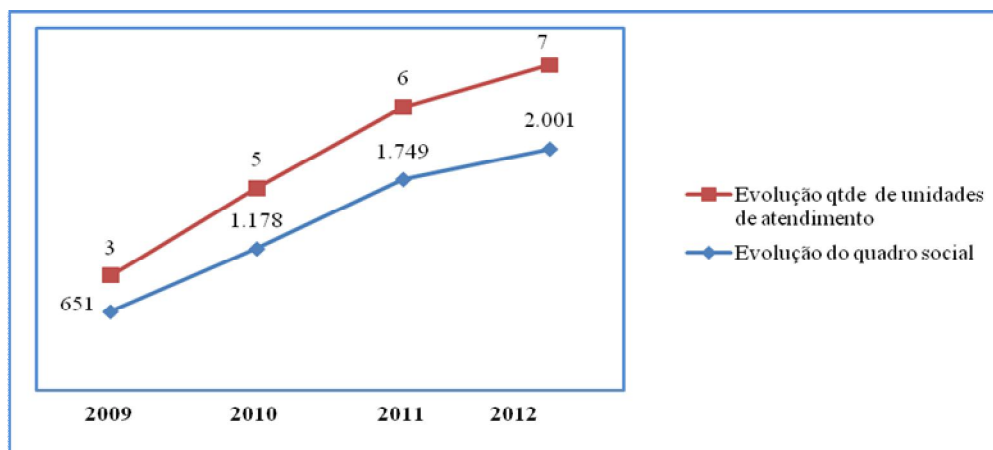


Figura 21- Evolução das unidades de atendimento e quadro social
Fonte: CREDITAG/RO (2012)

Com o aumento do número de associados ocorreu também o crescimento do capital social (figura 22), o que oportuniza às cooperativas operarem com recursos próprios, oferecendo mais serviços aos seus associados.

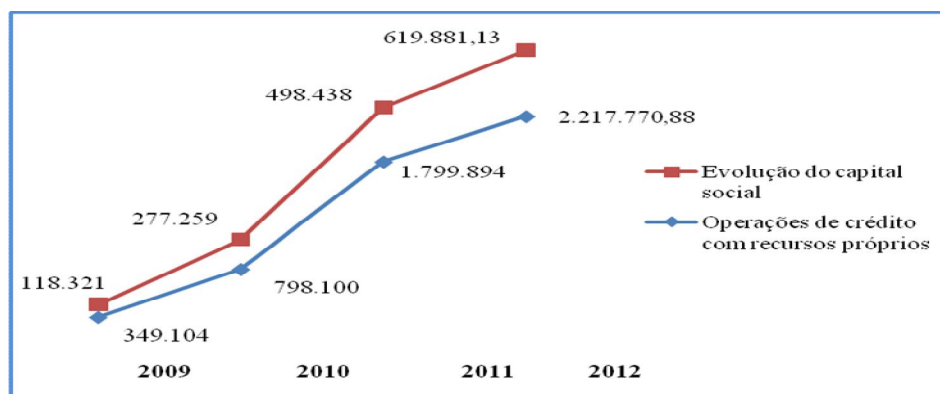


Figura 22- Evolução sistema CREDITAG em Rondônia (capital social e operações de crédito)
Fonte: CREDITAG/RO (2012)

No que se refere a empréstimos, o microcrédito é o principal produto. São operações de crédito de baixo valor, que objetiva agregar valor aos produtos, gerar renda e promover a inclusão bancária e social. Neste conceito, a CREDITAG atua quase que exclusivamente com o microcrédito, pois 31% de suas operações são de até R\$ 1.000,00; 54% são de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00; 11% das operações de R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00 e apenas 4% das operações são acima de R\$ 10.000,00, conforme pode observar-se na figura 23. No ano de 2012, a disponibilização de empréstimos a título de microcrédito no CREDITAG somou R\$ 4.454.642,16.

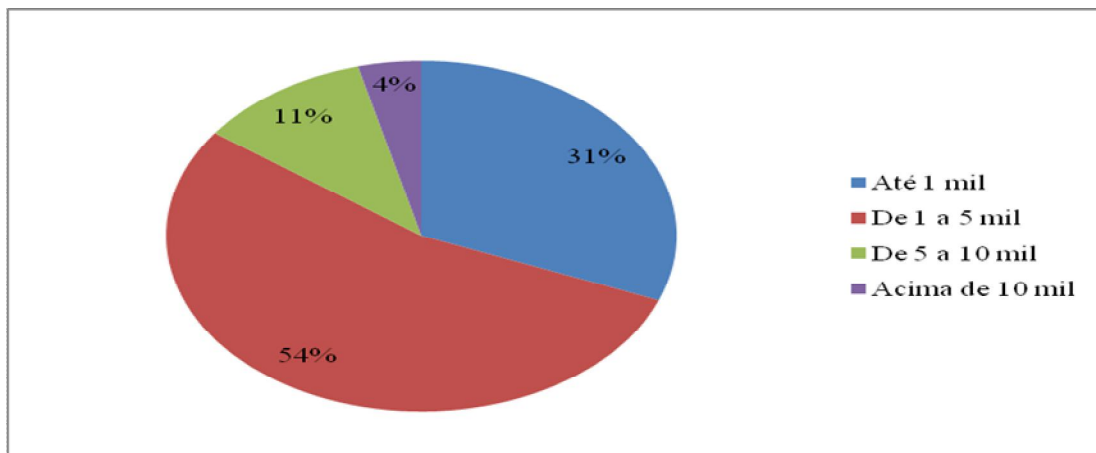


Figura 23 - Distribuição da carteira de empréstimo CREDITAG/RO

Fonte: CREDITAG/RO (2012)

Com a disponibilização de recursos aos seus associados, a CREDITAG busca incentivar a implantação de novas culturas, aumento da produção agropecuária e melhoria da qualidade de vida, com a liberação de recursos para aquisição de máquinas e equipamentos e eletrodomésticos, telefonia rural, dentre outros.

Oferecer produtos e serviços em condições mais vantajosas aos seus associados e promover a inclusão bancária, social e produtiva é um dos objetivos primeiros da CREDITAG/RO. Tomando como fonte as taxas de juros disponibilizadas pela ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade e as informações do Banco Central do Brasil foi possível verificar que as taxas de juros praticadas pelas cooperativas do Sistema CREDITAG/RO são mais baixas e, oferecem uma economia significativa para os cooperados, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2- Comparativo de Taxa de juros CREDITAG/RO x outros bancos

Finalidade	Cheque especial	Empréstimo Pessoal
Média Bancos (a.a)	154,95%	51,10%
Média Cooperativa (a.a)	91,44%	31,85%
Diferença	63,51%	19,25%

FONTE: Elaborado pelo CREDITAG/RO (2013), com base na ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (taxas do período de janeiro/dezembro de 2012).

Com isso, no ano de 2012, os cooperados da CREDITAG economizaram mais de R\$ 468 mil reais, realizando suas operações na cooperativa e não nas instituições bancárias,

tabela 3. Esse valor é a diferença entre o que o cooperado pagou na cooperativa e o que ele pagaria, caso realizasse as mesmas operações em outros bancos.

Tabela 3 – Economia dos cooperados realizando operações na CREDITAG/RO

Carteira de Empréstimos	Saldo médio da Carteira durante o ano de 2012	Diferença de juros	Economia dos cooperados
Cheque Especial	R\$ 32.322,96	63,51%	R\$ 20.527,50
Empréstimo Pessoal	R\$ 2.325.993,48	19,25%	R\$ 447.734,36
Total da Economia dos Cooperados			R\$ 468.261,87

Fonte: CREDITAG/RO (2013)

Com taxas mais baixas, atendimento diferenciado e divisão dos resultados entre os associados e, ainda, comprometida com o desenvolvimento econômico e social da região onde atuam, podem ser as razões que tem atraído um número cada vez maior de novos associados, fortalecendo o sistema CREDITAG em Rondônia.

As sobras é outro benefício para os associados, que são distribuídas entre os cooperativados na proporção das operações realizadas individualmente. A figura 24 evidencia a evolução das sobras no período de 2009 a 2011, apontando um incremento de 2009 para 2010 de 185% e para 2011, de 374%.

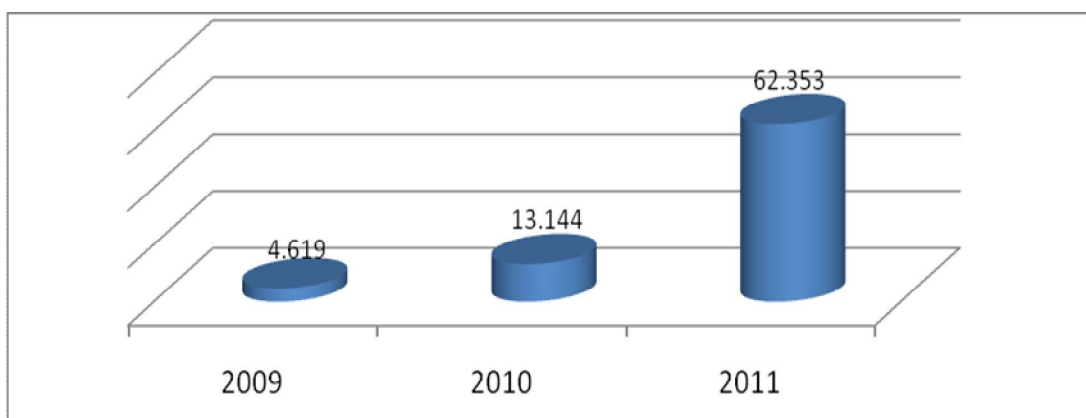


Figura 24 - Evolução das sobras e perdas

Fonte: CREDITAG/RO (2012)

O quadro 33 traz mais informações sobre a circulação de recursos, na região de abrangência das três unidades das cooperativas, do Sistema CREDITAG em Rondônia, destacando um giro de R\$ 182.870.485,30 de recursos, em forma de incentivo produtivo, na resolução de questões financeiras de seus associados e movimentando o comércio local.

Unidade CREDITAG	Recurso que circulou na cooperativa em 2012	Total dos depósitos efetuados pelos cooperados	Empréstimo liberados em 2012
CREDITAG Andreazza	69.685.952,96	20.074.883,31	1.490.172,97
CREDITAG Ji-Paraná	44.364.534,63	26.290.583,96	1.492.983,98
CREDITAG Jaru	68.819.997,71	32.403.954,33	1.471.485,21
Total	182.870.485,30	78.769.421,60	4.454.642,16

Quadro 33 - Outras informações relativas ao exercício de 2012

Fonte: CREDITAG/RO (2013)

O Sistema CREDITAG/RO, com base nos resultados apresentados, tem oferecido aos produtores rurais familiares novas oportunidades quanto a recursos, acesso ao crédito, educação, meios de produção e à informação, fato que as coloca em condições especiais de trabalhar os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1.2 Contextualização das Cooperativas de Produção

As cooperativas de produção agrícola são compostas de produtores rurais que necessitam comercializar seus produtos, tendo a cooperativa como um mecanismo de enfrentamento de mercado com mais competitividade. De modo geral, essas cooperativas se caracterizam por vender e comprar produtos para a plantação e criação, visando melhorias econômicas e sociais para seus associados.

Assim, apresenta-se nesse subcapítulo, a contextualização das quatro cooperativas de produção que participaram dessa pesquisa.

4.1.2.1 COOPERCACOAL

A Cooperativa Agropecuária de Agricultores Familiares de Cacaoal – COOPERCACOAL foi fundada em 19 de julho de 2006, com objetivo de viabilizar a produção e comercialização dos produtos agropecuários, bem como a aquisição de mercadorias e insumos aos agricultores. A cooperativa foi fundada com 20 associados e o seu quadro atual de cooperados é composto por 79 agricultores, pecuaristas e hortifrutigranjeiros.

A cooperativa dispõe de sede própria, com área de aproximadamente 2800 m², 2 barracões em alvenaria, totalizando 600 m² de construção, onde estão instaladas um conjunto de classificação de café, máquina de beneficiamento, secador de café e 1 caminhão que auxilia no transporte da produção, mercadorias e insumos dos cooperados. Possui, também, uma casa de alvenaria, que contempla área de escritório e sala de reuniões.

As principais Atividades desenvolvidas são: (1) secagem, beneficiamento, armazenagem e articulação de comercialização de café; (2) aquisição de mercadorias e insumos e repasse aos cooperados a preços mais acessíveis; e (3) prestação de serviços com caminhão, para atendimento da demanda e necessidade dos cooperados.

A COOPERCACOAL é sócia fundadora da Cooperativa Central Base de Serviços da Agricultura Familiar e Economia Solidária, instituição de abrangência no Estado de Rondônia e, tem por finalidade prestar serviços nas áreas técnica, administrativa, financeira, econômica, contábil, educativa e ambiental, em benefício de suas associadas, com o propósito de fortalecer as práticas do Cooperativismo de Produção, Crédito, Trabalho e outros ramos da agricultura familiar sustentável e de economia solidária.

A COOPERCACOAL sempre manteve parceria com órgãos e entidades como EMATER, SEMAGRI, SEBRAE, STTR e outros organismos afins, com o intuito de apresentar propostas e projetos que possam fortalecer o desenvolvimento local e a agricultura familiar. Para isso, a cooperativa tem representação junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cacoal; Colegiado de Desenvolvimento do Território Rio Machado; Conselho Deliberativo do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais; e em outras atividades como seminários e conferências, relacionadas ao desenvolvimento local sustentável.

O quadro 34 sintetiza a contextualização da cooperativa de produção COOPERCACOAL.

Cooperativa de produção	COOPERCACOAL - Cooperativa Agropecuária de Agricultores Familiares de Cacoal
Ano de fundação	2006
Número de cooperados	79
Objetivo	Viabilizar a produção e comercialização dos produtos agropecuários, bem como a aquisição de mercadorias e insumos aos agricultores.
Principais atividades	(1) secagem, beneficiamento, armazenagem e articulação de comercialização de café; (2) aquisição de mercadorias e insumos para repasse aos cooperados a preços mais acessíveis; e (3) prestação de serviços com caminhão, para atendimento da demanda e necessidade dos cooperados.
Parceiros	EMATER, SEMAGRI, SEBRAE, STTR.

Quadro 34 – Contextualização da cooperativa de produção COOPERCACOAL

Fonte: CREDITAG/RO (2012)

4.1.2.2 COOPERANDREAZZA

A Cooperativa de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Ministro Andreazza – COOPERANDREAZZA foi fundada em 20 de abril de 2007, com objetivo de viabilizar a produção e comercialização dos produtos agropecuários, bem como a aquisição de mercadorias e insumos aos agricultores. A cooperativa foi fundada com 21 associados e o seu quadro atual de cooperados é composto por 85 agricultores familiares, pecuaristas e hortifrutigranjeiros, atendendo indiretamente 400 pessoas.

A COOPERANDREAZZA possui sede própria, com 650 m² de área construída em alvenaria, onde está instalado área destinada à recepção, escritório, espaço de armazenamento de mercadorias, espaço de armazenamento de cereais beneficiados e instalação de máquinas e equipamentos. Possui dois secadores de café, com capacidade de 16 mil litros cada; uma máquina de beneficiamento de café, com capacidade de 20 sacas de 60 kg/horas; um trator agrícola, equipado com grade, roçadeira, espalhador de calcário, carreta agrícola, furadeira de solo.

Via Prefeitura Municipal, de Ministro Andreazza, está sendo instalada no município uma indústria farinheira, com o compromisso do executivo municipal, de repassar à cooperativa a título de comodato. A finalidade deste projeto é de ampliar os produtos e serviços da cooperativa aos seus cooperados, resultando na diversificação rural e geração de novas fontes de renda nas propriedades familiares.

A COOPERANDREAZZA atende os cooperados com os seguintes produtos e serviços: (1) secagem, beneficiamento, armazenagem e articulação de comercialização de café; (2) aquisição de mercadorias e insumos para repasse aos cooperados a preço mais acessíveis; (3) aquisição da produção dos cooperados e repasse ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; (4) prestação de serviço de beneficiamento de arroz, milho e feijão; (5) prestação de serviço em preparo de solo (aração e gradagem); e (6) atividades de formação e capacitação através de cursos, palestras, dias de campo, com apoio de organizações parceiras como EMATER, SENAR, SEBRAE, STTR, dentre outras.

A COOPERANDREAZZA é sócia fundadora da Cooperativa Central Base de Serviços da Agricultura Familiar e Economia Solidária, instituição de abrangência no Estado de Rondônia e, tem por finalidade prestar serviços nas áreas técnica, administrativa, financeira, econômica, contábil, educativa e ambiental, em benefício de suas associadas, com

o propósito de fortalecer as práticas do Cooperativismo de Produção, Crédito, Trabalho e outros ramos da agricultura familiar sustentável e de economia solidária.

A COOPERANDREAZZA atua com representação nos Conselhos Municipais de Agricultura, Meio Ambiente e Assistência Social, bem como no Colegiado de Desenvolvimento Rural do Território Rio Machado.

O quadro 35 sintetiza a contextualização da cooperativa de produção COOPERANDREAZZA.

Cooperativa de produção	COOPERANDREAZZA - Cooperativa de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Ministro Andreazza
Ano de fundação	2007
Número de cooperados	85
Objetivo	Viabilizar a produção e comercialização dos produtos agropecuários, bem como a aquisição de mercadorias e insumos aos agricultores.
Principais atividades	(1) secagem, beneficiamento, armazenagem e articulação de comercialização de café; (2) aquisição de mercadorias e insumos para repasse aos cooperados a preços mais acessíveis; (3) aquisição da produção dos cooperados e repasse ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; (4) prestação de serviço de beneficiamento de arroz, milho e feijão; (5) prestação de serviço em preparo de solo (aração e gradagem); e (6) atividades de formação e capacitação através de cursos, palestras, dias de campo.
Parceiros	EMATER, SENAR, SEBRAE, STTR.

Quadro 35 – Contextualização da cooperativa de produção COOPERANDREAZZA.
Fonte: CREDITAG/RO (2012)

4.1.2.3 COOPLEAGRI

A Cooperativa de Produtores de Leite e Agrícola – COOPLEAGRI foi fundada no ano 2000, com objetivo de viabilizar a produção e comercialização coletiva dos produtos agropecuários, bem como a aquisição de mercadorias e insumos aos agricultores. A cooperativa foi fundada com 20 associados e o seu quadro atual de cooperados é composto por 62 cooperados atuantes, sendo que destes, 30 produtores atuam na produção de horticultura em suas propriedades.

A COOPLEAGRI era composta, principalmente, por pessoas do sexo masculino, porém, no ano de 2003, as mulheres e jovens integraram ao grupo. No início das atividades, a produção era baseada especificamente no leite, fator este que, fazia com que os produtores ficassem dependentes do mercado externo, inclusive para o autoconsumo. Diante desse

quadro, as famílias criaram uma horta comunitária, denominada de Grupo de Horta Orgânico Comunitária – GRUHOK. O sucesso da horta garantiu o consumo das famílias participantes e o excedente passou a ser comercializado, para o mercado local, incluindo supermercados, creches, APAE e outros. Com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, encerrou-se as atividades da horta e os cooperados passaram a atender às demandas do PAA, por meio da cooperativa.

A COOPLEAGRI não possui sede própria, no entanto é proprietária de 2 terrenos, cujo projeto é de construir uma mini indústria para operar com leite empacotado e queijo, e um escritório de atendimento.

A COOPLEAGRI sempre manteve parceria com órgãos e entidades como EMATER, STTR, Prefeitura Municipal e outros organismos afins, com o intuito de apresentar propostas e projetos que possam fortalecer o desenvolvimento local e a agricultura familiar.

O quadro 36 sintetiza a contextualização da cooperativa de produção COOPLEAGRI.

Cooperativa de produção	COOPLEAGRI - Cooperativa de Produtores de Leite e Agrícola
Ano de fundação	2000
Número de cooperados	62
Objetivo	Viabilizar a produção e comercialização coletiva dos produtos agropecuários, bem como a aquisição de mercadorias e insumos aos agricultores.
Principais atividades	(1) comercialização coletiva dos produtos agropecuários; (2) aquisição de mercadorias e insumos para repasse aos cooperados a preço mais acessíveis; (3) repasse da produção dos cooperados ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
Parceiros	EMATER, STTR, Prefeitura Municipal

Quadro 36 – Contextualização da cooperativa de produção COOPLEAGRI

Fonte: CREDITAG/RO (2012)

4.1.2.4 COOAPROLIM

A Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Rolim de Moura– COOAPROLIM foi fundada no ano 2001, com objetivo de viabilizar a produção e comercialização de produtos agropecuários, bem como a aquisição de mercadorias e insumos para repasse aos agricultores e orientação técnica nas propriedades. A cooperativa foi fundada com 30 associados e o seu quadro atual de cooperados é composto por 695 produtores.

Pensando em tornar-se independente, a solução encontrada para a sua sustentabilidade e também para o crescimento da instituição foi a construção do próprio laticínio, para ampliar

os produtos e serviços da cooperativa aos seus cooperados, com a proposta de produzir leite pasteurizado, queijo mussarela e manteiga. Para isso, a COOAPROLIM recebeu, em doação da Prefeitura do Município de Rolim de Moura, 2 alqueires de terra, no qual iniciou a construção de um laticínio para uma capacidade de 10.000 litros de leite/dia. Percebendo o aumento da demanda e a expectativa do produtor com o empreendimento, o projeto foi alterado, ampliando a capacidade para 40.000 litros/dia.

A COOAPROLIM possui, ainda, 49 tanques instalados nas propriedades dos produtores, 4 caminhões de coleta de leite com tanque rodoviário, 1 moto para visita aos produtores e 1 veículo saveiro para serviços administrativos.

A COOAPROLIM atende os cooperados com os seguintes produtos e serviços: (1) coleta do leite; (2) compra de mantimentos e insumos produtivos; (3) orientação técnica nas propriedades; e (4) convênio no comércio local.

A cooperativa atua com representação nos Conselhos Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Sempre manteve parceria com órgãos e entidades como EMATER, STTR, Prefeitura Municipal, dentre outros.

O quadro 37 sintetiza a contextualização da cooperativa de produção COOAPROLIM.

Cooperativa de produção	COOAPROLIM - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Rolim de Moura
Ano de fundação	2001
Número de cooperados	695
Objetivo	Viabilizar a produção e comercialização de produtos agropecuários, bem como a aquisição de mercadorias e insumos para repasse aos agricultores e orientação técnica nas propriedades.
Principais atividades	(1) coleta do leite; (2) compra de mantimentos e insumos produtivos; (3) orientação técnica nas propriedades; e (4) convênio no comércio local.
Parceiros	EMATER, STTR, Prefeitura Municipal.

Quadro 37 – Contextualização da cooperativa de produção COOAPROLIM
Fonte: COOAPROLIM (2012)

Os resultados evidenciados nessa seção apresentam um direcionamento que atende ao proposto no objetivo específico 1.

4.2 EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA SOCIAL EM RELACIONAMENTOS INTERCOOPERATIVOS

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa empírica para o empreendedorismo, inovação, tecnologias sociais e a relação de intercooperação, bem como a sua análise à luz do referencial teórico.

Os resultados estão apresentados com base na pesquisa quantitativa, triangulados com as fontes de evidências da etapa qualitativa, que são as entrevistas e observações.

4.2.1 Caracterização da amostra

O público alvo participante da pesquisa compõe-se de três segmentos: 1) dirigentes; 2) parceiros; e 3) cooperados.

Tabela 4 - Participantes da pesquisa

Participantes	Fr	%
Dirigentes (Sistema CREDITAG – Base, Presidentes e Diretores das cooperativas de Crédito CREDITAGs e Presidentes das Cooperativas de produção COOPLEAGRI, COOAPROLIM e COOPERCACOAL;	11	9,8
Parceiros;	06	5,4
Cooperados.	95	84,8
Total	112	100

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

No segmento dirigentes participaram da pesquisa, 11 respondentes, destes, 4 representam o sistema CREDITAG Base em Rondônia, 4 representam as cooperativas de Crédito e 3 representam as cooperativas de produção.

Do CREDITAG/base foi entrevistado o presidente, o contador, o assessor de gestão e o diretor operacional. Foram entrevistados, ainda, os Presidentes das CREDITAGs do Município de Ministro Andreazza que representou os Pontos de Atendimento Cooperativo de Cacoal e Rolim de Moura; o Presidente da CREDITAG de Ji-Paraná, o presidente da CREDITAG de Jaru e o Diretor Liberado do PAC de Presidente Médici.

Das cooperativas de produção foram entrevistados os presidentes das cooperativas COOPLEAGRI, COOAPROLIM e COOPERCACOAL. O presidente da cooperativa de

produção COOPERANDREAZZA é, ainda, o presidente do Sistema CREDITAG em Rondônia, desta forma, foi considerada somente a entrevista como presidente do Sistema.

No segmento parceiros, apoiadores das cooperativas de crédito e produção, totalizaram 6 participantes da pesquisa sendo: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR dos Municípios de Cacoal, Rolim de Moura, Ministro Andreazza, Presidente Médici, Ji-Paraná e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – FETAGRO.

Do segmento cooperados participaram da pesquisa 95 produtores, associados das cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG e das cooperativas de produção COOPLEAGRI, COOAPROLIM, COOPERCACOAL e COOPERANDREAZZA.

Desta forma, o público participante ficou assim constituído: 9,8% dos respondentes representam os dirigentes, 5,4% representam os parceiros, que apóiam as cooperativas de crédito e produção e 84,8% representam o segmento cooperados.

Tabela 5 - Distribuição dos participantes por escolaridade

Escolaridade	Dirigentes (Fr)	Parceiros (Fr)	Cooperados (Fr)	Total (Fr)	%
Ensino Fundamental Incompleto	3	3	55	61	54,49
Ensino Fundamental Completo	1	1	17	19	16,96
Ensino Médio Incompleto	1	1	3	5	4,46
Ensino Médio Completo	2		18	20	17,85
Ensino Superior	2	1	2	5	4,46
Pós Graduação	2			2	1,78
Total	11	6	95	112	100

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A pesquisa identificou que 54,49% dos respondentes possuem o ensino fundamental incompleto, 16,96%, o ensino fundamental completo, 4,46% possuem o ensino médio incompleto, 17,85% o ensino médio completo e 6,24% com ensino superior e pós graduação. A escolaridade dos produtores se assemelha à pesquisa realizada pelo IPEA (2010), a qual menciona que, a maioria da população do campo (73%) não completou o ensino fundamental.

O baixo nível de escolaridade apresentado pode ser visto como fator que inibe a sustentabilidade, pois impede o acesso à informação, a ampliação da autonomia, o desenvolvimento da criatividade e a interação com as pessoas e com as cooperativas.

Tabela 6 - Distribuição dos participantes por idade

Idade	Dirigentes		Parceiros		Cooperados	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%
De 18 a 25 anos;					2	2,1
De 26 a 35 anos;	1	9			21	22,1
De 36 a 45 anos;	7	64	3	50	30	31,6
De 46 a 55 anos;	2	18	2	33	18	18,9
De 56 a 65 anos;	1	9	1	17	14	14,7
Acima de 66 anos.					10	10,6
Total	11	100	06	100	95	100

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Somando os percentuais das faixas etárias acima de 36 anos, encontra-se um percentual de 78,5% da amostra, destes 23,2% possuem acima de 56 anos. As faixas etárias de 18 a 35 anos, representam 24% dos respondentes.

Tabela 7 – Distribuição dos participantes por sexo

Sexo	Masculino		Feminino	
	Fr	%	Fr	%
Dirigentes	7	6,25	4	3,57
Parceiros	5	4,47	1	0,9
Cooperados	83	74,10	12	10,71
Total	95	84,82	17	15,18

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A tabela 7 mostra a distribuição dos respondentes da pesquisa por sexo. A maior representatividade nos três segmentos pesquisados é do sexo masculino, com 84,82% e a participação feminina com 15,18% da amostra.

Tabela 8 – Tempo de participação no CREDITAG/RO

Tempo participação CREDITAG	Dirigentes e parceiros		Cooperados	
	Fr	%	Fr	%
Menos de 1 ano;			11	11,6
De 1 a 3 anos;	5	29,4	38	40
De 3 a 5 anos;	11	64,7	46	48,4
Total	16	100,0	95	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Quanto à participação no CREDITAG, no segmento de dirigentes, somente o presidente da COOAPROLIM não é associado e o maior tempo de associação está entre 3 a 5 anos, com 64,7% da amostra. No segmento cooperados, o maior tempo de associação, também, é de 3 a 5 anos, com 48,4% da amostra. Esse tempo de associação corresponde ao

tempo de atuação do CREDITAG no Estado de Rondônia, o qual iniciou suas atividades em 2009.

Tabela 9 - Distribuição dos participantes nas cooperativas de produção

Participação	Gestores CREDITAG, presidentes cooperativas de crédito e produção e parceiros		Cooperados	
	Fr.	%	Fr.	%
Cooperativa de produção				
COOPLEAGRI	3	17,6	26	27,4
COOAPROLIM	2	11,8	15	15,8
COOPERANDREAZZA	2	11,8	32	33,7
COOAPOVEL	0	-	-	-
COOPERCACOAL	3	17,6	22	23,2
Não participa	7	41,2	-	-
Total	17	100,0	95	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A tabela 9 mostra a distribuição dos participantes da pesquisa nas cooperativas de produção. Observa-se que no segmento dirigentes, 7 não são associados das cooperativas de produção. Já, no segmento cooperados, o maior número de participantes está na cooperativa COOPERANDREAZZA, com 33,7% da amostra.

Tabela 10 – Distribuição do tempo de participação nas cooperativas de produção

Cooperativas (COOPLEAGRI, COOAPROLIM, COOPERANDREAZZA, COOPERCACOAL).	Gestores CREDITAG, presidentes cooperativas de crédito e produção e parceiros		Cooperados	
	Fr	%	Fr	%
Tempo participação				
Menos de 1 ano;	-	-	5	5,4
De 1 a 3 anos;	1	5,9	13	14
De 3 a 5 anos;	1	5,9	46	49,5
De 5 a 10 anos	3	17,6	16	17,2
Acima de 10 anos	5	50	13	14
Total	10	100,0	95	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Os dirigentes e parceiros possuem forte vínculo com os empreendimentos, que se expressa, dentre outras questões, pelo fato de 50% possuir 10 anos ou mais de participação nos empreendimentos. Já, no segmento cooperados, o maior tempo de participação está entre 3 e 5 anos, com 49,5% da amostra.

A análise e a discussão dos resultados das próximas seções seguem a seguinte dinâmica: apresentação dos atributos avaliados pelos dirigentes, parceiros e cooperados, das cooperativas de crédito e cooperativas de produção; apresentação dos resultados alcançados

por segmento pesquisado e a média geral obtida de todos os segmentos; e articulação dos resultados com a base teórica.

Os atributos não avaliados pelos cooperados passaram por uma série de testes, para verificar se era possível criar agrupamentos entre esses atributos. Em função disso, alguns atributos que avaliam o empreendedorismo, inovação, tecnologia social e a intercooperação não foram avaliados pelos cooperados.

4.2.2 Empreendedorismo

Com o objetivo de identificar a existência de empreendedorismo individual, social e coletivo na relação de intercooperação em estudo, os atributos avaliados buscaram pontuar questões relacionadas à motivação para participação e inovação, confiança, satisfação, solidariedade, capacidade de compartilhamento, os ganhos coletivos e integração social.

Para destacar cada um dos tipos de empreendedorismo, identificados na relação de intercooperação em estudo, os resultados são apresentados de forma individualizada, ou seja, inicialmente, apresenta-se o empreendedorismo individual; na sequência, o empreendedorismo social; e por fim, os resultados do empreendedorismo coletivo.

Para determinar a confiabilidade dos constructos que avaliam o empreendedorismo, estes foram submetidos a um teste de Alfa de Cronbach. Um nível aceitável de confiabilidade indica que há coerência nas respostas dos participantes da pesquisa, ou seja, para uma escala ser confiável, as afirmações devem ser respondidas de forma coerente. Assim, no teste aplicado, obteve-se 79% de confiabilidade. Nesse caso, a confiabilidade é considerada boa, pois, as variâncias extraídas das construções estão bem acima da exigência mínima para o Cronbach, que é de 60% (HAIR, *et al.*, 2005).

A tabela 11 apresenta a média dos atributos avaliados no empreendedorismo de natureza individual, nos segmentos dirigentes, parceiros e cooperados.

Tabela 11 - Média de concordância em relação ao empreendedorismo individual na relação de intercooperação

Impactos do empreendedorismo individual	Média Dirigentes e parceiros	Média Cooperados	Média dos respondentes
Aumento do sentimento de realização profissional e de satisfação pessoal;	3,47	4,07	3,98
Incentivo para investimento nos sistemas produtivos;	4,06	3,93	3,94
Estímulo à participação e à inovação;	3,65	3,97	3,91
Descoberta de um espaço para novos negócios a ser explorado e implementado;	3,59	3,78	3,75
Interesse pela busca do conhecimento (internet, cursos presenciais);	3,12	3,76	3,66
Sentimento de autoconfiança e determinação;	3,53	*-	3,53
Interesse pelo planejamento, controle, organização e avaliação dos sistemas produtivos;	3,00	3,62	3,52
Disputa pela aceitação de novas idéias.	3,00	*-	3,00

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

* Atributos não avaliados pelo segmento cooperados, conforme procedimentos definidos na metodologia da pesquisa, item 3.4.2.

Pela estatística descritiva, pode-se verificar pelas médias obtidas, considerando-se uma escala de cinco pontos, concordância dos respondentes para o empreendedorismo individual. Essa constatação pode ser observada na opinião dos dirigentes, parceiros e cooperados, assim como na média geral dos respondentes.

Nesse bloco de questões, observa-se uma melhor avaliação para os atributos: aumento do sentimento de realização profissional e de satisfação pessoal (média 3,98), incentivo para investir na produção (média 3,94) e, estímulo à participação e à inovação (média geral 3,91). Esses atributos ficaram com médias mais expressivas que os demais, considerando uma escala de 1 a 5.

Na lógica do empreendedorismo individual, os resultados encontram respaldo em McClelland (1972), Stevenson e Jarillo (1990) e Cuervo, Ribeiro e Roig (2007), quando destacam a participação, realização pessoal e busca de novas oportunidades, por meio da inovação e de investimentos nos sistemas produtivos.

A participação é uma das expressões do empreendedorismo, fundamental para a cooperação (LEITE, 2011). A participação é na sua gênese um ato individual. Está relacionado com a personalidade própria do indivíduo, com o seu caráter e temperamento. Mas, também, com a forma de inserção desse indivíduo no ambiente cooperativo, com a formação de base do grupo o qual faz parte, da cultura e da informação recebida. A informação caminha de braço dado com a formação humana e técnica do cooperado (LEITE, 2011).

Ainda, na análise da tabela 11, o atributo relativo à disputa pela aceitação de novas ideias, apresentou média 3,00, em uma escala de 1 a 5. Essa avaliação mostra que os dirigentes e parceiros reconhecem no grupo a existência de compatibilidade de interesses e que as decisões coletivas tem sido bem orientadas. De acordo com Gaiger (2008), incentivar a participação em decisões coletivas contribui para a redução de conflitos no ambiente organizacional.

Além dessas informações, é importante mencionar, conforme pode-se observar na tabela 11, que a média atribuída aos atributos pelos dirigentes e parceiros é menor do que a média atribuída pelo segmento cooperados. Normalmente, os dirigentes avaliam melhor os atributos, pelo fato dos resultados impactarem no desempenho organizacional.

Sobre essa constatação, em entrevista focalizada com o presidente do Sistema CREDITAG, este declarou que o Sistema possui potencial para oferecer muito mais aos cooperados. No entanto, depende de melhor estrutura e que a partir do credenciamento a uma central de crédito, o sistema estará em condições de ofertar novos serviços e proporcionar mais avanços na melhoria da condição socioeconômica de seus cooperados, assim como ampliar o sistema para outros municípios para contemplar novos produtores. Para o presidente, a avaliação do cooperado representa o reconhecimento de melhorias na sua qualidade de vida, mas que o sistema pode fazer muito mais para mudar o perfil da região onde atua.

Tabela 12 - Média de concordância em relação ao empreendedorismo social na relação de intercooperação

Impactos do empreendedorismo social	Média Dirigentes e parceiros	Média Cooperados	Média dos respondentes
Incentivo para que outros produtores da agricultura familiar ingressem nas cooperativas de crédito e produção;	3,65	3,74	3,72
Envolvimento coletivo e predominância do pensamento de solidariedade.	3,00	2,83	2,85

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Buscou-se identificar na relação de intercooperação entre as cooperativas do Sistema CREDITAG, em Rondônia, e as cooperativas de produção, a presença do empreendedorismo social, medido por meio dos atributos identificados na tabela 12.

Ao serem questionados se a relação de intercooperação incentiva outros produtores da agricultura familiar a ingressarem nas cooperativas de crédito e produção, os resultados revelam uma média geral dos respondentes de 3,72. Essa média pode ser tratada como expressiva, considerando o tempo de atuação do Sistema CREDITAG no Estado de Rondônia

(2009). E, com a perspectiva do sistema em melhorar os serviços e explorar o potencial da região, a tendência do nível de confiança dos produtores é aumentar.

As organizações, cujos objetivos visam promover o desenvolvimento socioeconômico de seus integrantes, possuem valores que empregam a solidariedade, ajuda mútua e o envolvimento coletivo (DOWBOR, 2007). Nesse contexto, incluem-se as cooperativas que praticam os princípios que norteiam o modelo de gestão cooperativo.

Avaliando, então, o atributo envolvimento coletivo e pensamento de solidariedade, a média obtida corresponde a 2,85, em uma escala de 1 a 5. Esse resultado sugere a possibilidade de existência de um comportamento pouco solidário entre os integrantes das cooperativas.

Nesse contexto, vale mencionar que, para o Estado de Rondônia, a dificuldade de solidariedade entre os produtores rurais é ainda maior. A ausência da prática do associativismo na região pode ser justificada, pela predominância do individualismo, em disputas por lotes de terras distribuídos pelo INCRA naquela época, pela migração de pessoas de outros estados, também com histórico de estreita dominação e situações de analfabetismo.

Pinho (2004) orienta que, para promover mudanças, o caminho a seguir é o de preparar as pessoas para que possam ampliar a visão de espírito solidário e cooperativo. E, para Gaiger (2008), essa orientação ofertada por Pinho (2004), pode ser alcançada por meio do aumento do nível de formação dos cooperados.

Outra orientação é dada por Tauile e Rodrigues (2005), quando mencionam que o envolvimento coletivo e o comportamento solidário podem apresentar melhores resultados, a partir do momento que o cooperado sentir-se, também, proprietário do empreendimento e deixar de ser mero expectador, envolvendo-se nos problemas cotidianos

Pinho (2004) reforça a importância da cooperação, ao expor que, ela fortalece as organizações, aprofunda as relações de solidariedade e confiança, construindo uma base sólida de capital social.

Apesar do resultado apresentado para o atributo envolvimento coletivo e pensamento de solidariedade (2,85), pode-se dizer que, a existência da relação de intercooperação, por si só atribui uma evolução de um comportamento individual para um comportamento coletivo e mais solidário.

O empreendedorismo social se configura pela necessidade de gerar valor social, norteado por uma missão social central e explícita, conforme Dees (2001), Bosche e McClurg (2003), Lèvesque (2004) e Mair e Martí (2006) e, de provocar mudanças nos indivíduos (DRUCKER, 1997). A missão social central e explícita da relação de intercooperação consiste

na ajuda mútua entre as cooperativas (GALERANI; BASTIANE, 2002), para somar esforços, no sentido de estimular a produção dos agricultores familiares rurais, em prol da melhoria da qualidade de vida no campo.

Essa missão social está evidenciada a partir das ações já desenvolvidas, no sentido de buscar soluções para melhoria das condições socioeconômicas dos produtores, apresentadas nas seções seguintes.

Tabela 13 - Média de concordância em relação empreendedorismo coletivo na relação de intercooperação.

Impactos do empreendedorismo coletivo	Média de Dirigentes e parceiros	Média dos Cooperados	Média dos respondentes
Aquisição de bens e serviços a preços mais acessíveis (mantimentos, educação, utensílios, eletrodomésticos);	4,29	*-	4,29
Mais acesso a benefícios econômicos, financeiros e sociais;	4,35	4,12	4,15
Melhor integração entre cooperativas, cooperados e comunidade local;	4,00	*-	4,00
Melhoria na comunicação;	3,59	4,01	3,94
Mais conscientização e diálogo;	3,76	3,75	3,75
Manutenção e geração de emprego;	3,71	*-	3,71
Capacidade de compartilhamento de conhecimentos e informações;	3,53	*-	3,53
Abertura de novos canais de produção e comercialização;	3,35	*-	3,35
Melhoria nos preços dos produtos em venda coletiva;	3,29	*-	3,29
Aumento do poder de barganha pela compra coletiva.	3,12	*-	3,12

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

* Atributos não avaliados pelo segmento cooperados, conforme procedimentos definidos na metodologia da pesquisa, item 3.4.2.

A organização coletiva de trabalhadores por meio da cooperação tem alcançado resultados valiosos no tocante à comercialização, geração de emprego e renda, inserção e reinserção social e produtiva, oferecendo aos trabalhadores a oportunidade de ganhar autonomia. Por outro lado, compreende uma iniciativa complexa de se operacionalizar, pois necessitam associar a dimensão solidária e a dimensão econômica, portanto, demandam conhecimentos específicos, evitando o deslocamento das atividades unicamente para uma das dimensões (LÈVESQUE, 2004; SCHNEIDER, 2004; SCHMIDT; DREHER, 2008). No entanto, ao darem-se as mãos, os trabalhadores fortalecem seu poder de ação e aumentam suas chances de resolverem problemas e realizarem projetos (GAIGER, 2007).

É preciso ressaltar que, para essas formas alternativas de produção exigem-se, também, os mesmos requisitos em termos de competências, inovação e desempenho competitivo, para que o empreendimento consiga se fixar no mercado e promover ao mesmo tempo ganhos para seus associados e não se distanciar de sua missão institucional (GAIGER, 2007).

Uma análise geral dos resultados apresentados na Tabela 13 expressa que, a relação de intercooperação oferece vários benefícios econômicos e sociais aos cooperados. O atributo que obteve melhor resultado na opinião de dirigentes e parceiros refere-se à aquisição de bens e serviços a preços mais acessíveis (mantimentos, educação, utensílios, eletrodomésticos), com média de 4,29. Em segundo lugar, destaca-se o atributo mais acesso a benefícios econômicos, financeiros e sociais, com média geral de 4,15 e, na sequência, o atributo melhor integração entre cooperativas, cooperados e comunidade local, média 4,00. Esses resultados reforçam o entendimento sobre os resultados econômicos e sociais que podem ser proporcionados pelas organizações de natureza coletiva (RODRIGUES; MALO, 2006; LÈVESQUE, 2004; CHOUINARD; FORGUES, 2002; PEDROZO; SILVA, 1999).

A comunicação apresentou média de 3,59 pelos dirigentes e 4,01 pelos cooperados, e uma média geral de 3,94. Lago (2009) lembra que, um processo de comunicação clara e transparente evita distorções e mal entendidos. Favorece a formulação de normas e regras, integração e participação do grupo. Além de evitar inúmeros problemas de relacionamentos.

Somam-se a esses resultados, outros atributos com médias menos expressivas, mas que apresentam concordância, no que se refere à conscientização e diálogo, com média atribuída pelos dirigentes de 3,76 e pelos cooperados de 3,75, média geral de 3,75.

Autores como Gaiger (1999), Singer (2000) e Tauile e Rodriguês (2004) enfatizam que, a geração de emprego e renda é uma das razões para o surgimento de empreendimentos coletivos, e que esses empreendimentos representam uma opção promissora de inclusão social e produtiva. O resultado desse atributo apresentou média de 3,71, o que permite expressar que, as cooperativas, por meio das atividades desenvolvidas, têm estimulado o desenvolvimento produtivo dos cooperados e favorecem a geração de emprego e renda.

De acordo com a média apresentada (3,53), pode-se dizer que o compartilhamento de conhecimento e de informações acontece na relação em estudo. Na opinião de Leite (2011), o diálogo, acesso à informação e visibilidade dos resultados são condições essenciais para efetiva participação dos membros das cooperativas.

Ainda, quanto aos benefícios gerados pela relação de intercooperação, os dirigentes e parceiros entendem que, quanto à comercialização de produtos, ganhos ocorreram, e que os resultados obtidos contemplam algumas das razões que levaram à constituição das cooperativas de produção, e que enfatiza, também, o entendimento de Schneider (2010) sobre as cooperativas de produção, quanto à integração dos cooperados à cadeia produtiva. Para os dirigentes e parceiros, ocorreu abertura de novos canais de produção e comercialização (3,35);

melhoria nos preços dos produtos por meio de venda coletiva (3,29); e aumento do poder de barganha pela compra coletiva (3,12).

Os resultados evidenciados nesse bloco permitem dizer que a relação de intercooperação analisada, pode promover o empreendedorismo individual, social e coletivo, em prol da melhoria das condições econômicas e sociais dos cooperados. No entanto, a pesquisa identificou alguns fatores que podem dificultar e limitar as ações empreendedoras da relação de intercooperação, bem como nas cooperativas de crédito e produção no desenvolvimento de suas atividades. Esses fatores estão evidenciados no quadro 38.

Desta forma, esses resultados apresentam um direcionamento que atende ao proposto no objetivo específico 2, cujas evidências estão apresentadas no quadro 38.

Empreendedorismo	Indicadores	Fatores limitadores
Individual McClelland (1972); Stevenson e Jarillo (1990); Cuervo, Ribeiro e Roig (2007).	Realização profissional e satisfação pessoal; estímulo para ampliação e melhoramento do sistema produtivo; participação e inovação; interesse por novos conhecimentos; autoconfiança e determinação; busca de novas oportunidades.	Baixa escolaridade; Exclusão digital; Ausência de orientação técnica.
Social Drucker (1997); Dowbor (2007); Dees (2001); Bosche e McClurg (2003); Lêvesque (2004); Mair e Martí (2006).	Missão social central e explícita da relação de intercooperação consiste na ajuda mútua entre as cooperativas, para somar esforços no sentido de estimular a produção dos agricultores familiares rurais, em prol da melhoria da qualidade de vida no campo; A relação de intercooperação contribuiu para a evolução de um comportamento individual para um comportamento coletivo e mais solidário; Inclusão social, a partir da possibilidade de inclusão de novos produtores.	Baixo espírito de solidariedade e cooperação.
Coletivo Rodrigues e Malo (2006); Lêvesque (2004); Chouinard e Forgues (2002); Pedrozo e Silva (1999).	A relação de intercooperação surgiu da necessidade dos produtores em ter acesso ao crédito, caracterizando um problema comum, com solução coletiva na constituição das cooperativas de crédito; Ganhos econômicos, sociais e financeiros; Melhoria da integração social (cooperativas, cooperados e comunidade); Estímulo ao desenvolvimento produtivo, favorecendo a geração de emprego e renda; abertura de novos canais de produção e comercialização.	Baixa integração dos cooperados à cadeia produtiva; fraca estrutura de suporte à comercialização.

Quadro 38 – Presença do empreendedorismo na relação de intercooperação

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

4.2.3 Tipos de inovação

Considerando os empreendimentos coletivos como espaço favorável à geração de inovações (LÊVESQUE, 2004), buscou-se identificar na relação de intercooperação em análise, quais os tipos de inovação estão presentes nesse ambiente. Seguindo a orientação de

Schwarz Sobrinho (2009), os tipos de inovação pesquisados foram: inovação em produto, processo, *marketing*, organizacional, interorganizacional, ambiental e social.

Para determinar a confiabilidade dos constructos que avaliam a inovação, estes foram submetidos a um teste de Alfa de Cronbachs. No teste aplicado obteve-se 87% de confiabilidade, considerado uma intensidade de associação muito boa, conforme Hair *et al.* (2005).

4.2.3.1 Inovação em Produto

As inovações em produto foram identificadas na entrevista em profundidade e confirmadas pelos diretores, parceiros e cooperados na etapa quantitativa da pesquisa, evidenciadas na tabela 14.

Tabela 14 - Inovação em produto presente na relação de intercooperação

Inovação em Produto	Média Dirigentes e parceiros	Média Cooperados	Média dos respondentes
Financiamentos para custeio e investimento na produção, veículos, moto, maquinários, eletrodomésticos, computadores, telefonia rural, material escolar, etc.;	4,18	4,43	4,39
Microcrédito para empréstimo pessoal;	4,12	4,27	4,25
Capital de giro para as cooperativas de produção;	3,71	4,26	4,17
Pagamento de recursos da CONAB (programas: compra antecipada de produção para formação estoques, PAA, PNAE), como meio de facilitar o atendimento ao cooperado;	4,29	4,14	4,16
Seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e equipamentos).	3,94	4,15	4,11

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Na análise desse bloco, observa-se concordância dos respondentes para as inovações em produto. Das cinco inovações listadas na tabela 14, a que apresentou melhor avaliação refere-se a financiamentos para custeio e investimento na produção, veículos, moto, maquinários, eletrodomésticos, computadores, telefonia rural, material escolar, etc., com média geral de 4,39. Em segundo lugar, destaca-se o microcrédito para empréstimo pessoal, média 4,25. Na sequência, tem-se a inovação que trata do capital de giro para as cooperativas de produção, com média 4,17. Somam-se a esses resultados, a inovação que trata do pagamento de recursos da CONAB (programas: compra antecipada de produção para formação estoques, PAA, PNAE), como meio de facilitar o atendimento ao cooperado, média 4,16 e, por fim, seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e

equipamentos), com média 4,11. Esses resultados expressam concordância com as argumentações de Pinho (2004), Menezes (2004) e OCB (2012g), quando mencionam que a finalidade das cooperativas de crédito é promover a poupança, financiar as necessidades dos cooperados e contribuir com o desenvolvimento das comunidades.

A relação de intercooperação demonstrou ser uma oportunidade para a inovação em produtos e serviços, a serem oferecidos aos cooperados, além de demonstrar preocupação em atender às necessidades dos cooperados.

Conforme Servet (2009) e Noruzi, Westover e Rahimi (2010), o acesso ao crédito representa para os segmentos de baixa renda, a possibilidade de prosseguir com projetos e objetivos ligados à melhoria da qualidade de vida. Para Lopéz (2007), elas ajudam no processo de bem-estar e podem ser entendidas como uma ferramenta de desenvolvimento, principalmente, no meio rural.

A finalidade da inovação em produto é de atender melhor às necessidades do mercado (MBC, 2008), no caso em análise, às necessidades dos cooperados das cooperativas de crédito e produção, em microcrédito, seguros, financiamentos, agilidade e comodidade. E, a cada novo produto e serviço disponibilizado aos associados, permite que as cooperativas possam aumentar a quantidade de produtos a oferecer, ocasionado pela expansão da base de recursos, gerando, assim, outras inovações, conforme expõe Ghisi (2005).

4.2.3.2 Inovação em Processo

As inovações em processo têm um papel estratégico nas organizações, como fonte poderosa de vantagens competitivas. No caso em estudo, dois tipos de inovação em processo são medidos: desburocratização e agilidade na análise de documentos e liberação de recursos e aquisição *softwares* (programa aplicativos: nota fiscal e gerencial), tabela 15.

Tabela 15 - Inovação em processo presente na relação de intercooperação

Inovação em Processo	Média de Dirigentes e parceiros	Média dos Cooperados	Média dos respondentes
Desburocratização e agilidade na análise de documentos e liberação de recursos;	4,12	4,22	4,20
Aquisição <i>softwares</i> (programa aplicativos: notas fiscais e gerencial).	3,71	*-	3,71

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

* Atributo não avaliado pelo segmento cooperados, conforme procedimentos definidos na metodologia da pesquisa, item 3.4.2.

Em relação à inovação em processo desburocratização e agilidade na análise de documentos e liberação de recursos, esta foi avaliada pelos dirigentes e parceiros com média 4,12, pelos cooperados, média 4,22 e média geral de 4,20. Esse resultado indica que, as cooperativas têm buscado mecanismos para atender o seu público alvo e ao mesmo tempo, cumprir com os objetivos organizacionais. Conforme Junqueira e Abramovay (2005), a questão central das organizações que se estabelecem com o propósito de oferecer acesso a crédito e demais produtos e serviços bancários, em condições mais vantajosas e com maior facilidade, é a de criar mecanismos de seleção e monitoramento coerentes com os propósitos organizacionais, de forma que possam aliar sustentabilidade institucional, maior alcance do crédito e taxas de juros condizentes com as condições dos potenciais beneficiários.

O segundo tipo de inovação em processo refere-se à aquisição de *software*, com média de 3,71, atribuída pelos dirigentes e parceiros. Esse resultado pode ser um indicativo, de que as organizações estão preocupadas em aprimorar a operacionalização das atividades desenvolvidas, refletindo em melhor atendimento aos cooperados.

4.2.3.3 Inovação em *Marketing*

Três tipos de inovação em marketing foram identificados na relação de intercooperação estudada, detalhadas na tabela 16.

Tabela 16 - Inovação em *marketing* presente na relação de intercooperação

Inovação em Marketing	Média de Dirigentes e parceiros	Média dos Cooperados	Média dos respondentes
Eventos sociais (festas, confraternização, sorteios);	4,24	4,24	4,24
Inserção de divulgação em Rádio e Jornal;	3,47	*-	3,47
Elaboração de documentário sobre as experiências e saberes.	2,65	*-	2,65

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

* Atributos não avaliados pelo segmento cooperados, conforme procedimentos definidos na metodologia da pesquisa, item 3.4.2.

A inovação em *marketing* que trata de eventos sociais, considerando a média obtida (4,24), indica que os pesquisados percebem essa inovação como um momento importante de integração e confraternização, entre as cooperativas de crédito e produção. Inovações dessa natureza produzem inúmeros resultados, dentre eles, melhoria do comprometimento,

integração e participação. Nesse sentido, a inovação em *marketing* pode prestar contribuições valiosas às organizações.

Na sequência, tem-se a inovação que trata da inserção de divulgação em Rádio e Jornal, a qual obteve uma média de 3,47, atribuída pelos dirigentes e parceiros. E, a inovação referente à elaboração de documentário sobre experiências e saberes, com média de 2,65. Esse resultado evidencia a necessidade de buscar melhorias e rever o projeto inicial.

De acordo com pensamento de Frantz (2002) e Gairger (2008), o compartilhamento de conhecimentos e a troca de experiências e saberes é um importante mecanismo que dispõe para a cooperação e estimula novas iniciativas, criatividade e inovação. Por se tratar de organizações de natureza socioeconômica, a difusão de experiências exitosas pode contribuir com outras comunidades em situações semelhantes.

4.2.3.4 Inovação Organizacional

As inovações organizacionais impactam toda a organização e influenciam o desempenho das demais inovações (OECD, 2005). Objetivam melhorar a qualidade e a eficiência do trabalho, facilitar a troca de informações e refinar a capacidade das empresas de aprender e utilizar conhecimentos e tecnologias.

Tabela 17 - Inovação organizacional presente na relação de intercooperação

Inovação Organizacional	Média Dirigentes e parceiros	Média Cooperados	Média dos respondentes
Melhoria na gestão;	3,94	*-	3,94
Assessoria contábil e financeira;	3,94	*-	3,94
Maior grau de cooperação entre funcionários, diretores e associados;	3,88	*-	3,88
Novos cursos de capacitação para diretores e funcionários;	3,76	*-	3,76
Assessoria técnica para organização da produção;	3,47	*-	3,47
Novos cursos de capacitação para cooperados;	3,00	*-	3,00
Novos cursos de capacitação para familiares dos cooperados.	1,94	*-	1,94

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

* Atributos não avaliados pelo segmento cooperados, conforme procedimentos definidos na metodologia da pesquisa, item 3.4.2.

De acordo com a avaliação dos dirigentes e parceiros, o resultado evidenciado na tabela 17 indica que, a relação de intercooperação introduziu a necessidade de novas

estratégias de organização e gestão, para melhorar a qualidade e a eficiência do trabalho (OECD, 2005). Trata-se das inovações: melhoria da gestão (média 3,94), assessoria contábil e financeira (média 3,94) e assessoria técnica para organização da produção (média 3,47). O desempenho organizacional depende, também, do grau de cooperação entre os usuários e para que a eficiência operacional e social aconteça, a cooperação é fator essencial (PINHO, 2004). Nesse sentido, o resultado para a inovação que trata da cooperação entre funcionários, diretores e associados, sugere a presença da cooperação, considerando a média obtida de 3,88.

Com relação à inovação que trata de capacitações, pode-se observar maior efetividade para as capacitações direcionadas aos diretores e funcionários, média 3,76. Quanto às capacitações para os cooperados, o resultado apresenta média 3,00. E, de acordo com o resultado obtido (média 1,94), inexpressiva implementação de projetos que oportunizam a capacitação de familiares dos cooperados. A preocupação com a formação de seus servidores, diretores e cooperados, expressa o pensamento de Leite (2011), o qual menciona que a unidade do grupo ao longo da vida da cooperativa, consegue-se com formação contínua dos seus membros e, deve ser tratada como condição fundamental para a participação do cooperado.

4.2.3.5 Inovação Interorganizacional

Na relação de intercooperação em estudo, várias parceiras foram firmadas, como pode ser observado na tabela 18.

Tabela 18 - Inovação interorganizacional presente na relação de intercooperação

Inovação Interorganizacional	Média Dirigentes e parceiros	Média Cooperados	Média dos respondentes
Parcerias com sindicatos, federações e confederações;	4,76	4,61	4,63
Parceira com a Central CRESOL – <i>software</i> ; sistema on-line transferência de dados;	4,18	*-	4,18
Parceria com a CONAB;	3,94	4,15	4,11
Parceira com central CRESOL/Instituto Infocós para capacitação;	4,00	*-	4,00
Parceira com Banco do Brasil.	3,35	4,01	3,91

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

* Atributos não avaliados pelo segmento cooperados, conforme procedimentos definidos na metodologia da pesquisa, item 3.4.2.

Na tabela 18 estão apresentadas as parcerias firmadas. A que apresentou melhor avaliação refere-se à parceria com sindicatos, federações e confederações (média 4,63). Na sequência tem-se, a parceria firmada com a CRESOL para utilização de *software* (média 4,18), parceria com a CONAB, para os programas de compras governamentais (média 4,11), parceria com a CRESOL para capacitações (média 4,00) e, parceria com Banco do Brasil (média 3,91). Esses resultados indicam a presença de concordância quanto às parcerias efetivadas, para melhor desempenho das cooperativas de crédito e produção.

As parceiras firmadas com os sindicatos rurais, por exemplo, vêm ao encontro, do que menciona Lago (2009), quanto ao apoio para superação das limitações. As cooperativas de crédito iniciaram e mantêm suas atividades, graças à cessão de parte das instalações físicas dos sindicatos rurais, em todas as cidades em que atuam, operando em 7 municípios, utilizando as instalações dos sindicatos. Essa parceira é reforçada pelo entendimento de Dowbor (2008), ao dizer que, as parcerias permitem que as várias iniciativas distintas e operacionalizadas de forma isolada, se tornem coerentes e complementares, em vez de fragmentadas e dispersas. E, para Gaiger (2008), a sustentabilidade dos empreendimentos requererem um conjunto de ações, dentre elas, o autor cita a preservação de articulações e de parcerias estratégicas, visando apoio para ampliação e consolidação.

4.2.3.6 Inovação Ambiental

Nas entrevistas em profundidade foram identificados três tipos de inovação ambiental: diversificação da produção, apoio a projetos do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar e apoio a projetos de produção orgânica ou agroecológica, listadas na tabela 19.

Tabela 19 - Inovação ambiental presente na relação de intercooperação

Inovação Ambiental	Média de Dirigentes e parceiros	Média dos Cooperados	Média dos respondentes
Diversificação da produção;	3,82	3,85	3,84
Apoio aos projetos do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar;	2,59	3,61	3,45
Apoio a projetos de produção orgânica ou agroecológica.	2,82	3,46	3,36

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Os resultados indicam que a diversificação da produção é a inovação ambiental mais efetiva (média geral de 3,84). A prática de diversas atividades pode ser considerada

importante em dois aspectos fundamentais: garante cuidados com o meio ambiente, reduzindo a degradação do solo e, promove o trabalho, geração de renda e cria riqueza por meio de novas oportunidades.

Já, o apoio ao produtor com orientações para incentivar a introdução de métodos racionais de produção, como a produção orgânica ou agroecológica e apoio aos projetos do PRONAF para desenvolvimento da agricultura, visando o fortalecimento econômico dos agricultores e cuidados com meio ambiente, não tem alcançado os mesmos resultados, na opinião de dirigentes e parceiros. A inovação ambiental que trata de apoio aos projetos do PRONAF, a média dos dirigentes foi de 2,59, dos cooperados de 3,61 e média geral de 3,45. Para a inovação que trata de apoio a projetos de produção orgânica ou agroecológica, a média obtida pelos dirigentes e parceiros foi de 2,82, dos cooperados 3,46, com uma média geral de 3,36.

4.2.3.7 Inovação Social

Para as organizações de natureza socioeconômica, a inovação social compreende a de maior relevância, pois busca atender a uma necessidade não satisfeita, promover a inclusão social e capacitar os atores envolvidos, para que possam criar oportunidades de geração de renda com autonomia.

A tabela 20 mostra as inovações sociais identificadas na relação de intercooperação entre Sistema CREDITAG e cooperativas de produção.

Tabela 20 - Inovação social presente na relação de intercooperação

Inovação social	Média de Dirigentes e parceiros	Média dos Cooperados	Média dos respondentes
Atendimento igualitário e mais inclusivo;	4,29	4,68	4,62
Inclusão bancária;	4,24	4,25	4,25
Melhoria no nível de conhecimento por meio de cursos, treinamentos e educação cooperativa para funcionários, diretores, cooperados e familiares;	3,88	4,05	4,02
Geração de renda e mais qualidade de vida no campo;	3,94	4,02	4,00
Melhoria das estruturas produtivas;	3,47	3,83	3,77
Integração social, humana e produtiva;	3,59	*-	3,59
Inclusão digital e acesso à informação;	2,59	2,43	2,45
Mais e melhor qualidade da assistência técnica.	2,35	*-	2,35

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

* Atributos não avaliados pelo segmento cooperados, conforme procedimentos definidos na metodologia da pesquisa, item 3.4.2.

Pela estatística descritiva, pode-se verificar que as médias obtidas, considerando uma escala de cinco pontos, apresentam concordância dos respondentes para a geração de inovação social, ou seja, que a relação de intercooperação tem promovido melhoria na qualidade de vida do produtor em termos econômicos e sociais.

A inovação social que apresentou melhor resultado refere-se a atendimento igualitário e mais inclusivo ao produtor (média geral 4,62). Na sequência, inclusão bancária (média geral 4,25), melhoria no nível de conhecimento (média geral 4,02), geração de renda e mais qualidade de vida no campo (média geral 4,00), melhoria das estruturas produtivas (média geral 3,77) e integração social, humana e produtiva (média 3,59).

Pela concordância apontada nos resultados, em uma escala de 1 a 5, a relação de intercooperação, consegue ampliar a oferta de serviços financeiros a uma população total ou parcialmente excluída de acesso a bancos. Esses resultados demonstram que, é possível combater a exclusão financeira e social por meio de organizações financeiras não bancárias.

Os resultados apresentados alinham-se com o pensamento de autores como Icaza e Tiriba (2009), ao mencionarem que as estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como economia popular visam à satisfação das necessidades humanas, direcionadas para realizações concretas nos campos, econômico, social e cultural (LEITE, 2010).

A existência de vários atributos com alta concordância para a inovação social, expressa o sentido da inovação social proposto por Taylor (1970), Mulgan *et al.* (2006), Harrison (2006), André e Abreu (2006), Rollin e Vicent (2007), Phillips Jr., Deiglmeier e Miller (2008). O qual visa à transformação social, a partir do desenvolvimento de novos serviços, que melhoram a qualidade de vida, promovem a inclusão social e o bem-estar do indivíduo e da comunidade.

É possível perceber, a partir da avaliação dos pesquisados que, a inovação social foi evidenciada. Ao buscar solução para os problemas econômicos e sociais, as organizações coletivas, representadas por cooperados, dirigentes e parceiros, deixam claro que o bem-estar do grupo e da comunidade local é o objetivo central.

Ainda, na análise desta seção, é importante fazer referência a dois indicadores avaliados com baixa concordância e que podem ser melhorados com apoio de parceiros e outros órgãos relacionados, que são: inclusão digital e acesso à informação (média, 2,45) e mais e melhor qualidade da assistência técnica (média, 2,35).

Os resultados do bloco inovação sugerem que, os pesquisados percebem as cooperativas, na relação de intercooperação, com potencial de inovação e que as inovações

são decorrentes das necessidades dos cooperados, em prol da melhoria das condições econômicas e sociais de seus membros.

Além dessas informações, é importante mencionar a relação existente entre os tipos de inovação. Estudos apontam a importância da inovação organizacional, no apoio à inovação em produto e processo. Traz, ainda, a inovação em *marketing* como fator de interação no processo geral de inovação (OECD, 2005).

No caso em estudo, pode-se perceber a interdependência das inovações, para o sucesso do processo de inovação, o qual apresenta a inovação organizacional e interorganizacional como apoio fundamental para as demais inovações.

Com base nos resultados do bloco inovação, o processo de inovação na relação de intercooperação pode ser pensado, conforme figura 25.

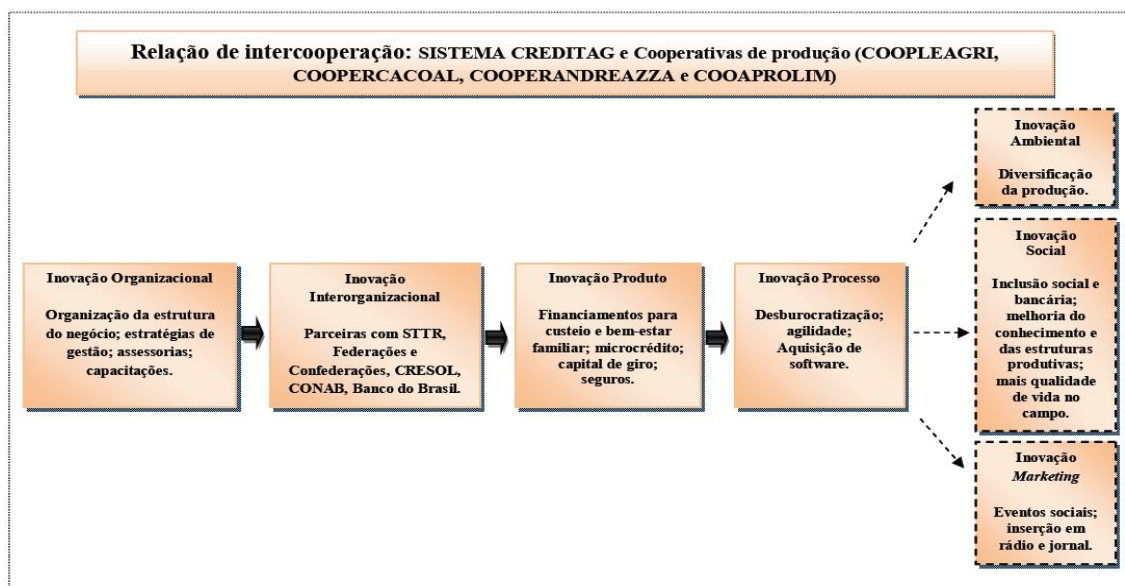


Figura 25 – Processo de inovação na relação de intercooperação

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2012)

De acordo com a figura 25, a inovação organizacional representa o ponto inicial do processo de inovação, a qual trata das estratégias de gestão, para dar respostas às demandas dos produtores, organizando a estrutura do negócio e as relações externas. Neste processo, inclui-se a inovação interorganizacional (intercooperação), pela junção das cooperativas de crédito e produção no mesmo sistema CREDITAG, assim como, pela parceria com os sindicatos rurais, por meio da qual as cooperativas de crédito iniciaram e mantém suas atividades, utilizando parte de instalações físicas dos sindicatos e, também, com o apoio das demais parcerias firmadas, detalhadas na tabela 18. A partir dessa relação, desenvolveram-se

as inovações em produtos e processos, mencionadas nas tabelas 14 e 15, as quais oferecem aos cooperados a possibilidades de desenvolver novas atividades ou melhorar as já existentes. Quanto à inovação social, ambiental e de *marketing* (tracejadas na figura 25), os resultados mostram que essas inovações estão em fase de desenvolvimento e consolidação.

A consolidação de inovações de caráter social e ambiental demandam tempo, integração, conhecimento, cooperação, dentre outros fatores, por isso, não apresentam respostas imediatas. Outra razão, deve-se ao pouco tempo de atuação do CREDITAG no Estado de Rondônia e da relação de intercooperação (ano de 2009), cujo foco de ações esteve mais direcionada no sentido de proporcionar melhores condições econômicas e sociais a seus cooperados.

Assim, esses resultados apresentam um direcionamento que atendem ao proposto nos objetivos específicos 3 e 4, cujas evidências estão detalhadas na figura 25 e quadro 39.

Inovação social	Indicadores
Taylor (1970); Mulgan <i>et al.</i> (2006); Harrison (2006); André e Abreu (2006); Rollin e Vicent (2007); Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008); Pol e Ville (2009).	Atendimento igualitário e inclusivo; Inclusão social e bancária; Melhoria do nível de conhecimento; Geração de renda e mais qualidade de vida no campo; Melhoria das estruturas produtivas; Integração social, humana e produtiva.

Quadro 39 – Presença de inovação social na relação de intercooperação

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

4.2.4 Tecnologias sociais

A pesquisa exploratória permitiu identificar as tecnologias sociais desenvolvidas na relação de intercooperação. Com o propósito de conhecer o grau de concordância dos respondentes sobre as tecnologias identificadas, estas foram avaliadas pelos dirigentes, parceiros e cooperados na pesquisa quantitativa. As tecnologias sociais avaliadas estão elencadas na tabela 21.

Para determinar a confiabilidade dos constructos que avaliam a tecnologia social, estes foram submetidos a um teste de Alfa de Cronbach. No teste aplicado obteve-se 86% de

confiabilidade, sendo este considerado uma intensidade de associação muito boa, de acordo com Hair *et al.* (2005).

Tabela 21. Tecnologias sociais desenvolvidas na relação de intercooperação

Tecnologias sociais	Média de dirigentes e parceiros	Média dos cooperados	Média dos respondentes
Linhas especiais de financiamentos para custeio e investimento na produção, veículos, motos, eletrodomésticos, móveis, computadores, telefonia rural, material escolar, etc., em condições mais vantajosas e com mais facilidade;	4,29	4,37	4,35
Junção das cooperativas de crédito e produção no mesmo Sistema CREDITAG para facilitar a operacionalização e o atendimento ao cooperado;	4,41	4,22	4,25
Microcrédito e serviços bancários em condições mais vantajosas e com mais facilidade;	4,12	4,24	4,22
Capital de giro para as cooperativas de produção à juros mais acessíveis e com mais facilidade;	3,71	4,20	4,12
Assessoria e educação financeira de crédito consciente e planejado;	3,76	4,18	4,11
Seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e equipamentos), à valores mais acessíveis.	3,94	4,15	4,11

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Pela estatística descritiva, os resultados obtidos demonstram concordância quanto à presença das tecnologias sociais desenvolvidas na relação de intercooperação em análise.

A tecnologia social definida como linhas especiais de financiamentos para custeio e investimento na produção, veículos, motos, eletrodomésticos, móveis, computadores, telefonia rural, material escolar, etc., em condições mais vantajosas e com mais facilidade, foi a que apresentou maior concordância dos pesquisados, com média 4,29, indicada pelos dirigentes e parceiros, 4,37 pelos cooperados e média geral de 4,35. Na sequência, tem-se a tecnologia social junção das cooperativas de crédito e produção no mesmo Sistema CREDITAG, com média 4,41, na opinião dos dirigentes e parceiros e 4,22 dos cooperados, com uma média geral dos respondentes de 4,25.

A junção das cooperativas de crédito e produção no mesmo Sistema CREDITAG, pode ser observada na figura 26, a qual evidencia o departamento das cooperativas de crédito e produção, integrantes da Assembléia Geral, em um modelo de gestão compartilhada.

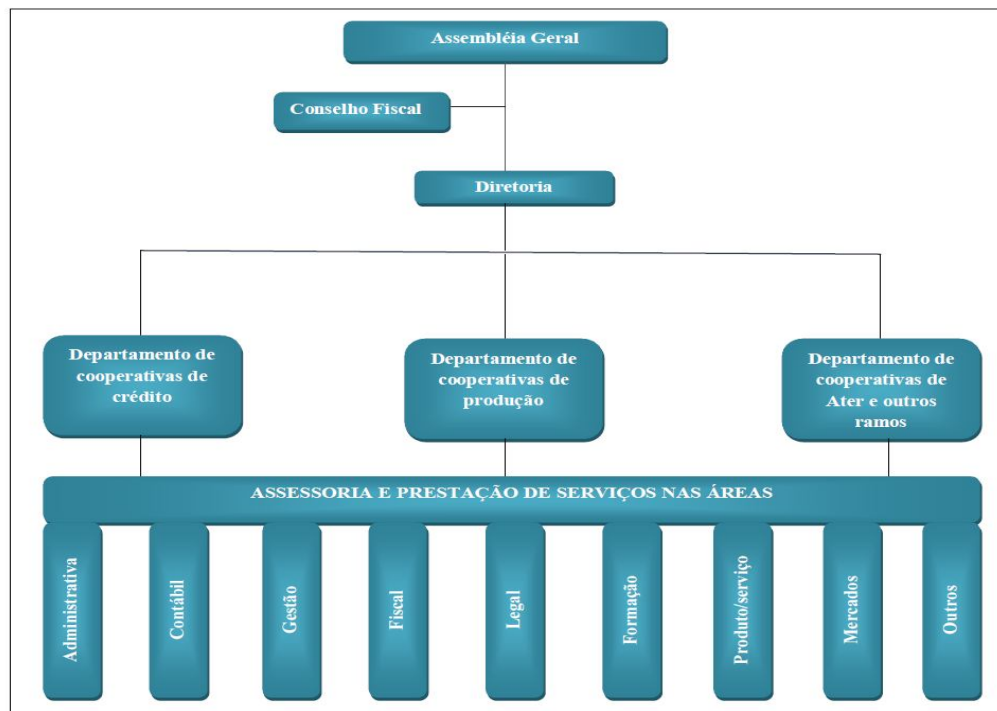


Figura 26- Organograma da Base CREDITAG/RO

Fonte: CREDITAG Base (2012)

De acordo com as orientações de Silveira (2006), essa tecnologia social pode ser entendida como processos de organização e gestão. Trata-se de um arranjo de cooperativas, de ramos diferentes (crédito e produção), que se propõe a operar com a intercooperação, ligadas a um sistema maior, denominado CREDITAG base, em um ambiente compartilhado de gestão.

Gestão compartilhada compreende um modelo de gestão humanizado, baseado no comprometimento, cooperação, criatividade e talento dos participantes, onde se discute as alternativas estratégicas para o bom desempenho dos empreendimentos envolvidos (SOUZA *et al.*, 2010).

Esta tecnologia social é orientada pela existência de um objetivo comum definido: organizar e estimular a produção dos agricultores familiares rurais com incentivo ao crédito, visando o Desenvolvimento Sustentável e solidário, para melhoria da qualidade de vida no campo.

Este modelo de gestão representa um diferencial que pode ser tratado como uma inovação social no princípio da intercooperação, que fornece meios para melhor compreensão e estímulo à prática desse princípio, em um formato que requer o envolvimento e o comprometimento das pessoas que compõem as organizações.

As estratégias de planejamento e gestão compartilhada, por serem baseadas em modelos participativos, contribuem para o crescimento do capital humano e do capital social, as quais permitem ampliar as possibilidades de empoderamento da população local, facilitando a conquista da boa governança, vistas como algumas das condições necessárias para o Desenvolvimento Sustentável (PAULA, 2005).

Na sequência, tem-se a tecnologia social definida como microcrédito e serviços bancários em condições mais vantajosas e com mais facilidade, avaliada pelos dirigentes e parceiros com média 4,12, pelos cooperados com média 4,24, obtendo média geral de 4,22. Após, a tecnologia social denominada capital de giro para as cooperativas de produção a juros mais acessíveis e com mais facilidade, média 3,71, atribuída pelos dirigentes e parceiros, pelos cooperados, média 4,20 e média geral 4,12, assessoria e educação financeira de crédito consciente e planejado, média 3,76, avaliada pelos dirigentes e parceiros, 4,18 pelos cooperados e média geral 4,11. E, por fim, a tecnologia social definida como seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máquina. e equipamentos), a valores mais acessíveis, com média 3,94 atribuída pelos dirigentes e parceiros, 4,15 pelos cooperados e 4,11 de média geral.

Esse nível de concordância sinaliza para o entendimento de Thomas (2009), o qual menciona que as tecnologias sociais têm respondido à problemática de desenvolvimento comunitário, promovendo a inclusão social com geração de renda e para a transformação social (FONSECA, 2010).

Associando os resultados da inovação social com os da tecnologia social, pode-se mencionar a presença de valores que as tecnologias sociais possuem e buscam desenvolver nos ambientes em que atuam: inclusão cidadã, participação, relevância social, eficácia e eficiência, acessibilidade, sustentabilidade (econômica e social), promoção do bem-estar e inovação (ITS, 2007).

Tabela 22 - Benefícios proporcionados pelas tecnologias sociais

Benefícios proporcionados pelas tecnologias sociais	Média de dirigentes e parceiros	Média dos cooperados	Média dos respondentes
Inclusão social e produtiva;	4,47	4,41	4,41
Respeito e valorização do produtor;	4,35	4,32	4,32
Melhoria da autoestima da mulher;	4,06	4,26	4,23
Ajuda na superação de dificuldades sociais e financeiras.	4,00	4,16	4,13

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Para determinar a confiabilidade dos constructos que avaliam os benefícios proporcionados pelas tecnologias sociais, estes foram submetidos a um teste de Alfa de Cronbach. No teste aplicado obteve-se 68% de confiabilidade, considerado uma intensidade de associação moderada (HAIR *et al.*, 2005).

Quanto aos benefícios produzidos pelas tecnologias sociais, tabela 22, os respondentes concordam que estas tecnologias promovem a inclusão social e produtiva (média geral 4,41), respeito e valorização do produtor (média geral 4,32), melhoram a autoestima da mulher (média geral 4,23) e ajudam na superação das dificuldades sociais e financeiras (média geral 4,13).

O entendimento de vários autores sobre os resultados promovidos pelas tecnologias sociais são confirmados, no que se refere à transformação social, qualidade de vida e resgate da dignidade humana (DAGNINO, 2004; ITS, 2007; THOMAS, 2009; FONSECA, 2010; RTS, 2011).

Tabela 23 - Percepção sobre as tecnologias sociais

Percepção sobre as tecnologias sociais	Média dirigentes e parceiros
As experiências e os resultados obtidos por meio das TSs são disseminados em reuniões, encontros, seminários e outros eventos;	4,29
Os parceiros incentivam e apóiam o desenvolvimento e reaplicação de TSs;	4,24
A escassez de recursos públicos para atender o cooperado dificulta a implementação de novas TSs;	3,94
O potencial das tecnologias sociais é reconhecido por todos os participantes das cooperativas;	3,65
As experiências e os resultados obtidos por meio das TSs são sistematizados em documentos ou banco de dados;	3,35
A estrutura para atender o cooperado dificulta a implementação de novas TSs;	3,18
Os cooperados participam do desenvolvimento de tecnologias sociais com sugestões de melhoria, novas ideias, experiências.	3,12

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Os questionamentos para avaliar a percepção sobre as tecnologias sociais foram submetidos somente ao segmento dirigentes e parceiros, tabela 23. Em uma escala de 1 a 5, os respondentes concordam que, as experiências e os resultados obtidos por meio das TSs são disseminados em reuniões, encontros, seminários e outros eventos (4,29). Também, concordam que, os parceiros da relação de intercooperação incentivam e apóiam o desenvolvimento e a reaplicação de TS (4,24).

Weiss (2009) lembra que a disseminação da TS representa iniciativa importante para colocá-la a serviço do novo paradigma de desenvolvimento, que se configura como mais inclusivo, mais solidário e mais sustentável.

Analisando a média atribuída pelos dirigentes e parceiros para os atributos, escassez de recursos públicos (média 3,94) e a estrutura (média 3,18) para atender o cooperado dificultam a implementação de novas TSs, nota-se médias pouco expressivas. Neste sentido, pode-se sugerir que, por se tratar de uma iniciativa coletiva, cujo processo não ficou na dependência de recursos públicos, os dirigentes não entendem como fundamental esses recursos para avanços em novos produtos e serviços. Sobre esse comportamento, Méndez (2002) comenta que, as comunidades locais despertaram e não estão confinadas às diretrizes de política social, cuja lógica tradicionalmente burocrática de funcionamento poderá comprometer a realização, em tempo útil, de seus projetos.

É importante destacar que a exploração das potencialidades locais requer incentivo e apoio. No sentido proposto por Iyer-Raniga e Treloar (2000) e Hopwood, Mellor e O'brien (2005), as novas atividades econômicas locais carecem de apoio e incentivo para oferecer mais e melhores resultados.

As evidências nesta seção permitem dizer que, a relação de intercooperação analisada promove o desenvolvimento de tecnologias sociais por meio da ação empreendedora de seus integrantes, em prol da melhoria da qualidade vida.

Assim, esses resultados apresentam um direcionamento que atendem ao proposto no objetivo específico 5.

4.2.5 Intercooperação

Os motivos que levaram as cooperativas de crédito e produção à intercooperarem foram identificados na pesquisa exploratória. Esses motivos foram submetidos a avaliações pelos dirigentes, parceiros e cooperados em pesquisa quantitativa. Os resultados estão apresentados na tabela 24.

Para determinar a confiabilidade dos constructos que avaliam a intercooperação, estes foram submetidos a um teste de Alfa de Cronbachs. No teste aplicado obteve-se 88% de confiabilidade, considerado uma intensidade de associação muito boa (HAIR *et al.*, 2005).

Tabela 24 - Motivos para a intercooperação

Motivos para a intercooperação	Média dirigentes e parceiros	Média cooperados	Média dos respondentes
Disponibilizar crédito e financiamentos aos produtores com mais facilidade e rapidez;	4,29	4,56	4,51
Sustentabilidade da agricultura familiar na região de atuação das cooperativas;	4,41	4,43	4,42
Possibilidade de trabalhar o cooperativismo de crédito e produção integrados;	4,35	4,43	4,41
Somar esforços para produzir mais benefícios e resultados para os associados;	4,06	4,38	4,33
Incentivar o trabalho coletivo orientado para o desenvolvimento do cooperado, das cooperativas e da comunidade;	3,82	4,28	4,21
Organizar a produção;	4,06	4,23	4,20
Possibilidade de financiar projetos demandados pelas cooperativas de produção para agregar valor aos produtos.	3,65	4,21	4,12

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Os atributos que procuram explicar os motivos indicados pelos pesquisados para a formação da intercooperação, ao mesmo tempo expressam os interesses específicos dos integrantes, alinhado com o compromisso da mudança, em fazer algo novo em prol dos produtores, para que organizados possam avançar, principalmente, na escala econômica e social.

A intercooperação visa promover o apoio mútuo para a superação das limitações individuais (CASEY, 2008), mas, sobretudo, gerar valor para os associados e para as organizações envolvidas, por meio de novos benefícios (CROPPER *et al.*, 2008). No caso em estudo, o principal motivo para a intercooperação apontado pelos pesquisados foi a necessidade de acesso ao crédito de forma mais facilitada para produtores rurais familiares (média 4,51) que, em muitos casos, possuem baixa escolaridade e em condições que os impossibilitam de atender às exigências das instituições bancárias convencionais, no que se refere a garantias e documentação.

Esse resultado ajuda a entender, a importância do crédito para os cooperados, na superação das necessidades individuais. Reforça, também, o depoimento dos idealizadores dos empreendimentos, quando mencionam que, o objetivo principal é o de promover o desenvolvimento socioeconômico de seus associados, por meio de acesso a crédito e demais produtos e serviços bancários, em condições mais vantajosas e com maior facilidade.

Diante desse resultado, pode-se dizer que, trata-se de uma iniciativa capaz de promover o desenvolvimento, criando possibilidades de expansão por meio da socialização do crédito, integrando o social e o econômico (PINHO, 2004).

Na sequência de motivos que levaram à intercooperação, os pesquisados indicaram a sustentabilidade da agricultura familiar na região de atuação das cooperativas (média geral, 4,42), possibilidade de trabalhar o cooperativismo de crédito e produção integrados (média geral, 4,41), somar esforços para produzir mais benefícios e resultados para os associados (média geral, 4,33), incentivar o trabalho coletivo orientado para o desenvolvimento do cooperado, das cooperativas e da comunidade (média geral, 4,21), organizar a produção (média geral, 4,20), possibilidade de financiar projetos demandados pelas cooperativas de produção para agregar valor aos produtos (média geral, 4,12).

Tabela 25 - Benefícios proporcionados com a intercooperação

Benefícios da intercooperação	Média dirigentes e parceiros	Média cooperados	Média dos respondentes
Fortalecimento das cooperativas de crédito e produção;	4,24	4,23	4,23
Mais facilidade de acesso às políticas públicas;	3,59	4,06	3,99
Mais facilidade na resolução de problemas;	3,71	3,97	3,92
Desenvolvimento da agricultura familiar e da região;	4,24	3,86	3,91
Ampliação da rede de relacionamentos dos cooperados e das cooperativas;	3,59	3,92	3,86
Aumento de receitas;	3,94	3,82	3,83
Credibilidade junto aos cooperados e comunidade;	4,06	3,80	3,83
Melhoria na organização contábil e financeira;	3,82	*-	3,82
Redução do espaço de atuação do “atravessador”;	3,65	3,77	3,75
Mais tecnologia;	3,41	3,68	3,64
Melhoria nas instalações físicas.	3,47	*-	3,47

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

* Atributos não avaliados pelo segmento cooperados, conforme procedimentos definidos na metodologia da pesquisa, item 3.4.2.

Os benefícios que podem ser gerados por meio de relacionamentos interorganizacionais, se configuram como principal motivo que levam as organizações à formação desse tipo de relacionamento. Portanto, possui uma vasta literatura que trata do assunto, expondo a opinião de autores como Whiteoak (1994), Ebers (1997), Galerani e Bastiane (2002), Zineldin e Dodourova (2005), Child, Faulkner e Tallman (2005), Verschoore e Balestrin (2008), Pereira *et al.* (2010).

Na tabela 25 estão reunidos os benefícios proporcionados pela relação de intercooperação em estudo e, a concordância dos pesquisados para cada um dos benefícios apontados. O principal motivo identificado pelos pesquisados refere-se ao fortalecimento das cooperativas de crédito e produção (média geral 4,23). Esse resultado expressa o princípio da intercooperação. De acordo com a OCB (2012b), as cooperativas ficam mais fortes,

fortalecem o movimento cooperativo e servem mais eficazmente os seus membros, quando trabalham em conjunto.

Além do acesso ao crédito pelos produtores rurais familiares, tratado como principal motivo da intercooperação, outros benefícios são gerados por meio dessa relação. Na sequência tem-se mais facilidade de acesso às políticas públicas (média geral, 3,99), mais facilidade na resolução de problemas dos cooperados e cooperativas (média 3,92), desenvolvimento da agricultura familiar e da região (média geral, 3,91), os quais indicam maior concordância, no entanto, outros benefícios estão listados na tabela 25.

Tabela 26 - Necessidade de apoio e incentivo aos empreendimentos coletivos

Estratégias de apoio aos empreendimentos coletivos	Média
Políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo coletivo;	4,59
Linhas de crédito para financiar estrutura física e operacional;	4,59
Linha direta de financiamentos para manutenção dos empreendimentos coletivos.	4,35

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

O fomento e o incentivo ao empreendedorismo popular coletivo são muito importantes para a criação de alternativas sustentáveis, no longo prazo, ao funcionamento das economias contemporâneas (TAUILE; RODRIGUES, 2004).

Os resultados que tratam das necessidades de incentivo e apoio aos empreendimentos coletivos estão apresentados na tabela 26. Para os dirigentes e parceiros, políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo coletivo e linhas de crédito para financiar estrutura física e operacional são percebidas como maiores necessidades (média 4,59). Na sequência, apontam linha direta de financiamentos para manutenção dos empreendimentos coletivos (média 4,35).

Esse resultado reforça o entendimento de Abramovay *et al.* (2003), Gaiger, Sperotto e Corrêa (2008) e Corrêa (2009), quanto à necessidade e importância de políticas de incentivo e apoio aos empreendimentos coletivos, para estimular a melhoria de suas capacidades de geração de renda.

Tabela 27 - Relacionamento na intercooperação – percepção de dirigentes e parceiros

Relacionamento na intercooperação	Média dirigentes e parceiros
Entre parceiros e presidentes;	4,29
Entre presidentes das cooperativas;	4,18
Entre funcionários e cooperados;	4,00
Entre cooperados e presidentes;	3,94
Entre presidentes e funcionários;	3,88
Entre cooperados;	3,82
Entre funcionários;	3,65
Apoio dos parceiros em Estrutura física;	4,06
Apoio dos parceiros em recursos financeiros;	4,00
Apoio dos parceiros com Recursos humanos.	3,59

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Quanto ao relacionamento, na percepção de dirigentes e parceiros, este pode ser considerado bom, pois compõem-se de médias que expressam concordância para um bom relacionamento, considerando uma escala de 1 a 5.

O relacionamento entre os empreendimentos e os parceiros, também, pode ser classificado como bom, evidenciado no expressivo apoio dos parceiros na seção de instalações físicas (média, 4,06) e recursos financeiros (média, 4,00), para o início das atividades das cooperativas de crédito, de modo a beneficiar os cooperados das cooperativas de crédito e produção.

Tabela 28 - Relacionamento na intercooperação – percepção dos cooperados

Relacionamento na intercooperação	Média
Com os presidentes;	4,59
Com funcionários;	4,57
Com os cooperados;	4,12
Atendimento na cooperativa de crédito;	4,73
Atendimento na cooperativa de produção.	4,40

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Na percepção dos cooperados, o relacionamento na relação de intercooperação pode ser considerado bom, pois compõem-se de médias que expressam concordância expressiva, considerando uma escala de 1 a 5, conforme detalhamento na tabela 28. Esses resultados demonstram que as organizações procuram promover o relacionamento e a integração dos cooperados, e, também, prezam por um bom atendimento.

Assim, esses resultados apresentam um direcionamento que atendem ao proposto no objetivo específico 6.

4.2.6 Presença de sustentabilidade nos sistemas produtivos

O objetivo dessa seção constituiu em verificar a presença de sustentabilidade nos sistemas produtivos. Os dados foram coletados utilizando-se um questionário estruturado (Apêndice E) o que permitiu reconhecer as especificidades dos sistemas produtivos dos cooperados pesquisados. As principais respostas estão demonstradas na figura 27 e foram relacionados com as três dimensões centrais do Desenvolvimento Sustentável: social, econômica e ambiental, na perspectiva de Sachs (2008), Mauerhofer (2008), Munasinghe

(2004), Melo Neto e Froes (2002). A descrição detalhada das respostas às questões deste bloco encontra-se no apêndice F.

Dimensão Econômica	Dimensão Ambiental	Dimensão Social
<p>Renda mensal: até 2 salários mínimos, para 49,5% dos entrevistados e de 2 a 5 salários mínimos, para 42,1%;</p> <p>Dependentes da renda: até 5 pessoas, para 68,1%;</p> <p>Complemento à renda mensal: aposentadoria, para 48%;</p> <p>Assistência técnica: sim, para 53,7% dos entrevistados. Órgão responsável: EMATER;</p> <p>Qualidade da ATER: Insuficiente, na opinião de 32,6% e para 27,4% dos entrevistados, existe mais não funciona;</p> <p>Local para comercialização da produção: 78% indicaram a feira/feirão do produtor;</p> <p>Dependência de recursos externos para produzir: 52% dos entrevistados dependem de do fornecimento de sementes;</p> <p>Problemas enfrentados para produzir: Falta/deficiência de Tecnologia e Falta de assistência técnica;</p> <p>Planos para melhorar produção: sim, para 87,5%. Planos para ampliação da área plantada, diversificação e irrigação;</p> <p>Necessidade financiamento para produção: sim, para 70,5% dos entrevistados.</p>	<p>Destino do esgoto da propriedade: fossa negra sem revestimento, para 71,6%;</p> <p>Destino do lixo inorgânico: queima, para 84,2%;</p> <p>Destino do lixo orgânico: alimentação de animais, para 58,9%;</p> <p>Destino dos resíduos de produção: lixo, respostas de 49,5%;</p> <p>Tipos de embalagens utilizadas na produção: Plástica (sacos, sacolas, frascos, garrafas);</p> <p>Defensivo agrícola utilizado na produção: químico, para 86,3%;</p> <p>Destino das embalagens de defensivos agrícolas: devolve ao comerciante ou posto de coleta, respostas de 91,5%;</p> <p>Atividades de preservação e recuperação ambiental desenvolvidas: reflorestamento e preservação de espécie animal e vegetal.</p>	<p>Empregabilidade da propriedade: para 93,7%, a propriedade oferece emprego para toda a família;</p> <p>Rendimento da propriedade corresponde ao necessário para família: sim, para 69,5% dos entrevistados;</p> <p>Necessidade contratação de mão de obra para auxiliar na produção: sim, para 54,7%;</p> <p>Trabalho externo à propriedade: sim, para 32%.</p> <p>Principal motivo: melhoria da renda familiar;</p> <p>Capacitações realizadas: preparação de adubos orgânicos; rotação de culturas; planejamento para uso da terra; e manejo da terra;</p> <p>Necessidade financiamento bens: veículos/moto;</p> <p>Origem da água de uso doméstico: nascente/mina para 55,8%, dos pesquisados;</p> <p>Acesso a serviços de saúde: médico e hospitalar;</p> <p>Qualidade dos serviços de saúde: péssimo, na opinião de 45,3% e regular, para 44,2%;</p> <p>Filhos em idade escolar estão na escola: sim.</p> <p>Distância da propriedade x escola: até 10 km, para 50,5% e de 10 a 20 km, para 38,9%, dos entrevistados;</p> <p>Tipo transporte escolar: público;</p> <p>Situação econômica e social após a participação nas cooperativas de crédito e produção: melhor, para 87,4%;</p> <p>Política pública mais urgente para melhoria da qualidade de vida do produtor: assistência técnica, para 37,9% e saúde e educação, para 31,6%.</p>

Figura 27 – Especificidades dos sistemas produtivos dos cooperados da relação de intercooperação.
Fonte: Dados da pesquisa (2012)

De acordo com as respostas de 95 cooperados, produtores rurais familiares, participantes da relação de intercooperação, as dimensões econômica, ambiental e social apresentaram o seguinte resultado:

Dimensão econômica – para 49,5% dos produtores pesquisados, a renda mensal está em até 2 salários mínimos, e para 42,1%, de 2 a 5 salários. Além da renda advinda da ocupação rural, rendimentos de outras fontes têm importância expressiva na composição da renda familiar. A aposentadoria é complemento à renda familiar, para 48% dos produtores entrevistados. Dependem dessa renda até 5 pessoas por família, resposta de 68,19%.

A renda da população rural, segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010) é bem inferior ao da população urbana. A renda média mensal da população economicamente ativa, residente na área rural, corresponde a R\$ 493,00, enquanto que da área urbana perfaz R\$ 1.056,00 (IPEA, 2010).

Quanto à assistência técnica nas atividades produtivas, 53,7% dos cooperados informaram que recebem, citando a EMATER, como principal órgão responsável por essa orientação. No entanto, para 32,6%, dos que recebem a assistência técnica, esta é considerada insuficiente e, na opinião de 27,4% que, existe, mas não funciona. A falta de assistência técnica e a falta/deficiência de tecnologia foram indicadas como sendo os principais problemas enfrentados pelos produtores, em suas atividades produtivas.

De modo geral, 87,5% dos produtores entrevistados planejam melhorar a produção. Há, portanto, uma necessidade de financiamento das atividades produtivas, mencionada por 70,5%. Para 48% dos produtores que necessitam financiar projetos para ampliar a produção e gerar mais renda, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi citado como o mais apropriado a essas necessidades.

Problemas identificados na dimensão econômica – baixa renda familiar; falta de assistência técnica e tecnologia; necessidade de financiamentos para continuidade dos projetos relacionados à produção; e dependência de recursos externos (sementes).

Dimensão ambiental – marcada por ausência de serviços públicos e de orientação e educação ambiental, esta dimensão apresentou poucos avanços. A destinação do esgoto das propriedades ocorre por meio de fossas negras, respostas de 71,6% dos respondentes, o que mostra o alto risco de contaminação das águas subterrâneas e do próprio solo.

A destinação do lixo é outra preocupação. A forma predominante de tratamento do lixo inorgânico é a queima, para 84,2% e, quanto à destinação dos resíduos de produção, o descarte em terreno/vala é a opção de 49,5% dos entrevistados.

Os defensivos químicos ainda são muito utilizados pelos produtores entrevistados, 86,3%. Os agrotóxicos e fertilizantes empregados na agricultura podem contaminar o solo, ar e podem, ainda, serem carregados para os corpos d'água, causando a contaminação, tanto da água superficial, quanto subterrânea.

No Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, identificou-se que 66,1% dos produtores utilizam agrotóxicos. Das propriedades que utilizam agrotóxicos, 56,3% não receberam orientação técnica. Constatou-se, também, baixa adoção às práticas da agricultura orgânica ou agroecológica, apenas 1,7% das propriedades.

Para o IPEA (2010), a baixa escolaridade imperante no setor primário da economia brasileira, associado com a carência de orientação técnica, implica, entre outros efeitos, na persistente pauperização do campo e em danos ambientais e à saúde da população, oriundos do uso inadequado de insumos agrícolas, como adubação e agrotóxico.

Em cumprimento ao estabelecido pela legislação de inspeção e fiscalização de agrotóxicos, 91,5% dos produtores responderam que devolvem as embalagens vazias de agrotóxicos aos comerciantes ou em postos de coletas.

Das atividades de recuperação e preservação ambiental desenvolvidas nas propriedades, as mais citadas foram: reflorestamento e preservação de espécies vegetais e animais. As florestas produzem bens e serviços ambientais, essenciais para a conservação da diversidade de vida na terra, manutenção dos rios, lagos e depósitos de água, conservação do solo, retenção da sujeira e regularização do clima.

Problemas identificados na dimensão ambiental – destinação incorreta do esgoto e do lixo; alto uso de agrotóxicos; e contaminação dos solos e água com defensivos químicos.

Dimensão social – a alta empregabilidade das propriedades foi afirmada por 93,7% dos respondentes, os quais afirmam que suas propriedades oferecem emprego para toda a família, mas nem todos os membros querem trabalhar na propriedade. Portanto, com a pretensão de melhorar a renda familiar, 32% dos produtores ou familiares não trabalham com dedicação exclusiva no campo, empregando parte do tempo em atividades fora da propriedade. Para 69,5% dos cooperados, a renda que a propriedade oferece, corresponde ao necessário para a família viver.

Quanto à geração de emprego, 54,7% dos produtores entrevistados, responderam que necessitam de contratar mão de obra para auxiliar na produção. Este complemento pode estar relacionado tanto com a baixa capacidade de trabalho familiar, quanto pelo aumento produtivo, demandando mais mão de obra.

Quanto à melhoria do conhecimento relacionado às atividades produtivas, a maioria dos cooperados informou que realizam capacitações. As capacitações mais citadas foram: preparação de adubo orgânico, rotação de culturas, planejamento para o uso da terra e manejo da terra.

Os respondentes demonstraram preocupação com a educação dos filhos e entendem que é por meio da educação que a qualidade de vida no campo pode melhorar. Estes informaram que, os filhos em idade escolar estão na escola, com acesso a transporte público para deslocamento. A distância entre propriedades e escola, na opinião de 50,5%, atinge até 10 km e para 38,9% dos entrevistados, de 10 a 20 km.

Para o IPEA, os dados sobre educação, obtidos na PNAD 2008, evidenciam que a população rural continua menos favorecida que a urbana. A taxa de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos é de 7,5% na zona urbana e de 23,5% na zona rural. A maioria da população do campo, 73%, não completou o ensino fundamental (IPEA, 2010). Este quadro é semelhante ao encontrado na presente pesquisa, na qual 54,49% dos produtores entrevistados não completaram o ensino fundamental, conforme já mencionado.

Os serviços de saúde e de saneamento básico foram apontados pelos respondentes como serviços públicos deficientes na área rural. Dos serviços de saúde pública, prestados pelos municípios de abrangência da pesquisa, atendimento médico e hospitalar foram os mais citados pelos cooperados, qualificando-os como péssimo, opinião de 45,3%, e para 44,2% dos cooperados, o serviço foi qualificado como regular. Já, a água de uso doméstico tem como principal fonte nascentes/mina, utilizada por 55,8% dos respondentes. Para o consumo, essa água não recebe nenhum tipo de tratamento e, como já foi identificado, o uso de agrotóxicos pode estar contaminando essa água.

Questionados sobre qual política pública deveria ser implementada com urgência para melhorar a qualidade de vida do produtor, 37,9% dos entrevistados responderam como sendo assistência técnica. Na opinião dos produtores, com assistência técnica, melhora-se a produção, renda e por extensão permite a melhoria da condição econômica e assim, acesso a mais bens e serviços.

A organização coletiva tem proporcionado ganhos aos cooperados. Para 87,4% dos entrevistados, a situação econômica e social, após a participação nas cooperativas de crédito e produção está melhor.

Problemas identificados na dimensão social – baixa escolaridade dos produtores; falta de assistência à saúde e saneamento básico; falta de interesse pelas atividades rurais.

Os dados apresentados permitem dizer que, não se alcançou ainda a mudança necessária, para a proposta de desenvolvimento que permita avançar de forma simultânea e integrada nas dimensões social, econômica e ambiental do Desenvolvimento Sustentável, de acordo com a perspectiva de Sachs (2008), Mauerhofer (2008), Munasinghe (2004) e Melo Neto e Froes (2002).

Apesar dos avanços, persistem grandes desafios: manejo de agrotóxicos; gestão do lixo; quantidade e qualidade da assistência técnica; acesso a crédito; tecnologia; saúde e educação. Pois, não é possível iniciar um processo de desenvolvimento do espaço rural com base nos pressupostos do Desenvolvimento Sustentável, persistindo na adoção de práticas que desconsiderem as relações existentes entre os fatores ecológicos, sociais e econômicos.

O caminho a trilhar rumo às mudanças necessárias para vencer esses desafios, passa pela educação. E, neste sentido, há muito por fazer, no que se refere à população rural.

Assim, esses resultados apresentam um direcionamento que atendem ao proposto no objetivo específico 7.

4.2.7 Teste de comparação de médias – ANOVA

Os atributos que avaliam o empreendedorismo, inovação, tecnologia social e intercooperação foram submetidos ao teste de comparação de médias – ANOVA.

Para realização do teste, agrupou-se as cooperativas de crédito e produção por município de atuação, com o objetivo de identificar a existência ou não de diferenças de opiniões, considerando que as cooperativas atuam em municípios diferentes e são orientadas por políticas internas definidas por cada tipo de cooperativa, o que pode provocar a manifestação de diferentes opiniões sobre a relação de intercooperação.

Assim, as cooperativas foram agrupadas da seguinte forma: cooperativa 1: COOPLEAGRI com CREDITAG Ji-Paraná; cooperativa 2: COOAPROLIM com PAC da CREDITAG de Rolim de Moura; cooperativa 3: COOPERANDREAZZA com CREDITAG de Ministro Andreazza; e cooperativa 4: COOPERCACOAL com PAC da CREDITAG em Cacoal.

No teste, identificou-se que existe diferença de percepção quando realizado a comparação de médias por cooperativas, aplicado ao nível de 90% de confiança, conforme tabela 29.

Tabela 29 – Teste de comparação de médias ANOVA

Atributos avaliados	Coop 1	Coop 2	Coop 3	Coop 4	Média Geral	Sig.
Empreendedorismo						
Incentivo para investimento nos sistemas produtivos;	3,54	3,87	4,22	4,00	3,93	0,092
Aumento do sentimento de realização profissional e de satisfação pessoal;	3,81	4,33	4,38	3,77	4,07	0,035
Envolvimento coletivo e predomina o pensamento de solidariedade;	2,88	3,33	2,34	3,14	2,83	0,010
Melhoria na comunicação.	3,42	4,47	4,25	4,05	4,01	0,005
Inovação						
Seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e equipamentos);	3,65	4,27	4,47	4,18	4,15	0,015
Apoio aos projetos de produção orgânica e agroecológica.	3,08	3,27	3,91	3,41	3,46	0,086
Tecnologia social						
Seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e equipamentos), à valores mais acessíveis e com mais facilidade.	3,73	4,27	4,47	4,09	4,15	0,041
Benefícios da tecnologia social						
Melhoria da autoestima da mulher.	4,31	4,67	4,31	3,86	4,26	0,055
Motivos para a intercooperação						
Organizar a produção;	3,92	4,53	4,44	4,09	4,23	0,079
Possibilidade de trabalhar o cooperativismo de crédito e produção integrados;	4,23	4,87	4,47	4,32	4,43	0,072
Possibilidade de financiar projetos demandados pelas cooperativas de produção para agregar valor aos produtos;	3,38	4,53	4,63	4,36	4,21	0,000
Somar esforços para produzir mais benefícios e resultados para os associados;	4,00	4,67	4,63	4,27	4,38	0,020
Incentivar o trabalho coletivo orientado para o desenvolvimento do cooperado, das cooperativas e da comunidade.	4,04	4,87	4,34	4,09	4,28	0,059
Benefícios com a intercooperação						
Fortalecimento das cooperativas de crédito e produção;	4,12	4,60	4,00	4,45	4,23	0,087
Credibilidade junto aos cooperados e comunidade.	3,62	4,00	3,59	4,18	3,80	0,092
Relacionamento na intercooperação						
Com os cooperados;	3,65	4,60	3,94	4,59	4,12	0,000
Atendimento na cooperativa de produção.	4,15	4,80	4,34	4,50	4,40	0,090

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

As diferenças de percepção identificadas no teste ANOVA, que merecem destaque foram sistematizadas por cooperativa, para melhor visualização dos resultados, apresentados na figura 28.

Cooperativa	Atributo avaliado	Concordância
Cooperativa COOPLEAGRI e CREDITAG Ji-Paraná	Empreendedorismo social ✓ Envolvimento coletivo e pensamento solidário.	MENOR
	Empreendedorismo coletivo ✓ Melhoria da comunicação.	MENOR
	Inovação de produto ✓ Seguros a valores mais acessíveis.	MENOR
	Inovação ambiental ✓ Apoio a projetos de produção orgânica e agroecológica.	MENOR
	Tecnologia social ✓ Seguros a valores mais acessíveis.	MENOR
	Motivos da intercooperação ✓ Organizar a produção; ✓ Possibilidade de trabalhar o cooperativismo de crédito e produção integrados; ✓ Possibilidade de financiar projetos demandados pelas cooperativas de produção para agregar valor aos produtos; ✓ Somar esforços para produzir mais benefícios e resultados para os associados; ✓ Incentivar o trabalho coletivo orientado para o desenvolvimento do cooperado, das cooperativas e da comunidade.	MENOR
	Relacionamento na intercooperação ✓ Com os cooperados; ✓ Atendimento na cooperativa de produção.	MENOR MENOR
Cooperativa COOAPROLIM e PAC da CREDITAG de Rolim de Moura	Empreendedorismo individual ✓ Aumento do sentimento de realização profissional e de satisfação pessoal.	MAIOR
Cooperativa COOPERANDREAZZA e CREDITAG de Ministro Andreazza	Empreendedorismo individual ✓ Incentivo para investimento nos sistemas produtivos; ✓ Aumento do sentimento de realização profissional e de satisfação pessoal.	MENOR MENOR
	Empreendedorismo social ✓ Envolvimento coletivo e predomina o pensamento de solidariedade.	MENOR
	Benefícios da intercooperação ✓ Fortalecimento das cooperativas de crédito e produção; ✓ Credibilidade junto aos cooperados e comunidade.	MENOR MENOR
Cooperativa COOPERCACOAL e PAC da CREDITAG em Cacoal	Benefícios da Tecnologia Social ✓ Melhoria da autoestima da mulher.	MENOR

Figura 28 – Diferenças de percepção entre cooperativas identificadas no teste ANOVA

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Essas diferenças trouxeram contribuições importantes para a pesquisa. Mesmo considerando uma boa concordância para os atributos que avaliam o empreendedorismo, inovação, tecnologia social e a intercooperação, conhecer as razões que levaram às diferenças apresentadas pode contribuir para o entendimento na prática das relações de cooperação, pois sob o ponto de vista teórico, as possibilidades e potencialidades da intercooperação parecem ilimitadas, conforme expõe Lago (2009).

Para obter respostas a estas questões, realizou-se entrevista focalizada com os presidentes das quatro cooperativas de produção (COOAPROLIM, COOPLEAGRI, COOPERANDREAZZA e COOPERCACOAL), pelo fato de os cooperados manterem contato mais frequente com as cooperativas de produção, estando, assim, os presidentes das cooperativas de produção com mais condições de responder a essas questões.

Esta etapa iniciou-se com o presidente da COOAPROLIM (cooperativa 2), para verificar a diferença de percepção apresentada da figura 28, no que se refere ao empreendedorismo individual, pelo fato de os cooperados expressarem mais concordância para o atributo sentimento de realização profissional e satisfação pessoal. O presidente informou que a cooperativa preza por um bom atendimento e transparência. “Não medimos esforços para atender às necessidades dos cooperados, mas, sem comprometer a saúde financeira da cooperativa”. Por outro lado, a cooperativa trabalha com transparência, possui um Conselho Fiscal atuante, não movimenta recursos em caixa (somente em banco) e, apresenta todos os relatórios financeiros, para apreciação dos cooperados.

A segunda entrevista focalizada foi realizada com a presidente da COOPLEAGRI. Essa cooperativa foi a que apresentou mais atributos com diferença de percepção e com menor concordância em relação às demais cooperativas de produção.

No que se refere à questão do envolvimento coletivo e pensamento de solidariedade, a presidente informou que no momento em que a pesquisa foi realizada, a cooperativa estava enfrentando problemas com o preço do leite e conflito de opiniões. Um grupo queria manter o produto na cooperativa e outro foi buscar melhor preço nos laticínios, o que levou a cooperativa a não trabalhar mais com o leite. Por essa razão, a atuação coletiva estava fragilizada.

Assim, a COOPLEAGRI passou a operar apenas com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do governo federal. Para desenvolver este trabalho, a cooperativa conta com as parcerias do Sindicato Rural e da Secretaria Municipal de Agricultura do município de Ji-Paraná, os quais colocam à disposição da cooperativa um caminhão para coleta dos produtos nas propriedades e entrega nas escolas.

Outra insatisfação apresentada pelos cooperados refere-se à comunicação. O fato é que muitos cooperados não possuem celular ou há dificuldades no sinal, em razão da distância. E, para fazer chegar até esses cooperados informações sobre reuniões ou outras notícias, a cooperativa utiliza-se de envio de comunicados pelos ônibus escolares. Ainda, segundo a presidente, quando o cooperado não participa das reuniões, a situação fica ainda mais difícil.

Quanto às modalidades de seguros a valores mais acessíveis ofertadas pela CREDITAG, para a presidente, o desconhecimento dos cooperados sobre esse produto ocorre pela falta de divulgação. Por essa razão, essa tecnologia social é pouco desenvolvida, e a cooperativa de crédito de Ji-Paraná é a unidade da CREDITAG que menos fez operações de seguros, desde a disponibilização do produto.

Quanto ao apoio para desenvolver projetos de produção orgânica ou agroecológica, a cooperativa tem realizado atividades com apoio do sindicato rural, mas a presidente entende que precisa avançar mais e conta com as parcerias para desenvolver este trabalho.

Para a presidente da COOPLEAGRI, o problema com o leite e a insatisfação com a cooperativa de produção por parte de alguns produtores levou a uma menor concordância na avaliação dos motivos que levaram à intercooperação das cooperativas de crédito e produção. E, com o espírito de cooperação em baixa, os problemas de relacionamento emergiram.

Quanto ao atendimento na cooperativa de produção, na entrevista, a presidente informou que a cooperativa não faz atendimento diário pelo fato de não possuir sede. As reuniões são realizadas em uma igreja. O arquivo de documentos é feito na casa da presidente e quando o cooperado necessita de algum documento ou qualquer solicitação da cooperativa, este deve dirigir-se à sua casa.

Mesmo diante de todas essas fragilidades, a presidente mostrou-se confiante com o trabalho que está sendo desenvolvido com os cooperados remanescentes, cujo objetivo é resgatar a COOPLEAGRI. Para isso, pensa em melhorar a qualidade de seus associados, com maior integração entre os que querem permanecer e devolver a cota parte daqueles que não acreditam mais na organização.

Como proposta para melhorar a sustentabilidade e alavancar o empreendimento, projeta-se construir uma mini indústria para operar com leite empacotado e queijo, e um escritório de atendimento. Para realizar este projeto, a cooperativa que é proprietária de 2 terrenos, pretende colocar à venda um dos terrenos e assim levantar recursos próprios para construir no outro. Segundo a presidente, a cooperativa não pensa em contrair dívidas, pois a conscientização do cooperado quanto a novos desembolsos é muito complicada. Por essa razão, as máquinas necessárias para a instalação da mini indústria serão solicitadas via emenda parlamentar.

A terceira entrevista foi realizada com o presidente da COOPERANDREAZZA. Ao expor os motivos da entrevista focalizada, o presidente relatou algumas situações que a cooperativa está vivenciando, as quais podem justificar avaliações menos expressivas nos atributos, elencados na figura 28. O fato de a cooperativa estar operando apenas com um

produto (café), com baixa na produção e no preço, fez com que alguns cooperados buscassem no mercado melhor preço, desestabilizando a cooperativa.

Com essa situação, o produtor sente-se mais avesso ao risco, apresentando-se menos incentivado para investimento nos sistemas produtivos.

Por outro lado, na opinião do presidente, o produtor está mais estabilizado e a cooperativa não atende mais as suas expectativas, o que pode justificar a avaliação menos expressiva para o atributo aumento do sentimento de realização profissional e de satisfação pessoal. Neste ponto de vista, cabe a orientação de Pereira *et al.* (2010), ao comentar que a diminuição da relação custo-benefício pode desencadear motivos que venham a desestabilizar os relacionamentos interorganizacionais.

Essa insatisfação com a cooperativa de produção, por parte de alguns produtores, levou, na opinião do presidente, a uma menor concordância na avaliação dos benefícios da intercooperação entre cooperativas de crédito e produção.

Por fim, foi realizada a entrevista com o presidente da COOPERCACOAL. O teste ANOVA identificou para esta cooperativa, somente um atributo com diferença de percepção, com avaliação menos expressiva, o qual trata-se da melhoria da autoestima da mulher. Sobre esse atributo, o presidente informou que as mulheres participam pouco das cooperativas e a presença masculina é mais representativa. Mas, pensa-se em projetos para engajar as mulheres, no desenvolvimento de atividades que melhorem a autoestima.

Quanto ao trabalho da COOPERCACOAL, no momento da pesquisa a cooperativa dedicava-se a projetos voltados para a melhoria da qualidade do café e a piscicultura, pensando na melhoria da renda e na qualidade de vida do produtor.

Observa-se pelos resultados apresentados nas entrevistas focalizadas com os presidentes das cooperativas de produção, que a insatisfação dos produtores está relacionada com as atividades desenvolvidas nas cooperativas de produção.

Por outro lado, faz-se necessário considerar o tempo de atuação do CREDITAG no Estado de Rondônia, assim como a priorização das necessidades mais urgentes dos produtores, no que se refere ao oferecimento do crédito, para melhoria da qualidade de vida no campo.

Todavia, esse conjunto de resultados ajuda a confirmar a necessidade de as cooperativas de crédito adotarem medidas de ampliação da interação com as cooperativas de produção, como uma de suas prioridades gerenciais. Assim, em uma segunda etapa, contribuir para o fortalecimento das cooperativas de produção, com a organização da produção.

4.2.8 Teste T de correlação

O Teste T de correlação é uma técnica estatística capaz de determinar se existe uma relação coerente e sistemática entre duas ou mais variáveis.

Para aplicação do Teste T foram selecionadas as seguintes variáveis: empreendedorismo x inovação; tecnologia social x inovação; e motivos x benefícios da intercooperação.

A escolha dessas variáveis deu-se pela forte interação entre elas, apontadas na literatura e em trabalhos acadêmicos, os quais enfatizam a capacidade empreendedora do inovador, a tecnologia como fonte de inovação e os benefícios esperados com aos relacionamentos entre organizações.

Na figura 29, evidencia-se o teste T de correlação entre empreendedorismo e inovação.

Atributos	Significância
Empreendedorismo x inovação	0,000

Figura 29 - Teste T Empreendedorismo x Inovação

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

No teste aplicado, obteve-se margem de erro zero. Esse resultado enfatiza o entendimento de vários autores (SCHUMPETER, 1982; BARON; SHANE, 2007; HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2009), de que o empreendedorismo e a inovação possuem forte interação, pela capacidade que o agente empreendedor possui de criar bens e serviços, propor novos modelos e formas de fazer as coisas que geram valor social. A inovação exige do inovador um espírito empreendedor (DRUCKER, 2007).

Atributos	Significância
Tecnologia social x inovação	0,000

Figura 30 - Teste T Tecnologia Social x Inovação

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

O teste T de correlação entre tecnologia social e inovação, apresentou margem de erro zero, figura 30. A correlação obtida remete ao pensamento de Schumpeter (1982), Souza e Souza (2008) e Rousselle (2011), os quais entendem inovação como sendo a aplicação dos aparatos tecnológicos ou organizacionais, com geração de valor social. No espaço da

tecnologia social, a inovação projeta-se para o campo da inovação social, cujas soluções visam e promovem mudança social.

Atributos	Significância
Motivos x benefícios na intercooperação	0,000

Figura 31 - Teste T Motivos x Benefícios da Intercooperação

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Nos relacionamentos interorganizacionais ou intercooperativos, a expectativa é que os benefícios gerados justifiquem a formação do relacionamento (CHILD; FAULKNER; TALLMAN, 2005; PEREIRA *et al.*, 2010), mantendo a satisfação da relação custo x benefício. Essa interação explica a correlação obtida no teste T, figura 31, entre motivos e benefícios da intercooperação, apresentando margem de erro zero.

4.2.9 Cruzamento de variáveis

O cruzamento de variáveis permite examinar de forma simultânea duas questões diferentes, com objetivo de oferecer novas constatações que possam melhorar a análise da pesquisa, no que se refere às questões analisadas.

O cruzamento foi realizado entre as seguintes variáveis: (1) incentivo para investimento nos sistemas produtivos x planos para melhorar a produção (tabela 30); (2) apoio a projetos de produção orgânica ou agroecológica x utilização de defensivos agrícolas (tabela 31); e (3) escolaridade x recebimento de assistência técnica (tabela 32), cujos resultados e análises estão apresentados a seguir.

Tabela 30 – Incentivo para investimento nos sistemas produtivos x planos para melhorar a produção

Incentivo para investimento nos sistemas produtivos			Planos para melhorar a produção		
Escala	Fr	Perc (%)	Plano	Fr	Perc (%)
1	2	2,4	Ampliação da área plantada	26	31,3
2	4	4,8	Mais irrigação	17	20,5
3	21	25,3	Diversificação da produção	10	12
4	26	31,3	Outros (melhorar genética, qualidade produto)	30	36,1
5	30	36,1			
Total	83	100,0		83	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

O cruzamento das variáveis: incentivo para investimento nos sistemas produtivos (expressão de empreendedorismo) x planos para melhorar a produção, evidenciados na tabela 30, explica que, quanto maior a concordância no empreendedorismo, mais definida é a posição dos cooperados no que se refere aos planos para melhorar a produção, em projetos que envolvem ampliação, diversificação e irrigação da produção e melhoria da qualidade dos produtos.

Tabela 31 - Apoio a projetos de produção orgânica ou agroecológica x utilização de defensivos agrícolas

Apoio a projetos de produção orgânica ou agroecológica			Utilização de defensivos agrícolas			
Escala	Fr	Perc (%)	Tipo de defensivo	Fr	Perc (%)	
1	10	8,9	Natural	10	10,5	
2	21	18,8	Químico	82	86,3	
3	30	26,8	Não utiliza	3	3,2	
4	20	17,9				
5	31	27,7				
Total	112	100,0		95	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A tabela 31 apresenta a opinião dos respondentes quanto ao apoio a projetos de produção orgânica ou agroecológica, na qual 72,4% concordam que recebem apoio para desenvolver projetos dessa natureza. No entanto, 86,3% dos cooperados afirmaram utilizar defensivo químico nas atividades produtivas e apenas 10,5%, utilizam defensivo natural.

Do ponto de vista ambiental, a agricultura orgânica é uma boa alternativa, pois tem como proposta o uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde e outros mecanismos, não agressivos ao meio ambiente. A agricultura sem a utilização de fertilizantes químicos nem agrotóxicos tem por princípio preservar o meio ambiente.

A agroecologia é o modelo de agricultura que mais se aproxima do modelo sustentável de produção de alimentos. Inclui fatores sociais, como a geração de trabalho e renda, a promoção de educação, do aperfeiçoamento técnico e da qualidade de vida, além do estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, de forma a reforçar o enraizamento das famílias rurais.

Tabela 32 - Escolaridade segundo o recebimento de assistência técnica

Escolaridade	Recebe assistência técnica				Total	Perc (%)
	Não		Sim			
Nível	Fr	%	Fr	%		
Ensino fundamental incompleto	27	49,1	28	50,9	55	100,0
Ensino fundamental completo ou acima.	17	42,5	23	57,5	40	100,0
Total	44	46,3	51	53,7	95	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Observando o número de cooperados, segundo o nível de escolaridade, verifica-se que, 55 respondentes possuem o ensino fundamental incompleto e 40 cooperados possuem ensino fundamental completo ou acima. Dentre os cooperados que possuem o ensino fundamental incompleto, 50,9% declararam receber assistência técnica, e 49,1, declararam que não a recebem. Já, entre os entrevistados que possuem nível de escolaridade de ensino médio fundamental completo ou acima, 57,5%, afirmaram receber assistência técnica.

Essa constatação é encontrada, também, nos resultados do censo Agropecuário/2006, o qual indica que o nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento tem uma forte relação com o recebimento de orientação técnica. Dos produtores com instrução igual ou inferior ao ensino médio incompleto, apenas 16,8% receberam assistência técnica, enquanto para os produtores com ensino fundamental completo este percentual sobe para 31,7%. Para os produtores com nível superior, excetuando-se aqueles com formação em ciências agrárias e veterinária, a assistência técnica alcança 44,7% dos estabelecimentos.

4.2.10 Integração entre as cooperativas de crédito e produção na relação de intercooperação

Para os autores como Ebers (1997), Zineldin e Dodourova (2005) e Verschoore e Balestrin (2008), os relacionamentos interorganizacionais são motivados, principalmente, por motivos financeiros, tecnológicos, estratégicos e gerenciais, mas, também, por razões que contribuem com o processo de conhecimento e de aprendizagem.

Desta forma, esta seção teve como objetivo verificar quais as interações e atividades que as cooperativas de crédito e produção desenvolvem na relação de intercooperação.

Os relatos dos presidentes das cooperativas de produção apontam motivos, desafios e fragilidades da relação de intercooperação, ao mesmo tempo em que, deixa evidente que trata se de um processo em construção.

Foram realizadas entrevistas focalizadas, com os quatro presidentes das cooperativas de produção (COOPLEAGRI, COOAPROLIM, COOPERANDREAZZA e COOPERCACOAL. Na ocasião, os presidentes das cooperativas de produção relataram as atividades desenvolvidas na relação de intercooperação.

Este trabalho iniciou-se com a cooperativa de produção COOAPROLIM. Na sequência realizou-se entrevistas com o presidente da COOPLEAGRI, COOPERANDREAZZA e COOPERCACOAL.

Quando questionados sobre a importância da cooperativa de crédito para os cooperados e para as cooperativas de produção, os presidentes informaram que, para os cooperados que são associados das duas cooperativas, foi uma conquista, um grande avanço e com o apoio do crédito e da produção, os problemas ficam mais fáceis de serem resolvidos.

Quanto à intercooperação, o presidente da COOAPROLIM relatou que a relação é mais financeira, envolvendo movimentação de conta corrente, pagamento a cooperados e contas da cooperativa. “Para a COOAPROLIM, a CREDITAG é mais vantajosa, as taxas de manutenção são mais acessíveis”. No entanto, ele afirmou que para aumentar o volume de operações com a cooperativa de crédito, esta precisa reconstruir a sua imagem para ganhar mais associados da COOAPROLIM. E, acrescentou “quando os sócios são comuns, fortalece as duas cooperativas”, pois favorece o planejamento conjunto e a otimização dos recursos.

Na oportunidade o presidente explicou porque muitos cooperados da COOAPROLIM não são associados da CREDITAG. Uma das principais razões expostas refere-se ao fato da CREDITAG, ao participar de reuniões na cooperativa de produção, fazer propagandas de produtos e serviços, mas, posteriormente, no momento em que o cooperado foi em busca do produto oferecido, houve desencontro de informações. Esta situação deixou os produtores aborrecidos com a cooperativa de crédito. Além dessa justificativa, há o fato de muitos cooperados da COOAPROLIM, possuírem propriedades em outros municípios e o deslocamento até a CREDITAG não favorece o cooperado.

Sobre como mudar esse quadro, o presidente informou que, a CREDITAG precisa fazer um trabalho de conscientização profundo, em parceria com os sindicatos e outros órgãos representativos.

Para a COOPLEAGRI, COOPERCACOAL e COOPERANDREAZZA, a relação de intercooperação envolve motivos financeiros, gerenciais e jurídicos, pelo fato dessas cooperativas estarem credenciadas ao CREDITAG/BASE. O que favorece questões relacionadas à organização contábil, fiscal, gerencial e jurídica, além dos serviços de orientação financeira, sem custos para as cooperativas, por meio da gestão compartilhada.

Quanto aos motivos financeiros, as cooperativas movimentam conta corrente, pagamento a cooperados e de despesas das cooperativas.

No que se refere a projetos de expansão demandados pelas cooperativas de produção, estes informaram não terem solicitado, pelo fato do CREDITAG/RO não operar, ainda, com

recursos oficiais, pois, os juros são subsidiados. No entanto, a partir do credenciamento do CREDITAG/RO a uma central de crédito, pensa-se em desenvolver projetos conjuntos para avançar na organização da produção.

A partir dos resultados da pesquisa, a relação de intercooperação entre cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG/RO e cooperativas de produção está estruturada, conforme evidenciado na figura 32.

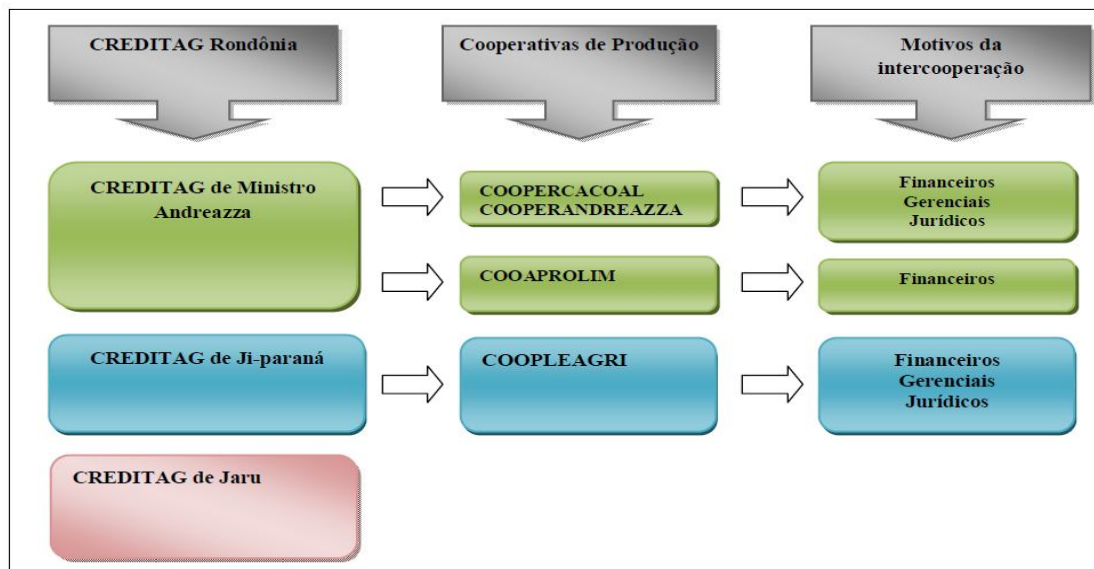


Figura 32 – Estrutura da relação de intercooperação estudada

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2012)

Antes de abordar a posição do CREDITAG Rondônia na relação de intercooperação, é importante inserir nessa discussão, o contexto no qual se desenvolveu a agricultura familiar no Estado de Rondônia.

O processo de povoamento de Rondônia foi considerado relativamente lento até a década de 1970, quando passou por uma acelerada progressão em razão da chegada à região de milhares de migrantes procedentes das regiões sul, sudeste, nordeste e até mesmo do centro-oeste do país, expropriados de suas regiões (MENDES, 2011). Esse processo foi incentivado com a abertura da BR-364 e por notícias da existência de terras férteis e baratas em Rondônia. O fluxo migratório proveniente do Estado do Paraná compôs mais de 40% dos colonos assentados em Rondônia na década de 1970, mas também de grileiros, o que ocasionou muitos conflitos pela posse de terras (SOUZA; PESSÔA, 2009).

E, para incentivar a instalação de indústrias nacionais e estrangeiras na região, o Governo Federal criou incentivos fiscais financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e pelo BASA – Banco da Amazônia.

O programa de incentivos fiscais para a Amazônia, financiados por intermédio da SUDAM e do BASA, fomentou a pecuária e a transformou no principal instrumento de ocupação da região Amazônia a partir dos anos 60, com a instalação de grandes empreendimentos agropecuários (PEREIRA, 1997).

A ocupação descontrolada causou efeitos perversos sobre o meio ambiente, dando origem a inúmeros conflitos de posse de terra, altas taxas de desmatamento, degradação do solo em áreas de ocupação agropecuária, altos índices de desistência de agricultores em projetos de assentamento, poluição hídrica e extração não sustentável de madeira (PEREIRA, 1997).

Com isso, muitos produtores, viram-se em situação de risco, em função da expansão desordenada pela exploração agropecuária e concentração fundiária, o que desencadeou um processo de desenvolvimento desigual para todo o território rondoniense.

Retomando a análise do mapa que trata da relação de intercooperação (figura 32), fica evidente a posição da CREDITAG Rondônia, que em suas agências nos municípios de Ministro Andreazza e Ji-Paraná relacionam-se com as cooperativas de produção, com destaque para a agência de Ministro Andreazza que tem ações de intercooperação com as cooperativas COOPERCACOAL e COOPERANDREAZZA, tendo como motivos de intercooperação questões financeiras, gerenciais e jurídicas. Já, com a COOAPROLIM, a agência da CREDITAG Andreazza mantém apenas motivos financeiros na intercooperação. A agência da CREDITAG, no município de Ji-Paraná, mantém relações com a COOPLEAGRI, cujos motivos de intercooperação envolvem os aspectos financeiros, gerenciais e jurídicos.

Diante deste quadro, pode-se explicar os motivos que levaram a intercooperação entre a CREDITAG Rondonia e as Cooperativas de Produção estudadas, pela necessidade criada pelo processo de ocupação territorial, com elevado processo migratório e a dinâmica de desenvolvimento produtivo e econômico ocorrido na região, o qual não pode contar com os sistemas estruturados de políticas públicas de suporte financeiro, educacional de base e conhecimento em gestão empresarial, o que reflete nas necessidades ainda hoje de suporte aos processos gerenciais nos empreendimentos produtivos, bem como dos aspectos jurídicos.

Conforme IPEA (2010) e tabela 5, no meio rural brasileiro prevalece um baixo nível de escolaridade. Assim, o compromisso das cooperativas é ainda maior, no sentido de

melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento social, por meio de um processo educativo e participativo, fortalecendo os indivíduos para a autonomia.

Essa realidade é constatada por Singer (2000) e Gaiger (2007), ao destacarem que os empreendimentos econômicos solidários são criados por trabalhadores de baixa escolaridade, que não possuem qualquer conhecimento relacionado ao negócio e que tais fragilidades reduzem o desempenho dos empreendimentos.

Nesse sentido, as cooperativas de produção estudadas encontram no CREDITAG Rondônia e nos parceiros da relação de intercooperação, suporte para superar limitações nos aspectos gerenciais, financeiros e jurídicos, conforme mostra a figura 32 e, como extensão agregam mais conhecimento no sentido de ganhar autonomia no processo de gestão, coesão e qualificação de seus membros.

Em suma, pode-se dizer que a relação de intercooperação em estudo, com base nos resultados apresentados, tem promovido melhorias na qualidade de vida do produtor e nas estruturas produtivas, com mais geração de oportunidades. O quadro 40, mostra em que aspectos, a relação de intercooperação contribui para avanços na operacionalização das dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Social	Inserção social e produtiva; geração de renda e mais qualidade de vida no campo; melhoria do nível de conhecimento; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.
Ambiental	Proteção da integridade dos recursos naturais (poucos avanços); Diversificação da produção.
Econômica	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; Melhoria da infraestrutura produtiva.
Cultural	Tolerância com a diversidade cultural; Estabelecimento de respeito e estímulo às diferenças, valores e saberes locais de cada população.
Territorial / Espacial	Superação das disparidades interregionais; Uso do território de acordo com as suas reais potencialidades.
Humana	Apoio mútuo para soluções de problemas comuns.
Política nacional	Governança democrática e participativa; um nível razoável de coesão social; Capacidade de implementar parcerias.
Ética	Estabelecimento de valores de uma sociedade justa, igualitária e solidária.

Quadro 40 - Dimensões do Desenvolvimento Sustentável presentes na relação de intercooperação.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2012)

E, para a proposição teórica da pesquisa, a relação de intercooperação em estudo, evidenciou as cooperativas como promotoras do empreendedorismo, inovação social e tecnologias sociais, oferecendo condições para que a autoestima dessas populações seja resgatada, incentivando a sua integração social e produtiva, conforme quadro 41.

Categorias	Resultados apontados
Empreendedorismo	<p>Realização profissional e satisfação pessoal; estímulo para ampliação e melhoramento do sistema produtivo; estímulo à participação e inovação; interesse por novos conhecimentos; autoconfiança e determinação; busca de novas oportunidades;</p> <p>Intercooperação como mecanismo de ajuda mútua entre as cooperativas; evolução de um comportamento individual para um comportamento coletivo e mais solidário;</p> <p>Constituição das cooperativas de crédito, configurando-se como uma solução coletiva para um problema comum, acesso ao crédito; ganhos econômicos, sociais e financeiros; melhoria da integração social (cooperativas, cooperados e comunidade);</p> <p>Estímulo ao desenvolvimento produtivo, favorecendo a geração de emprego e renda; abertura de novos canais de produção e comercialização.</p>
Inovação social	<p>Atendimento igualitário e inclusivo;</p> <p>Inclusão social e bancária;</p> <p>Melhoria do nível de conhecimento;</p> <p>Geração de renda e mais qualidade de vida no campo;</p> <p>Melhoria das estruturas produtivas;</p> <p>Integração social, humana e produtiva.</p>
Tecnologia social	<p>Linhas especiais de financiamentos para custeio e investimento na produção, veículos, motos, eletrodomésticos, móveis, computadores, telefonia rural, material escolar, etc., em condições mais vantajosas e com mais facilidade;</p> <p>Gestão compartilhada;</p> <p>Microcrédito e serviços bancários em condições mais vantajosas e com mais facilidade;</p> <p>Capital de giro para as cooperativas de produção à juros mais acessíveis e com mais facilidade;</p> <p>Assessoria e educação financeira de crédito consciente e planejado;</p> <p>Seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e equipamentos), à valores mais acessíveis.</p>

Quadro 41 – Síntese dos resultados da pesquisa para o empreendedorismo, inovação social e tecnologia social.
 Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2012)

A partir dessa constatação, o *framework* proposto é considerado adequado e fica assim definido, conforme figura 33:

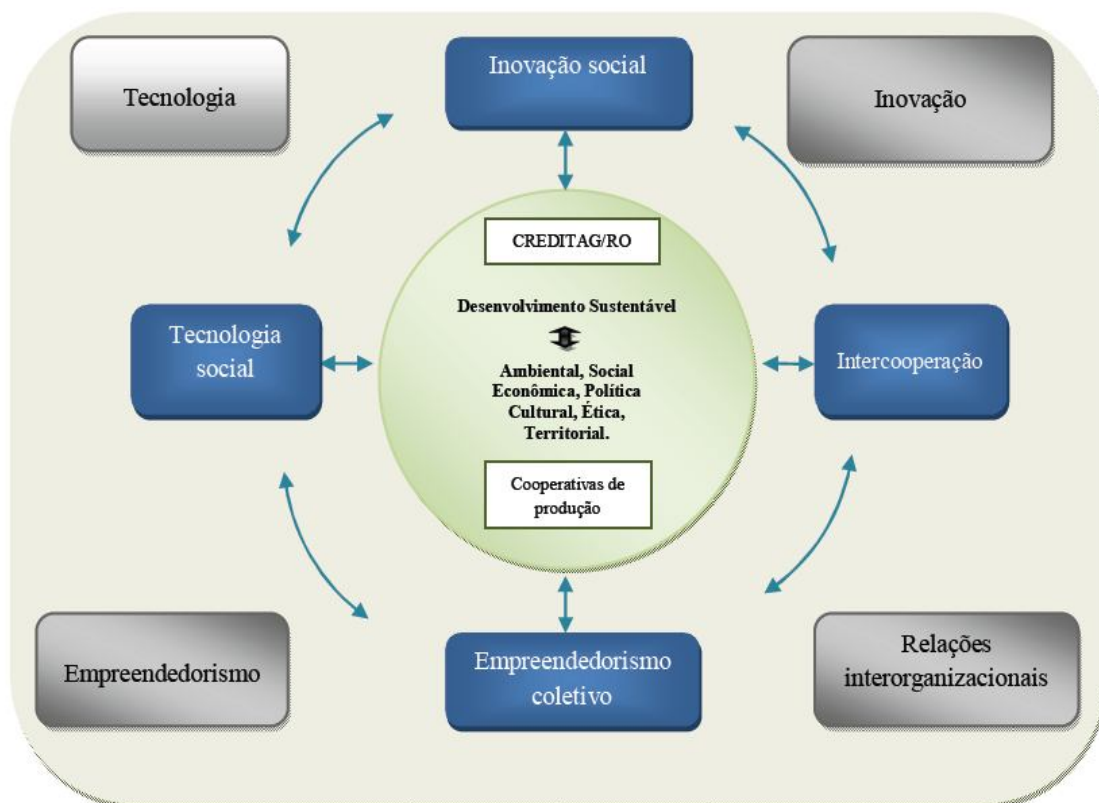


Figura 33 - *Framework* integrando proposição teórica e objeto de estudo

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhadores do meio rural e urbano perceberam que há caminhos alternativos para realizar suas aspirações e viver com mais dignidade. Basta projetar as oportunidades e ter iniciativa e, a partir dessa concepção, desenvolver produtos e serviços e fazê-los chegar aos que deles necessitam.

A partir desse pensamento, retomam-se os argumentos dessa tese, para na sequência expor as considerações que finalizam esse estudo.

As iniciativas econômicas locais, criadas por trabalhadores e agricultores sob o princípio de igualdade de direitos e oportunidades, processos democráticos e participativos, como associações e cooperativas, principalmente as vinculadas à Economia Popular e Solidária, tem sido tratadas como novas maneiras de fazer as coisas, como espaços coletivos promovedores de empreendedorismo, inovação social e tecnologia social, pelo fato de favorecerem a inclusão social e produtiva, com a melhoria do bem-estar dos indivíduos e da comunidade e, nessa lógica, contribuir com a operacionalização do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, partindo-se desse pressuposto, definiu-se a seguinte questão de pesquisa: a relação de intercooperação entre sistema CREDITAG e suas associadas, cooperativas de produção agrícola, está promovendo, de forma sustentável, empreendedorismo coletivo, inovação social e tecnologia social? Foi ancorado nessa questão, que o estudo foi desenvolvido.

Desta forma, busca-se, então, alinhar os objetivos do estudo, questão de pesquisa exposta, com os achados empíricos e teóricos.

A análise do empreendedorismo, na dimensão individual, evidenciou que a relação de intercooperação tem estimulado o produtor à participação e à inovação, oferecendo maiores condições para a realização profissional e satisfação pessoal; e tem despertado o interesse do produtor por novos conhecimentos, assim como autoconfiança e determinação. Esses atributos são confirmados quando o produtor se diz incentivado para promover ampliação e melhoramento do sistema produtivo e buscar novas oportunidades.

O empreendedorismo social ficou evidente pela missão social central e explícita da relação de intercooperação, a qual consiste na ajuda mútua entre as cooperativas, para somar esforços no sentido de estimular a produção dos agricultores familiares rurais, em prol da

melhoria da qualidade de vida no campo e, ao contribuir para a evolução de um comportamento individual para um comportamento coletivo e solidário

A presença do empreendedorismo coletivo, ficou demonstrada pela existência da própria relação de intercooperação, que se deu a partir da necessidade dos produtores em ter acesso a crédito, caracterizando um problema comum, com solução coletiva na constituição das cooperativas de crédito. Essa relação trouxe ganhos de natureza econômica, social e financeira, assim como melhoria da integração social (cooperativas, cooperados e comunidade) e estímulo ao desenvolvimento produtivo, favorecendo a geração de emprego e renda.

Na questão da inovação, verificou-se na relação de intercooperação em estudo, a presença dos 7 tipos de inovação. Na inovação em produto destaca-se: financiamentos para custeio e investimento na produção, veículos, moto, maquinários, eletrodomésticos, computadores, telefonia rural, material escolar, etc.; microcrédito para empréstimo pessoal; capital de giro para as cooperativas de produção; pagamento de recursos da CONAB (programas: compra antecipada de produção para formação estoques, PAA, PNAE), como meio de facilitar o atendimento ao cooperado; e seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e equipamentos).

De acordo com as inovações em produto identificadas, pode-se dizer que as cooperativas de crédito buscam, principalmente, democratizar as relações econômicas, de atender as necessidades básicas de seus associados, o que as diferencia do sistema bancário convencional.

Na inovação em processo tem-se: desburocratização e agilidade na análise de documentos e liberação de recursos; e aquisição *softwares* (programa aplicativos: notas fiscais e gerencial). A desburocratização e a agilidade incorpora ao CREDITAG características de um empreendimento solidário e o fortalecimento de seu papel junto aos cooperados e comunidade.

Na inovação em *marketing* destaca-se: os eventos sociais (festas, confraternização, sorteios); como a inovação mais expressiva, avaliada pelos pesquisados.

Na inovação organizacional, identificou-se como principais: melhoria na gestão e a assessoria contábil e financeira. A assessoria jurídica foi contratada alguns dias após a realização da pesquisa, não integrando as inovações avaliadas. Essas ações, de apoio às cooperativas de produção oferecem oportunidades para que os empreendimentos possam mudar os rumos dos problemas relacionados, principalmente, à gestão.

Quanto à inovação interorganizacional, vale ressaltar que nesses quatro anos de atividade, o CREDITAG/RO obteve apoio de importantes parceiros, visando a consecução dos objetivos organizacionais e o fortalecimento da relação de intercooperação, as quais destacam-se: parceira com sindicatos, federações e confederações; com a Central CRESOL; parceria com a CONAB; e parceira com Banco do Brasil.

Na inovação ambiental, tem-se com maior expressividade a diversificação da produção. A inovação ambiental não apresentou resultados relevantes, no sentido de incentivar a produção orgânica ou agroecológica. Os esforços dos empreendimentos foram direcionados para solucionar os problemas mais urgentes, no tocante à melhoria dos meios de produção, para mais geração de emprego e renda.

Por fim, tem-se a inovação social, as quais destacam-se como principais: atendimento igualitário e mais inclusivo; inclusão bancária; melhoria no nível de conhecimento; geração de renda e mais qualidade de vida no campo; melhoria das estruturas produtivas; e integração social, humana e produtiva.

Os resultados da inovação social demonstram que, apesar dos limites históricos e estruturais que dificultam o processo de cooperação, os agricultores familiares, têm criado experiências econômicas coletivas que lhes oferecem condições de mudar a realidade, em questões sociais e econômicas, viabilizando serviços e produtos dando novo dinamismo às suas atividades produtivas.

Na análise das tecnologias sociais, identificou-se como principais tecnologias: linhas especiais de financiamentos para custeio e investimento na produção, veículos, motos, eletrodomésticos, móveis, computadores, telefonia rural, material escolar, etc., em condições mais vantajosas e com mais facilidade; junção das cooperativas de crédito e produção no mesmo Sistema CREDITAG (gestão compartilhada); e microcrédito e serviços bancários em condições mais vantajosas e com mais facilidade.

Os respondentes reconhecem o potencial dessas tecnologias sociais e que as mesmas tem respondido às suas necessidade. Como benefícios para os cooperados destacam-se: crédito e manutenção de contas com taxas reduzidas; financiamentos de eletrodomésticos, computadores, telefonia rural e material escolar. Essa linha de financiamento é conhecida como “bem-estar familiar”, que permite aos associados adquirir os bens e serviços à vista, livrando-se dos juros exorbitantes praticados pelas lojas nas compras a prazo e negociar um melhor preço, viabilizando aos associados condições de adquirir esses bens e em condições mais vantajosas. Diferentemente dos créditos dirigidos, ofertados pelo mercado bancário

convencional, a disponibilização dessas modalidades de financiamentos expressa uma real preocupação com as demandas dos cooperados, princípio básico das organizações solidárias.

Foi possível constatar que a preocupação com o Desenvolvimento Sustentável existe, no entanto, a dimensão social possui um papel mais notável no que se refere às demandas do produtor. Enquanto, com relação à dimensão ambiental, ações necessitam ser implementadas e executadas.

As inovações introduzidas, as tecnologias sociais desenvolvidas e a própria relação de intercooperação deixa evidente uma grande preocupação das cooperativas com a melhoria da qualidade de vida e de remuneração dos produtores rurais familiares.

Neste sentido, a relação de intercooperação em estudo é percebida pelos dirigentes, parceiros e cooperados, como uma possibilidade de melhorar os negócios dos cooperados e o desempenho das cooperativas que integram a relação. Assim, o presente estudo reforça as concepções teóricas acerca do princípio da intercooperação, como um caminho alternativo para o fortalecimento das cooperativas, mas, sobretudo, nas questões relacionadas à criação de novas oportunidades para o desenvolvimento das comunidades.

Esse conjunto de resultados ajuda a confirmar que as instituições participantes da relação de intercooperação apresentam potencial para proporcionar a inclusão social, produtiva e bancária, contribuir para o equacionamento de problemas de ordem econômica, financeira e social dos cooperados e para a geração de empregos e renda e para o desenvolvimento das comunidades locais.

Outro objetivo da pesquisa foi o de verificar a presença de sustentabilidade nos sistemas produtivos dos cooperados participantes da relação de intercooperação, relacionados com as três dimensões centrais do Desenvolvimento Sustentável.

Na dimensão ambiental, a pesquisa identificou problemas relacionados à incorreta destinação do lixo, alto uso de agrotóxicos e contaminação dos solos e água com defensivos químicos.

Na dimensão social, os problemas estão relacionados à baixa escolaridade dos produtores, falta de assistência à saúde, saneamento básico e falta de interesse pelas atividades rurais.

Já, na dimensão econômica, identificou-se baixa renda familiar, falta de assistência técnica e tecnologia, necessidade de financiamentos para continuidade dos projetos relacionados à produção e dependência de recursos externos como sementes.

É importante lembrar que essas questões são consequências do atraso social provocado pelas políticas de desenvolvimento adotadas pelo Brasil, no passado, com geração de pobreza,

desigualdade e exclusão no campo. Embora haja um esforço importante por partes dos governos para superá-los, há muitos desafios a vencer.

No sentido de contribuir para a mudança dessa realidade, o CREDITAG Rondônia, ao incorporar cooperativas de produção em um processo de gestão compartilhada, entende que a organização do trabalho rural em cooperativas, implica necessariamente na compreensão dessa realidade cultural dos trabalhadores, marcado pelo individualismo oriundo do processo de colonização na disputa de terras e pela baixa escolaridade de seus associados, o que traz limitações nas questões relacionadas à gestão dos empreendimentos, ao processo de cooperação e a integração social nas cooperativas. Implica, ainda, na dificuldade de acesso e de compreensão às orientações técnicas, reproduzindo os danos ambientais e à saúde da população.

Inserida nesse contexto cultural, a relação de intercooperação apresentou algumas fragilidades, as quais destacam-se: (1) melhoria na comunicação e informação; (2) melhoria no relacionamento interno nas cooperativas de produção; (3) fortalecimento do espírito de cooperação; (4) melhoria nas ações de apoio às cooperativas de produção; e (5) melhoria nas ações para avanços na dimensão ambiental.

Mesmo considerando as fragilidades expostas, as cooperativas, integrantes da relação de intercooperação exercem um papel ativo de reinvenção, criando a partir das necessidades locais, formas alternativas para suprir as lacunas que o mercado e o Estado não conseguem preencher no curto prazo, dando novo dinamismo aos produtores familiares, por meio dessa proposta de intercooperação.

Essa potencialidade pode ser ainda mais explorada com o apoio dos parceiros na implementação de ações que venham contribuir com o fortalecimento das cooperativas de crédito e produção, bem como na superação das fragilidades identificadas.

As iniciativas econômicas locais exercem papel importante na superação desse quadro, contribuindo com a reinserção social e produtiva de trabalhadores, ocupando espaço no processo de desenvolvimento. A eficiência da capacidade organizacional dos produtores destaca-se como um caminho para melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de ganhar escala, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra.

A análise dos resultados demonstrou que a relação de intercooperação pode ser tratada como uma inovação social que contribui para melhoria da qualidade de vida dos produtores, para o fortalecimento das organizações integrantes e para o Desenvolvimento Sustentável.

A relação de intercooperação possui condições de oferecer um ambiente que permita aos cooperados o desenvolvimento de suas *capabilities*, removendo as várias restrições

impostas, a partir da criatividade, liberdade, inovação e qualidade de vida, de forma que o aumento da renda seja apenas um meio para se obter bem-estar.

Por fim, cabe expressar que o estudo ora empreendido pode oferecer contribuições para avanços teóricos relacionados aos processos e espaço de formação de inovações sociais e para o conhecimento das tecnologias sociais desenvolvidas nesses ambientes. Quanto ao princípio da intercooperação, contribuições no sentido de evidenciar novas ferramentas como, por exemplo, a gestão compartilhada, que possam incentivar a prática desse princípio cooperativo, que consta do Modelo de Gestão Cooperativo desde sua concepção no século XIX.

Outra contribuição refere-se à possibilidade de observar em uma mesma organização a presença de inovação social, tecnologia social e empreendedorismo coletivo, permitindo assim, a identificação de suas interrelações, e suas contribuições com a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável.

Mesmo considerando as contribuições oferecidas por este estudo, cabe mencionar a existência de lacunas, as quais podem ser supridas por estudos posteriores e que se evidenciam como limitações deste trabalho.

Estudos da intercooperação podem, também, explorar aspectos que demonstrem: a prática de gestão compartilhada; o processo de gestão democrática; geração de conhecimento e troca de experiências; aprendizagem; perfil da liderança; mercado; estratégias, etc.

Outro campo para pesquisas futuras refere-se ao estudo da implementação de tecnologias sociais em ambientes cooperativos e intercooperativos que possam contribuir para a disseminação e reaplicação de tecnologias sociais.

Para a questão da sustentabilidade, propor estudos que evidenciem a preocupação ambiental nos relacionamentos intercooperativos, visto que o econômico e o social são inerentes ao modelo cooperativista. Ainda, no cooperativismo, explorar aspectos que demonstrem como as cooperativas tem alinhado as suas ações ao desenvolvimento de *capabilities* de seus associados.

REFERÊNCIAS

ABOUZEEDAN, Adli; HEDNER, Thomas. Innovation and entrepreneurship - new themes for new times. **Annals of Innovation & Entrepreneurship**, v. 1, n. 1, pp. 1-3, 2010.

ABRAMO, Laís *et al.* **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente**. CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In.: **Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas**. Brasília. CEPAL. Escritório no Brasil/DFID, 2003.

ACI - Aliança Cooperativa Internacional. Disponível em:
<<http://www.ica.coop/coop/principles.html>> Acesso em: 22 jul. 2010.

AGAZZI, Evandro. El impacto epistemológico de la tecnología. Argumentos de razón técnica. **Revista Española de Ciencia, Tecnología e Sociedad, y Filosofía de la Tecnología, Sevilla**, n. 1, p. 17-32, 1998. Disponível em:
<<http://www.argumentos.us.es/numero1/agazzi.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

AGENDA 21. disponível em:<<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>>. Acesso em: 15 mai. 2010.

ALBERT, Consuelo E. Izquierdo. La globalización neoliberal. Tendências fundamentais. Impacto en el cooperativismo. In. RUBIO, Mario Radrigán (Coord). **El Rol de las Cooperativas en un Mundo Globalizado**. Universidade de Chile, 2007.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Associativismo. In. CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

AMATO NETO, João. **Redes de cooperação produtiva e Clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas: Fundação Vanzolini, 2000.

ANCOSOL. **Associados ao sistema Ancosol**. Disponível em:
<<http://www.ancosol.org.br/associados.php>> Acesso em: 15 set. 2012.

ANDRADE, Thales de. Inovação tecnológica e meio ambiente: a construção de novos enfoques. **Ambiente & Sociedade**, vol. VII, nº. 1, pp. 90-105, jan./jun. 2004.

ANDRÉ, Isabel; ABREU Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81, pp. 121-141, 2006.

ASHOKA. **O perfil do (a) Empreendedor (a) Social**. Disponível em:
<<http://www.ashoka.org.br/empreendedor-social/quem-e/>>. Acesso em 24 mai. 2010.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2003.

BACHMANN, Reinhard. Trust, power and control in trans-organizational relations. **ESRC Centre for Business Research, University of Cambridge**. Working paper no. 129, june, 1999.

BAGHERI, Ali; HJORTH, Peder. Planning for Sustainable Development: a Paradigm Shift Towards a Process-Based Approach. **Sustainable Development**, 15, pp. 83–96, 2007.

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge Renato; REYES JUNIOR, Edgar. O Campo de Estudo sobre Redes de Cooperação Interorganizacional no Brasil. **RAC**, v. 14, n. 3, pp. 458-477, Mai./Jun., 2010.

BAREGHEH, Anahita; ROWLEY, Jennifer; SAMBROOK, Sally. Towards a multidisciplinary definition of innovation. **Management Decision**, vol. 47, no. 8, pp. 1323-1339, 2009.

BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo**: uma visão do processo. São Paulo: Thomson Learning, 2007. Tradução de: All Tasks.

BARRINGER Bruce R.; HARRISON, Jeffrey S. Walking a Tightrope: Creating Value Through Interorganizational Relationships. **Journal of Management**, vol. 26, no. 3, pp. 367–403, 2000.

BAUMGARTEN, Maíra. Ciência, tecnologia e desenvolvimento – redes e inovação social. **Parcerias estratégicas**, n. 26. Brasília (DF), junho 2008.

BEEBY, Mick; BOOTH, Charles. Networks and inter-organizational learning: a critical review. **The Learning Organization**, v.7, n.2, pp.75-88, 2000. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=882588&show=abstract>> Acesso em: 01 jul. 2010.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre, Coojournal: Recife, Assocene, 1980.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009. Tradução de: Elizamari Rodrigues Becker *et al.*

BEST, Michael. **The new competition**: institutions of industrial restructuring. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Tradução de: Vera Ribeiro.

BOSCHEE, Jerr; MCCLURG, Jim. **Towards a better understanding of social entrepreneurship**: some Important Distinctions, pp. 1-7, 2003. Disponível em: http://www.se-alliance.org/better_understanding.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

BOSSINK, Bart. A. G. The interorganizational innovation processes of sustainable building: A Dutch case of joint building innovation in sustainability. **Building and Environment**, pp. 1-7, 2007.

BRASIL. Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo**, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 11 nov. 2011.

BRASIL. Instrução Especial/INCRA/nº. 20, de 28 de maio de 1980. **Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município**, previsto no Decreto nº. 84.685 de 06 de maio de 1980. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/pdf/11097027.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. **Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4595.htm> Acesso em: 15 dez. 2011.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

BURRESS, Molly J.; COOK, Michael L. A primer on collective entrepreneurship: a preliminary taxonomy. **University of Missouri, Department of Agricultural Economics**, Working Paper, pp. 1-32, 2009.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In. IOSCHPE, Evelyn Berg. **3o. Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, Georgia O. Sustainable development: is it achievable within the existing international political economy context?. **Sustainable Development**, Malden, v. 9, n. 2, pp. 61-73, 2001.

CARVALHO, Marília Gomes de. Tecnologia, Desenvolvimento Social e Educação Tecnológica. **Revista Educação & Tecnologia**. Curitiba: Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, pp.70-87, julho de 1997.

CASEY, Mary. Partnership – success factors of interorganizational relationships. **Journal of Nursing Management**, vol. 16, pp. 72–83, 2008.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Inovação social e desenvolvimento. In. FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza (Orgs.). **Inovações sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. (COLEÇÃO INOVA, V. 2).

_____. Empreendedor, empreendedorismo e empresa. In. SILVA JÚNIOR, Roberto Gregório (Coord.). **Empreendedorismo tecnológico**. Curitiba: IEP, 2009.

CHANTIER DE L'ÉCONOMIE SOCIALE. **Social economy and community economic development in Canada**: next steps for public policy, 2005. Montréal (Québec).

CHILD, John; FAULKNER, David; TALLMAN, Stephen. **Cooperative strategy: managing alliances, networks and joint ventures**. Oxford University Press: second edition, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHOUINARD, Omer; FORGUES, Éric. Collective entrepreneurship and regional development: case Study of a New Brunswick cooperative. **Journal of Rural Cooperation**, vol. 30, no. 2, pp. 79-94, 2002.

CNC. Confederação Nacional do Comércio. **Manual das Cooperativas de crédito**. Rio Janeiro: CNC, 2003.

COMECHÉ, Jose M.; LORAS, Joaquín. The influence of variables of attitude on collective entrepreneurship. **International Entrepreneurship and Management Journal**, vol. 6, no. 1, pp. 23-38, 2010.

COMMISSION EUROPÉENNE - EUROPE 2020 - **Une stratégie pour une croissance intelligente, durable et inclusive**. Disponível em:
<<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:FR:PDF>>
Acesso em: 20 mar. 2012.

CONDE, Mariza Velloso Fernandez; ARAÚJO-JORGE, Tania, Cremonini de. Modelos e concepções de inovação: a transição de paradigmas, a reforma da C&T brasileira e as concepções de gestores de uma instituição pública de pesquisa em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 8, nº 3, pp. 727-741, São Paulo, 2003.

CONNELL, David J. **Collective entrepreneurship**: in search of meaning. December, 1999.

COOAPROLIM. Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Rolim de Moura. **Cooaprolim/história**. Rolim de Moura, 2012.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Políticas públicas para tecnologias mais limpas: uma análise das contribuições da economia do meio ambiente. **Tese de doutorado**. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. 2001.

_____. Tecnologia e meio ambiente no debate sobre os limites do crescimento: notas à luz de contribuições selecionadas de Georgescu-Roegen. **Revista Economia**, Brasília (DF), v. 6, n.2, pp. 435-461, Jul./dez., 2005. Disponível em:
<http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n2p435_461.pdf> . Acesso em: 28 dez. 2011.

CORMICAN, Kathryn; O'SULLIVAN, David. Auditing Best Practice for Effective Product Innovation Management. **Technovation**, vol. 24, pp. 819-829, 2004.

CORRÊA, Andressa da Silva. As especificidades do microempreendedorismo associativo. **Anais do Congresso da ALAS**, Buenos Aires, 2009.

CREDITAG. Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Informações CREDITAGs do Estado de Rondônia**. Ji-Paraná, 2012.

_____. **Informações CREDITAGs do Estado de Rondônia**. Ji-Paraná, 2013.

CROPPER, Steve *et al.* **The Oxford Handbook of inter-organization Relations**. Oxford University Press, 2008.

CUERVO, Álvaro; RIBEIRO, Domingo; ROIG, Salvador. Entrepreneurship: concepts, theory and perspective. Introduction. In.: CUERVO, Álvaro; RIBEIRO, Domingo; ROIG, Salvador (Eds.). **Entrepreneurship: concepts, theory and perspective**. Springer, 2007.

DAGNINO, Renato Peixoto. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia social. Uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Um Debate sobre a Tecnociência**: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. A tecnologia social no Brasil. In. DAGNINO, Renato Peixoto (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

DAGNINO, Renato Peixoto; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento** / Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro: 2004.

DALY, Herman. **Economia do século XXI**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. Tradução de: Renato Souza.

DAMANPOUR, Fariborz. Organizational complexity and innovation: developing and testing multiple contingency models. **Management Science**, vol. 42, no. 5, pp. 693-716, 1996.

DANA, Leo-Paul; DANA, Teresa E. Collective entrepreneurship in a mennonite community in Paraguay. **Latin American Business Review**, vol. 8, no. 4, pp. 82-96, 2007.

DANDURAND, Louise. Réflexion autour du concept d'innovation sociale, approche historique et comparative. **Revue française d'administration publique**, no 115, p. 377-382, 2005.

DEES, Gregory J. **The Meaning of Social Entrepreneurship**. 2001. Disponível em: <http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2010.

DOLABELA, F. **Empreendedorismo, uma forma de ser**: saiba o que são empreendedores individuais e empreendedores coletivos. Brasília: Aed, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DOWBOR, Ladislau. Gestão social e transformação da sociedade. In. ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP, Edusp, 2001.

_____. Inovação social e sustentabilidade. In. FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza (orgs.). **Inovações sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. (COLEÇÃO INOVA, V. 2).

_____. **Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local.** Nota para a edição de 2008. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/artigos.asp>> Acesso em: 21 out. 2012.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas.** São Paulo: Pioneira Editora, 1997. Tradução de: Nivaldo Montingelli Jr.

_____. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2003. Tradução de: Carlos Malferrari.

EBERS, Mark (Ed.). Explaining inter-organizational network formation. In: _____. **The formation of inter-organizational networks.** Oxford: Oxford University Press, 1997. p. 03-40.

EBERS, Mark; GRANDORI, Anna. The form, costs and development dynamics of inter-organizational networking. In: EBERS, Mark. **The formation of inter-organizational networks.** Oxford: Oxford University Press, 1997.

EIRIZ, Vasco. Proposta de Tipologia sobre Alianças Estratégicas. **RAC**, v. 5, n. 2, pp. 65-90, Maio/Ago, 2001.

ENGUITA, Mariano F. Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FARAH, Osvaldo Elias. Empreendedorismo estratégico no Terceiro Setor: experiências e parcerias em diferentes segmentos de atuação. In: CAVALCANTI, Marly (Org.). **Gestão Social, estratégias e parceiras: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor.** São Paulo: Saraiva, 2006.

FBB. Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia social.** Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/tecnologia-social/>> Acesso em: 30 maio 2012a.

_____. **Banco de tecnologias sociais.** Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/>> Acesso em: 29 maio 2012b.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo e gerenciamento: processos distintos, porém complementares. **RAE Light**, v. 7, n. 3, pp. 2-7, Jul./Set. 2000a.

_____. **O empreendedorismo como tema de estudos superiores.** IN: Instituto Euvaldo Lodi. Empreendedorismo: ciência, técnica e arte. Brasília: CNI. IEL Nacional, 2000b.

FLEURY, Sônia. Observatório da inovação social. **VI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública,** Buenos Aires, Argentina, 5-9 Nov. 2001.

FONSECA, Alexandre Brasil. Ciência, Tecnologia e desigualdade social no Brasil: contribuições da Sociologia do conhecimento para a educação em Ciências. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, vol. 6, n. 2, pp. 364-377, 2007. Disponível em:

<http://www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen6/ART8_Vol6_N2.pdf> Acesso em: 21 dez. 2011.

FONSECA, Rodrigo. Ciência, Tecnologia e Sociedade. In. Rede de Tecnologia Social – RTS (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF** : Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.

FONSECA, Rodrigo; SERAFIM, Milena. A Tecnologia Social e seus arranjos institucionais. In. DAGNINO, Renato Peixoto (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

FORAY, Dominique e GRÜBLER, Arnulf. Technology and the environment: an overview. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 53, pp. 3-13, set. /1996.

FRANTZ, Walter. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, pp. 242-264, jul/dez 2001.

_____. Organização cooperativa – campo de educação e espaço de poder. **Perspectiva Econômica – Série cooperativismo**. São Leopoldo, v.37, n.119, p. 65-84, jul/set. 2002.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, ano IV, n. 9, pp. 1-34, 2o Semestre de 2001.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. O trabalho ao centro da economia popular solidária. **XIII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 1999.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

_____. A outra racionalidade da economia solidária: Conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, pp. 57-77, dezembro, 2007.

_____. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Outra Economia**, v. II, n. 3, 2º. Semestre/2008.

_____. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, pp. 563-580, set./dez., 2009.

GAIGER Luiz Inácio; SPEROTTO, Neila; CORRÊA, Andressa da Silva. A ativação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **XXXII Encontro anual da ANPOCS GT 13 – Desigualdades: dimensões e evoluções recentes**. Caxambu,

outubro de 2008.

GALERANI, Jair; BASTIANI, Ivoneti C. Rigon. A intercooperação como opção estratégica para a manutenção e crescimento dos negócios cooperativos. **Perspectiva Econômica** – Série cooperativismo. São Leopoldo, v.37, n.119, pp. 39-64, jul./set. 2002.

GHISI, Flávia Angeli. Fatores críticos na sustentabilidade das centrais de negócios do setor supermercadista. **TESE** (Doutorado em Administração) 2005. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROHS, Carlos Roberto. Trajetória de crescimento no sistema de crédito cooperativo Sicredi: autoperpetuação e Autodestruição. **DISSERTAÇÃO** (Mestrado em Administração) 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo** – sentidos e formas de uso. Parede, Portugal: Princípa Editora, 2010.

GUIA GEOGRÁFICO MAPAS DO BRASIL. **Mapa de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.mapas-brasil.com/rondonia.htm>> Acesso em: 10 jan. 2012.

HAIR JR, Joseph F. *et. al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

_____. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2007.

HALL, Jeremy K.; DANEKE, Gregory A.; LENOX Michael J. Sustainable development and entrepreneurship: past contributions and future directions. **Journal of Business Venturing**, 25, pp. 439–448, 2010.

HARRISSON, Denis. L'innovation sociale: une introduction. **Annals of Public and Cooperative Economics** 77, 2, pp. 129–138, 2006.

HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. Criando valor sustentável. **RAE executivo**, v. 3, n. 2, pp. 65-79, mai./ jul., 2004.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 7a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. Tradução de: Teresa Felix de Souza.

HOLLING C. S. From complex regions to complex worlds. **Ecology and Society**, vol. 9, art. 11, 2004. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss1/art11>> . Acesso em: 25 mai. 2012.

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, Malden, v. 13, n. 1, pp. 38-52, Feb. 2005.

IAG - Grupo de Assessoria Internacional. **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 2005**. Disponível em:
<http://www.socioambiental.org/nsa/doc/relatorio_iag_xxiii_reuniao.pdf> Acesso em: 4 jan. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf> Acesso em: 12 nov. 2011.

_____. **Censo agropecuário 2006, Agricultura Familiar**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf> Acesso em: 12 nov. 2011.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

INT. Instituto Nacional de Tecnologia. **Instituto Nacional de Tecnologia, desde 1921 gerando Tecnologia para o Brasil**. Rio de Janeiro: INT, 2005.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PNAD 2008: primeiras análises – o setor rural**. Comunicado nº 42, março, 2010.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. **Caderno tecnologia social: conhecimento e cidadania**. ITS, fev. 2007.

IYER-RANIGA, Usha; TRELOAR, Graham. A Context for Participation in Sustainable Development. **Environmental Management**, vol. 26, n. 4, pp. 349–361, 2000.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

JOHANNISSON, Bengt. Entrepreneurship as a collective phenomenon. **RENT XII**, Lyon, France, November, 1998.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; ABRAMOVAY, Ricardo. A Sustentabilidade das Microfinanças Solidárias. **R.Adm.**, São Paulo, v.40, n.1, p.19-33, 2005.

KATES Robert W.; PARRIS Thomas M.; LEISEROWITZ Anthony A. What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. **Environment**, vol. 47, n. 3, pp. 8-21, apr., 2005.

KLEMMER, P.; LEHR, U.; LÖBBE, K. **Environmental Innovation**. Volume 3 of publications from a Joint Project on Innovation Impacts of Environmental Policy Instruments. Synthesis Report of a project commissioned by the German Ministry of Research and Technology (BMBF) Analytica-Verlag, Berlin, 1999.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

KNELLER, George F. **A ciência como atividade humana**. Rio Janeiro: Zahar, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Tradução de: Antônio José de Souza.

LAGO, Adriano. Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário. **TESE** (Doutorado em Agronegócios) 2009. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LASSANCE JR., Antonio E.; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas. In. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento** / Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LEITE, João Salazar. **Princípios cooperativos. Cases, 2010**. Disponível em: <<http://www.cases.pt/atividades/estudos-e-publicacoes>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. **Ensaio sobre a participação associativa nas cooperativas**. Maio, 2011.

LÉVESQUE, Benoît. Empreendedor coletivo e economia social: outra forma de empreender. **Revista virtual de gestão de iniciativas sociais**. 1a. primeira, p. 44-64, out-2004. Disponível em: <<http://www.ltds.ufrrj.br/gis/anteriores/rvgis2.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2010.

LIMA, Valquiria. Tecnologia social e agricultura familiar: uma questão de igualdade. In. Rede de Tecnologia Social – RTS (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.**

LOIOLA, E.; BASTOS, A. V. B.; TEIXEIRA, J. C. de A. A adoção de práticas inovadoras de organização e produção no Brasil. In: Simpósio de Engenharia de Produção – SIMPEP, 10., Bauru. **Anais...** Bauru: FEB – UNESP, 2003.

LÓPEZ, Sonia Carolina. Los servicios de microfinanzas en las cooperativas de ahorro y crédito rurales y su aporte a la superación de la pobreza. In. OCHOA, Margarita Oseguera de (Coord.). **La intercooperación del concepto a la práctica**. Irecus, Université de Sherbrooke, 2007.

LOUNSBURY, Michael. Collective entrepreneurship: the mobilization of college and university recycling coordinators. **Journal of Organizational Change Management**, vol. 11, n. 1, pp. 50-69, 1998.

MAIR, Johanna; MARTÍ, Ignasi. Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. **Journal of World Business**, vol. 41, pp. 36-44, 2006.

MANCINI, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARTIN, Roger L.; OSBERG, Sally. Social entrepreneurship: the case for definition. **Stanford Social Innovation Review**, 2007.

MARTÍNEZ, José Manuel Comeche. Una visión dinámica sobre el emprendedurismo colectivo. **Universitat de València, España**, pp. 1055-1076, 2004, Disponível em: <<http://www.uv.es/motiva/libromotiva/67Comeche.pdf>> Acesso em: 27 out. 2012.

MASERA, Omar; ASTIER, Marta; LÓPEZ-RIDAURA, Santiago. **Sustentabilidade y manejo de recursos naturales**. El marco de evaluación MESMIS. México, 2000.

MAUERHOFER, Volker. 3-D Sustainability: an approach for priority setting in situation of conflicting interests towards a Sustainable Development. **Ecological Economics**, vol. 64, pp. 496-506, 2008.

MAURER, Ângela Maria; SILVA, Tania Nunes. Parcerias interorganizacionais como indutoras de empreendimentos socioambientais de natureza coletiva: Três casos envolvendo o artesanato. **Teoria e Prática em Administração**, v. 1, (1), pp. 43-61, 2011.

MBC. Movimento Brasil Competitivo. **Manual de inovação**. Brasília, 2008.

MCCLELLAND, David Clarence. **A sociedade competitiva**: realização e progresso social. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972. Tradução de: Álvaro Cabral.

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environ Impact Asses Rev**, n.18, pp. 493-520, 1998.

MELO NETO, Francisco de Paulo de; FROES César. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MENDES, Matias. **Aspectos históricos e gerais do Estado de Rondônia. 2011**. Disponível em: <www.alero.paginaoficial.ws/> Acesso em: 26 jan. 2013.

MENDEZ, Ricardo. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. **EURE (Santiago) [online]**, vol. 28, n. 84, pp. 63-83, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025071612002008400004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2012.

MENDOZA, Elsa R. H. *et al.* O MAP uma sigla de esforço e colaboração na região da Amazônia sul-ocidental. In: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd (Coords.). **Amazônia sustentável**: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MENEZES, Antônio. **Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios**. Brasília : Stilo, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Desafio da pesquisa social. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MORALES GUTIÉRREZ, Alfonso Carlos. Innovación social: un ámbito de interés para los servicios sociales. **EKAINA**, Junio, 2009. Universidad de Córdoba. Disponível em: <<http://www.zerbitzuan.net/documentos/zerbitzuan/12.pdf>> Acesso em: 2 jul. 2010.

MOULAERT, F. *et al.* Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MULGAN, Geoff *et al.* Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated. **OXFORD said Business School**, 2006. Disponível em: <http://www.youngfoundation.org/files/images/03_07_What_it_is_SAID.pdf> Acesso em: 06 jul. 2010.

MUNASINGHE, Mohan. A trans-disciplinary framework for making development more sustainable. **Internet Encyclopaedia of Ecological Economics**. Munasinghe Institute for Development (MIND), Colombo, Sri Lanka, April, 2004.

NORUZI, Mohammad Reza; WESTOVER Jonathan H.; RAHIMI Gholam Reza. An Exploration of Social Entrepreneurship in the Entrepreneurship Era. **Asian Social Science**, vol. 6, n. 6, pp. 3-10, June 2010.

NOVAES, Henrique T.; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In. DAGNINO, Renato Peixoto (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

NOVKOVIC, Sonja. Defining the co-operative difference. **The Journal of Socio-Economics**, vol. 37, pp. 2168-2177, 2008.

NÚÑEZ JOVER, Jorge. **La ciencia y la tecnología como procesos sociales: o que la educación científica no debería olvidar**. Havana: Editorial Félix Varela, 1999.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Panorama do cooperativismo brasileiro – ano 2011**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro_2011.pdf>. Acesso em 01 nov. 2012a.

_____. **Princípios do cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>> Acesso em: 20 nov. 2012b.

_____. **Cooperativismo/identidade**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/identidade.asp>> Acesso em: 20 nov. 2012c.

_____. **Cooperativismo/institucional**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/institucional.asp>> Acesso em: 20 nov. 2012d.

_____. **Cooperativismo/história**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp>> Acesso em: 20 nov. 2012e.

_____. **Cooperativismo/evolução**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp> Acesso em: 20 nov. 2012f.

_____. **Cooperativas de crédito/conceito**. Disponível em:
<http://www.ocb.org.br/site/ramos/credito_conceito.asp> Acesso em: 20 nov. 2012g.

_____. **Cooperativismo agropecuário/conceito**. Disponível em:
<http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuaria_conceito.asp> Acesso em: 20 nov. 2012h.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras, Estado de Goiás. **O que é cooperativismo** – sistema de representação. Disponível em: <<http://www.ocbgo.org.br/cooperativismo/o-que-e-o-cooperativismo/sistema-de-representacao/>> Acesso em: 12 dez. 2012.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras, Estado de Rondônia. **Números do cooperativismo do Estado de Rondônia, 2012**.

OECD - *Organisation de Coopération et de Développement Économiques*. **Développement durable Les grandes questions**. Paris: Éditions de l'OCDE, 2001.

_____. **Manual de Oslo**. Diretrizes para Coleta e Interpretacao de Dados Sobre Inovacao. Terceira edição: FINEP, 2005.

OECD LEED. **Forum on Social Innovations 2000**. Disponível em:
<http://www.oecd.org/document/21/0,3746,en_2649_34417_44255253_1_1_1_1,00.html#Definition> Acesso em: 05 maio 2012.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo Social: da teoria à prática, do sonho à realidade: ferramentas e estratégias**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In. OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, Suellen Moreira de *et al.* Redes interorganizacionais como promotoras da inovação sustentável no setor coureiro gaúcho. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 33-58, jan./jun. 2010.

OSORIO M., Carlos. Enfoques sobre la tecnología. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación**, n. 2 / Janeiro a Abril de 2002. Disponível em:
<<http://www.oei.es/revistactsi/numero2/osorio.htm>> Acesso: 28 dez. 2011.

PANZUTTI, Ralph. Contribuição para teoria cooperativista. **Perspectiva Econômica** – Série cooperativismo. São Leopoldo, v.36, n.116, p. 45-73, out./dez. 2001.

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento & gestão compartilhada**. Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2005.

_____. **O desafio da inovação para as micro e pequenas empresas**. In. Rede de Tecnologia Social – RTS (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável:**

Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.

PEDROZO, Eugênio Ávila; SILVA, Tânia Nunes da. Cooperativa, uma organização diferenciada rumo à sustentabilidade. **ANÁLISE**. Porto Alegre, v. 10, n. 2, pp. 47-74, 1999.

PEEP. **Programa de Estudos da Esfera Pública**. Disponível em: <<http://peep.ebape.fgv.br/apresentacao>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

PEREDO, Ana María; MCLEAN, Murdith. Social entrepreneurship: A critical review of the concept. **Journal of World Business**, vol. 41, pp. 56–65, 2006.

PEREIRA, Breno Augusto Diniz *et al.* Desistência da cooperação e encerramento de redes interorganizacionais: em que momento essas abordagens se encontram? **Revista de Administração e Inovação**. São Paulo, v. 7, n. 1, pp. 62-83, jan./mar. 2010.

PEREIRA, José Matias. O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: a implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, n. 134, abr/jun. 1997.

PHILLS JR., James A.; DEIGMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Fall, pp. 34-43, 2008.

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. O desenvolvimento sustentável (DS): indicadores de sustentabilidade. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 19, n. 2, pp. 92-99, jul./dez. 2004. Disponível em: <www.observatorio.pro.br/oktiva.net/anexo/109383>. Acesso em: 20 mai. 2010.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. – Brasília: BCB, 2008.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982.

_____. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

POL, E.; VILLE, S. Social Innovation: buzz word or enduring term? **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, pp. 878-885, 2009.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **História do cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/HistoriaCooperativismo.html>> Acesso em: 26 dez. 2012a.

_____. **Cooperativismo de crédito no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativismoBrasil.html>> Acesso em: 26 dez. 2012b.

_____. **Diferenças entre cooperativas de crédito e bancos.** Disponível em:
<<http://www.cooperativismodecredito.com.br/DiferencasentreasCooperativaseosBancos.html>>
Acesso em: 26 dez. 2012c.

_____. **Entidades de representação.** Disponível em:
<<http://www.cooperativismodecredito.com.br/Representacao.html>> Acesso em 26 dez.
2012d.

_____. **Público alvo das cooperativas de crédito.** Disponível em:
<<http://www.cooperativismodecredito.com.br/Legislacao.html>> Acesso em: 26 dez. 2012e.

_____. **Sistema SICCOOB.** Disponível em:
<<http://www.cooperativismodecredito.com.br/SICCOOB.html>> . Acesso em: 26 dez. 2012f.

_____. **Sistema SICREDI.** Disponível em:
<<http://www.cooperativismodecredito.com.br/SICREDI.html>> Acesso em: 26 dez. 2012g.

_____. **Sistema UNICRED.** Disponível em:
<<http://www.cooperativismodecredito.com.br/UNICRED.html>> Acesso em: 26 dez. 2012h.

_____. **Sistema CECRED.** Disponível em:
<<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CECRED.html>> Acesso em: 26 dez. 2012i.

_____. **CONFESOL.** Disponível em:
<<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CONFESOL.html>> Acesso em: 26 dez. 2012j.

_____. **Cooperativas solteiras.** Disponível em:
<<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativasSolteiras.html>> Acesso em 26 dez.
2012k.

POT, F.; VAAS, F. Social Innovation, the new challenge for Europe. **International Journal of Productivity and Performance Management**, vol. 57, n. 6, pp. 468-473, 2008.

PRAIA, João; CACHAPUZ, António. Ciência-Tecnologia-Sociedade: um compromisso ético. **Revista CTS**, vol. 2, n. 6, pp. 173-194, Diciembre, 2005.

RENNINGS, K. Redefining Innovation – eco-innovation research and the contribution from ecological economics. **Ecological Economics**, vol. 32, pp. 319-332, 2000.

REYNOLDS, Paul D. Understanding business creation: serendipity and scope in two decades of business creation studies. **Small Business Economics**, vol. 24, pp. 359–364, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBERT, Karl-Henrik. Tools and concepts for sustainable development, how do they relate to a general framework for sustainable development, and to each other? **Journal of Cleaner Production**, vol. 8, pp. 243-254, 2000.

ROBINSON, John. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological Economics**, v. 48, pp. 369-384, 2004.

RODRIGUES, Andréa Leite; MALO, Marie Claire. Estruturas de Governança e Empreendedorismo Coletivo: o Caso dos Doutores da Alegria. **RAC**, v. 10, n. 3, pp. 29-50, Jul./Set. 2006.

ROLLIN, J.; VICENT, V. **Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec**. Québec: Université du Québec, 2007.

ROPER, Juliet; CHENEY, George. Leadership, learning and human resource management. The meanings of social entrepreneurship today. **Corporate Governance**, vol. 5, n. 3, pp. 95-104, 2005.

ROSSONI Luciano; ONOZATO Érika; HOROCHOVSKI Rodrigo Rossi. A criação de empreendimentos sociais reflete a atividade empreendedora nacional? Explorando as relações entre empreendedorismo convencional e social no Brasil. XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. **ANPAD**, 2006.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio Janeiro: Zahar Editores, 1961. Tradução de: Octavio Alves Velho.

ROUSSELLE, Mylène. L'innovation sociale: au-delà du phénomène, une solution durable aux défis sociaux. **Collection Working Paper**, Septembre, 2011.

RTS. Rede de tecnologia social. **Conceito de tecnologia social**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>> Acesso em: 01 jun. 2012a.

_____. **Tecnologia social mapeadas pela RTS**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social/apoiadas-pela-rts>> Acesso em 01 jun. 2012b.

_____. **Instituições integrantes**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/integrantes/todas-as-instituicoes>> Acesso em: 01 jun 2012c.

RUBIO, Ma. José; VARAS, Jesús. **El análisis de la realidad em la intervención social – métodos y técnicas de inversión**. MADRID: Editorial CCS, 1999.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, 18 (51), 2004.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. In. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo (Orgs). Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALAMON, Lester. Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor. In. IOSCHPE, Evelyn Berg. **3o. Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo, Paz e Terra: 1997.

SALANEK FILHO, Pedro; SILVA, Christian Luiz da. Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável: estudo da cooperativa Bom Jesus – Lapa-PR. In: OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmilson (Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. São Paulo: Annablume, 2006.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, pp. 909-933, set./out. 2007.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Brasiliense, 1995. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes.

SCHMIDT, Carla Maria; DREHER, Marialva Tomio. Cultura empreendedora: empreendedorismo coletivo e perfil empreendedor. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 15, n. 1, pp. 1-14, janeiro/março 2008.

SCHNEIDER, José Odelso. **Globalização, Desenvolvimento Local Sustentável e Cooperativismo**. III Encontro de Investigadores Latinoamericanos de Cooperativismo, de 28 a 30 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/article1151.html>> Acesso em: 30 jun. 2010.

_____. Como narrar a cooperação e a solidariedade numa sociedade pós-moderna? Há nela espaços para a inclusão social? **Jornal cooperativista SICOOB Amazônia**, ano XV, n. 71, setembro e outubro, 2010.

SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo; FRANTZ, Walter. Movimento cooperativo: processo de inclusão social de agricultores familiares. **V encontro de pesquisadores latino-americanos de cooperativismo**. São Paulo, agosto, 2008. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/045-schonardie.pdf> acesso em: 5 jan. 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHVARZ SOBRINHO, Romeu. Proposta de estrutura para análise da natureza das inovações em organizações: uma aplicação em cooperativas agropecuárias paranaenses. **TESE** (Doutorado em Agronegócios) 2009. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SEN, Amartya. Development as Capability Expansionion. In. GRIFFIN, Keith; KNIGHT, John (Eds). **Human Development and the International Development Strategy for the 1990s**. London: Macmillan, 1990, pp. 41-58.

_____. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRAT, Olivier. Sparking Social Innovations. **International Publications**. Paper 204, Cornell University ILR School, 2010.

SERVET, Jean-Michel. Microcrédito. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

SILVA, Christian Luiz da. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do Desenvolvimento Sustentável. In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico, integrado e adaptativo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Josenildo de Souza e (ORG.). **Pernambiental: construção participativa e regional da legislação ambiental de Pernambuco**. Recife: Editora: Gráfica Santa Maria, 2010.

SILVA, Tania Nunes da. Cooperativas, proteção ambiental e sustentabilidade. **Revista Perspectiva Econômica**, vol. 35, n. 110, Série Cooperativismo, n. 47, pp. 39-77, 2000.

SILVA, Tania Nunes da; GONÇALVES, Wilson Magela; DIAS, Marcelo Fernandes Pacheco. Intercooperação e estilos de negociação em cooperativas produtoras de vinho no Rio Grande do Sul. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, vol. 12, n. 1, pp. 56-70, 2010.

SILVA, Tania Nunes da; LENGLER, Letícia. Sustentabilidade, empreendedorismo e cooperação em associações de apicultores da região central do Rio Grande do Sul. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.2, n.2, pp.40-57, 2008.

SILVA, Tania Nunes da *et al.* Relações de cooperação e confiança entre organizações cooperativas promovendo capital social. **Administração em Diálogo**, São Paulo, n. 6, pp. 37-45, 2004.

SILVEIRA, Caio. Conexões entre Desenvolvimento Local, Economia Solidária e Tecnologia Social. **Revista Trimestral de Debate da Fase**, proposta nº 112, dez. 2006.

SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggatto; BAZZO, Walter. Ciência, tecnologia e suas relações sociais: a percepção de geradores de tecnologia e suas implicações na educação tecnológica. **Revista Ciência & Educação**, v. 15, n. 3, pp. 681-694, 2009.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, A. (orgs.). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Eda Castro Lucas de; SOUZA, Cristina Castro Lucas de. Uma nova maneira de refletir os conceitos de cultura, empreendedorismo e inovação: uma metodologia de vida. **XXXII ANPAD**, Rio Janeiro, 2008.

SOUZA, Janice Janissek de; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Gestão de pessoas e a construção da inovação organizacional: uma análise do pensamento gerencial. **Rev. Adm. UFSM, Santa Maria**, v. 1, n. 2, pp. 291-305, mai./ago., 2008.

SOUZA, Mariluce Paes de *et al.* Desafios e experiências da prática de gestão compartilhada em empresa pública brasileira. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 2, n.1, jan/abr., 2010.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. **V Encontro de grupos de pesquisa**. Agricultura, Desenvolvimento Regional e transformações socioespaciais. UFSM, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

STEVENS, Robin; MORAY, Nathalie. **The social proclivity of social entrepreneurs: how social are they?** December, 2009.

STEVENSON, Howard H.; JARILLO, Carlos. A paradigm of entrepreneurship: entrepreneurial management. **Strategic Management Journal**, vol. 11, pp. 17-27, 1990.

TABOR, Federico; FERNANDEZ PARDO, Carlos. **Organizaciones solidarias: innovación y gestión em el Tercer Sector**. Buenos Aires: Lugar editorial, 2000.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. **IPEA**, nota técnica, 2004.

_____. Economia solidária e autogestão no brasil: síntese de uma pesquisa. **IPEA**, nota técnica, 2005.

TAYLOR, JAMES B. Introducing Social innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, vol. 6, n. 1, pp. 69-77, March, 1970.

TEIXEIRA, Francisco Lima C. Nota Técnica: Tudo que é sólido desmancha no ar, inclusive as fronteiras acadêmicas. In: CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (Orgs.) **Handbook de Estudos Organizaionais**, vol. 3. São Paulo: Atlas, 2004.

TEIXEIRA, João Carlos de Aquino. A dinâmica de adoção de práticas inovadoras e o desempenho dos adotantes: um estudo na indústria brasileira. **TESE** (Doutorado em Administração) 2006. Universidade Federal da Bahia.

THOMAS, Hernán Eduardo. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In: OTTERLOO, Aldalice *et al.* **Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília/DF: s.n, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

UN - UNITED NATIONS. **United Nations Conference on Sustainable Development RIO+20, 2012**. Rio de Janeiro, Brazil.

UNHABITAT. **Brasil é o país mais desigual da América Latina**. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/>> Acesso em: 14 mar. 2010.

- UNICRED. **Onde estamos**. Disponível em: <http://www.unicred.com.br/unicred/onde_est/onde_est.htm> Acesso em: 15 fev. 2012.
- VAN DE VEN, Andrew H. Central problems in the management of innovation. **Management Science**, vol. 32, n. 5, pp. 590-607, 1986.
- VARGAS, Milton. Técnica, tecnologia e ciência. **Revista educação & tecnologia**, n. 6, maio, 2003. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutect/article/view/1084/687>> Acesso em: 28 dez. 2011.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.
- VERSCHOORE, Jorge Renato; BALESTRIN, Alsones. Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação. **RAUSP-e Revista de Administração Eletrônica**, São Paulo, v.1, n.1, art.2, pp. 1-21, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a2.pdf> Acesso em: 04 jul. 2010.
- VOLLENBROEK, Frans A. Sustainable development and the challenge of innovation. **Journal of Cleaner Production**, vol. 10, pp. 215–223, 2002.
- WCED. World Comission on Environmental and Development. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- WEERAWARDENA; Jay; MORT, Gillian Sullivan. Investigating social entrepreneurship: A multidimensional model. **Journal of World Business**, vol. 41, pp. 21–35, 2006.
- WEISS, Zezé. Tecnologia Social: os desafios de uma abordagem holística. In. OTTERLOO, Aldalice *et al.* **Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília/DF: s.n, 2009.
- WESTLEY, Frances. The social innovation dynamic. **Papers on Social Innovation**, Waterloo, Oct. 2008. Disponível em: < http://sig.uwaterloo.ca/sites/default/files/documents/TheSocialInnovationDynamic_001_0.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- WHITEOAK, Phil. The Realities of Quick Response in the Grocery Sector: a supplier viewpoint. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, vol. 24, n. 10, pp. 33-39,1994.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- YUNUS, Muhammad; MOINGEON, Bertrand; LEHMANN-ORTEGA, Laurence. Building Social Business Models: Lessons from the Grameen Experience. **Long Range Planning**, vol. 43, pp. 308-325, 2010.
- ZANGHERI, Elaine, *et al.* Gestão Cooperativa: eficiência empresarial x associação de pessoas. **Perspectiva Econômica – Série cooperativismo**. São Leopoldo, v. 35, n.110, pp. 79-88, abril/junho, 2000.

ZINELDIN, Mosad; DODOUROVA, Mariana. Motivation, achievements and failure of strategic alliances: the case of Swedish auto-manufacturers in Russia. **European Business Review**, vol. 17, n. 5, pp. 460-470, 2005.

APÊNDICE A
ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE
COM DIRIGENTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Nome do respondente:

Função:

SOBRE A RELAÇÃO DE INTERCOOPERAÇÃO

1.1) Por que se pensou na relação de intercooperação entre CREDITAG e cooperativas de produção agrícola?

1.2) Como se iniciou o processo da intercooperação?

1.3) Quais os principais benefícios que a relação de intercooperação proporcionou aos cooperados?

1.4) Quais os maiores problemas, ou os problemas mais comuns vivenciados hoje para a condução da relação de intercooperação?

1.5) Como as cooperativas têm trabalhado para equacionar os problemas?

1.6) O que o senhor destacaria como mais importante na relação de intercooperação?

1.7) Quais alternativas as cooperativas tem buscado para a sustentabilidade da relação de intercooperação, criação de fontes geradoras de recursos, novos parceiros, novos projetos, produtos, etc.?

1.8) As cooperativas de crédito e produção tem recebido algum tipo de apoio ou incentivo governamental ou de órgãos ligados ao cooperativismo?

1.9) Acrescente comentários que considere importantes sobre a relação de intercooperação.

2. TIPOS DE INOVAÇÃO PRESENTES NA RELAÇÃO DE INTERCOOPERAÇÃO

INOVAÇÃO EM PRODUTO

2.1) Com a relação de intercooperação houve a introdução de algum produto ou serviço?

() Não () sim. Quais?

2.2) Com a relação de intercooperação houve o melhoramento de forma significativa de produtos e serviços já existentes?

Não sim. Quais?

2.3) Com a relação de intercooperação houve a necessidade de aquisição de novos componentes ou materiais visando melhoramento de produtos e serviços?

Não sim. Quais?

2.4) Com a relação de intercooperação houve a necessidade de aquisição de novos *softwares*, visando melhoramento de produtos e serviços?

Não sim. Quais?

2.5) Outras inovações de produtos ou serviços foram introduzidas ou modificadas a partir da relação de intercooperação?

não sim. Quais

INOVAÇÃO EM PROCESSO

2.6) Com a relação de intercooperação houve a implementação de algum método de produção novo ou foi significativamente melhorado os já existentes?

Não sim. Quais?

2.7) Para a implementação de algum método de produção novo ou para melhorar significativamente os já existentes houve a necessidade de mudanças nas técnicas e nos equipamentos?

Não sim. Quais?

2.8) Com a relação de intercooperação houve a implementação de algum método de distribuição novo ou foi significativamente melhorado os já existentes?

Não sim. Quais?

2.9) Para a implementação de algum método de distribuição novo ou para melhorar significativamente os já existentes houve a necessidade de mudanças nas técnicas e nos equipamentos?

Não sim. Quais?

2.10) Outras inovações de processos foram introduzidas ou modificadas a partir da relação de intercooperação?

não sim. Quais?

INOVAÇÃO EM MARKETING

2.11) Com a relação de intercooperação ocorreu a adoção de novas regras ou estratégias inovadoras na área de distribuição/logística?

Não sim. Quais?

2.12) Com a relação de intercooperação houve adoção de novas idéias e estratégias aplicadas na área de *marketing*?

Não sim. Quais?

2.13) Com a relação de intercooperação houve mudanças nas políticas de taxas, prazos, garantias, preços, etc.?

Não sim. Quais?

2.14) A adoção de novas idéias e estratégias aplicadas na área de *marketing* proporcionou outras inovações?

Não sim. Quais?

2.15) Outras inovações *marketing* foram introduzidas ou modificadas a partir da relação de intercooperação?

não sim. Quais?

INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL

2.16) Com a relação de intercooperação ocorreu a introdução de novo(s) sistema(s) de gestão (processos gerenciais ou financeiros, mudança da equipe gerencial)?

Não sim. Quais?

2.17) Com a relação de intercooperação foi aplicado ou introduzido algum programa de treinamento e desenvolvimento de pessoal?

Não sim. Quais?

2.18) Com a relação de intercooperação houve a necessidade de adoção de novas regras, papéis, procedimentos e estruturas relacionadas com a comunicação e troca de informações entre membros das organizações?

Não sim. Quais?

2.19) Com a relação de intercooperação houve a necessidade de mudanças nas relações externas com fornecedores, distribuidores e consumidores, parceiros?

Não sim. Quais?

2.20) Outras inovações organizacionais foram introduzidas ou modificadas a partir da relação de intercooperação?

não sim. Quais?

INOVAÇÃO INTERORGANIZACIONAL

2.21) Houve a necessidade de novas parcerias para a adoção de novas tecnologias, e compartilhamento de sistema de informações com fornecedores ou outras organizações, visando a melhoria da relação de intercooperação?

Não sim. Quais parceiras?

2.22) Com a relação de intercooperação, as cooperativas ampliaram suas vantagens competitivas sustentáveis?

Não sim. Quais?

2.23) A relação de intercooperação fomentou o engajamento de outras parcerias, visando novas fontes de recursos e financiamentos?

Não sim. Quais?

2.24) As novas parcerias proporcionaram outras inovações?

Não sim. Quais?

2.25) Outras inovações organizacionais foram introduzidas ou modificadas a partir da relação de intercooperação?

não sim. Quais?

INOVAÇÃO AMBIENTAL

2.26) Com a relação de intercooperação houve o desenvolvimento de projetos que contribuem para a preservação do meio ambiente?

não sim. Quais?

2.27) As cooperativas do Sistema CREDITAG e de produção participam de algum projeto desenvolvido por outras instituições que contribuem para a preservação do meio ambiente?

não sim. Quais?

2.28) As cooperativas do Sistema CREDITAG e de produção conjuntamente promoveram algum tipo de educação ambiental para os cooperados, familiares e comunidade local?

não sim. Quais?

2.29) Os serviços de crédito oferecidos pela CREDITAG incentivam ou exigem o desenvolvimento de comportamentos que visem uma produção mais limpa ou orgânica nas propriedades?

não sim. Quais?

2.30) Outras inovações ambientais foram introduzidas ou modificadas a partir da relação de intercooperação?

não sim. Quais?

INOVAÇÃO SOCIAL

2.31) A relação de intercooperação proporcionou ganhos econômicos e sociais para os cooperados e comunidade local?

não sim. Quais?

2.32) A relação de intercooperação deixou as cooperativas de crédito e de produção mais fortes politicamente e financeiramente e em condições mais favoráveis para a competitividade?

não sim. Como?

2.33) A relação de intercooperação favoreceu o acesso dos cooperados a recursos financeiros, materiais e equipamentos para melhoria das atividades produtivas?

não sim. Quais?

2.34) As cooperativas (CREDITAG e produção) promoveram conjuntamente investimento em educação cooperativa, treinamentos, para funcionários, cooperados, comunidade e familiares?

não sim. Quais?

2.35) A relação de intercooperação trouxe mais integração, aumentou a participação dos cooperados nas atividades desenvolvidas pelas cooperativas e estimulou o empreendedorismo coletivo com idéias inovadoras?

não sim. Quais?

3. TECNOLOGIAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS

Tecnologia social compreende “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social” (RTS, 2011a).

3.1) Quais tecnologias sociais foram ou estão sendo desenvolvidas ou reaplicadas na relação de intercooperação entre CREDITAG e cooperativas de produção?

(ex.: Manejo orgânico, quintais agroecológicos, programas de capacitação, feiras da Economia Solidária, crédito solidário, outras).

3.2) Que benefícios em termos econômicos, sociais e ambientais essas tecnologias sociais oferecem para os cooperados e comunidade local?

3.3) Existe algum parceiro ou financiador que tem apoiado o desenvolvimento de tecnologias sociais nos empreendimentos coletivos, ou neste caso, na relação entre a CREDITAG e as cooperativas de produção?

Escolaridade:

Idade

Data de início e fim da gestão:

Município de atuação:

APÊNDICE B
ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE
COM COOPERADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Nome do respondente:

1. PERCEPÇÃO DO COOPERADO A RESPEITO DA RELAÇÃO DE
INTERCOOPERAÇÃO

1.1) Por que se pensou na relação de intercooperação entre CREDITAG e cooperativas de produção agrícola?

1.2) Como se iniciou o processo da intercooperação?

1.3) Quais os principais benefícios que a relação de intercooperação proporcionou aos cooperados?

1.4) Quais as principais conquistas da comunidade com a relação de intercooperação?

1.5) Quais os principais benefícios que a relação de intercooperação trouxe para as cooperativas?

1.6) Quais os ganhos econômicos, sociais e financeiros que a relação de intercooperação lhe proporcionou como cooperado?

1.7) Quais incentivos a relação de intercooperação lhe proporcionou como cooperado e produtor familiar?

1.8) Acrescente comentários que considere importantes sobre a relação de intercooperação.

Escolaridade:

Idade:

Município de atuação:

APÊNDICE C
ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE
COM PARCEIROS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Nome do respondente:

Função:

Organização parceira:

1. PERCEPÇÃO DOS PARCEIROS A RESPEITO DA RELAÇÃO DE
INTERCOOPERAÇÃO

- 1.1) Como a sua organização apóia as cooperativas de crédito e de produção?
- 1.2) Quais os principais conquistas dos cooperados com a relação de intercooperação?
- 1.3) Quais as principais conquistas da comunidade com a relação de intercooperação?
- 1.4) Quais as principais conquistas das cooperativas com a relação de intercooperação?
- 1.5) Com a relação de intercooperação, o acesso às políticas públicas tornou-se mais fácil para o cooperado?
- 1.6) Em sua opinião, que tipo de política pública deveria ser implementada com o propósito de incentivar e fortalecer os empreendimentos coletivos e solidários?
- 1.7) Acrescente comentários que considere importantes sobre a relação de intercooperação.

Escolaridade:

Idade:

Município de atuação:

APÊNDICE D
QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS COM DIRIGENTES E PARCEIROS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Nome do respondente:

1.Segmento:

- () 1.Gestores do Sistema CREDITAG;
 () 2.Presidentes das cooperativas de crédito e de produção e diretores liberados;
 () 3.Parceiros () 1.sindicato; () 2.Confederação; () 3.Federação; () 4.ONGs;
 () 5.Outros parceiros; Qual?_____

IDENTIFICAÇÃO

2.É cooperado da CREDITAG? () 1.não () 2.sim.

3.Há quanto tempo?

- () 1.menos de 1 ano; () 2.de 1 a 3 anos; () 3. de 3 a 5 anos.

4.Participa de cooperativa de produção agrícola?

- () 1.não () 2.sim. q4.2.Qual? () 1.COOPLEAGRI; () 2.COAPROLIM;
 () 3.COOPERANDREAZZA; () 4.COAPOVEL; () 5.COOPERCACOAL

5.Quanto tempo participa da Cooperativa de produção?

- () 1.menos de 1 ano; () 2.de 1 a 3 anos; () 3.de 3 a 5 anos; () 4.de 5 a 10 anos; () 5.acima de 10 anos.

**IMPACTOS DO EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL, COLETIVO E SOCIAL NA
 RELAÇÃO DE INTERCOOPERAÇÃO**

6.A intercooperação proporciona aos cooperados:	Discorda					concorda				
	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
6.1. Estímulo à participação e à inovação;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
6.2.Incentivo para investimento nos sistemas produtivos;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
6.3.Interesse pelo planejamento, controle, organização e avaliação dos sistemas produtivos;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
6.4.Incentivo para que outros produtores da agricultura familiar ingressem nas cooperativas de crédito e produção;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
6.5.Aumento do sentimento de realização profissional e de satisfação pessoal;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
6.6.Descoberta de um espaço para novos negócios a ser explorado e implementado;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
6.7.Interesse pela busca do conhecimento (internet, cursos presenciais);	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
6.8.Disputa pela aceitação de novas idéias;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()

6.9.Sentimento de autoconfiança e determinação;	1()	2()	3()	4()	5()
6.10.Envolvimento coletivo e predomina o pensamento de solidariedade;	1()	2()	3()	4()	5()
6.11. Acesso a mais benefícios econômicos, financeiros e sociais;	1()	2()	3()	4()	5()
6.12.Capacidade de compartilhamento de conhecimentos e informações;	1()	2()	3()	4()	5()
6.13.Melhoria nos preços dos produtos em venda coletiva;	1()	2()	3()	4()	5()
6.14.Aumento do poder de barganha pela compra coletiva;	1()	2()	3()	4()	5()
6.15. Abertura de novos canais de produção e comercialização;	1()	2()	3()	4()	5()
6.16.Melhor integração entre cooperativas, cooperados e comunidade local;	1()	2()	3()	4()	5()
6.17.Mais conscientização e diálogo;	1()	2()	3()	4()	5()
6.18.Melhoria na comunicação;	1()	2()	3()	4()	5()
6.19. Aquisição de bens e serviços a preços mais acessíveis (mantimentos, educação, utensílios, eletrodomésticos);	1()	2()	3()	4()	5()
6.20.Manutenção e geração de emprego.	1()	2()	3()	4()	5()

TIPOS DE INOVAÇÃO PRESENTES NA RELAÇÃO DE INTERCOOPERAÇÃO

7. Inovações com a intercooperação:	Discorda concorda				
7.1.Capital de giro para as cooperativas de produção;	1()	2()	3()	4()	5()
7.2. Microcrédito para empréstimo pessoal;	1()	2()	3()	4()	5()
7.3. Seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e equipamentos);	1()	2()	3()	4()	5()
7.4. Financiamentos para custeio e investimento na produção, veículos, moto, maquinários, eletrodomésticos, computadores, telefonia rural, material escolar, etc.;	1()	2()	3()	4()	5()
7.5. Pagamento de recursos da CONAB (programas: compra antecipada de produção para formação estoques, PAA, PNAE), via cooperativa de crédito, agilizando o atendimento ao cooperado;	1()	2()	3()	4()	5()
7.6. Aquisição softwares (programa aplicativos: notas fiscais e gerencial);	1()	2()	3()	4()	5()
7.7. Melhoria na gestão;	1()	2()	3()	4()	5()
7.8.Desburocratização e agilidade na análise de documentos e liberação de recursos;	1()	2()	3()	4()	5()
7.9. Eventos sociais (festas, confraternização, sorteios);	1()	2()	3()	4()	5()
7.10.Inserção de divulgação em Rádio e Jornal;	1()	2()	3()	4()	5()
7.11.Elaboração de documentário sobre as experiências e saberes;	1()	2()	3()	4()	5()
7.12. Assessoria contábil e financeira;	1()	2()	3()	4()	5()
7.13.Assessoria técnica para organização da produção;	1()	2()	3()	4()	5()
7.14.Novos cursos de capacitação para cooperados;	1()	2()	3()	4()	5()
7.15.Novos cursos de capacitação para diretores e	1()	2()	3()	4()	5()

mais facilidade;					
8.6.Seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e equipamentos), à valores mais acessíveis.	1()	2()	3()	4()	5()

9.Benefícios proporcionados pelas tecnologias sociais:	Discorda			concorda	
9.1.Melhoria da autoestima da mulher;	1()	2()	3()	4()	5()
9.2.Ajuda na superação de dificuldades sociais e financeiras;	1()	2()	3()	4()	5()
9.3.Inclusão social e produtiva;	1()	2()	3()	4()	5()
9.4.Respeito e valorização do produtor.	1()	2()	3()	4()	5()

10. Percepção sobre tecnologias sociais	Discorda			concorda	
10.1.Os cooperados participam do desenvolvimento de tecnologias sociais com sugestões de melhoria, novas ideias, experiências;	1()	2()	3()	4()	5()
10.2.O potencial das tecnologias sociais é reconhecido por todos os participantes das cooperativas;	1()	2()	3()	4()	5()
10.3.Os parceiros incentivam e apóiam o desenvolvimento e reaplicação de TS;	1()	2()	3()	4()	5()
10.4.As experiências e os resultados obtidos por meio das TS são disseminados em reuniões, encontros, seminários e outros eventos;	1()	2()	3()	4()	5()
10.5.As experiências e os resultados obtidos por meio das TS são sistematizados em documentos ou banco de dados;	1()	2()	3()	4()	5()
10.6.A estrutura para atender o cooperado dificulta a implementação de novas TSs;	1()	2()	3()	4()	5()
10.7.A escassez de recursos públicos para atender o cooperado dificulta a implementação de novas TSs.	1()	2()	3()	4()	5()

SOBRE A RELAÇÃO DE INTERCOOPERAÇÃO

11.Motivos para intercooperação	Discorda			concorda	
11.1.Sustentabilidade da agricultura familiar na região de atuação das cooperativas;	1()	2()	3()	4()	5()
11.2.Disponibilizar crédito e financiamentos aos produtores com mais facilidade e rapidez;	1()	2()	3()	4()	5()
11.3.Organizar da produção;	1()	2()	3()	4()	5()
11.4.Possibilidade de trabalhar o cooperativismo de crédito e produção integrados;	1()	2()	3()	4()	5()
11.5.possibilidade de financiar projetos demandados pelas cooperativas de produção para agregar valor aos produtos;	1()	2()	3()	4()	5()
11.6. Somar esforços para produzir mais benefícios e resultados para os associados;	1()	2()	3()	4()	5()
11.7. Incentivar o trabalho coletivo orientado para o desenvolvimento do cooperado, das cooperativas e da comunidade.	1()	2()	3()	4()	5()

12.Benefícios da intercooperação:	Discorda			concorda	
12.1.Redução do espaço de atuação do “atravessador”;	1()	2()	3()	4()	5()
12.2.Ampliação da rede de relacionamentos dos cooperados e das cooperativas;	1()	2()	3()	4()	5()
12.3.Mais facilidade de acesso às políticas públicas;	1()	2()	3()	4()	5()

12.4.Mais facilidade na resolução de problemas;	1()	2()	3()	4()	5()
12.5.Desenvolvimento da agricultura familiar e da região;	1()	2()	3()	4()	5()
12.6.Fortalecimento das cooperativas de crédito e produção;	1()	2()	3()	4()	5()
12.7.Mais tecnologia;	1()	2()	3()	4()	5()
12.8.Melhoria na organização contábil e financeira;	1()	2()	3()	4()	5()
12.9.Aumento de receitas;	1()	2()	3()	4()	5()
12.10.Melhoria nas instalações físicas;	1()	2()	3()	4()	5()
12.11.Credibilidade junto aos cooperados e comunidade.	1()	2()	3()	4()	5()

13.Apoio e incentivo aos empreendimentos coletivos	Discorda			Concorda	
13.1.Linha direta de financiamentos para manutenção dos empreendimentos coletivos;	1()	2()	3()	4()	5()
13.2.Políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo coletivo;	1()	2()	3()	4()	5()
13.3.Linhas de crédito para financiar estrutura física e operacional.	1()	2()	3()	4()	5()

14.Relacionamentos na intercooperação	Discorda			Concordo	
1.Entre presidentes das cooperativas;	1()	2()	3()	4()	5()
2.Entre cooperados;	1()	2()	3()	4()	5()
3.Entre funcionários;	1()	2()	3()	4()	5()
4.Entre parceiros e presidentes;	1()	2()	3()	4()	5()
5.Entre cooperados e presidentes;	1()	2()	3()	4()	5()
6.Entre presidentes e funcionários;	1()	2()	3()	4()	5()
7.Entre funcionários e cooperados;	1()	2()	3()	4()	5()
8.Apoio dos parceiros em Estrutura física;	1()	2()	3()	4()	5()
9.Apoio dos parceiros com Recursos humanos;	1()	2()	3()	4()	5()
10.Apoio dos parceiros em recursos financeiros.	1()	2()	3()	4()	5()

Sexo:

Escolaridade:

Idade:

Data de início e fim da gestão:

APÊNDICE E
QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS COM COOPERADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Nome do respondente:

CARACTERIZAÇÃO

1. Há quanto tempo é cooperado da CREDITAG?

() 1. menos de 1 ano; () 2. de 1 a 3 anos; () 3. de 3 a 5 anos.

2. Qual cooperativa de produção agrícola o senhor participa?

() 1. COOPLEAGRI; () 2. COOAPROLIM; () 3. COOPERANDREAZZA; () 4. COAPOVEL;
() 5. COOPERCACOAL.

3. Quanto tempo participa da Cooperativa de produção?

() 1. menos de 1 ano; () 2. de 1 a 3 anos; () 3. de 3 a 5 anos; () 4. de 5 a 10 anos; () 5. acima de 10 anos.

**IMPACTOS DO EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL, COLETIVO E SOCIAL NA
RELAÇÃO DE INTERCOOPERAÇÃO**

4.A intercooperação proporciona aos cooperados:	Discorda					concorda				
4.1. Estímulo à participação e à inovação;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
4.2. Incentivo para investimento nos sistemas produtivos;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
4.3. Interesse pelo planejamento, controle, organização e avaliação dos sistemas produtivos;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
4.4. Incentivo para que outros produtores da agricultura familiar ingressem nas cooperativas de crédito e produção;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
4.5. Aumento do sentimento de realização profissional e de satisfação pessoal;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
4.6. Descoberta de um espaço para novos negócios a ser explorado e implementado;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
4.7. Interesse pela busca do conhecimento (internet, cursos presenciais);	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
4.8. Envolvimento coletivo e predomina o pensamento de solidariedade;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
4.9. Mais acesso a benefícios econômicos, financeiros e sociais;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
4.10. Mais conscientização e diálogo;	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()
4.11. Melhoria na comunicação.	1()	2()	3()	4()	5()	1()	2()	3()	4()	5()

TIPOS DE INOVAÇÃO PRESENTES NA RELAÇÃO DE INTERCOOPERAÇÃO

5. Inovações com a intercooperação:	Discorda					concorda				
	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
5.1. Capital de giro para as cooperativas de produção;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.2. Microcrédito para empréstimo pessoal;										
5.3. Seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e equipamentos);	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.4. Financiamentos para custeio e investimento na produção, veículos, moto, maquinários, eletrodomésticos, computadores, telefonia rural, material escolar, etc.;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.5. Pagamento de recursos da CONAB (programas: compra antecipada de produção para formação estoques, PAA, PNAE), via cooperativa de crédito, agilizando o atendimento ao cooperado;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.6. Desburocratização e agilidade na análise de documentos e liberação de recursos;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.7. Eventos sociais (festas, confraternização, sorteios);	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.8. Parceria com a CONAB;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.9. Parceira com Banco do Brasil;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.10. Parcerias com sindicatos, federações e confederações;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.11. Apoio aos projetos de produção orgânica e agroecológica;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.12. Apoio aos projetos do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.13. Diversificação da produção;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.14. Melhoria no nível de conhecimento por meio de cursos, treinamentos e educação cooperativa para funcionários, diretores, cooperados e familiares;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.15. Melhoria das estruturas produtivas;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.16. Geração de renda e mais qualidade de vida no campo;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.17. Inclusão digital e acesso à informação;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.18. Inclusão bancária;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
5.19. Atendimento igualitário e mais inclusivo.	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					

TECNOLOGIAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS

6. Tecnologias sociais com a intercooperação:	Discorda					concorda				
	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()
6.1. Junção das cooperativas de crédito e produção no mesmo Sistema CREDITAG para facilitar a operacionalização, atendimento e apoio aos cooperados;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
6.2. Capital de giro para as cooperativas de produção à juros mais acessíveis e com mais facilidade;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					
6.3. Microcrédito e serviços bancários em condições mais vantajosas e com mais facilidade;	1 ()	2 ()	3 ()	4 ()	5 ()					

6.4. Assessoria e educação financeira de crédito consciente e planejado;	1()	2()	3()	4()	5()
6.5. Linhas especiais de financiamentos para custeio e investimento na produção, veículos, motos, eletrodomésticos, móveis, computadores, telefonia rural, material escolar, etc., em condições mais vantajosas e com mais facilidade;	1()	2()	3()	4()	5()
6.6. Seguros em diversas modalidades (vida, veículos, incêndio, máq. e equipamentos), à valores mais acessíveis e com mais facilidade.	1()	2()	3()	4()	5()

7.Benefícios, sociais e econômicos proporcionados pelas tecnologias sociais:	Discorda					concorda				
7.1. Melhoria da autoestima da mulher;	1()	2()	3()	4()	5()					
7.2. Ajuda na superação de dificuldades sociais e financeiras;	1()	2()	3()	4()	5()					
7.3. Inclusão social e produtiva;	1()	2()	3()	4()	5()					
7.4. Respeito e valorização do produtor.	1()	2()	3()	4()	5()					

SOBRE A RELAÇÃO DE INTERCOOPERAÇÃO

8.Motivos para intercooperação	Discorda					concorda				
8.1. Sustentabilidade da agricultura familiar na região de atuação das cooperativas;	1()	2()	3()	4()	5()					
8.2. Disponibilizar crédito e financiamentos aos produtores com mais facilidade e rapidez;	1()	2()	3()	4()	5()					
8.3. Organizar a produção;	1()	2()	3()	4()	5()					
8.4. Possibilidade de trabalhar o cooperativismo de crédito e produção integrados;	1()	2()	3()	4()	5()					
8.5. Possibilidade de financiar projetos demandados pelas cooperativas de produção para agregar valor aos produtos;	1()	2()	3()	4()	5()					
8.6. Somar esforços para produzir mais benefícios e resultados para os associados;	1()	2()	3()	4()	5()					
8.7. Incentivar o trabalho coletivo orientado para o desenvolvimento do cooperado, das cooperativas e da comunidade.	1()	2()	3()	4()	5()					

9.Benefícios da intercooperação:	Discorda					concorda				
9.1. Redução do espaço de atuação do “atravessador”;	1()	2()	3()	4()	5()					
9.2. Ampliação da rede de relacionamentos dos cooperados e das cooperativas;	1()	2()	3()	4()	5()					
9.3. Mais facilidade de acesso às políticas públicas;	1()	2()	3()	4()	5()					
9.4. Mais facilidade na resolução de problemas;	1()	2()	3()	4()	5()					
9.5. Desenvolvimento da agricultura familiar e da região;	1()	2()	3()	4()	5()					
9.6. Fortalecimento das cooperativas de crédito e produção;	1()	2()	3()	4()	5()					
9.7. Mais tecnologia;	1()	2()	3()	4()	5()					
9.8. Aumento de receitas;	1()	2()	3()	4()	5()					
9.9. Credibilidade junto aos cooperados e comunidade.	1()	2()	3()	4()	5()					

10.Relacionamento na intercooperação	Discorda					Concorda				
10.1. Com os presidentes;	1()	2()	3()	4()	5()					
10.2. Com funcionários;	1()	2()	3()	4()	5()					

10.3. Com os cooperados;	1()	2()	3()	4()	5()
10.4. Atendimento na cooperativa de crédito;	1()	2()	3()	4()	5()
10.5. Atendimento na cooperativa de produção.	1()	2()	3()	4()	5()

11. PRESENÇA DE SUSTENTABILIDADE NOS SISTEMAS PRODUTIVOS

11.1 Qual a renda mensal de sua família?

1. Até 2 salários mínimos; 2. De 2 a 5 salários mínimos;
 3. De 5 a 10 salários mínimos; 4. De 10 a 20 salários mínimos;
 5. Acima de 20 salários mínimos.

11.2 Quantas pessoas dependem dessa renda?

1. Até 2 pessoas; 2. De 2 a 5 pessoas;
 3. De 5 a 10 pessoas; 4. Acima de 10 pessoas.

11.3 Existem outras fontes que complementam a renda familiar?

1. Não 2. Sim. q11.3. Quais?
 1. Bolsa família; 2. Aposentadoria;
 3. Pensão/auxílio doença; 4. Outras. 4.1 Quais _____

11.4 As atividades produtivas desenvolvidas em sua propriedade empregam toda a família?

1. Sim
 2. Não, q11.4 por que? 1. falta serviço; 2. área pequena; 3. falta de políticas públicas para investimentos; 4. outros: _____

11.5 Os rendimentos das atividades produtivas desenvolvidas em sua propriedade correspondem ao necessário para a sua família?

1. Sim. 2. Não. Q11.5 Como pode melhorar?
 1. produzir outros produtos; 2. ampliar a área de produção;
 3. Outros: _____

11.6 O senhor necessita de contratação de mão de obra em sua propriedade?

1. Não, só familiar é o suficiente;
 2. sim, q.11.6 quais serviços?: 1. auxiliar de produção; 2. auxiliar nos serviços diários;
 3. Outros: _____

11.7 O senhor presta algum tipo de trabalho ou alguém de sua família fora da propriedade?

1. Não.
 2. Sim. q 11.7 Por quê? 1. Melhoria da renda familiar; 2. Propriedade não oferece emprego para todos; 3. Outros: _____

11.8 O senhor recebe Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER?

1. Não 2. Sim, q.11.8 de quem? _____

11.9 Como classifica a qualidade da Ater:

1. Atende a demanda do produtor; 2. Apoiar algumas ações;
 3. É insuficiente para atender as necessidades do produtor; 4. Existe, mas não funciona;

11.10 Que tipo de capacitação o senhor tem recebido?

1. Manejo de hortas; 6. Uso eficiente de sementes;
 2. Planejamento para uso da terra; 7. Rotação de culturas;
 3. Preparação de adubos orgânicos; 8. Outras: _____
 4. Adubação verde; 9. Não tem recebido.
 5. Manejo da terra;

11.11 Há um local apropriado para a comercialização da produção?

1. Não 2. Sim. q11.11 Qual? 1. Mercadão municipal; 2. Feirão do produtor;
 3. Cooperativa de produção; 4. Outros _____

11.12 O senhor depende de algum tipo de recurso externo para produzir?

1. Não 2. Sim. q11.12 Quais? 1. Sementes; 2. Adubos;
 3. Máquinas/utensílios agrícolas; 4. Outros _____

11.13 Atualmente, quais são os maiores problemas enfrentados para manter as atividades produtivas em sua propriedade?

1. Falta/deficiência Tecnologia (máq. equip.); 5. Falta de capacitação;
 2. Falta/dificuldade acesso a Financiamentos; 6. Falta de assistência técnica;
 3. Problemas ambientais (água, licenciamentos); 7. Outros: _____
 4. Carência de políticas públicas;

11.14 Há planos para melhorar a produção?

1. Sim. q11.14 Como? 1. ampliação da área plantada; 2. mais irrigação;
 3. diversificação da produção; 4. outros: _____
 2. Não. q11.14.1 Porque? _____

11.15 O senhor tem necessidade de recorrer a financiamentos para a manutenção das atividades produtivas?

1. Não 2. Sim. q11.15 Quais? 1. custeio e investimento CREDITAG;
 2. Custeio e investimento em outros bancos; 3. PRONAFs;
 4. outros _____

11.16 O senhor tem necessidade de recorrer a financiamentos para aquisição de bens e utensílios domésticos?

1. Não;
 2. Sim, q11.16 quais? 1. eletrodomésticos; 2. veículos/motos
 3. Máquinas/equipamentos; 4. outros _____

11.17 O senhor está inadimplente com algum financiamento ou empréstimo?

1. não; 2. sim; q11.17 Qual? _____

11.18 Se houver uma emergência financeira a quem o senhor pode recorrer?

1. Cooperativa de crédito 2. Amigos;
 3. Vizinhos; 4. Familiares;
 5. Cooperativa produção; 6. Maquinista;
 7. Não tem a quem recorrer.

11.19 Quais os serviços de saúde que o senhor e sua família têm acesso?

1. Médico; 2. Hospitalar;
 3. Dentista; 4. Psicólogo;
 5. Outros _____ 6. Não consegue atendimento.

11.20 Como o senhor qualifica o serviço de saúde?

- () 1. Bom; () 2. Ruim;
 () 3. Regular. () 4. Péssimo.

11.21 Os filhos, em idade escolar estão na escola?

- () 1. Sim () 2. Não. q11.21 Por que? _____
 () 3. Não tem filhos em idade escolar.

11.22 Há escola próxima de sua propriedade?

- () 1. Sim () 2. Não. q.11.22 Qual a distância: () 1. até 10km; () 2. de 10 a 20km;
 () 3. de 20 a 30km; () 4. acima de 30km.

11.23 Qual o tipo de transporte para acesso à escola?

- () 1. Transporte público; () 2. Próprio, pois não tem transporte público;
 () 3. A pé, não há transporte público e nem () 4. Outros: _____
 próprio.

11.24 Qual a origem da água de uso doméstico?

- () 1. Rede pública; () 4. Poço escavado;
 () 2. Poço artesiano; () 5. Nascente/mina
 () 3. Rio/lago; () 6. Outros.

11.25 Qual o destino do esgoto?

- () 1. Fossa negra revestida; () 4. Fossa séptica;
 () 2. Fossa negra sem revestimento; () 5. Outros: _____
 () 3. Fossa seca;

11.26 Qual o destino do lixo inorgânico gerado em sua propriedade?

- () 1. Queima; () 4. Reciclagem;
 () 2. Joga em terreno/vala () 5. Enterra;
 () 3. Armazena; () 6. Outros: _____

11.27 Qual o destino do lixo orgânico gerado em sua propriedade?

- () 1. Joga em terreno; () 4. Compostagem;
 () 2. Enterra; () 5. Adubo;
 () 3. Alimenta animais; () 6. Outros: _____

11.28 Qual o destino que o senhor dá aos resíduos da produção (palhas, vísceras, carcaças, couro, outros?)

- () 1. Lixo; () 2. Artesanato;
 () 3. Comercializa; () 4. Enterra;
 () 5. Queima; () 6. Outros: _____

11.29 Quais os tipos de embalagens que o senhor utiliza para a comercialização de seus produtos?

- () 1. Plástica (sacos, sacolas, frascos, garrafas); () 2. Papel (sacos, envelopes, caixas de papelão);
 () 3. Caixas de madeira; () 4. Isopor;
 () 5. Estopa; () 6. Outras:

11.30 Que tipo de defensivos agrícolas, o senhor utiliza na produção?

- () 1. Naturais; () 2. Químicos; () 3. Não utiliza.

11.31 Se utiliza os químicos, qual o destino das embalagens?

- 1.Devolve ao comerciante ou posto coleta; 2.Queima;
 3.Lixo; 4.Armazena;
 5.Outras:_____

11.32 O senhor desenvolve alguma atividade que promove a recuperação e preservação ambiental em sua propriedade?

- 1.Não 2.Sim. q11.32 Quais:
 1.Reflorestamento; 4.Rotação de culturas;
 2.Preservação de espécie animal e vegetal; 5.Outros:_____

11.33 Em sua opinião, que tipo de política pública é mais urgente para a melhoria de qualidade de vida do produtor rural familiar?

- 1.Programas de capacitação; 2.Assistência técnica;
 3.Saude e educação; 4.Escola diferenciada para o produtor rural;
 5. Programas para desenvolver a agricultura familiar (Ex.: Programa de compras governamentais); 6.Outros:_____

11.34 Como o senhor considera a sua situação econômica e social após a participação como cooperado na cooperativa de crédito e de produção?

- 1.Muito pior; 4.Muito melhor.
 2.Pior; 5.Melhor.
 3.Igual;

Sexo: 1. F () 2. M ()

Escolaridade:

1. () Ensino fundamental incompleto;
 2. () Ensino fundamental completo;
 3. () Ensino médio incompleto;
 4. () Ensino médio completo;
 5. () superior.

Idade:

1. () de 18 a 25 anos;
 2. () de 26 a 35 anos;
 3. () de 36 a 45 anos;
 4. () de 46 a 55 anos;
 5. () de 56 a 65 anos;
 6. () acima de 66 anos.

APÊNDICE F
TABELAS DE RESPOSTAS DOS COOPERADOS REFERENTE
SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Tabela 1– Renda familiar cooperados

Renda mensal familiar	Fr.	%
Até 2 salário mínimo;	47	49,5
De 2 a 5 salários mínimos;	40	42,1
De 5 a 10 salários mínimos;	7	7,4
De 10 a 20 salários mínimos;	-	-
Acima de 20 salários mínimos.	1	1,1
Total	95	100,0

Tabela 2 – dependentes da renda familiar

Dependentes da renda familiar	Fr.	%
Até 2 pessoas;	24	25,5
De 2 a 5 pessoas;	65	68,1
De 5 a 10 pessoas;	6	6,4
Acima de 10 pessoas.		
Total	95	100,0

Tabela 3 – Outras fontes de renda

Outras fontes de complemento à renda familiar	Fr.	%
Sim	54	56,8
Não	41	43,2
Bolsa família;	10	18,5
Aposentadoria;	26	48
Pensão/auxílio doença;	2	3,5
Outras	16	30
Total	54	100,0

Tabela 4 – Empregabilidade da propriedade

Propriedade emprega toda família	Fr.	%
Sim	89	93,7
Não	6	6,3
Falta serviço	2	33,3
Área pequena	3	50
Falta de políticas públicas para investimentos	1	16,7
Outros		
Total	6	100,0

Tabela 5 – Rendimentos da propriedade

Rendimento da propriedade corresponde às necessidades da família	Fr.	%
Sim	66	69,5
Não	29	30,5
Produzir outros produtos	8	27,6
Ampliar a área de produção	9	31
Outros	12	41,4
Total	29	100,0

Tabela 6 – necessidade de contratação de mão de obra

Necessidade contratação mão de obra de terceiros	Fr.	%
Não. Só familiar é suficiente.	43	45,3
Sim	52	54,7
Auxiliar produção;	10	19
Auxiliar serviços diários	42	81
Outros		
Total	52	100,0

Tabela 7 – trabalho fora da propriedade

Trabalho fora da propriedade	Fr.	%
Não	65	68
Sim	30	32
Melhoria da renda familiar;	15	50
Propriedade não oferece emprego para todos	0	0
Outros	15	50
Total	30	100,0

Tabela 8 – Assistência Técnica

Assistência Técnica	Fr.	%
Não	44	46,3
Sim	51	53,7
EMATER	47	92
SEBRAE	2	4
CEPLAC	2	4
Total	51	100

Tabela 9 – Qualidade da ATER

Qualificação da ATER	Fr.	%
Atende a demanda do produtor	16	16,8
Apóia algumas ações;	22	23,2
É insuficiente para atender as necessidades do produtor;	31	32,6
Existe, mas não funciona;	26	27,4
Total	95	100,0

Tabela 10 – capacitações realizadas

Capacitações realizadas	Fr.	%
Manejo de hortas;	25	
Planejamento para uso da terra;	35	
Preparação de adubos orgânicos;	43	
Adubação verde;	29	
Manejo da terra;	35	
Uso eficiente de sementes;	22	
Rotação de culturas;	37	
Outras;	25	
Não tem recebido.	23	

Tabela 11 – Local para comercializar a produção

Local apropriado para comercializar produção	Fr.	%
Não.	37	38,9
Sim.	58	61,1
Mercadão municipal	0	0
Feirão/feira do produtor	45	78
Cooperativa produção	13	22
Total	58	100,0

Tabela 12 – dependência de recurso externo

Dependência recursos externos produzir	Fr.	%
Não.	43	45,3
Sim.	52	54,7
Sementes;	27	52
Adubos;	2	4
Máquinas/utensílios agrícolas	21	40
Outros: calcário	2	4
Total	52	100,0

Tabela 13 – problemas enfrentados para produzir

Problemas enfrentados para produzir	Fr.	%
Falta/deficiência Tecnologia (máq. equip.);	68	
Falta/dificuldade acesso a Financiamentos;	30	
Problemas ambientais (água, licenciamentos);	39	
Carência de políticas públicas;	59	
Falta de capacitação;	59	
Falta de assistência técnica;	62	
Outros(estradas/preço/carência mão de obra)	17	

Tabela 14 – planos para melhorar produção

Planos para melhorar a produção	Fr.	%
Sim	83	87,5
Ampliação da área plantada	26	31,3
Mais irrigação	17	20,5
Diversificação da produção	10	12,0
Outros (melhorar genética, qualidade produto)	30	36,1
Não	12	12,6
Baixo preço produtos;	1	8
Idade/cansado;	5	42
Falta de tempo;	1	8
Falta de mão de obra	3	25
Satisfeito	2	17
Total	95	100,0

Tabela 15 - Necessidade de financiamento das atividades produtivas

Necessidade de financiamentos atividades produtivas	Fr.	%
Não	28	29,5
Sim	67	70,5
Custeio e investimento CREDITAG;	18	27
Custeio e investimento em outros bancos	17	25
PRONAFs;	32	48
Total	95	100,0

Tabela 16 – necessidade de financiar bens

Necessidade financiar bens	Fr.	%
Não	58	61,1
Sim	37	38,9
Eletrodomésticos;	6	16,2
Veículos/motos	22	59,5
Máquinas/equipamentos;	9	24,3
Total	95	100,0

Tabela 17 – Inadimplência com financiamentos

Inadimplência de financiamentos	Fr.	%
Sim	94	98,9
Não	1	1,1
Total	95	100,0

Tabela 18 – recorre em emergência financeira

Recorre em emergência financeira	Fr.	%
Cooperativa de crédito	71	74,7
Amigos	4	4,2
Vizinhos	9	9,5
Familiares	9	9,5
Cooperativa de produção	1	1,1
Maquinista	1	1,1
Não tem a quem recorrer	0	0
Total	95	100,0

Tabela 19 - Serviço de saúde

Acesso serviços saúde	Fr.	%
Médico	66	
Hospitalar	54	
Dentista	10	
Psicólogo	3	
Outros (fisioterapeuta/ofthalmo/ajuda custo/passagens)	4	
Não consegue atendimento	26	
Total		

Tabela 20 – qualificação do serviço de saúde

Qualificação serviço saúde	Fr.	%
Bom	6	6,3
Ruim	4	4,2
Regular	42	44,2
Péssimo	43	45,3
Total	95	100,0

Tabela 21- filhos em idade escolar

Filhos idade escolar estão na escola	Fr.	%
Sim	51	53,7
Não	2	2,1
Não tem filhos idade escolar	42	44,2
Total	95	100,0
Dificuldade chegar escola	1	50
Não tem transporte para o ensino médio	1	50
Total	2	100,0

Tabela 22 – Distância da escola rural da propriedade

Escola próxima propriedade	Fr.	%
Sim	35	36,8
Não	60	63,2
Total	95	100,0
Distância		
Até 10 km	48	50,5
De 10 a 20km	37	38,9
De 20 a 30 km	8	8,4
Acima de 30 km	2	2,1
Total	95	100,0

Tabela 23 – tipo de transporte escolar

Tipo de transporte de acesso à escola	Fr.	%
Público;	89	93,7
Próprio, pois não tem transporte público;	3	3,2
A Pé, não tem transporte público e nem particular;	0	0
Outros (bicicleta, ônibus de linha)	3	3,2
Total	95	100,0

Tabela 24 - origem água uso doméstico

Origem água uso doméstico	Fr.	%
Rede pública;	0	0
Poço artesiano;	1	1,1
Rio/lago;	0	0
Poço escavado;	41	43,2
Nascente/mina;	53	55,8
Outros.	0	0
Total	95	100,0

Tabela 25 – destino esgoto da propriedade

Destino do esgoto	Fr.	%
Fossa negra revestida	18	18,9
Fossa negra sem revestimento;	68	71,6
Fossa seca;	8	8,4
Fossa séptica;	0	0
Outros (céu aberto).	1	1,1
Total	95	100,0

Tabela 26 - destino do lixo inorgânico

Destino do lixo inorgânico	Fr.	%
Queima;	80	84,2
Joga em terreno/vala	6	6,3
Armazena;	2	2,1
Reciclagem;	5	5,3
Enterra;	1	1,1
Outros:	1	1,1
Total	95	100,0

Tabela 27 – destino do lixo orgânico

Destino do lixo orgânico	Fr.	%
Joga em terreno;	12	12,6
Enterra;	2	2,1
Alimenta animais;	56	58,9
Compostagem;	6	6,3
Adubo;	19	20,0
Outros:		
Total	95	100,0

Tabela 28 - destino resíduos de produção

Destino dos resíduos de produção	Fr.	%
Lixo;	47	49,5
Artesanato;	0	0
Comercializa;	7	7,4
Enterra;	35	36,8
Queima;	6	6,3
Outros		
Total	95	100,0

Tabela 29 – tipos de embalagens

Tipos embalagens comercializar produção	Fr.	%
Plástica (sacos, sacolas, frascos, garrafas);	82	
Papel (sacos, envelopes, caixas de papelão);	11	
Caixas de madeira;	7	
Isopor;	7	
Estopa;	6	
Outras: (tanque resfriamento)	6	
Total		

Tabela 30 – tipos de defensivo agrícola

Tipo de defensivo agrícola utilizado	Fr.	%
Natural;	10	10,5
Químico;	82	86,3
Não utiliza.	3	3,2
Total	95	100,0

Tabela 31 – Destino das embalagens de defensivo agrícola

Destino das embalagens de defensivo químico	Fr.	%
Devolve ao comerciante ou posto coleta;	75	91,5
Lixo;	1	1,2
Armazena;	5	6,1
Outros (vala)	1	1,2
Total	82	100,0

Tabela 32 – atividades de preservação ambiental desenvolvidas

Desenvolvimento de atividades de preservação ambiental	Fr.	%
Não;	10	10,5
Sim.	85	89,5
Total	95	100,0
Reflorestamento;	42	49
Preservação de espécie animal e vegetal;	30	36
Recomposição das matas ciliares;	12	14
Outros: (roçadeira)	1	1
Total	85	100,0

Tabela 33 – Necessidades de políticas públicas

Política pública mais urgente para produtor rural	Fr.	%
Programas de capacitação;	25	26,3
Assistência técnica;	36	37,9
Saude e educação;	30	31,6
Escola diferenciada para o produtor rural;	3	3,2
Programas para desenvolver a agricultura familiar (Ex.: Programa de compras governamentais).	1	1,1
Total	95	100,0

Tabela 34 – Situação econômica e social após a participação nas cooperativas

Situação econômica e social após a participação nas cooperativas de crédito e produção	Fr.	%
Muito pior;		
Pior;	1	1,1
Igual;	6	6,3
Muito melhor;	5	5,3
Melhor.	83	87,4
Total		100,0